



Poder Executivo - Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas - Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha 2 - Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



UFAM

KELLY ROCHA DE MATOS VASCONCELOS

CRECHES CASULO NO AMAZONAS: INFÂNCIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, 1979-
1999

MANAUS-AM

2023



KELLY ROCHA DE MATOS VASCONCELOS

CRECHES CASULO NO AMAZONAS: INFÂNCIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO,
1979-1999

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki e coorientação do Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr.

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM com apoio da CAPES.

Manaus - AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V331c Vasconcelos, Kelly Rocha de Matos
Creches Casulo no Amazonas : infância, história e educação,
1979-1999 / Kelly Rocha de Matos Vasconcelos . 2023
341 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Pérsida da Silva Ribeiro Miki
Coorientador: Moysés Kuhlmann Jr.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Creche Casulo. 2. Legião Brasileira de Assistência. 3.
Educação Infantil no Amazonas. 4. História da Educação no
Amazonas. I. Miki, Pérsida da Silva Ribeiro. II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

KELLY ROCHA DE MATOS VASCONCELOS

CRECHES CASULO NO AMAZONAS: INFÂNCIA, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, 1979-
1999

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki e coorientação do Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr.

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM com apoio da CAPES.

Aprovada em 17 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki - Presidente
Faculdade de Educação - Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof.^a Dr.^a Michelle de Freitas Bissoli - Membro
Faculdade de Educação - Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof. Dr. Fábio Souza Correa Lima - Membro
Faculdade de Educação - Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prof.^a Dr.^a Magda Carmelita Sarat Oliveira - Membro
Faculdade de Educação - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza - Membro
Faculdade de Educação - Universidade Federal do Paraná - UFPR

DEDICATÓRIA

DEDICO a todos aqueles
que lutaram, lutam e lutarão,
para que todas as crianças
tenham seus direitos respeitados.

AGRADECIMENTOS

A Deus e sua divina providência que nunca nos desamparou nos momentos de aflição.

Aos meus pais Suelle da Rocha e Francisco Humberto Alves de Matos, ao meu esposo Hesber Vasconcelos Batista, aos meus filhos Kamilly e Henrique de Matos Vasconcelos, por todo o apoio e por serem motivo da minha resistência e persistência, nos incontáveis momentos adversos que enfrentamos. A vocês todo o meu amor e gratidão.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki e ao meu coorientador, Prof.^o Dr. Moysés Kuhlmann Jr., pelo acolhimento, pela condução solidária, preocupação, generosidade, amizade e paciência. Vocês foram muito mais que orientadores, foram verdadeiros amigos, instrumentos divinos em minha vida. A vocês minha gratidão e admiração.

Aos membros das Bancas de Qualificação e Defesa: prof.^a Dr.^a Magda Carmelita Sarat Oliveira, Prof.^a Dr.^a Gizele de Souza e Prof. Dr. Fábio Souza Correa Lima pelas recomendações pontuais, postas de forma tão generosa, elegante e respeitosa.

À professora Dr.^a Michelle de Freitas Bissoli, por me acolher e orientar nos primeiros caminhos dessa jornada, pela sensibilidade, humanidade e ternura e pela sua participação e contribuições na Banca de Defesa.

Aos professores suplentes: Dr.^a Jocicleia Souza Printes e Dr. Fabrício Valentim da Silva, pela atenção e disponibilidade.

À Prof.^a Dr.^a Fabiane Maia Garcia e Prof.^a Dr.^a Camila Ferreira da Silva Lopes, antiga e atual coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM, respectivamente, por todo o acompanhamento e apoio, e aos demais professores das disciplinas que cursei no Programa de Pós-Graduação em Educação: Prof.^a Dr.^a Arminda Rachel Botelho Mourão, Prof. Dr. Evandro Luiz Ghedin, Prof.^a Dr.^a Heloísa da Silva Borges, Prof.^a Dr.^a Selma Suely Baçal de Oliveira, Prof.^a Dr.^a Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros Weigel, por todos os ensinamentos e momentos de partilha, entre as aulas iniciadas de forma presencial e concluídas de forma remota por conta da Pandemia da COVID-19.

À Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Duarte Marques, por me orientar no Estágio em Docência de forma tão carinhosa.

À querida Prof.^a Dr.^a Arlene Araújo Nogueira, por todo o incentivo, carinho e fraternidade, por indicar referências, emprestar seus livros com tanta bondade e boa vontade. Meu profundo respeito e admiração.

Ao querido Prof. Dr. Carlos Humberto Alves Corrêa, pela ajuda e gentileza, e pelas indicações de fontes e revisão de textos no início do Curso. Muito obrigada, professor!

À Prof.^a Dr.^a Alba Barbosa Pessoa, pela assistência, disposição em compartilhar suas experiências do doutorado e recomendações para a feitura do projeto inicial.

Ao Prof. Dr. Paulo Ricardo Freire de Souza, pelos compartilhamentos, amabilidade, benignidade e cooperação para com a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Otony Moreira de Mesquita, pela gentileza em compartilhar informações.

Ao Prof.^o Dr. Luís Balkar de Sá Peixoto Pinheiro, por indicar e disponibilizar referências bibliográficas no campo da História.

À prof.^a Dr.^a Maria Nilvane Fernandes, pela oportunidade de participar de momentos formativos, de avaliação e pela solidariedade.

À Secretaria Municipal de Educação da cidade de Manaus, pela permissão para que eu me afastasse das atividades laborais para estudos, principalmente, à Secretária de Educação Dulce Almeida, à chefe da Divisão de Educação Infantil Cláudia Regina Rodrigues Nazaré Magalhães, à ex-chefe da Divisão Distrital Leste 2 Maria do Perpétuo Socorro Duarte da Silva Freitas, à Gerente Pedagógica da DDZ Leste 2 Prof.^a Mestre Maria Izânia Alves de Souza, à ex-gerente pedagógica Nilcilene Gouveia, ao ex-gerente administrativo Antônio Mário Martins Ferreira, à Gerente de Direitos e Deveres Kenia Tamara e à servidora Maria da Conceição Lima, da Divisão de Pessoal, à Coordenadora do Programa Qualifica Aldrey Noronha Ramos Oliveira.

Agradeço, em especial, à Wissilene Nelson de Oliveira Brandão, Gerente de Creches da SEMED/Manaus, por toda a consideração, gentileza e disposição em fornecer importantes informações e documentos; aos gestores Claudia Renata de Souza Fernandes, Danilo Batista de Souza e Raimunda Silva Barbosa de Moura; e às Assessoras Pedagógicas Rosangela Pinheiro Cunha, Lidiane Andrade Colares e Márcia Rejane da Silva Carmim, por todo o auxílio dispensado.

À FAPEAM, pelo financiamento que tornou viável o desenvolvimento da pesquisa.

Aos servidores da Biblioteca Pública do Amazonas, especialmente, às bibliotecárias Maria Clara Bentes, Pâmela Silva de Souza e estagiário Rafael Segadilha Pereira, Brito pelo atendimento atencioso e prestativo.

Ao Gerente Executivo do INSS Raimundo Pereira Silva Neto, pela autorização para a pesquisa e utilização dos documentos da LBA, e aos servidores Alberto Augusto Lima de Farias e Aureliano Batista Leal pela paciência, benevolência e solicitude durante a coleta da documentação.

Agradeço, particularmente, à Jessye Barroso Valente por toda a cooperação com a pesquisa documental no INSS.

Ao Prof. Dr. Adriano Fernandes Ferreira, diretor da Faculdade de Direito da UFAM e ao prof. Dr. Thiago Augusto Galeão de Azevedo, da Faculdade de Direito da UFAM, pela atenção e assessoria jurídica quanto aos documentos necessários para a utilização das fontes, prestada de forma magnificente.

A todas as ex-servidoras de Creches Casulo, da LBA e de Secretarias Municipais e Estadual no Amazonas, que contribuíram, generosamente, com a pesquisa: Ângela Maria Bessa Freire, Terezinha de Jesus Monteiro Gomes, Rita de Cássia Monteiro Buiati, Sebastiana Alves de Assis, Raimunda Ripardo Maciel, Maria Deuvani da Encarnação Serrão, Maria Sulamita Fernandes Freires, Jesseleide Alves Queiroz, Cláudia Yvone de Oliveira e Maria Inês Corrêa Pereira.

À Prof.^a Mestra Alessandra Pinheiro Ferreira (em memória), pela sua generosidade em doar valiosos livros que fundamentaram minhas produções e à professora Telma Malheiros de Mendonça (em memória), cujas vidas foram interrompidas pela COVID-19, meus agradecimentos pelo apoio.

Ao jornalista Paulo André Nunes, pela consideração e préstimos.

A todos os amigos e colegas de caminhada, principalmente, aos professores: Abel Bezerra dos Santos, Lilianny Carvalho de Oliveira Costa, Luciana Correa Borel, Márcia da Silva Pedroza, Francinete Soares de Castro, Margarida Maria Buriti Moura, Maria Crysla Melo de Souza, Meiri Santos de Freitas, Rita Clay Castro Viana, Missiane de Souza Santiago, Linda Helena Félix de Moura, Flávia Cristiane do Nascimento Silva, Lissandra Muniz da Silva, Camila Nobre Pinheiro, Sumaya Araujo Justa, Victória Soares dos Santos, Deise Cristina de Oliveira Gomes e Maria de Jesus do Carmo de Araújo, pelo companheirismo e benevolência.

Aos colegas do PPGE: Aline Janell de Andrade Barroso Moraes, Ana Paula Lima Carvalho de Oliveira, Sinara Narciso de Lima Aguiar, Andréa Drumond Bonetti, Diego Pires de Souza, Paula Rejane de Araújo Valente e a todos os doutorandos da minha turma, 2019/2, em especial: Luciano Santos Magalhães, Priscila Vasques Castro Dantas, Priscila Thayane de Carvalho Silva, Leandro Harisson da Silva Vasconcelos, Rair de Lima Nicácio e Amanda Ramos Mustafa pela partilha.

À querida e atenciosa Prof.^a Dr.^a Antonia Silva de Lima, pela revisão de Língua Portuguesa.

À Nina Mesquita Petek, pela tradução do resumo para Língua Inglesa.

Ao Prof. Nelson José de Castro Peixoto, parceiro da esperança, por todo o apreço e gentileza nessa jornada.

Ao jornalista e historiador Abrahim Sena Baze, pela benevolência em disponibilizar informações e por me dizer certa vez: “um dia ainda hei de te ver doutora”, e a todos aqueles que não pude mencionar aqui, mas que, em algum momento, rezaram por mim e compartilharam palavras de conforto, incentivo, e que me auxiliaram nos momentos em que pensei em desistir.

A todos vocês, meu muito obrigada!

Sementes do amanhã

*Ontem um menino que brincava me falou
Que o hoje é semente do amanhã
Para não ter medo, que esse tempo vai passar
Não se desespere não, nem pare de sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será*

Gonzaguinha

RESUMO

Esta tese apresenta uma pesquisa histórica sobre as Creches Casulo, da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Amazonas, entre os anos de 1979, data da inauguração da primeira creche do Estado, e 1999, período determinado pela LDB 9394/96 para a transferência de creches da Assistência Social para a Educação. Parte-se da premissa de que o contexto de surgimento dessas creches foi de operacionalização de projetos para atendimento em massa de crianças entre 0 e 6 anos de idade, executados a baixo custo, vinculados com organismos multilaterais, em resposta às exigências do Unicef, como a diminuição das pobreza extremas em esferas materiais e culturais. O método histórico foi operado, com abordagem social e cultural, tendo como procedimentos e instrumentos: a pesquisa documental, por meio de periódicos e documentos oficiais e não oficiais, e a pesquisa oral, por meio de entrevistas e relatos orais. Os resultados evidenciaram que a ampliação do atendimento nas Creches ocorreu em unidades operacionais de execução direta, administradas pela LBA, e indireta, conveniadas com outros órgãos públicos e privados, inseridos nos preceitos alvitados pela Doutrina de Segurança Nacional- DSN. No Amazonas, o projeto serviu para direcionar recursos às creches já existentes no estado, implementar metodologias voltadas às crianças e propagar a ilusão de que todas as iniciativas, voltadas para o atendimento na creche e pré-escola, eram produto do governo federal, por meio do Projeto Casulo. As notícias sobre creches se intensificaram, principalmente, na década de 1980, propagando ações governamentais municipais, estaduais e federais, e de seus governantes, por meio da veiculação em jornais locais e nacionais. Infere-se que essa ampla divulgação tenha repercutido no trabalho voluntário dos comunitários e nos cuidados infantis, assumindo, ainda que forma paliativa, atribuições que deveriam ser do poder do Estado. Apresentamos aspectos do atendimento realizado em 14 Creches Casulo, 6 em Manaus e 8 em municípios do interior do Amazonas. Constatamos a presença de componentes da cultura material das Creches Casulo, como uniformes, mobília (mesas, cadeiras, berços, redes etc.), e a presença de um espírito cívico muito forte que ainda permeia as instituições escolares até o presente. Os trabalhos nas Creches Casulo eram organizados por meio de rotinas próprias e esquemas de conteúdo que incluíam as festividades do Calendário, tais como Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia das Crianças e Natal, além das tradicionais comemorações dos aniversariantes e Festa de Formatura. Os momentos formativos proporcionados pelos servidores da LBA, eram desenvolvidos a partir de concepções oriundas do construtivismo. Compreendemos que as personagens dessas creches, em seus espaços e tempos, construíram culturas próprias, a partir da realidade material experienciada. Com a ofensiva neoliberal e suas estratégias políticas de privatizações, o Estado reduziu sua responsabilidade pela manutenção de políticas essenciais como educação e saúde. Com a reorganização do Estado e a municipalização, as Creches Casulo de execução direta foram sendo desativadas. A LBA foi extinta em 1995, as crianças das creches encaminhadas para instituições conveniadas. Algumas existentes até hoje e, muitas outras transformaram-se em CMEIs ou escolas de Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Creche Casulo. Legião Brasileira de Assistência. Educação Infantil no Amazonas. História da Educação no Amazonas.

ABSTRACT

This thesis presents a historical research on the "*Creches Casulo*" (Cocoon Daycare Centers) operated by the Brazilian Legion of Assistance (LBA) in the Amazonas region between 1979, when the first daycare center in the state was inaugurated, and 1999, a period marked by the Law of Guidelines and Bases for National Education (LDB 9394/96) for the transfer of daycares from Social Assistance to Education. Here, we presume that these daycare facilities emerged in the context of large-scale initiatives for the care of children up to the age of six, implemented at a low cost, in collaboration with multilateral organizations, meeting Unicef demands, such as reducing extreme poverty in material and cultural spheres. We used the historical method, incorporating a social and cultural approach, including documentary research from newspapers and official and unofficial documents, alongside oral research through interviews and reports. The findings reveal that the expansion of daycare centers occurred directly through operational units of direct execution managed by the LBA, and indirectly through accredited operational units, in accordance with the National Security Doctrine (DSN). In Amazonas, the project served to allocate resources to existing daycare centers, implement methodologies focused on children, and to propagate the illusion that all initiatives related to daycare and preschool were products of the federal government, through the Casulo Project. Through coverage in regional and national newspapers, news about these daycare centers increased, especially in the 1980s, supporting local, state, and federal government initiatives and their leaders. This extensive publicity influenced the voluntary work of community members for childcare, assuming, albeit in a palliative manner, responsibilities that should have been in the hands of the State. We present aspects of the services provided in 14 Casulo Daycare Centers, 6 in Manaus and 8 in municipalities in the interior of Amazonas. The existence of uniforms, furniture (tables, chairs, cribs, hammocks, etc.), and a very strong civic spirit that permeates the educational institutions to this day are all examples of the material culture of these daycares that we unearthed. The work at Casulo daycare centers was structured according to their own routines and lesson plans, which included celebrations for festivities such as Easter, Mother's Day, June Festival, and Christmas as well as traditional celebrations for birthdays and graduations. The formative moments provided by LBA employees were developed based on constructivist concepts. We understand that the individuals working in these daycares created their own culture in the context of their times and places based on the material reality they experienced. With the neoliberal offensive and its political strategies of privatization, the State reduced its responsibility for maintaining essential policies such as education and health. Later, with the State's reorganization and municipalization, directly operated Casulo daycare centers were gradually deactivated. The LBA was extinct in 1995, and the children from the daycares centers were transferred to partner institutions, some of which still exist today, while many others were transformed into Early Childhood Education Centers (CMEIs) or Elementary Schools.

Keywords: "Creche Casulo", Brazilian Legion of Assistance, Early Childhood Education in Amazonas, History of Education in Amazonas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Pesquisa na Biblioteca Pública do Amazonas.....	35
Figura 2- Pesquisa e digitalização no acervo do INSS.....	38
Figura 3- Exemplos de documentação encontrada no acervo do INSS.....	40
Figura 4- Entrevistas com as ex-servidoras de Creches Casulo/AM.....	43
Figura 5- Capa da Edição Histórica <i>52 ANOS DA LBA</i>	73
Figura 6- Antigas sedes da LBA/AM.....	74
Figura 7- Colônia de Férias da LBA/AM.....	77
Figura 8- Dirigentes da LBA/AM.....	80
Figura 9- Inauguração da 1ª Creche Casulo em Manaus.....	87
Figura 10- Inauguração de creche da LBA para 130 crianças.....	88
Figura 11- Mapa das Unidades Operacionais do Projeto Casulo em Manaus-1982....	93
Figura 12- Viagem de canoa para realização de visita técnica de supervisão. LBA. Amazonas. Déc. 1980.....	98
Figura 13- Viagem de barco para realização de visita técnica de supervisão. LBA. Amazonas. Déc. 1980.....	99
Figura 14- Construção da creche anexa à 1ª sede própria da LBA- AM.1978.....	109
Figura 15- Vistas da Superintendência do Patrimônio da União- Amazonas, 1ª sede própria da LBA-AM.2023.....	110
Figura 16- Vista aérea da Superintendência do Patrimônio da União-AM.....	111
Figura 17- Planta da Creche Ipê I.....	112
Figura 18- Lembrança da Creche e Cartão de Identificação.....	113
Figura 19- Lembranças escolares: 1982 e 1994.....	114
Figura 20- Planta da Creche Ipê II.....	124
Figura 21- Faixada e fundos do Centro Social nº 2.....	125
Figura 22- Vistas do CMEI Márcio Souza. 2022.....	126
Figura 23- Vista aérea do CMEI Márcio Souza. 2023.....	126
Figura 24- Planta da Creche Ipê III.....	128
Figura 25- 2ª sede própria da LBA-AM, 1987-1995.....	129
Figura 26- Vistas da Secretaria de Estado de Assistência Social.....	129
Figura 27- Vista aérea da Secretaria de Estado de Assistência Social-AM.....	130
Figura 28- Mapa das Unidades Operacionais do Projeto Casulo nos municípios do interior do Amazonas.1982.....	137

Figura 29- Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- AM...	138
Figura 30- Certificado de treinamento-Projeto Casulo.....	149
Figura 31- Contrato de Trabalho da LBA para o cargo de <i>Monitor PCA</i>	151
Figura 32- Alterações de salário da ex-recreadora de Creche Casulo.....	152
Figura 33- Visita de supervisão na Creche Casulo Genina Pinto Terco, São Sebastião do Uatumã- AM.....	155
Figura 34- Reunião com direção da creche Maria Licia Farias de Oliveira no município de Ipixuna-AM.....	156
Figura 35- Dificuldades enfrentadas durante viagem para supervisão à creche Maria Licia Farias Oliveira ao município de Ipixuna-AM.....	158
Figura 36- Ângela Freire ministrando aula para funcionárias de Creche Casulo em Maués. 1991.....	161
Figura 37- Treinamento para recreadoras de Creche em Maués. 1991.....	162
Figura 38- Pratos preparados durante o curso de alimentação alternativa. 1991.....	162
Figura 39- Participantes experimentando os pratos preparados durante o curso de alimentação alternativa. 1991.....	163
Figura 40- Capacitação para pessoa de Creche em Itapiranga-AM.....	166
Figura 41- Estudo de texto em capacitação para pessoa de Creche em Itapiranga- Amazonas. 1991.....	166
Figura 42- Capacitação para pessoa de creche em Itapiranga-AM. 1991.....	169
Figura 43- Exposição de trabalhos em capacitação para pessoa de Creche em Itapiranga-AM.1991.....	170
Figura 44- Ficha de inscrição para o treinamento de Creche. 1992.....	173
Figura 45- Exposição dos trabalhos das crianças. Dezembro de 1992.....	185
Figura 46- Brincadeira de roda na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.....	186
Figura 47- Brincadeira de roda na Creche Maria do Carmo Pinheiro, Carauari-AM. 1993.....	187
Figura 48- Hora do chuveiro na Creche Maria do Carmo Pinheiro, Carauari-AM. 1993.....	188
Figura 49- Fila para o almoço na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.....	192

Figura 50- Hora do almoço das crianças na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.....	192
Figura 51- Repouso das crianças na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.....	194
Figura 52- Hora da Merenda em uma Creche Ipê, Manaus-AM, 1983.....	195
Figura 53- Crianças no refeitório da Creche Ipê I, Manaus-AM, 1989.....	196
Figura 54- Crianças em refeitório da Creche Ipê, Manaus-AM, 1990.....	197
Figura 55- Hora da merenda ao ar livre na Creche Menino Jesus, Boa Vista do Ramos-AM. 1991.....	199
Figura 56- Hora da merenda na Creche Padre Mário Giudici, Manaus-AM. Déc. 1980.....	200
Figura 57- Hora da Merenda na Creche Maria do Carmo Pinheiro, Carauari-AM. 1993.	200
Figura 58- Hora do descanso na creche da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri-AM. 1994.....	201
Figura 59- Hora do descanso na Creche da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri- AM. 1994.....	202
Figura 60- Crianças da Creche Ipê I e Dirigente da LBA Maria Luiza Andrade de Menezes.....	205
Figura 61- Modelo de camiseta do uniforme da Creche Casulo Ipê.....	206
Figura 62- Dependências da Creche da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri-AM. 1994.....	208
Figura 63- Reunião com pais de alunos.....	210
Figura 64- Criança- out. 82. Variante Ipê I e II.....	215
Figura 65- Comemoração do Dia da Criança. Variante Ipê I e II.....	216
Figura 66- Creche da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri- AM.....	217
Figura 67- Programa Embala Brasil, Creche Ipê, 1994, Manaus- AM.....	221
Figura 68- Recreação no pátio, Creche Ipê, Manaus- Amazonas, 1994.....	222
Figura 69- Encerramento da Semana da Criança- Embala Brasil, Creche Ipê, Manaus- Amazonas, 1994.....	224
Figura 70- Creche Maria do Carmo Pinheiro, Manaquiri- AM.....	225
Figura 71- Comemoração dos aniversariantes na Creche Ipê II.....	226
Figura 72- Festinha do aniversariante do mês na Creche Ipê I, dez. 1989.....	227

Figura 73- Festa Caipira “São João” Creche Casulo Ipê I, 1989.....	228
Figura 74- Festa em homenagem às mães das crianças. Creche Casulo Ipê I, 1989.	229
Figura 75- Apresentação na Creche Ipê.....	231
Figura 76- Apresentação artística de criança na Creche Ipê.....	232
Figura 77- Festa da Família.....	233
Figura 78- Formandos Ipê I e II, 1982.....	235
Figura 79- Formatura das crianças da Creche Padre Mário Giudici.....	236
Figura 80- Crianças da Creche Padre Mário Giudici em desfile cívico.....	237
Figura 81- Crianças da Creche Ipê em desfile cívico. 1990.....	237
Figura 82- Crianças da Creche Ipê em desfile cívico. 1991.....	238
Figura 83- Festa de Natal IPÊ I e II.....	239
Figura 84- Filha de Ângela Freire, chefe da Creche Ipê, fantasiada de Papai Noel com a filha da recreadora Raimunda Ripardo Maciel no colo.....	240
Figura 85- Crianças da Creche Casulo Ipê, da LBA/AM, nas festividades do Natal de 1991.....	241
Figura 86- Coral natalino da Creche Casulo Ipê, na sede da LBA/AM.....	242
Figura 87- Crianças atendidas na Creche da sede da LBA em Manaus.....	243
Figura 88- Alunos da Creche Ipê na festa de confraternização.....	244
Figura 89- Visita da superintendente Elizabeth Morais à Creche Casulo Ipê.....	245
Figura 90- Rotina da Creche Tancredo Neves- Manaus-AM. 1996-1998.....	254
Figura 91- Festividades na Creche Tancredo Neves- Manaus-AM.....	257
Figura 92- Sedes da Creche Tancredo Neves- Manaus-AM. 1996-1998.....	258

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Demonstrativo de atendimento do Projeto Casulo no Amazonas - 1982.....	92
Tabela 2- Recursos financeiros despendidos.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dirigentes da LBA no Amazonas	75
Quadro 2- Metodologia e instrumentos utilizados no Projeto Casulo no Amazonas - 1982.....	95
Quadro 3- Recursos humanos existentes.....	96
Quadro 4- Cronograma físico de execução.....	97
Quadro 5- Créditos Suplementares publicados em decretos entre 1982 e 1984.....	101
Quadro 6- Plano de Atuação.....	181
Quadro 7- Rotina das turmas da Creche Ipê	184
Quadro 8- Cardápios da Creche Casulo Ipê	190

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCAM	Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia
ADEME	Associação Amazonense de Integração de Pais e Deficientes Mentais
ADM	Administração
AEF	Auxílio Econômico e Financeiro
AFIRSE	Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique en Education
AM	Amazonas
AM	Amplitude Modulada
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APC	Apoio a Projetos Comunitários
APLAN	Assessoria de Planejamento
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBIA	Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDOCPREV	Centro de Documentação da Previdência Social
CEMEF	Centro de Memória da FAETEC
CENESC	Centro de Estudos e Comportamento Humano
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CF	Constituição Federal
CIDC	Convenção Internacional dos Direitos da Criança
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COEPRE	Coordenação de Educação Pré-Escolar
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
Cras	Centros de Referência de Assistência Social
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEPRE	Coordenação de Educação Pré-Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COVID-19	Corona Virus Disease- 2019
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CTI	Comitê Técnico Interministerial
CVA	Central de Voluntários do Amazonas
DAS	Departamento de Assistência Social
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DI	Distrito Industrial
DN	Departamento Nacional
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DNMI	Divisão de Nutrição Materno Infantil
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DSS	Divisão de Serviço Social
EBN	Empresa Brasileira de Notícias
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EMEIs	Escolas Municipais de Educação Infantil
EPAED	Encontro Pan-Amazônico de Educação
FACED	Faculdade de Educação
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
FAPEAM	Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FINSOCIAL	Fundo de Desenvolvimento Social
FLBA	Fundação Legião Brasileira de Assistência
FM	Frequência Modulada
FNS	Fundação Nacional de Saúde
FRP	Formação e Reciclagem Profissional
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GEPRO	Gerência de Programas
GERAD	Gerência Administrativa
GRM	Gerência de Recursos Materiais
IAPAS	Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Instituto de Educação do Amazonas
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INC	Índice de Necessidade de Creche
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Planejamento Econômico e Social
IPHEM	Instituto de Pesquisa Heloísa Marinho
IVC	Instituto Verificador de Circulação
JPEG	Joint Photographic Experts Group
KM	Quilômetro
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
M2	Metro quadrado
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MLPC	Movimento de Luta Pró-Creche
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação

MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MS	Mato Grosso do Sul
MUDES	Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social
MUP	Microunidades de Produção
OBS	Open Broadcasting Software
OCR	Optical character recognition
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMEP	Organização Mundial de Educação Pré-escolar
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS/OMS	Organização Pan-Americana da Saúde da Organização Mundial da Saúde
ORTN	Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional
PAG	Plano de Ação do Governo Federal
PCA	Programa de Complementação Alimentar
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCIT	Pré-escola Creche Infante Tiradentes
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIM	Polo Industrial de Manaus
PTA	Plano Anual de Trabalho
PDF	Portable Document Format
PFF	Programa da Faixa de Fronteira
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Paraná
PROMEDLAC	Project Majeur dans le Domaine de l'Éducation en Amérique Latine et les Caraïbes
PRO-MENOR	Programa de Atendimento ao Menor em Situação Irregular
PRONAV	Programa Nacional do Serviço Voluntariado de Assistência Social
PROSAMIN	Programa Social e Ambiental de Igarapés
PTB	Piso Básico de transição
RADIOBRAS	Empresa Brasileira de Radiodifusão
RCA	Referencial Curricular Amazonense

SABs	Sociedade de Amigos de Bairro
SAS	Secretaria de Assistência Social
SDRH	Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos
SED/MS	Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEINPE	Seminário Interdisciplinar de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SESAS	Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social
SESAU	Secretaria de Estado da Saúde
SESI	Serviço Social da Indústria
SETRABES	Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social
SETRASS	Secretaria do Trabalho e Serviço Social
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPER-AM	Superintendência do Amazonas
THC	Teoria Histórico-Cultural
TV	Televisão
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
UOC	Unidades Operacionais Casulo
URAPE	Unidades de Reeducação Alimentar para o Pré-Escolar
USP	Universidade de São Paulo
ZFM	Zona Franca de Manaus

LISTA DE SÍMBOLOS

Cr\$- Cruzeiro

Cz\$- Cruzado

NCz\$- Novo Cruzado

R\$- Real

US\$- Dólar americano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	26
1 O PROJETO CASULO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NO AMAZONAS	33
1.1 Percursos e movimentos de investigação	33
1.2 Políticas públicas e contextualização: 1979-1999	44
1.3 Projeto Casulo: navegando entre as produções existentes	54
2 A IMPLEMENTAÇÃO DE CRECHES CASULO NO AMAZONAS NO PERÍODO DE 1979 A 1994.....	70
2.1 O Histórico da LBA no Amazonas	70
2.2 A LBA e o contexto de criação do Projeto Casulo	84
2.3 Projeto Casulo: inaugurações e convênios em Manaus	86
2.3.1 Características de execução	94
2.4 As Creches IPÊ: 1, 2 e 3.....	102
2.4.1 Creche IPÊ I.....	103
2.4.2 Creche IPÊ II.....	115
2.4.3 Creche IPÊ III/ Creche IPÊ.....	127
2.5 Creches e a interiorização da LBA no Amazonas	135
3 CRECHES CASULO NO AMAZONAS E A CULTURA ESCOLAR.....	148
3.1 Os processos formativos de professoras/ recriadoras das Creches Casulo	149
3.2 Práticas educativas das Creches Casulo	176
3.3 As festividades nas Creches Casulo	213
3.4 O que sobra das Creches Casulo após a LBA?	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
FONTES	263
REFERÊNCIAS	272
APÊNDICES	282
APÊNDICE A- ÍNDICE DO LEVANTAMENTO DOCUMENTAL NO JORNAL DO COMÉRCIO ORGANIZADO POR DÉCADA	283
APÊNDICE B- ÍNDICE DOS DIÁRIOS OFICIAIS DO AMAZONAS.....	289
APÊNDICE C – ÍNDICE DAS PRODUÇÕES SOBRE AS CRECHES CASULO	294
APÊNDICE D – ÍNDICE DO LEVANTAMENTO DOCUMENTAL	309
ANEXO A- RELATÓRIO DE SUPERVISÃO – CRECHES	326
ANEXO B- RELATÓRIO DE SUPERVISÃO DE CRECHES	336

APRESENTAÇÃO

Nos caminhos deste rio muita história pra contar
Natasha Andrade

Esta tese diz respeito à pesquisa desenvolvida sobre as creches Casulo no Amazonas, entre os anos de 1979 e 1999¹. O interesse sobre a temática da história da infância e da Educação Infantil, principalmente, a infância pobre, vem desde o curso de Mestrado em Educação, durante a elaboração da dissertação intitulada *Parques Infantis no Amazonas: 1940 a 1996*², defendida em 2018, que revelou os aspectos históricos sobre o Serviço Municipal de Parques Infantis, na cidade de Manaus, e sua propagação pelo Estado do Amazonas.

Outra motivação foi minha experiência preliminar como professora de Educação Infantil, pedagoga de Creche e assessora pedagógica no ensino público da rede municipal da cidade de Manaus, permeada por algumas situações que me incomodaram, principalmente, quanto às práticas pedagógicas, em instituições de Educação Infantil (creches e CMEIs), que privilegiavam exercícios repetitivos de cobertura de tracejados e reprodução de letras e números, desvalorizando atividades essenciais para o desenvolvimento da criança, como o brincar.

Este “caminhar”, iniciado em julho de 2019, teve muitas limitações: a primeira delas foi a necessidade de conciliar as atividades do doutorado com as atividades laborais, uma vez que o início do Curso coincidiu com o período em que eu ainda estava impossibilitada de obter uma nova licença para estudos, por meio do *Programa Qualifica*³, devido a cumprimento de exigência do prazo determinado pela Secretaria Municipal de Educação, referente à licença anterior para cursar o Mestrado, concluído em 2018. Apenas em julho de 2020 foi concedida nova autorização para afastamento pelo referido Programa para cursar o Doutorado.

¹ Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e com o apoio da CAPES.

² Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas, disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6738>.

³ Programa destinado à capacitação de servidor docente e/ou pedagogo da SEMED/Manaus em nível de pós-graduação “stricto sensu”.

Em outros quatro momentos a interrupção dos estudos se fez necessária para que eu pudesse acompanhar minha filha Kamilly, diagnosticada com síndrome nefrótica⁴ em outubro de 2019, que precisou ser internada por duas vezes por um período de, aproximadamente, 15 dias cada, durante os dois primeiros semestres, sendo que a dificuldade para conseguir atendimento, em julho de 2020, foi agravada devido à Pandemia da Covid-2019, somada à má administração dos gestores municipais que deixaram os filhos dos servidores desassistidos pelo único hospital que atendia pela *ManausMed*⁵, foi quando, primeiramente, precisei recorrer à imprensa⁶ para que Kamilly tivesse o direito à internação garantido, ainda que em hospital público, e depois à justiça para que ela pudesse fazer uma biópsia em caráter de emergência.

As outras três internações ocorreram entre os meses de maio e julho de 2023, enquanto me revezava entre os cuidados com minha filha no hospital e a tentativa de aprontar a versão final desta tese. Foi um contexto de instabilidade no quadro de saúde dela, encontrando-se, ainda em tratamento, com realização de consultas e exames mensais. Busquei conciliar as funções de pesquisadora, mãe de duas crianças em idade escolar⁷, esposa, filha e dona de casa, processo muito desgastante e desafiador, mesmo contando com rede de apoio.

A princípio, a pesquisa consistia em investigar: *Os espaços do brincar nas creches e nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) na cidade de Manaus*. Minha intenção, fundamentada na teoria histórico-cultural- THC, era perceber os motivos pelos quais o direito à educação com respeito ao desenvolvimento infantil ainda não era garantido, integralmente, nas práticas escolares, mesmo após essa garantia estar explícita nos documentos legais. Ao realizar uma primeira revisão de literatura, detectei muitas lacunas na historiografia da educação infantil no Amazonas e identifiquei carência de produções sobre alguns temas como a formação das professoras para a educação infantil, existência de creches, pré-escolas e jardins de infância nas décadas de 1970 a 1990 no Amazonas.

Diante disso, o projeto de pesquisa passou por seu primeiro redimensionamento no início de 2020, sob o título: *A formação das professoras para*

⁴ Distúrbio renal que causa excesso de eliminação de proteínas na urina.

⁵ Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos de Manaus.

⁶ Matérias publicadas em: <https://amazonas1.com.br/manausmed-suspende-atendimento-na-samel-e-servidora-paga-mil-reais-para-internar-filha/> e no Jornal *A Crítica* em 19/06/2020.

⁷ Kamilly, 12 anos e Henrique, 7 anos.

a educação infantil em Manaus entre as décadas de 1950 a 1990, com fundamentação no método histórico.

Nesse período, fiquei impossibilitada de realizar levantamento documental nos acervos físicos das bibliotecas, entre os meses de março de 2020 e setembro de 2021, em virtude da realidade pandêmica da COVID-19. No segundo semestre de 2020, surgiu a feliz oportunidade de a pesquisa ser coorientada pelo renomado professor Dr. Moysés Kuhlmann Júnior, na época da Fundação Carlos Chagas⁸.

Após os primeiros encontros de orientação e coorientação realizados via *Google Meet*, iniciei um primeiro levantamento documental nas edições digitalizadas do *Jornal do Comércio do Amazonas*⁹, pois era o único acervo viável para consulta, devido à COVID-19. A partir dos resultados, identifiquei a necessidade de um novo redimensionamento do objeto, com a formulação do seguinte problema de pesquisa: - Quais os principais aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais no contexto de implantação e implementação das creches Casulo no Amazonas, frente às relações nacionais e internacionais, enquanto projeto para atendimento em massa às crianças entre 0 e 6 anos de idade? Assim, houve a mudança na Linha de Pesquisa, até então situada na Linha 3 *Formação e Práxis do(a) Educador(a) frente aos Desafios Amazônicos*, para a Linha 2 *Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional*¹⁰, em virtude dos horizontes investigativos vislumbrados, diante das fontes encontradas, da afirmação de minha identidade enquanto pesquisadora em formação e dos desafios e dificuldades do Doutorado na Amazônia, em especial no campo da História da Educação Infantil.

O objetivo maior do estudo foi compreender os principais aspectos sociais, políticos e econômicos, situando o contexto de sua implementação, buscando entremear os vieses locais, aos nacionais e internacionais no período que vai da implantação do projeto Casulo no Amazonas, em 1979, da expansão das instituições

⁸ A pesquisa passou a integrar o Projeto Historiografia da Educação e da Infância: evidências e interpretações, apoiado pelo CNPQ e esta pesquisadora passou a ser integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Infância: políticas e práticas, da Fundação Carlos Chagas, coordenado pelo professor Moysés.

⁹ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁰ A mudança de Linha ocorreu após a conclusão da disciplina *Formação e Práxis do Educador: possibilidades, tensões e Contradições*, cursada no 1º semestre de 2020, obrigatória para a Linha 3, por isso precisei cursar também a disciplina obrigatória para a Linha 2 *Educação, Estado e Políticas Públicas*, no 1º semestre de 2021. A pesquisa, até então orientada pela Profª Drª Michelle de Freitas Bissoli passou a ser orientada pela Profª Drª Pérsida da Silva Ribeiro Miki, e, atualmente, está vinculada ao projeto *Políticas Públicas Educacionais na Amazônia: Perspectivas de Pesquisa pela História da Educação*.

conveniadas ocorrida até 1995, e o período pós LBA correspondente até 1999, prazo determinado pela LDB 9394/96 para a ocorrência da transferência das creches da Assistência Social para a Educação.

Os primeiros objetivos específicos da pesquisa, de forma mais ampla, foram: a) Identificar as políticas para a implantação de Creches no Amazonas e suas relações nacionais e internacionais no período de 1979 a 1999; b) Analisar os processos de implementação das Creches no Amazonas, no período de 1979 a 1999; e c) Descrever as Creches e seus sujeitos, assim como as formas de atendimento às crianças no Amazonas, mas no decorrer da pesquisa eles foram redimensionados para as Creches Casulo.

Movida pelo sentimento de “inquietude” (MIKI; GUIMARÃES; FREITAS, 2016), busquei me especializar no método histórico e em seus procedimentos de pesquisa por meio de cursos realizados entre os anos de 2020 e 2021, além dos encontros mensais para leituras, debates e reuniões de estudo com os integrantes do projeto de extensão *Na História Contando Histórias*¹¹. Também participei de 3 cursos sobre História da Infância¹², de 11 eventos¹³ e de 8 cursos sobre História e pesquisa histórica¹⁴, com o objetivo de ampliar meu arcabouço teórico e metodológico, e de

¹¹ Projeto criado pela professora Dr^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki em 2020, por meio do PIBEX emergencial, com o objetivo de construir um livro virtual animado, por meio da utilização de recursos via *web* e que pudesse auxiliar educadores e educandos com a elaboração de objetos de aprendizagem com o componente curricular de história, durante e após o período de isolamento social.

¹² A História Social da Infância e Juventude no Brasil- Instituto Bixiga de Pesquisa, Formação e Cultura Popular (2021); *Playground*, Escola de Saúde, Parque Infantil: Contribuições para a História- Universidade Federal do Pará/ ANPEd Nacional (2021); Educação para a Primeira Infância no Amazonas: Jardim de Infância e Curso- Universidade Federal do Pará (2021).

¹³ XIX Seminário Interdisciplinar de Pesquisa e Pós Graduação e II Encontro Pan-Amazônico de Educação (2020); I Jornada Acadêmica de Pedagogia da Faculdade Cosmos de Manaus (2020); Ciclo de Debates: Diálogos sobre Pedagogia, Gestão da Educação e Gestão Escolar (2020); Live 1- Questões para a História da Infância e da Educação Infantil (2020); II Congresso Nacional do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Família e Escolarização - UNESP-CNPq (2021); 40^a Reunião Nacional da ANPEd (2021); 3^a Reunião Científica Regional, ANPEd Norte *Online* (2021); Encontro Anual do Grupo de Estudos e Pesquisa Infância, Cultura e História- Universidade Federal de São Paulo (2021); *Seminario Internacional sobre la organización y funcionamiento de la educación preescolar en América Latina* (2022), XX SEINPE (2022).

¹⁴ Imprensa Periódica como fonte e/ou objeto para a pesquisa em História da Educação- Universidade Federal do Pará (2019); Arquivologia, História e Patrimônio: possibilidades de reflexão para uma história das instituições, acervos e práticas arquivísticas- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2020); A imprensa periódica como fonte para a História da Educação- Centro de Memória da FAETEC, CEMEF (2020); Curso de Formação em História Oral- Associação Brasileira de História Oral (2021); Aulas com Memórias: Entre Guardar, Ensinar e Pesquisar- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021); Na História Contando Histórias: *making off* livro animado- Universidade Federal do Amazonas (2021); Ricoeur e Chartier: des(dobras) e entrelaçamentos na urdidura das pesquisas- Universidade Federal de São Paulo (2021); Notas sobre a formação do campo da História da Educação no Brasil- Universidade Federal do Amazonas (2021).

conhecer o que estava sendo produzido em nível nacional no campo. Expusemos¹⁵ os trabalhos *Higienismo, Menorismo e Serviços de Parques Infantis em Manaus* (VASCONCELOS; MIKI; 2021), no XIX Seminário Interdisciplinar de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - SEINPE e II Encontro Pan-Amazônico de Educação - EPAED 2020/2021, *Parque Dez de Novembro e Parque Infantil Ribeiro Júnior: Controle da Criança manauara na década de 1940* (VASCONCELOS; MIKI, 2021), na 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte, resultado da dissertação de mestrado. Neste evento, divulgamos ainda o trabalho *A Formação de Professores na História da Educação Infantil em Manaus de 1943 a 1995* (VASCONCELOS, BISSOLI, KUHLMANN JR., 2021). Na 40ª Reunião Nacional da ANPEd expusemos o pôster *Creches Casulo, LBA, Jornal do Comércio: Manaus, 1970 e 1980* (VASCONCELOS; KUHLMANN JR.; MIKI, 2021), no Colóquio Internacional da AFIRSE e XI Colóquio Nacional da AFIRSE/Secção Brasileira apresentamos o trabalho *Creches no Amazonas: Infância, História e Educação, 1979-1999* (VASCONCELOS; MIKI; KUHLMANN Jr., 2022), e no XX SEINPE comunicamos o resumo *Fontes de Pesquisa no Amazonas: Periódicos e História da Educação* (VASCONCELOS; KUHLMANN Jr.; MIKI, 2022).

Após descrição e análises das fontes, conseguimos definir o nosso objeto de estudo sobre a história das Creches no Estado do Amazonas, que, após o Relatório de Qualificação, durante verificação da documentação selecionada e descrita, ficou delimitado como *Creches Casulo no Amazonas: Infância, História e Educação, 1979-1999*. A pesquisa sobre essas Creches, implantadas pela extinta LBA no país e, suas relações nacionais e internacionais frente às características de implantação e implementação, junto aos sujeitos que trabalharam ou estudaram nessas instituições, compreende-se como uma pesquisa histórica de abordagem social e cultural (HOBBSAWM, 1998; GINZBURG, 2002; THOMPSON, 1981; WILLIAMS, 1992) e de história oral, enquanto técnica (MEYHI, 2005; ALBERTI, 2013).

Esta tese está organizada em três seções. A primeira intitulada: *O Projeto Casulo e sua Contextualização no Amazonas*, apresentamos os *Percursos e movimentos de investigação, as Políticas públicas e contextualização: 1979-1999*, e o

¹⁵ A partir daqui adotaremos 1ª pessoa do plural, por compreendermos que esta tese não é só da pesquisadora, mas resultado da dedicação de todos os sujeitos envolvidos (orientadores e participantes da pesquisa).

Projeto Casulo: navegando sobre as produções existentes, em que expomos os trabalhos levantados em âmbito nacional sobre o tema.

A Seção II, *A implementação de Creches Casulo no Amazonas no período de 1979 a 1994*, está subdividida na seguinte estrutura: *O Histórico da LBA no Amazonas*, onde narramos como a LBA se instalou no estado; *A LBA e o contexto de criação do Projeto Casulo*, onde descrevemos como as notícias sobre as creches da LBA foram divulgadas em periódicos locais e apareciam acompanhadas de outras ações promovidas pela instituição e, por organismos multilaterais; *Projeto Casulo: inaugurações e convênios em Manaus*, onde identificamos as primeiras creches existentes e apresentamos as notícias sobre as primeiras inaugurações; *As creches IPÊ: 1, 2, e 3*, em que apresentamos as propostas e planos de trabalho das três creches de execução direta da LBA em Manaus; e *Creches e a interiorização da LBA no Amazonas*, constando o mapeamento das unidades operacionais conveniadas ao Projeto Casulo existentes no interior, identificando as instituições conveniadas, seus nomes e respectivas localizações.

Na Seção III, intitulada *Creches Casulo no Amazonas e a Cultura Escolar*, descrevemos: *Os processos formativos de professoras/ recreadoras das Creches Casulo*, apresentando documentos e memórias relacionadas aos cursos, reuniões e outros eventos formativos, os tempos e espaços para as formações dos adultos que lidavam com as crianças e sua remuneração. Em *Práticas educativas das Creches Casulo* abordamos os aspectos da cultura escolar das creches, detalhando as atividades diárias desenvolvidas: fardamento, mobiliário, alimentação, orçamento destinado e outros aspectos sobre o funcionamento destes espaços. No segmento *As festividades nas Creches Casulo*, apresentamos as principais comemorações desenvolvidas em 14 Creches Casulo existentes em Manaus e, em alguns municípios do interior.

Por fim, em *O que sobra das Creches Casulo após a LBA?* tratamos dos motivos do fim da LBA, das políticas existentes, do processo de municipalização e o que aconteceu com algumas unidades que atendiam crianças de 0 a 6 anos pós a promulgação da LDB 9394/96.

A palavra *Creche*, que em francês significa manjedoura, no Brasil já vinha sendo utilizada desde o final do século XIX, não sendo um termo para definir espaços que atendiam crianças pobres, mas era a denominação desta instituição educacional. Na década de 70, o termo *Creche* foi combinado pela LBA com outro: *Casulo*, palavra

que pode representar “envoltório” de alguns seres animados e inanimados como: insetos, aracnídeos, sementes, plantas, ovos, chaves, bomba, ou minhocas “boas iscas de pesca” (NOME.ME, 2023).

Não conseguimos identificar que analogia a LBA fazia da criança, ao adotar essa combinação, para caracterizar essas instituições. O fato é que o ex-presidente da LBA, responsável pela implantação do Projeto Casulo no país, o engenheiro civil e especialista em engenharia econômica Luiz Fernando Pinto (2002, p. 3, 7, 13, 16-17), considerava *Casulo* um “jargão”, “uma palavra linda”, “santa”, “um nome gostoso para a comunidade”. Pinto, em entrevista à FGV, relembra que foi um projeto “estrondoso”, “avassalador”, “a maior usina de sorrisos desse país”, “tinha creche em navio abandonado, em vagão, em escola, dentro de um clube. Criança é pequenininho, cabe em qualquer lugar- uma graça”. O fato é que esse nome nos causou enorme curiosidade e desejo de conhecer essa história, buscando transmiti-la neste trabalho de forma mais fidedigna possível.

Por fim, reconhecemos o quão desafiador é o ofício de historiar, especialmente, a Educação Infantil (pública) no Amazonas, a criança (pobre), a mulher (trabalhadora), mas caminhamos, corajosamente, por acreditarmos que esta produção contribuirá, significativamente, para o campo da história da educação Infantil do Amazonas.

Convidamos o leitor a embarcar nesta “canoa” conosco, para conhecer este trabalho cujas seções estão adornadas com trechos da música *Caminhos de Rio*¹⁶ pelo fato de introduzir de forma poética a ideia central de cada uma delas.

¹⁶ De Natasha Andrade, interpretação de Márcia Siqueira, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SulEv-Fhedc>.

1 O PROJETO CASULO E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO NO AMAZONAS

Navegar nesta canoa é ter o mundo para se entranhar
Natasha Andrade

1.1 Percursos e movimentos de investigação

Diante do tamanho do objeto de pesquisa, buscamos problematizar a riqueza quantitativa das diversas fontes encontradas, historicizando-as e articulando as informações entre elas, no estudo dos contextos nos quais foram produzidas. Primeiramente, iniciamos com o levantamento bibliográfico sobre o tema para compreender o objeto e subsidiar as problematizações e análises, frente aos documentos da investigação. O levantamento documental foi realizado no acervo do *Jornal do Comércio* existente na *Hemeroteca Brasileira Digital* que foi organizado em um índice (APÊNDICE A, p. 282) no *Microsoft Word*, onde verificamos por meio dos descritores “creche”, “jardim de infância” e “educação infantil”, uma expressiva ocorrência de notícias sobre creche, principalmente, na década de 1980¹⁷.

Na análise destas publicações nas edições do *Jornal do Comércio* do Amazonas, década de 1980, debruçamo-nos em compreender melhor do que se tratava e em procurar outros documentos que nos trouxessem mais informações sobre o tema. Fomos em busca dos *Diários Oficiais do Amazonas* e, descobrimos que as edições se encontram digitalizadas e disponíveis, gratuitamente, na página eletrônica da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas¹⁸. A partir do descritor “Creche Casulo”, encontramos 36 publicações, que também foram organizadas em índice (APÊNDICE B, p. 289), em um quadro no *Microsoft Word*.

Outros levantamentos bibliográficos e documentais foram realizados na página *História da Educação e da Infância*¹⁹, da Fundação Carlos Chagas, onde encontramos

¹⁷ Também realizamos uma pesquisa no acervo disponível no aplicativo *Jornal do Comércio do Amazonas*, mediante um acesso cortesia disponibilizado pelo Jornal por um período de 30 dias. Mas por problemas de lentidão no manuseio das edições, sendo que muitas delas estão incompletas, optamos por continuar a pesquisa na plataforma da *Hemeroteca Digital Brasileira*.

¹⁸ Disponíveis no endereço eletrônico <https://diario.imprensaoficial.am.gov.br>

¹⁹ Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>

outras referências e documentos sobre o Projeto Casulo. Também pesquisamos referências bibliográficas na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD* e no *Google Acadêmico*, por meio dos descritores “Projeto Casulo”, “Creches Casulo”, “Creche” e “História da Educação”; verificamos 48 produções, dentre as quais observamos que 19 continham poucas informações sobre o Projeto, restando 28 que apresentavam mais ocorrências da palavra “casulo”.

Ao realizarmos uma segunda análise nessas produções e indicações durante e após o exame de qualificação, selecionamos 22 trabalhos, 4 artigos, 8 dissertações e 3 teses, além de 4 livros e 3 capítulos de livros que descobrimos nas referências dessas pesquisas. O critério de seleção se deu pelo fato de encontrarmos nelas informações essenciais sobre o Projeto Casulo no Brasil que nos permitiram compreender sua origem, implantação, desenvolvimento e extinção entre os anos de 1978 e 1995.

Os documentos selecionados foram postos em uma pasta nomeada como “Casulo” e, renomeados por ordem numérica de 1 a 22, seguidos de título e informação de autoria, cujo critério de organização foi a sequência cronológica de publicação. Após isso, elaboramos um índice (APÊNDICE C, p. 294) em um quadro no *Microsoft Word*, composto por 6 colunas: número, tipo, título, resumo/conteúdo, autoria, ano.

Utilizamos, ainda, uma entrevista disponibilizada no acervo da *Fundação Getúlio Vargas* e documentos pessoais como fotografias, relatos, certificado, carteira de trabalho, doados por ex-servidoras da LBA e de Creches Casulo conveniadas. Assim, coletamos documentos tradicionais, “documentos textuais, registrados em suporte convencional, suporte em papel”, e documentos especiais, “registrados em suportes variados, sonoros, iconográficos, digitais, [...] entre outros.” (RIBEIRO, 2016, p. 8).

Apenas no segundo semestre de 2021, após a vacinação das duas doses contra a COVID-19 e a volta de atendimento presencial, em alguns órgãos públicos, conseguimos agendar via *e-mail* uma pesquisa presencial na Biblioteca Pública do Amazonas (FIGURA 1, p. 35), onde coletamos documentos nas edições do *Jornal do Comércio* e do *Jornal A Crítica*, que também serviram como fonte para o artigo *Educação Infantil e Mulheres no Jornal do Comércio: Manaus, década de 1970*, de Kelly Vasconcelos e Moysés Kuhlmann Jr. (2022), publicado na revista *Cadernos de História da Educação* e no manuscrito *As creches Casulo no Amazonas, 1979-1990*,

de Kelly Vasconcelos, Moysés Kuhlmann Jr. e Pérsida Miki (2022), aceito para publicação no periódico *Educar em Revista*. Além disso, para compreendermos o campo no qual essa pesquisa está situada, produzimos uma revisão de literatura intitulada *História da Educação: formação do campo nos estados do Amazonas e Pará* (VASCONCELOS, SOUZA e MIKI, 2023) publicada na *Revista Brasileira de História da Educação*.



Figura 1: Pesquisa na Biblioteca Pública do Amazonas.
Fonte: própria (2021).

Buscamos analisar as publicações dos periódicos, a partir das recomendações de Tânia Regina de Luca (2005), historicizando a fonte, observando as “condições técnicas”, “averiguação” e dos motivos pelos quais foram escolhidas. Também nos fundamentamos em Cruz e Peixoto (2007, p. 259), compreendendo a imprensa:

[...] como força social que atua na produção da hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.

O *Jornal do Commercio*, existente desde 1904, conhecido por ser o Jornal da situação, representava a voz do Estado e de empresários, reproduzindo, por vezes, notícias publicadas no *Diário Oficial do Amazonas*. Na década de 70, sob o nome *Jornal do Comércio*, era dirigido pelo jornalista acreano Epaminondas Barahuna e

contava com moderno sistema de impressão *off-set*²⁰, avançado para a época. O Jornal era “propriedade dos Diários Associados” desde 1945 a 1984, quando foi adquirido por Guilherme Aluizio de Oliveira Silva, empresário amazonense e passou a adotar a tríade “economia, política e entretenimento”, diferenciando-se dos outros jornais por se afastar de aspectos em comum entre eles, a exemplo das páginas policiais. Em 1987, foi o primeiro jornal da Região Norte a ter um selo de garantia, o Instituto Verificador de Circulação- IVC; em 1989, tornou-se o primeiro a adquirir um sistema de informática sofisticado e, em 1990, foi pioneiro em publicar edições com fotografias a cores (CARVALHO, 2022).

O Jornal *A Crítica*, existente desde 1949 até os dias de hoje, foi fundado por Humberto Calderaro Filho, que presidiu a empresa até o seu falecimento em 1995. Em 1969, o Jornal incorporou o *slogan* “De mãos dadas com o povo”, e a partir da década de 70 adotou “[...] uma postura editorial mais alinhada aos interesses regionais e o acompanhamento efetivo dos avanços tecnológicos [...]”, tornando-se um dos jornais de maior circulação do Amazonas (LUFT, 2005, p. 33).

O apoio à Zona Franca de Manaus - ZFM, o espaço deixado pelo fechamento dos jornais concorrentes, *O Jornal e Diário da Tarde* e, a parceria com os militares, contribuíram para a consolidação de *A Crítica* nos anos 70, que também foi laboratório para que a empresa IBM, instalada na ZFM, pudesse testar o sistema *off-set* em cores, motivo pelo qual o Jornal reivindicava o pioneirismo em nível nacional pelo fato de ter instalado o referido sistema.

Entre 1980 e 1990, a empresa passou por um processo de informatização, com a aquisição de computadores e scanners e, em 1992, inaugurou novo prédio, a *Cidade das Comunicações*²¹, adquirindo computadores e microcomputadores de última geração, uma impressora DEV-Horizonte que imprimia 60 mil jornais por hora e “[...] um aparelho Rempac, instalado pela Embratel para o recebimento das matérias das agências noticiosas [...]”. Em 1995, após o falecimento de Humberto Calderaro, o Jornal *A Crítica* passou a ser administrado por sua filha Cristina Corrêa e sua esposa

²⁰ “(impressão indireta, com maior custo-benefício e qualidade, pois impedia a danificação do papel pela tinta). Garantindo a impressão de 14.000 mil exemplares por hora, foi a primeira da região Norte e uma das primeiras do Brasil, ao lado da instalada no Correio Brasiliense, também dos Diários Associados.” (CARVALHO, 2022, p. 6).

²¹ Complexo da Rede Calderaro de Comunicações, situado na Avenida André Araújo, 2373, Aleixo-Manaus, Além de sediar o *Jornal A Crítica*, no local também funcionam as Rádios *A Crítica FM* e *Jovem Pan FM*, a TV *A Crítica*, a *RedeTV!Manaus*, o tabloide *Manaus Hoje*, entre outros veículos.

Ritta de Cássia de Araújo Calderaro²² (TAVEIRA, 2001; p. 9; LUFT, 2005; ACRÍTICA.COM, 2016).

Diante das informações dispersas (CRUZ; PEIXOTO, 2007) e insuficientes, buscamos informações sobre o objeto de pesquisa em outros documentos. Conseguimos registros memorialísticos de ex-servidoras da LBA, obtidos com a ajuda da professora Ângela Freire, ex-chefe de creche da LBA, cujo contato inicial foi estabelecido no grupo do *Facebook* intitulado *Manaus de Antigamente*, que se especializou em receber, selecionar e publicar registros imagéticos, que retratam a Manaus antiga: prédios, eventos em geral, fotografias pessoais. Na postagem realizada por nós, em 27 de julho de 2021, perguntamos se havia, entre os membros do Grupo, alguém que trabalhara em alguma Creche Casulo, entre os anos de 1980 e 1990.

A partir da manifestação nos comentários da professora Ângela Freire, que se identificou com ex-chefe de creche, entramos em contato por meio de mensagem privada e percebemos amizade em comum com o professor Dr. Paulo Ricardo Freire de Souza²³. Recorremos a ele para reforçar nosso interesse em contatá-la, ao que nos respondeu, gentilmente, informando que se tratava de sua tia e, intermediando a comunicação, também pelo *WhatsApp*, onde pudemos apresentar os objetivos da pesquisa e solicitar informações complementares a ela.

Por meio da professora Ângela Freire, conseguimos os telefones de outros ex-funcionários da LBA, que nos cederam documentos pessoais e informações valiosas para a pesquisa. Com isso, constituímos uma rede de informações, inclusive com a criação de um grupo do *WhatsApp* durante a pandemia. Tal procedimento nos levou a buscar os fundamentos da história oral, pois as fontes existiam, porém eram escassas e dispersas.

Além disso, conseguimos identificar junto a algumas funcionárias mais antigas da SEMED- Manaus, depoimentos de ex-servidoras de Creches Casulo conveniadas com a LBA.

²² Também era professora de desenho, assistente social e filha de André Vidal de Araújo. Após a morte do esposo, esteve à frente do jornal durante 21 anos, até 2016, ano em que Ritta faleceu.

²³ Conhecido, artisticamente, como Paulinho Kokay, é professor Associado III, vinculado ao Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, pós-doutor pela Universidade de Lisboa, Portugal, formado em Pedagogia e Psicologia. Também é músico, compositor e cantor profissional, premiado em vários festivais.

Em meio a esta rede de sujeitos estava o senhor Ramiro da Silva²⁴ que, no final de 2021, nos recomendou a ida ao acervo da LBA, que possivelmente, estaria na Gerência Executiva do INSS. Em março de 2022, quase um ano depois do estabelecimento dessa rede de sujeitos, após o retorno do atendimento presencial aos órgãos públicos, comparecemos até à Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS²⁵, onde fomos encaminhados ao Centro de Documentação da Previdência Social- CEDOCPREV²⁶. No local, foi confirmada a existência do acervo da LBA e, nos foi permitida a pesquisa, a partir do dia 14 de março/2022, onde coletamos os documentos, diariamente, em período integral até 4 de abril de 2022.

Cabe salientar que tivemos grande dificuldade em garimpar os documentos devido à ausência de critério na organização e de identificação do conteúdo. A coleta foi realizada por meio da digitalização em *scanner* cedido pela Instituição e por meio de fotografias obtidas com câmera de *Smartphone* pessoal²⁷ (FIGURA 2, p. 38).



Figura 2: Pesquisa e digitalização no acervo do INSS.
Fonte: própria (2022).

²⁴ Nome fictício.

²⁵ Localizado à Av. Sete de Setembro, 280, Centro.

²⁶ Situado na Avenida Codajás, nº 26 A, bairro Cachoeirinha.

²⁷ Também contamos com a ajuda da discente do curso de Pedagogia e integrante do projeto de extensão “Na História contando histórias” (FACED/UFAM) Jessye Barroso Valente, e orientanda de Iniciação Científica, da Prof.^a Dr.^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki, que nos auxiliou com a coleta dos documentos durante dois dias por um período de 4 horas cada.

Verificamos 1.680 caixas-arquivos, dentre as quais, selecionamos 214 para análise, por apresentarem, em seu conteúdo, documentos sobre creches. A maioria das caixas era de plástico, bastante desgastadas devido ao tempo, algumas se quebrando e se esfarelando, causando risco de corte durante o manuseio, as outras eram de papelão, em melhor estado de conservação.

Muitas destas caixas continham processos organizados em pastas na cor amarela, em papel de textura similar à cartolina, presos por colchetes enferrujados. Na parte superior da capa havia o brasão seguido da identificação da LBA e abaixo, o cabeçalho informando o *INTERESSADO* e o *ASSUNTO*. Um quadro, ocupando a parte inferior do documento, composto por 4 colunas: *ENCAMINHAMENTO, DATA, ENCAMINHAMENTO, DATA*; e 18 linhas nas quais registravam-se os locais e datas, à medida que a documentação transitava pelos setores da Instituição.

Dentro das caixas e pastas encontramos e coletamos 3.090 documentos de tipologia diversificada: solicitações e/ou renovação de convênio (s), planos, propostas, relatórios de visita, prestação de contas, fotografias, processos, memorandos, plantas das creches, livretos, boletins, folhetos, faxes, notas fiscais, termos de convênios, recibos, licitações e até modelo de uniforme da Creche Casulo Ipê (FIGURA 3, p. 40). Após a coleta, solicitamos permissão para utilização dos documentos junto à Gerência Executiva do INSS, que foi deferida por meio do Despacho de número 850674, em 15 de agosto de 2022.

Toda esta documentação digitalizada nos formatos *PDF* e *JPEG* foi organizada em três pastas: *CAMPANHAS, LIVRETOS E BOLETINS; CRECHES DE MANAUS, E MUNICÍPIOS*, e várias subpastas de acordo com o assunto e tipo de documento. Após isso, elaboramos um índice (APÊNDICE D, p. 309) para facilitar a localização. Algumas vezes, foi necessário o uso do site *PDF 24 Tools* para juntar, converter os documentos de *JPEG* para *PDF* e de *PDF* para *OCR*²⁸.

Mais recentemente, em maio de 2022, encontramos três dossiês da década de 1980 sobre a LBA no Amazonas disponíveis no acervo do *Arquivo Nacional*²⁹, localizados por meio do descritor “LBA Amazonas”, trazendo informações sobre a atuação da LBA nos municípios da Faixa de Fronteira, com um documento sobre o

²⁸ *Optical character recognition* ou reconhecimento de caractere óptico, é um recurso que converte imagem de texto em texto decifrável por máquina, o que possibilita, por vezes, a localização por meio da ferramenta busca e a manipulação parcial dos textos contidos nos documentos. Disponível em: <https://tools.pdf24.org/pt/>.

²⁹ Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

Projeto Casulo e irregularidades administrativas de Belmiro Jorge Rodrigues da Costa (ex-superintendente da Instituição no Amazonas).

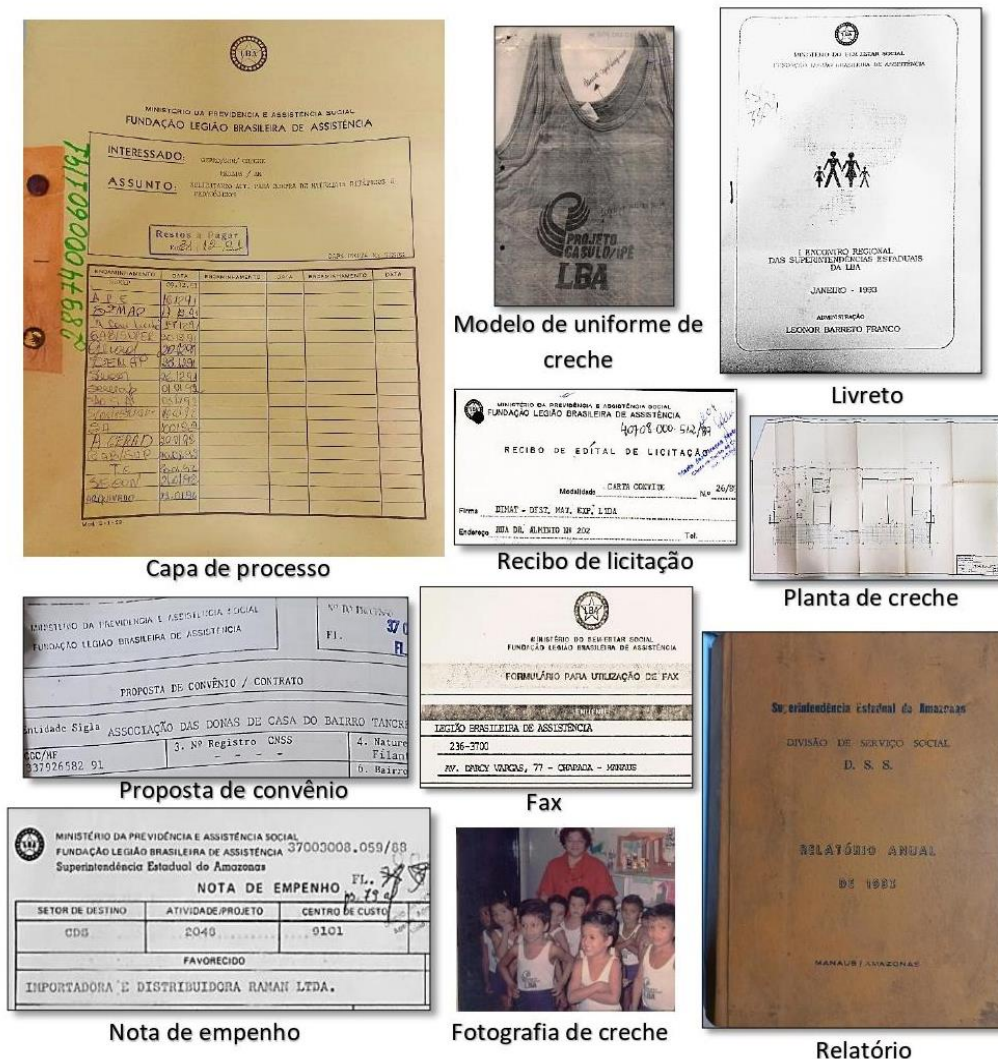


Figura 3: Exemplos de documentação encontrada no acervo do INSS.

Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Creche Manaus**. Planta Baixa.1988. p.1.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Formulário para utilização de FAX**.1991. p.1.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Fotos de Arquivo**. Visita da superintendente Elizabeth à creche. Dez.1993. p.21.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **I Encontro Regional das Superintendências Estaduais da LBA**. 1993. Capa.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Memorando**. Solicitação de material para a creche casulo IPÊ. Modelo de uniforme.1991. Anexo.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Nota de Empenho**.1988. p.1.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Processo**. Solicitação de aut. Para compra de materiais didáticos e pedagógicos. SESEG. 1991. Capa.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Proposta de Convênio**.1988. p.1.

Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Recibo de Edital de Licitação**. 1989. p.1.

Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório Anual**. 1983. Capa.

Elaboração própria. 2022.

As fotografias encontradas foram analisadas à luz de Peter Burke (2004), Boris Kossoy (1983, 1998, 2002, 2003), Ana Maria Mauad (1996), Solange Lima e Vânia Carvalho (2011) e Maria Inês Stamatto (2009), buscando compreendê-las nas diversas possibilidades de seus códigos sociais e interpretá-las, tomando por base as demais fontes.

Para a construção da narrativa, também, nos fundamentamos em Justino Magalhães (2004), buscando construir “nexos” entre as informações encontradas nas fontes e nas memórias, como adverte Mário Quintana “A memória tem uma bela caixa de lápis de cor” (2006, p. 159), ou como consta em relato que recebemos da ex-assistente social da LBA Terezinha de Jesus Monteiro Gomes³⁰ (2021b, depoimento, acervo da pesquisa) “*Guardo tudo que foi bom. O resto joguei fora e fiquei com o que valia a pena viver.*”

Devido à vastidão da documentação coletada, principalmente, no INSS, todo o procedimento de entrevistas e testemunhos fundamentados na história oral serviu para realizar o confronto e complementação das informações. Os relatos pessoais, assim como as entrevistas, foram considerados tipos de documentos de pesquisa, desde meados do século XX, na escola de Chicago (COULON, 1995).

Não podemos desconsiderar nas análises a dimensão da subjetividade presentes nesses depoimentos que, quando construídos em idade avançada, podem apresentar um “caráter de falseabilidade” em virtude, também, do espaço temporal entre o acontecimento e o momento no qual foram produzidos. Mesmo com a existência do “ceticismo” do historiador, concordamos com Miki (2014, p. 34), fundamentada em Bosi (2003), Hsiung, (2005), e Heywood (2007), defende que:

[...] mais do que fatos históricos, o importante é a representação dos autores sobre o seu passado, pois podem representar uma forma de desabafo e de revolta pelo sofrimento que lhes aconteceu, contextualizados em sua própria história de vida demonstrada por meio do relato (oral/escrito) memorialístico. Nesse campo, ao pesquisador cabe a sensibilidade e o conhecimento sobre o tema e o objeto da pesquisa, voltados para a interpretação das fontes autobiográficas com o reconhecimento e respeito de que essas são fruto das interpretações de seus sujeitos entremeados pelos sentimentos e ideologias de seu tempo histórico.

³⁰ Amazonense, formada em Magistério (1967), graduada em Serviço Social (1973).

Além disso, tomamos o cuidado para não cairmos na armadilha de compreender a memória como “avesso oculto da história política hegemônica”. Bosi alerta-nos que a “[...] história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”. Neste sentido, a “palavra” de sujeitos excluídos da história oficial como “os velhos, as mulheres, os negros etc. passa a ter sua importância reconhecida na história” (BOSI, 2003, p. 17).

Utilizamos a história oral, como técnica, realizada na forma de entrevistas semiestruturadas que se constituíram em fontes na análise sobre o passado, respeitando os seus conceitos fundamentais de: memória, oralidade, narrativa; e as vertentes da história. Quanto às vertentes, utilizamos a história temática, que se dedica a compreender um determinado tema narrado por um ou mais sujeitos (MEIHY, 2005).

O público-alvo, para a realização das entrevistas, compreendeu sete ex-funcionárias da LBA e de Creches Casulo no Amazonas, entre os anos de 1979 e 1999. Além disso, recebemos depoimentos via *WhatsApp* de outras duas ex-servidoras das Creches Casulo e uma ex-servidora das redes municipal de educação de Carauari- AM e estadual de educação do Amazonas. Totalizou dez mulheres, todas maiores de 18 anos, cujos relatos se constituíram em fontes relevantes para a pesquisa. Não houve pretensões estatísticas na pesquisa e no número planejado de entrevistas pelo fato da história oral ser um instrumento de pesquisa da metodologia qualitativa (ALBERTI, 2013).

A entrevista, elaborada com roteiro composto por itens e perguntas, compreendendo: dados de identificação, questões fechadas adequadas aos objetivos da pesquisa e uma questão aberta para possibilitar maiores informações sobre as creches no Amazonas, foi realizada de forma individual, seis presencialmente e uma por ligação telefônica. As gravações ocorreram por meio do *software OBS Studio*, e as imagens foram capturadas por uma *webcam*, conectada a um *notebook*, e microfones, além do aplicativo *Gravador de Voz* instalado em um *smartphone* e em um *notebook*, para obtermos cópias de segurança (FIGURA 4, p. 43), a importância de se gravar a entrevista, por meio de áudio e vídeo, se deve ao fato de capturar muitas dimensões do entrevistado, a exemplo das expressões faciais, as pausas, os silêncios, os gestos dos entrevistados que também compõem o processo da entrevista e são passíveis de interpretação (KAUFMAN, 2013). Das 7 entrevistadas, 5 permitiram

a gravação de imagem e voz e 2 apenas a gravação de áudio. No entanto, em virtude de problemas de conexão com a internet, uma entrevista precisou ser realizada por meio de ligação telefônica, o que não possibilitou a gravação da imagem. Os procedimentos metodológicos para a realização das entrevistas deram-se na seguinte ordem: 1ª audição, 2ª audição, elaboração do relatório de entrevista, transcrição e devolução dos resultados da pesquisa aos participantes dela (ALBERTI, 2013).



Figura 4: Entrevistas com ex-servidoras da LBA e de Creches conveniadas.
Fonte: Elaboração própria (2023).

Todo esse procedimento seguiu os princípios éticos de pesquisa, de projeto aprovado pelo Conselho de Ética e Pesquisa em 14 de abril de 2022, por meio do Parecer Consubstanciado nº 5.352.802. Todas as participantes autorizaram a divulgação de seus nomes. Isto foi relevante para podermos identificá-las, enquanto colaboradoras da pesquisa e mulheres que dedicaram uma grande parte de suas vidas ao ofício de educar e/ou acompanhar, direta ou, indiretamente, a educação de crianças pequenas no Estado do Amazonas. As autorizações foram concedidas

mediante assinatura de *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, para as entrevistas, e *Registro de Consentimento*, para os demais documentos: relatos e fotografias disponibilizados de forma presencial e via *WhatsApp*.

Metade das entrevistas e depoimentos foram transcritos de forma manual e a outra metade por meio do site *Reshape*³¹, inteligência artificial que converte áudio em texto. Após a transcrição, elaboramos um quadro-síntese dos dados dos informantes por pergunta, o que possibilitou melhor análise, contribuindo com a escrita da tese.

1.2 Políticas públicas e contextualização: 1979-1999

Após a grave crise de 1970³², de proporção global, no sistema capitalista, com maior impacto nos países periféricos, aconteceram reformas na educação escolar devido à crescente necessidade de mão-de-obra suficiente e “especializada” (SILVA, LIMA, OLIVEIRA, 2018, p. 31). Organismos ligados à Organização das Nações Unidas- ONU elaboraram uma agenda das políticas de desenvolvimento econômico e social para países subdesenvolvidos, que se operacionalizasse a baixos custos para os cofres públicos. Essas políticas eram inspiradas em modelos de programas divulgados por organismos multilaterais, como a Unesco e o Unicef, e se constituíam, principalmente, a partir de recursos financeiros, físicos e humanos da “comunidade” (FRANCO, 1984; ROSEMBERG, 2002; DÍAS; MENDONZA, 2018; MELO, 2021).

Essa agenda foi arquitetada em um contexto global de emergência da fase técnico-científica e informacional, caracterizada pela “[...] evolução das técnicas e da ciência, sendo expandida pelo processo de globalização” (SILVA, LIMA, OLIVEIRA, 2018, p. 31). A burguesia necessitava, cada vez mais, de pessoas, minimamente, qualificadas para constituir a mão-de-obra no mercado de trabalho, por isso, a educação, escolar e não escolar, passou por reformas e modificações.

Uma dessas reformas foi a Lei nº 5.692/71, que foi quase exígua no que concernia ao atendimento de crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. As normas que regulamentavam e autorizavam estabelecimentos para esse público eram

³¹ Disponível em: www.reshape.com.br.

³² “A falência do *Estado Keynesiano* atrelado à crise do petróleo e da superprodução” (SILVA, LIMA, OLIVEIRA, 2018, p. 32).

inexistentes, ficando as regulamentações a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação, por meio de pareceres e deliberações. A Lei trazia a obrigatoriedade do ensino de primeiro grau, de oito anos letivos, na idade de 7 a 14 anos e aos menores de 7 anos cabia a determinação do Art. 19:

§ 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes. (BRASIL, 1971, Art. 19).

Assim, os atendimentos às crianças, nas formas de creche e de pré-escola, não eram obrigatórios, mas aconteciam em instituições de diferentes esferas, públicas e particulares e, eram insuficientes para atender à crescente demanda (CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2001). Diante disso, intensificaram-se os protestos, as greves e os movimentos de luta pelo país, com participação de vários setores da sociedade: estudantes, operários, mulheres, intelectuais, artistas, Movimento Democrático Brasileiro- MDB, Igreja Católica e imprensa, em prol da liberdade, pelo fim da ditadura, instaurada desde março de 1964, e seus assombrosos miasmas, pela anistia, pelas eleições diretas e outras pautas:

Nos bairros da periferia das grandes cidades nascem diversos movimentos populares. Organizados localmente nos clubes de mães, nos grupos de jovens, de educação popular, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas Pastorais Populares das igrejas, nas associações de moradores, os movimentos dos bairros emergiram com o apoio fundamental dos militantes católicos – informados pela Teologia da Libertação – e de militantes de esquerda. É fundamental aqui destacarmos o importante papel que tiveram as CEBs no despertar para a luta política de diversos segmentos das classes trabalhadoras. Sua importância perde força com a mudança da política do Vaticano na década de 1980, que ‘afastava os fiéis do compromisso com a luta diária por sua libertação política e enfatizava a visão espiritual, pessoal e individual’ (ver Giannotti, 2007, p. 217) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 275).

No final da década de 70 surgiu, em contexto mundial, o Neoliberalismo³³, modelo econômico criado para atender a necessidade de divisão entre Estado e

³³ “A doutrina neoliberal é resultado das iniciativas do filósofo político austríaco Von Hayek, que desenvolveu a teoria sendo auxiliado por notáveis profissionais como Ludwig Von Mises, o economista

economia, que se consolidou no Brasil durante a década de 1990, em substituição ao modelo keynesiano que “[...] prestava assistência social a partir da aplicação do *Estado de Bem Estar Social* e intervinha diretamente na economia”. (SILVA, LIMA, OLIVEIRA, 2018, p. 32). Isso significava ações estatais para a garantia da educação, saúde, habitação, moradia à sociedade, possibilitando melhoria de vida por um lado e, por outro, o aumento das lutas sociais, que viessem garantir esses direitos propagados pelo Estado, mas nem sempre cumpridos quanto ao atendimento a toda população, principalmente, aos mais necessitados.

Outro acontecimento, ocorrido no final da década de 70, foi a criação da Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, que vinculava a LBA³⁴ ao Ministério da Previdência e Assistência Social, e foi implantado o “Projeto Casulo”, durante a administração de Luiz Fernando Pinto, então presidente nacional da Legião Brasileira de Assistência-LBA. As Unidades Casulos foram instaladas em todo o Brasil, para atender crianças menores de 6 anos, por um período de 4 ou 8 horas ao dia (PINTO, 2002; KUHLMANN Jr., 2011; MELO, 2021).

As creches Casulo no Brasil “[...] funcionavam de acordo com os princípios de assistencialismo subjacentes ao referido projeto” e foram importantes sob os aspectos “econômico, educativo e social”, pois além de possibilitar o acesso de crianças pequenas à educação, “contribuíram para o processo de expansão da economia” e “[...] ingresso da mão de obra feminina no mercado de trabalho” (MELO, 2021, p. 17).

Concomitante a isso, aumentava a quantidade de Associações de Moradores ou Sociedades de Amigos de Bairro- SABs no Brasil, principalmente, a partir de 1979. Essas instituições, apesar de conhecidas por seus apadrinhamentos políticos para arrecadação de votos nas eleições, tiveram protagonismo em movimentos pró equipamentos sociais como creches e escolas, além de postos de saúde, moradia e transporte público, como os movimentos feministas e de mulheres, a exemplo do Movimento de Luta Pró-Creche- MLPC, ocorrido em São Paulo, em 1979:

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro expandiu-se por meio de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas

Milton Friedman e o filósofo Karl Popper. A teoria ganhou respeitabilidade no contexto acadêmico quando Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976, são os personagens ganhadores do prêmio Nobel de economia indicados como os percussores da teoria Harvey (2008)” (SILVA, LIMA, OLIVEIRA, 2018, p. 32).

³⁴ Que desde 1969 era vinculada ao Ministério do Trabalho e Assistência Previdência Social (Decreto-lei nº 593, de 27 de maio de 1969).

organizações de bairro. Essa atuação conjunta também resultou na cisão presente no movimento feminista entre bandeiras democráticas e feministas. Entre as bandeiras democráticas figuravam a luta pela anistia e irrestrita; por bens de consumo coletivo nos bairros de periferia, por melhores condições de trabalho e igualdade salarial para homens e mulheres quando exercem as mesmas funções, entre outras. Entre as bandeiras propriamente feministas, estavam as lutas contra o controle de natalidade às classes trabalhadoras; a legalização do aborto; o direito à assistência à maternidade, entre outras (ver Pinto, 2003). Nos anos de 1977 e 1979, temos a aproximação do movimento feminista e de mulheres com o movimento operário e realizaram-se os primeiros encontros de *mulheres trabalhadoras* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 286-287, grifo dos autores).

Foi nesse contexto, durante os anos conhecidos como Década da Mulher (1975-1985), que a LBA assumiu seu protagonismo, passou por uma revitalização, começou a atuar, sistematicamente, na área da creche e criou programas com metas definidas com o objetivo de impactar o país em âmbitos político e social, por meio de políticas assistencialistas às crianças pobres e suas famílias. (CAMPOS, ROSEMBERG, FERREIRA, 2011).

A ONU decretou o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher, estimulando no país “[...] núcleos de organizações que foram se autodenominando feministas” (BATISTA, 2018, p. 35). Essas ações do governo federal por meio da LBA, estavam em consonância com o que preconizava a Doutrina de Segurança Nacional- DNS, originária na Guerra Fria, que visava combater as ideias comunistas (ROSEMBERG, 2002).

O ano de 1979 foi definido pela ONU como Ano Internacional da Criança, e surgem diversas estratégias governamentais na tentativa de arrefecer o cenário de tensão social que se intensificava. Os meios de comunicação atuavam como grandes difusores das ações da LBA em prol do atendimento não apenas da criança, mas de adolescentes, idosos e deficientes, por meio de vários programas e projetos.

Nos impressos amazonenses, observamos um aumento considerável na quantidade de notícias sobre creches, principalmente, na década de 80, uma forma de veicular, via governo federal, as políticas existentes. Mesmo assim, a creche continuava a ser pauta de luta no Brasil.

No Amazonas, “[...] essa luta pela construção de creches se fortaleceu dentro da Comissão de Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas, uma organização inserida no interior do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos [...]” e “[...] remanescente do

Comitê da Mulher Universitária, nascido dentro dos muros da Universidade Federal do Amazonas, no dia 08 de março de 1980, sendo dissolvido, posteriormente, em decorrência de concepções divergentes no interior do Comitê” (BATISTA, 2018, p. 39-40). Esse movimento se intensificou entre as décadas de 80 e 90, diante do crescente emprego da força de trabalho feminina, mulheres jovens com idade entre 16 e 25 anos³⁵, nas fábricas da Zona Franca de Manaus³⁶, que em 1990 correspondia ao percentual de 70% dos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus (VEIRA, 2002).

A partir do ano de 1985, o Serviço Social da Indústria – SESI, inicia o convênio com a LBA, no Estado do Amazonas, atingindo crianças de 02 a 6 anos de idade, pertencentes às “famílias operárias (carentes) e seus dependentes, com “atendimento Pré-Escolar” nas seguintes instituições: Centro de Atividades Dr. Dioclécio de Miranda Correa, Creche Raimunda de Farias Furtado e Pré-Escola do Clube do Trabalhador/Êmina Barbosa Mustaffa, e Dolores Rodrigues Garcia que também possuía convênio com 44 empresas do Distrito Industrial e com a SEDUC (SESI, Ofício, 03/12/1987; FLBA, Relatório de Supervisão, 1990). Nesta década, como forma de tentar conter os movimentos por creche que eclodiam na cidade de Manaus, aumentou o número de convênios com o Projeto Casulo, como veremos mais adiante, no item 2.3 da Seção 2, deste trabalho.

Nacionalmente, o ano de 1985 marcou o fim da Ditadura Militar e o início da Nova República: Tancredo Neves, presidente eleito, veio a óbito antes de tomar posse, ocupando o seu lugar o então vice-presidente José Sarney ³⁷. Nesse governo foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que, finalmente, garantiu o “direito dos trabalhadores urbanos e rurais” a “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde

³⁵ Vieira, fundamentada em Castells (1999) e Salaft (1981), esclarece que “[...] a contratação de mulheres jovens na indústria eletrônica não estava relacionada com o ‘mito da destreza’ dos seus dedos, mais delicados, mais ágeis e mais cuidadosos na linha de produção, como prega a cultura ocidental, e sim com o fato de que a deterioração da visão dessas trabalhadoras, dentro de um ciclo de dez anos, como resultado do esforço que a montagem microscópica exige, seria socialmente aceita.” (VEIRA, 2002, p. 35).

³⁶ A criação da Zona Franca ocorreu no ano de 1957, como porto livre. Mas foi apenas em 1967 por meio do Decreto-Lei de n.º 288 que “ampliou e regulamentou a legislação, estabelecendo incentivos fiscais por três décadas para implantação de um pólo industrial, comercial e agropecuário” com base na cidade de Manaus (VEIRA, 2002, p. 31) havendo a ampliação de “entrepasto aduaneiro” para “Zona Franca”. Assim, a primeira fase abrangeu os anos de 1967 a 1976, caracterizando-se, dentre outras coisas, por grande absorção de mão-de-obra, consideravelmente “feminina e sem qualificação” (MOURÃO, 2006, p. 128).

³⁷ Presidente do Brasil entre 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990.

o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL, 1988, Art. 7, XXV).³⁸

O Brasil, bem como outros países latino-americanos, vivia uma crise econômica, com altas taxas de inflação, endividamento externo e juros elevados, o que segundo a abordagem do Consenso de Washington³⁹ tinha como causas:

a) excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público. (BRESSER-PEREIRA, 1991, p. 6).

Assim, o Estado precisava reordenar suas prioridades, reduzir gastos e políticas essenciais com a assistência, como a saúde e a educação que sofreram, diretamente, essa redução de investimento. Em 2 de novembro de 1989, ocorreu a aprovação do documento *Convenção Internacional dos Direitos da Criança*- CIDC (1989), resultado de dez anos de discussões. A Convenção, elaborada pela Assembleia das Nações Unidas, realizava-se em momento de celebração pelos trinta anos da Declaração sobre os Direitos da Criança (1959)⁴⁰, primeiro documento normativo da ONU sobre o tema. No ano seguinte, entre os dias 28 e 30 de setembro, “durante a 45ª Sessão regular da Assembleia Geral”, (ALVES, 2018, p. 59) ocorreu a primeira *Cúpula Mundial pela Criança*, em Nova York.

Em março, de 1990, foi promovida a *Conferência Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtiem, na Tailândia. No evento, patrocinado pela Unesco, pela Unicef⁴¹ e pelo Banco Mundial, reuniram-se representantes de 155 países que discutiram a *Declaração Mundial dos Direitos do Homem* (1948) e elaboraram a *Declaração Mundial de Educação para Todos*. Ainda naquele ano, aconteceram o

³⁸ A idade na primeira versão da CF/1988 era de 6 anos, e foi alterada para 5 anos com a Emenda Constitucional nº 53 de 2006.

³⁹ Documento que imprime o modelo neoliberal, fruto de uma reunião ocorrida em novembro de 1989, em Washington, entre representantes governamentais e de instituições financeiras. (SILVA, 2006).

⁴⁰ “A Declaração dos Direitos da Criança, de caráter recomendatório, não cogente, foi proclamada pela Resolução nº 1386 (XIV) da Assembleia Geral, em 20 de novembro de 1959. A Convenção sobre os Direitos da Criança, de natureza e formato jurídicos, obrigatória para os estados que a ratificam, foi adotada pela Resolução nº 44/25, de 20 de novembro de 1989.” (ALVES, 2018, p. 14).

⁴¹ “O *United Nations International Children’s Emergency Fund* (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças), que deu origem à sigla Unicef, foi constituído logo após a Segunda Guerra Mundial para auxiliar as crianças dos países devastados naquele conflito. Em 1953, porém, foi transformado, pela Resolução nº 802 (VII) da Assembleia Geral, em agência permanente e especializada para a assistência à infância dos países em desenvolvimento” (ALVES, 2018, p. 62).

Encontro Mundial de Cúpula pela Criança em setembro de 1990, e o *Encontro de Cúpula do Rio de Janeiro*, que adotou uma Declaração e um Plano de Ação.

Em julho, de 1990, durante o governo de Fernando Collor, primeiro presidente civil eleito pelo voto direto, foi publicado o *Estatuto da Criança e do Adolescente* que expressava no Capítulo IV “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, no artigo 54, como “dever do Estado assegurar à criança” de “zero a seis anos de idade” o atendimento em creche e pré-escola⁴². No Capítulo VII “Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difuso e Coletivos, o artigo 208 informava que “as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança [...] referentes ao não oferecimento ou oferta irregular” desse atendimento seria regido “pelas disposições do ECA” (BRASIL, 1990, Art. 208, III). Além disso, definia uma “Pena-multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência” quando “o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche” deixasse “de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente” (BRASIL, 1990, Art. 245).

No final de 1991 foi criada uma “aliança nacional”, conhecida como *Pacto pela Infância* composta por representantes governamentais, da Igreja, de empresas, sindicatos, meios de comunicação e de movimentos sociais, que atuavam como “[...] vigilantes dos direitos da criança e da implementação da nova legislação” (UNICEF, 1993, p. 38).

O que se observou, durante o governo Collor⁴³, foi a integração oficial do Brasil ao modelo neoliberal:

As políticas de ajuste neoliberais implicaram um desmonte do Estado por meio da redução de sua atividade regulatória e produtiva – privatizações, abertura comercial e financeira –, ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social. As implicações da implementação das políticas neoliberais na realidade nacional foram o acirramento das desigualdades, da desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas e do agravamento da questão social. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 244).

⁴² A Lei 13.306, de 2016 reduziu a obrigatoriedade de atendimento para cinco anos de idade.

⁴³ 15 de março de 1990 a 2 de outubro de 1992.

De acordo com Vieira (2002, p. 32-33), isso também se refletiu “[...] de forma profundamente negativa na economia do Estado do Amazonas, absolutamente, centrada na Zona Franca de Manaus”. Cabe salientar que entre os anos de 1989 e 1991 foram fechados 33,3 mil postos de trabalho no Amazonas.

Diante daquele cenário devastador e, de inúmeros escândalos, envolvendo casos de corrupção, inclusive na própria LBA. A presidente da instituição Rosane Collor, foi denunciada por desvio de verbas, aconteceu o *impeachment* de Collor, e Itamar Franco assumiu a presidência em 29 de dezembro de 1992.

Paralelo a isso, foram realizados importantes encontros internacionais para discutir a educação a exemplo da *24ª Reunião da Cepal* em Santiago no Chile, em 1992, do *Seminário Internacional sobre a Descentralização e Currículo* e da *Conferência de Nova Delhi*, em 1993, da *Conferência Mundial de Educação Para Todos*, em 1994, e de três Reuniões do *Comitê Regional Intergovernamental do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe- PROMEDLAC*⁴⁴, caracterizando 1990 como a “década das conferências”, no pós Guerra Fria (ALVES, 2018).

Nacionalmente, o Ministério da Educação e do Desporto publicou o documento *Política de Educação Infantil*, em outubro de 1993: uma proposta, que se transformou na *Política de Educação Infantil* (1994) e que teve como colaboradores especiais representantes da UNICEF, LBA, Pastoral da Criança, OMEP/Brasil, Creche/USP, Centro de Estudos e Informações Crecheplan, faculdades de educação, secretarias municipais e estaduais, além de consultores como Fúlvia Rosemberg, Vital Didonet e Euclides Redin.

O documento citava a CF/88 e o ECA, mencionava o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estava em trâmite no Congresso Nacional, e criticava a expansão do atendimento às crianças pobres:

Estima-se, porém, que em 1989 cerca de 557 mil crianças de até quatro anos estariam frequentando creche ou pré-escola e que aproximadamente 2,8 milhões de crianças entre quatro e seis anos estariam matriculadas em pré-escolas.

Observa-se, portanto, que o atendimento é mais amplo nas faixas de idade mais próximas dos sete anos. É digno de nota que o atendimento público na pré-escola supera quantitativamente o privado

⁴⁴ As reuniões, realizadas nas últimas duas décadas, foram em 1984 no México, em 1987 em Bogotá-Colômbia, em 1989 na Guatemala, em 1991 em Quito- Equador, em 1993 em Santiago- Chile, em 1996 em Kingston- Jamaica, sendo a última em 2001 em Cochabamba- Bolívia. (DINIZ JÚNIOR, 2020).

e que aquele tem dado prioridade, no planejamento de sua expansão, às crianças de quatro a seis anos das áreas urbanas que concentram as populações de renda mais baixa.

A esfera que mais tem se desenvolvido é a municipal, fenômeno explicável pela proximidade das pressões das famílias e associações das comunidades e pela capacidade de resposta mais imediata. Também é expressivo o crescimento do atendimento na esfera estadual.

Essa expansão, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários por parte do Estado e da sociedade, acarretou, em termos globais, uma significativa deterioração na qualidade do atendimento, especialmente na creche. A insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos (especialmente brinquedos e livros); a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de educar e cuidar; a inexistência de currículos e propostas pedagógicas são indicadores importantes da baixa qualidade do atendimento às crianças, especialmente às menores (BRASIL, 1993, p. 13; 1994, p. 13).⁴⁵

No mês de outubro de 1993, foi publicado o documento *Rumos para a Reorganização da LBA* (FLBA, 1993, p. 3), afirmando que:

As diretrizes operacionais a serem construídas neste esforço conjunto, Direção Nacional e superintendências estaduais, devem conter em seu bojo, os princípios da descentralização político-administrativa, onde se reconhece o DIREITO e o DEVER dos municípios de atuarem na definição de suas reais necessidades, dinamizando a organização comunitária.

A LBA, pautando-se no princípio da CO-GESTÃO, encaminhará o resultado desses encontros, fruto de um amplo processo de discussão interna, para uma revisão estrutural e organizacional, que possibilite a elaboração de um plano operativo norteador das ações de descentralização, em consonância com o seu novo papel de assessoramento técnico e apoio financeiro aos Estados, municípios e entidades sociais.

Começava um período de desmonte da instituição, culminando em sua extinção oficial por meio da medida provisória n.º 813, de 1º de janeiro de 1995, art. 19, inciso I, publicada por Fernando Henrique Cardoso, no dia de sua posse como presidente do Brasil. Cabe salientar que o movimento de redução dos investimentos por parte do Estado e o favorecimento ao setor privado, vinha ocorrendo desde os governos de Fernando Collor e Itamar Franco. Assim, esses três governantes obedeciam a uma “agenda de desestatização da economia nacional” (RODRIGUES, 2013, p. 24),

⁴⁵ O documento *Política de Educação Infantil: Proposta*, publicado em outubro de 1993, se transformou na *Política de Educação Infantil*, veiculado em dezembro de 1994. A mesma citação aparece em ambos os documentos e na mesma página.

apregoadas no Consenso de Washington; e indícios do fim da LBA já começavam a ser observados, ainda, no início de 1993, no Governo de Itamar Franco.

No Amazonas, durante o *I Encontro Regional das Superintendências Estaduais da LBA no Amazonas*, registrava-se, em pauta, a ausência de clareza do papel da LBA frente ao processo de “municipalização”, a necessidade de “[...] reconquistar a credibilidade da instituição [...]” e de “[...] empreender esforço no sentido de mobilizar empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais, estabelecendo parcerias com grupos empresariais para a construção de creches.” (FLBA, *I Encontro Regional das Superintendências Estaduais da LBA*, 1993, p. 4).

No ano seguinte, foi promulgada a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9394/96, que garantia “[...] atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”⁴⁶ (BRASIL, 1996, Art. 4º, § IV), mas priorizava o ensino fundamental, como observa-se no Título III “Do Direito à Educação e do dever de Educar”, cabendo aos municípios, dentro da Organização da Educação Nacional:

[...] oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996, Art. 11, § V).

A LDB definia no art. 89, do Título IX: Das Disposições Transitórias, que as instituições existentes ou que seriam criadas (creches e pré-escolas) teriam um prazo de três anos, contado a partir da data de publicação da Lei, para integrarem-se ao respectivo sistema de ensino. Em outras palavras, a municipalização deveria ocorrer até o ano de 1999, o que de acordo com estudos como os de Raquel Neiva de Souza Carvalho (2011), Elane da Silva Batista (2018), Vanderlete Pereira da Silva (2012, 2021) e David Xavier da Silva (2021), no Amazonas, esse período não foi respeitado.

⁴⁶ Modificada pela Lei nº 12.796, de 2013, substituída pela seguinte redação: “IV- acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria”. Ou seja, a palavra creche sequer aparece na redação substitutiva.

1.3 Projeto Casulo: navegando entre as produções existentes

O primeiro estudo sobre o Projeto Casulo, a partir do levantamento que realizamos, foi resultado da pesquisa de Sonia Kramer no livro *A Política do Pré-Escolar no Brasil: A Arte do disfarce* (1984), cuja primeira edição ocorreu em 1982. O trabalho informa que em 1974 a Fundação Legião Brasileira de Assistência- FLBA decidiu pôr em execução o Projeto Casulo, introduzido ao Programa Assistência, um subprograma de Assistência ao Menor, com o objetivo de atender uma grande quantidade de crianças a baixos custos, “[...] de modo a prevenir sua marginalidade [...]”, e “[...] proporcionar às mães tempo livre para ingressar no mercado de trabalho [...]” para que pudessem “[...] elevar a renda familiar” (KRAMER, 1984, p. 76).

Quanto ao histórico do Projeto Casulo no Brasil, verificamos as produções de Sonia Kramer (1984), Luiz Fernando Pinto (1984), Maria Aparecida Ciavatta Franco (1984; 1988), Lívia Maria Vieira (1986; 1988), Cristina Maria Morel (1991), Maria de Fátima Evangelista Mendonça Lima (1994), Fúlvia Rosemberg (2001; 2002), Moysés Kuhlmann Jr. (2000a; 2000b), Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg e Isabel Ferreira (2001), Aristeu Gonçalves Leite Filho (2008) e Maria Fernanda Nunes, Patrícia Corsino e Vital Didonet (2011) para a compreensão dos principais acontecimentos que antecederam a implantação do projeto e dos principais aspectos existentes na execução do mesmo até o seu fim.

Depois, identificamos nos trabalhos de Elisângela Mantagute (2009), Darci Terezinha Scavone (2011), Gabriela Darahem (2011), Patrícia Regina Brant (2013), Caroline Conceição (2014), Gisele Rodrigues (2019) e Aline Aderne (2020) informações sobre o desenvolvimento do Projeto Casulo nas cidades de Curitiba-PR, São Paulo-SP, Ribeirão Preto-SP, Florianópolis-SC, Francisco Beltrão-PR, Naviraí-MS e no estado de Alagoas, respectivamente.

De acordo com os estudos de Sonia Kramer (1984, p. 76), a instalação de uma creche casulo, que poderia atender crianças entre quatro e oito horas ao dia, era realizada mediante pedido, de prefeituras, prelaças, obras sociais ou do Estado. A LBA poderia financiar “[...] a alimentação, o material didático e de consumo, os equipamentos, o material de construção, e os registros, ficando o pagamento do pessoal por conta da instituição conveniada.” Tal situação coexistia com o trabalho não remunerado, de forma voluntária.

A supervisão era realizada por meio dos Núcleos Estaduais da FLBA e havia encontros e seminários para os supervisores. A diretriz geral do Projeto não tinha por objetivo principal preparar a criança para o processo de escolarização e, sim, atender “[...] as carências nutricionais das crianças [...]” e realizar atividades recreativas (KRAMER, 1984, p. 77). No entanto, isto nem sempre acontecia, pois, cada estabelecimento desenvolvia o Projeto de acordo com os seus próprios objetivos. O Grupo Executivo negava “[...] qualquer caráter compensatório [...]” de seu programa, e que não havia a pretensão de “[...] suprir deficiências culturais [...]” (KRAMER, 1984, p. 78).

Kramer (1984, p. 78) salienta que a maioria das entrevistas, pronunciamentos e discursos fornecidos pela própria FLBA também enfatizava “[...] a pré-escola como solução para os problemas de baixo rendimento da escola do 1º grau [...]” e conclui que a “[...] confirmação, ou não, de uma ou outra tendência [...]” não poderia “[...] prescindir de maior estudo, dificultado pela própria escassez de material a respeito, e pela falta de avaliações sistematizadas dos resultados do Casulo e de suas diferentes formas de atuação”.

O livro *O Social Inadiável*, do engenheiro civil, especialista em engenharia econômica e então presidente da LBA Luiz Fernando Pinto (1984), é um ensaio no qual o autor apresenta considerações sobre o planejamento social, indicadores de condicionamento e avanço social, e seus desdobramentos para o Brasil. Tal obra fala da conceituação, configuração e condicionantes da Assistência Social. O Projeto Casulo é mencionado nas partes intituladas *Condicionantes essenciais ao plano de desenvolvimento da assistência social* e *Procedimentos operacionais da área social/assemelhação a métodos de trabalho da área econômica*. O autor também aborda sobre o sentido econômico e o potencial comunitário da contribuição comunitária e finaliza com uma proposta de intervenção social.

Pinto cita a mensagem presidencial de 1977, que consta a informação da instalação de 190 Creches Casulo, termo definido entre parênteses como “instituições de apoio ao pré-escolar” na “linha de atendimento de massa”, nos estados de Ceará, Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte (PINTO, 1984, p. 5.21⁴⁷).

Além da linha de projetos de massa, como o Casulo, a LBA tinha os programas “convencionais”, uma vez que:

⁴⁷ A numeração das páginas deste livro é composta pelo número da sessão, ponto seguido e número da página.

[...] a grande distinção entre esses dois tipos de programas reside em que na assistência convencional os elementos do **quarto estrato** se deslocam para equipamentos fixos, tais como centros sociais, ambulatórios, hospitais e outros, não necessariamente localizados junto às grandes manchas de sub-habitação ou qualquer outra manifestação intensa de carência, enquanto nos atendimentos de massa a assistência social apresenta outras características e adquire instrumentação dinâmica, invertendo o processo e fazendo com que toda a colaboração, auxílio e assistência social entrem em íntimo contato com os necessitados nos seus locais de habitação (PINTO, 1984, p. 5.19, grifo nosso).

O autor classifica a sociedade brasileira em quatro grandes estratos. Nos três primeiros estão: “[...] a classe populacional de renda alta [...]”; “[...] os mais altos segmentos da classe média [...]” e a população previdenciária, respectivamente, e por último, no quarto estrato estão “[...] os miseráveis, os indigentes e os pobres com carências parciais ou mesmo totais” (PINTO, 1984, p. 4.1).

As contribuições federais para o Projeto Casulo, assim como o Programa de Complementação Alimentar, eram realizadas como preconizado pelo “Contrato Nacional Comunitário [...] com per-capitas iguais para todas as unidades de federação”. (PINTO, 1984, p. 5.46). Os dois programas atendiam, em 1981, mais de 1,5 milhão de crianças, entre 0 e 6 anos de idade e, eram considerados como: “[...] programas de alta eficiência social, principalmente no que se refere a redução da mortalidade infantil em contingentes da população carente [...]” (PINTO, 1984, p. 9.8).

Os dados quantitativos sobre o Projeto Casulo foram apresentados por Pinto (1984) em 13 unidades federativas: Amazonas, Acre, Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Santa Catarina. Os dados informam que em 1981 do total de menores matriculados no Programa, 17% foram desligados, 24% encaminhados à Rede de Ensino e 007% faleceram. Sobre a faixa de renda familiar, 61% recebiam menos de um salário-mínimo, 37% de um a 3 salários-mínimos e 1,4% mais de três salários-mínimos.

Em 1984, Maria Aparecida Ciavatta Franco publicou um artigo intitulado *Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade*. Quatro anos depois, a autora lançou o livro *Da Assistência Educativa à Educação Assistencializada*, no qual aprofunda os resultados apresentados no artigo, trazendo imagens das atividades das crianças,

cardápios das creches e tabelas com dados sobre quantidades e valores destinados ao Projeto.

Tanto o artigo quanto o livro foram frutos de pesquisa solicitada pelo Fundo das Nações Unidas para a infância- UNICEF, realizada entre os meses de agosto e outubro de 1983, na forma de um estudo de caso de 6 experiências sobre atendimentos nutricional, educacional e de saúde para as crianças de até 6 anos de idade, carentes social e economicamente. Franco informa que duas dessas creches eram do Projeto Casulo: a *Creche Casulo Nossa Senhora da Glória*, na cidade de Ceilândia, sustentada por meio de convênio entre a LBA e a Igreja, e a *Creche Casulo do Centro Social do Gama*, esta, mantida pela LBA, com formato convencional, que, segundo a autora, apresentava características de melhor qualidade no atendimento pré-escolar. Localizadas no Distrito Federal, atendiam crianças por um período de 4 horas, que recebiam duas refeições diárias. (FRANCO, 1984; 1988).

Os critérios de acesso à Creche Casulo eram: idade, carência, se a mãe trabalhava fora e se a criança possuía irmão na creche, uma vez que era “[...] um dos objetivos básicos da Creche Casulo, liberar a mãe para o trabalho com vistas ao aumento da renda familiar [...]”. (FRANCO, 1984, p. 20). Na avaliação de Franco, o governo deveria revisar as experiências das creches lares e comunitárias, sugerindo que as monitoras e estagiárias fossem substituídas por “professoras qualificadas” e que fossem estabelecidos “[...] programas sérios de treinamentos para as monitoras”. (FRANCO, 1984, p. 26).

Em 1986 e 1988, Livia Maria Fraga Vieira publicou, respectivamente, a dissertação *Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo*, e o artigo *Mal necessário: creches no departamento nacional da criança (1940-1970)*. Os textos apresentam “[...] as propostas e os preceitos do Departamento Nacional da Criança- DNCr [...] como parte da política de assistência à maternidade e à infância no Brasil”. A autora informa que o DNCr e a LBA foram as instituições que mais cuidaram da questão da “[...] assistência à mãe e à criança”. O elemento da “[...] puericultura social, no combate ao comércio das criadeiras” (VIEIRA, 1986, p. 76-77) o “rigor higiênico” (VIEIRA, 1986, p. 322) cede lugar, no final de 1960, ao atendimento mais simplificado, utilizando “[...] espaços ociosos e pessoal voluntário, na perspectiva do desenvolvimento de comunidade.” (VIEIRA, 1988, p. 3).

Em 1977, a LBA lança o Projeto Casulo, propondo a expansão das creches com a participação da comunidade, justificando o atendimento compensatório criticando as creches “tradicionais” que, em virtude de seus custos elevados, não eram adaptadas à realidade do Brasil, país em desenvolvimento. (VIEIRA, 1988, p. 5).

A autora entende que “[...] a creche era vista como um mal”, uma vez que era “[...] sintoma de desajustamento moral ou econômico [...]”, de “[...] desamparo às famílias numerosas”, de uma sociedade mal organizada”, onde a mulher precisaria renunciar à educação de seus filhos para auxiliar na renda da família. Por outro lado, também era vista na “[...] luta contra a mortalidade infantil [...]” uma vez que sua “[...] não existência acarretaria males maiores, como por exemplo a dissolução de uma família, a delinquência infantil, um sem-número de crianças débeis-físicas e quem sabe mentais” (MANCINI, 1944 *apud* VIEIRA, 1988, p. 8).

Cristina Maria Toledo Massadar Morel, na dissertação intitulada *Creche: de lugar de abandono a espaço educativo*, de 1991, destaca que historicamente foram se definindo os objetivos para as instituições e a evolução dos conhecimentos sobre a criança pequena, com ênfase para o movimento escolanovista. A autora também analisou as revistas que, na década de 1970, imprimiram certa perspectiva sobre creche, e fundamentou-se em Vieira (1986) para afirmar que, com o Projeto Casulo, a liberação da mão-de-obra da mulher foi estimulada, mas não houve uma “[...] preocupação com a qualidade do atendimento oferecido”. Morel percebe que “[...] a modernização da sociedade [...]” ocasionou o aumento da presença feminina no mercado de trabalho e a propagação de conhecimentos sobre a criança pequena corroborou para que a classe média passasse a compor a clientela das creches (MOREL, 1991, p. 50).

Em 1993, as autoras Maria Malta Campos, Fúlvia Rosemberg e Isabel Ferreira publicaram a primeira edição do livro *Creches e Pré-escolas no Brasil*. Um resumo do relatório apresentado por elas ao IPEA e UNICEF em fevereiro de 1989, cujo título foi: *Aspectos sócio-educativos e sugestões para uma política nacional de educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil*, elaborado na conjuntura do projeto Serviço de Documentação Sobre Creches, financiado pela Fundação Ford.

Trata-se da realização de um levantamento sobre o atendimento para a criança pequena durante a Nova República,⁴⁸ no qual as pesquisadoras avaliaram os avanços

⁴⁸ Marca o término da Ditadura, de 1985 até os dias atuais.

para a educação infantil no texto Constitucional e propuseram direções para reestruturação organizacional que possibilitasse o crescimento e melhoramento da qualidade do atendimento no país.

O Projeto Casulo foi implementado, em caráter experimental, em quatro Estados: Ceará, Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte e, a partir de 1981, tornou-se o programa principal da LBA. Entre os anos de 1977 e 1987, houve um expressivo crescimento de crianças atendidas pelo projeto por todo o país, com um aumento de 100% para 1.143% no índice de crescimento de atendimento neste período, ou seja, de 21.280 crianças em 1977 para 1.709.020 em 1987 (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 2001, p. 31).

Maria de Fátima Evangelista Mendonça Lima (1994), na dissertação intitulada *LBA: tratamento pobre para o pobre*, analisou os discursos e as práticas propagadas pela Legião Brasileira de Assistência e instituições conveniadas que atendiam crianças pequenas na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa análise foi realizada “[...] à luz da concepção de que a pobreza é resultante de práticas de políticas sociais discriminatórias embasadas ou justificadas por um discurso estigmatizador sobre os pobres.” (LIMA, 1994, p. 4).

Havia uma “relação simbiótica” interinstitucional que resultou em uma “[...] confusão entre o público e o privado [...]”, que imprimiu no atendimento às crianças um caráter ambíguo, marcado, ainda, pelo “[...] proselitismo religioso” em muitas daquelas instituições, que não assumiam “[...] o verdadeiro papel normativo, orientador e de supervisão dos trabalhos com a criança pequena.” (LIMA, 1994, p. 132).

Os trabalhos pedagógicos realizados nessas instituições, constituíam-se em “[...] arremedos de propostas compensatórias [...]”, onde a relação com o usuário era “[...] considerada um favor e não um direito[...]”. Para a autora, a superação daquela realidade seria por meio de “[...] políticas sociais para todos, e não políticas especiais para a pobreza” (LIMA, 1994, p. 134, 143).

Em 1997, Fúlvia Rosemberg publicou o texto *A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional* como capítulo do livro *História social da infância no Brasil*. No texto, a autora apresenta como se deu o que ela chama de “[...] infeliz casamento entre organismos intergovernamentais e o governo militar no Brasil no campo da educação infantil de massa nos anos 70 [...]”, cujo pano de fundo foi a

guerra fria, e “a **aliança compartilhada**⁴⁹ foi a concepção chave de ‘participação da comunidade’” para implantar estes programas que se destinavam às crianças pobres, uma vez que retirava do cenário “[...] as tensões, os conflitos, as contradições e particularidades que marcam cada história nacional” (ROSEMBERG, 2001, p. 141, grifo nosso).

O Projeto Casulo foi uma política de assistência, parte “[...] das estratégias de combate à guerra psicológica [...]”, materializado em consonância com “[...] a teoria e a prática do Desenvolvimento de Comunidade-DC.” (ROSEMBERG, 2001, p. 141-142). Por meio do Projeto, o governo federal penetrava, diretamente, nos municípios, sem necessidade de passar pela administração estadual, usando o “marketing adequado ao momento político brasileiro: investir na criança significaria investir na segurança nacional”. (ROSEMBERG, 2001, p. 153).

Suas origens remontam à década anterior a sua implantação, quando o Departamento Nacional da Criança- DNCr propôs que fossem criados centros de recreação que não chegaram a ser implantados na época, mas serviram de modelo para o Projeto Casulo: “[...] o primeiro programa nacional de massa implantado em 1977 [...]”, pela LBA, após o estabelecimento de um plano federal de assistência social harmonizado com a Doutrina de Segurança Nacional- DSN, cujas características eram:

[...] objetivos de assistência e de desenvolvimento integral da criança, que ampliaram a perspectiva exclusiva de preparação para a escolaridade obrigatória, mas adotaram uma forte conotação preventiva; perspectiva de atendimento de massa, ampliando a cobertura a baixo custo, o que seria conseguido através de construções simples, uso de espaços ociosos ou cedidos pela comunidade e a participação de trabalho voluntário ou semivoluntário de pessoas leigas (a comunidade) (ROSEMBERG, 2001, p. 151).

Rosemberg acrescenta que o MEC implantou, em 1981, um programa nacional de educação pré-escolar com objetivos e estratégias similares ao Projeto Casulo e,

⁴⁹ Compreendemos essa aliança compartilhada como uma estratégia, pois havia um espiral entre o que aterrorizava as potências capitalistas da época (expansão comunista na América; com a dependência econômica do Brasil, empréstimos internacionais condicionados com os organismos multilaterais, e a esses a implantação de projetos como o Casulo. Michel De Certeau (1998, p. 99-100) define estratégia a manipulação ou o cálculo das “relações de forças [...] A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.)”, já a tática é um “movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, [...] e no espaço por ele controlado.”

afirma que estas ações federais foram “[...] responsáveis pela grande expansão da educação infantil no país durante os anos 80, adotando, como vimos, um modelo a baixo custo e empobrecido.” (ROSEMBERG, 2001, p. 154).

A autora, também, apresenta dados de sua pesquisa de 1991, na qual avaliou a cobertura do atendimento às crianças da pré-escola no Brasil e, verificou grandes quantidades de crianças com idades entre 7 e 9 anos que não estavam cursando o ensino primário, ou seja, continuavam na pré-escola. Ainda constatou que esse modelo pré-escolar de massa, mesmo que resultante de “[...] uma reivindicação das mulheres (como aconteceu no Brasil), poderia gerar e reforçar como sequelas novas discriminações contra as mulheres, as crianças pobres e negras [...]”. Lembrou que essa sequela também foi identificada no programa implantado em parceria com a comunidade pelo UNICEF nos anos 50 na África anglófona. (ROSEMBERG, 2001, p. 54).

Em 2000, Moysés Kuhlmann Jr. publicou o artigo *Histórias da educação infantil brasileira*, fruto de uma investigação sobre os aspectos históricos das instituições de educação infantil no Brasil, das distâncias e proximidades das distintas modalidades, a exemplo da creche e do jardim de infância. O autor teve como foco as “políticas discriminatórias para a educação das crianças pobres”, sendo o Projeto Casulo uma reedição destas. Além disto, Kuhlmann Jr. trata dos conflitos educacionais entre “família e instituição, educação e assistência, puericultura e higiene, jogos e brincadeiras, desenvolvimento, cognição e recreação.” (KUHLMANN Jr., 2000a, p. 192).

O Projeto Casulo surgiu uma década depois da criação do Plano de Assistência ao Pré-Escolar, do DNCr, vinculado ao Ministério da Saúde que também se ocupava das creches no país. Este Plano foi elaborado dois anos após a Conferência Latino-Americana sobre a Infância e a Juventude no Desenvolvimento Nacional, de acordo com as recomendações do UNICEF. Apoiava-se na ideologia do desenvolvimento da comunidade, indicando a implantação de Centros de Recreação em igrejas, mas que, aparentemente, foi produzido com o objetivo do cumprimento das exigências para se obter empréstimos internacionais. Com este “sinal verde” para as religiões, a Igreja Católica dedicou-se a organizar espaços na comunidade como os Clube de Mães, o que favoreceu o surgimento de Movimentos de Luta por Creche, no final da década de 70 (KUHLMANN Jr., 2000a).

O autor afirma que a criação de vagas para as crianças menores de 6 anos, nas creches Casulo, foi vista como um remédio para solucionar os problemas sociais como a marginalidade, a pobreza, a mortalidade, a promiscuidade e como estratégia para combater as ideias alienígenas do comunismo. Paradoxalmente, a Escola Superior de Guerra abraçava ideias alienígenas dos organismos internacionais. O que não refreou os diversos movimentos sociais que eclodiram no Brasil, durante a ditadura militar, uma vez que:

[...] as aspirações por uma sociedade igualitária seriam muito mais indígenas do que as idéias que sustentaram a voracidade colonizadora neste país, em que as políticas sociais têm uma história que prima pelas mínimas concessões, no limite da capacidade de se conter os conflitos por meio da repressão (KUHLMANN Jr. 2000a, p. 10-11).

Essa ideia é complementada em outra produção do autor, intitulada *Educando a Infância brasileira*, no livro *500 anos de educação no Brasil*, no qual, ao se referir sobre o Projeto Casulo, comunica que a atuação dos órgãos de assistência social com a área da educação no Brasil produziu “[...] uma névoa a encobrir a histórica reprodução das desigualdades sociais e o conjunto dos direitos sociais da classe trabalhadora, dos quais o direito à creche e pré-escola é apenas à parte.” (KUHLMANN Jr. 2000b, p. 491).

Em 2002, Fúlvia Rosemberg publicou o artigo “Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil”, tratando das tensões existentes e seus efeitos durante a propagação do governo militar, até a Constituição Federal de 1988 e da repercussão das transformações educacionais respaldadas no “Consenso de Washington”.

Nesse texto, Rosemberg diz que nos governos presidenciais de Geisel e de Figueiredo⁵⁰, além do Projeto Casulo, o Programa Nacional de Educação Pré-Escolar, implantado pelo MEC, possuía uma “[...] estrutura administrativa e rede capilar de penetração municipal do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos)”. Também foram difundidas outras modalidades “não formais” ou “alternativas” a baixos custos, como por exemplo, “[...] os programas ‘criança para criança’ e creches domiciliares. Estas últimas foram implantadas em estados e cidades: Ceará, Santa

⁵⁰ Ernesto Beckmann Geisel foi o 29º presidente do Brasil entre os anos de 1974 e 1979; e João Baptista de Oliveira Figueiredo, 30º presidente do Brasil, entre os anos de 1979 e 1985.

Catarina, Brasília, Campo Grande, São Paulo, Campinas.” (ROSEMBERG, 2002, p. 37).

Rosemberg afirma que nem sempre eram de baixos custos pois implicavam em despesas indiretas e tece uma crítica a estes programas, que:

[...] eram incompletos, implantados como soluções de emergência, porém extensivas, o que redundava, geralmente, em atendimento de baixa qualidade e de grande instabilidade”, sendo destinados, exatamente, a populações pobres que, da ótica de políticas afirmativas, necessitam e têm direito a programas completos e estáveis como medidas de correção das injustiças que vêm sofrendo histórica e sistematicamente (ROSEMBERG, 2002, p. 57).

Na tese *Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960*, Aristeo Leite Filho (2008) investigou o lugar que a infância e a Educação Infantil ocuparam nas políticas de educação e saúde, no período desenvolvimentista brasileiro. O autor descobriu que o entendimento de que a creche é um “mal necessário”, bem como que as mulheres são “educadoras natas” e que “as crianças só tomam leite de vaca porque as mães trabalham fora”, são “mitos”, assim como “preocupações” [...] com a mortalidade infantil e a importância do binômio mãe-filho”, além da ideia de “[...] educar a infância para prevenir a marginalidade futura [...]” permaneceram desde o início da república, (LEITE FILHO, 2008, p. 218), desencadeando em tensões no âmbito pedagógico, especialmente, às temáticas:

[...] educação pré-primária preparatória para a escola primária versus educação pré-primária com objetivo em si mesma; educação das crianças pequenas como dever do Estado versus dever da família e da sociedade; boa vontade das pessoas nos programas de assistência e proteção à infância e à família versus formação de educadoras; educadora mãe versus educadora formada; instituições de educação pré-primária como continuação do lar versus espaço específico para o desenvolvimento das crianças; a criança como o centro do trabalho nas instituições de educação pré-primária versus a educadora, a professora ou a jardineira como o centro do processo educativo. (LEITE FILHO, 2008, p. 219)

Leite Filho revela o descompasso entre a expansão da Educação Infantil nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Nestes ocorreu de forma lenta, “[...] constituindo-se numa educação para a subalternidade [...]”, caracterizando-se por uma educação pré-escolar compensatória e preparatória “[...] com conotação

preparatória para a escola [...]”, enquanto naqueles “[...] aconteceu de maneira integrada à qualidade”. (LEITE FILHO, 2008, p. 220-221).

Elisângela Mantagute (2009, p. 47) no trabalho intitulado *Estudo sobre as primeiras creches públicas da Rede Municipal de Educação de Curitiba (1977-1986)*, identificou no Relatório Geral da Fundação LBA do Estado do Espírito Santo, de 1980, que nesta década “[...] a LBA estava presente em 15 municípios do Paraná, em 236 unidades (diretas e indiretas) de Creches Casulo, atendendo a 10 090 crianças (direta e indiretamente).”

Sobre a história das Creches em São Paulo, encontramos o trabalho de Darcy Terezinha Scavone (2011), sob o título *Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976-1984)*, período delimitado por marcar os anos da eclosão de movimentos de luta por creches e da instituição da Comissão Especial do Inquérito sobre Creches na Câmara Municipal.

Scavone noticia que a creche foi uma das pautas debatidas durante a CPI da Mulher, em 1977, quando a autora Maria Malta Campos, a convite, falou sobre “[...] a dupla jornada de trabalho, o problema de comando com órgãos dispersos, a legislação trabalhista e a necessidade de novas formas de financiamento.” Além disso, como exemplos de propostas, a das Creches Casulo que se assemelhava a das “mini-creches” elaborada pela ex-Secretaria do Bem-Estar Social- SEBES (SCAVONE, 2011, p. 110).

Gabriela Darahem (2011), na dissertação *Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs)*, revela que na cidade havia um escritório da LBA que fora implantado em 1942. A instituição auxiliava as creches de Ribeirão Preto, onde atuavam as primeiras-damas da cidade. A autora apresenta a informação de um documento encontrado no arquivo público e histórico da cidade, datado de 1996, comunicando que, após a extinção da LBA em 1994, foi expedida uma ordem do governo federal para que todos os documentos da instituição, inclusive históricos, fossem incinerados. Esta ordem foi cumprida em 1995, juntamente, com o fechamento dos prédios e transferência dos funcionários, mas não foi obedecida por todos os funcionários, pois alguns conseguiram salvar alguns documentos e doaram ao Arquivo Público da cidade.

O artigo *Contexto histórico da integração e da construção política do direito à Educação Infantil*, de Maria Fernanda Nunes, Patrícia Corsino e Vital Didonet (2011),

publicado no livro *Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica*, também apresenta um histórico sobre as instituições e órgão que se ocuparam da educação de crianças pequenas. Trata-se de uma publicação resultante da parceria entre a UNESCO, a Secretaria de Educação Básica, o MEC e a Fundação Orsa.

Ao discorrer sobre a LBA, os autores lembram que a instituição fora criada em 1942, com o objetivo de assistir às famílias dos soldados, que foram convocados e delegados para combater na Segunda Guerra Mundial. A partir de 1946, passou a se ocupar da maternidade e da infância por meio de convênios com as secretarias de Assistência Social e com a comunidade em regiões pobres (NUNES, CORSINO, DIDONET, 2011).

Até a década de 1970, a LBA ocupava-se da assistência e da saúde das crianças e, com o Projeto Casulo, a instituição também passou a se dedicar à educação, publicando, em 1981, o livro *Vamos Fazer uma creche*, editado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social- MPAS, que recomendava as condutas relativas à educação que deveriam ser adotadas. Dessa forma, estas creches teriam a função de guardar e de educar (NUNES, CORSINO, DIDONET, 2011), sendo o Projeto Casulo a realização mais significativa da LBA, alcançando, em um período de quatro anos, 1,8 milhão de crianças, com um programa educacional, caracterizado pelo estabelecimento de convênios (NUNES, CORSINO, DIDONET, 2011).

Após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, publicada em 1993, que definiu várias alterações para a política de assistência social e recomendou que o atendimento deveria ser o da proteção integral, adversa do assistencialismo, a LBA foi extinta, em 1995. Os seus convênios e atividades passam a ser administrados pela Secretaria de Assistência Social do MPAS, com o nome de *Programa Creche Manutenção*, até 2008, quando, o então Ministério do Desenvolvimento Social- MDS autorizou a utilização do Piso Básico de Transição – PTB, aos municípios que transferissem a educação infantil da Secretaria de Assistência Social para a de Educação, para as atividades socioeducativas de assistência às famílias pobres e de risco, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social- Cras, priorizando crianças de 0 a 3 anos de idade (NUNES, CORSINO, DIDONET, 2011).

A creche já era definida como instituição, especificamente, educacional pela CF/88, pela Lei 8.069/90 (ECA) e pela LDB 9394/96, mas a transição da administração da rede de creches do MDS para o MEC foi, totalmente, concluída apenas em 2009,

quando foi criado o Comitê Técnico Interministerial- CTI do MDS, MEC e Ministério do Planejamento (NUNES, CORSINO, DIDONET, 2011).

Na dissertação de Patrícia Regina Brant (2013), de título *Do perfil desejado – A invenção da professora de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (1976 – 1980)* consta a informação de que Vital Didonet foi responsável pela *Coordenação de Educação Pré-Escolar* do MEC- COEPRE, criada em 1974, que, em entrevista concedida para a pesquisa, informou que o trabalho da LBA com o Projeto Casulo, não foi por conta da escassez de verbas do MEC, apesar de a LBA possuir um orçamento maior, esclarecendo que apenas as crianças com idade entre 4 e 6 anos eram o público alvo do Programa do Ministério da Educação, enquanto a LBA não tinha restrição. Algumas instituições do Projeto Casulo atendiam bebês, com meses de vida, até crianças com 10 ou 12 anos por necessidade ou desejo das famílias, algumas estudavam na escola pública, em um horário e, no outro, frequentavam as Creches Casulo.

A pesquisa de Brant (2013) revela que houve a implantação do Programa Educação Escolar no Município de Florianópolis, em 1976, para atender crianças de 0 a 6 anos, por meio do Projeto Núcleos de Educação Infantil, criando-se na SESAS um setor exclusivo para a pré-escola. A autora também entrevistou Sônia Luciano, que relatou que eles não aceitaram o convênio com a LBA, em virtude do sistema de “porquinho de engorda”, onde haveria uma rotatividade trimestral da quantidade de crianças à medida que iriam engordando; tratava-se do Projeto de Unidades de Reeducação Alimentar para o Pré-Escolar- Urape, que priorizava a alimentação e a educação alimentar (BRANT, 2013, p. 98). Brant inteira que entre os anos de 1980 e 1989 ocorreu uma expansão das unidades de educação infantil no Brasil e em Florianópolis, mediante verbas e convênios firmados com a LBA, por meio do Projeto Casulo e, posteriormente, do MOBREAL.

A tese de Caroline Conceição (2014), intitulada *Práticas e representações da Institucionalização da Infância: Bebês e crianças bem pequenas na creche em Francisco Beltrão/PR (1980/1990)* estudou os elementos que compõem a cultura de creche, analisando a existência de profissionais marcados pela maternagem, aspectos organizacionais de tempo, rotina, espaços, e constatou que a creche é um lugar heterogêneo que revela uma política “conformadora de corpos” e manifesta uma “cultura de encontro”.

Conceição (2014) revela que em Francisco Beltrão/PR, a primeira creche foi criada em 1980, ficando a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, responsável pelo convênio com a LBA e em receber os recursos das creches, que precisava arrecadar doações pois a verba proveniente da LBA não era suficiente, cobrindo apenas metade do gasto total, ou ainda, não havia renovação dos convênios em tempo hábil para o recebimento das verbas da LBA, como revela o depoimento de João de Andrade, responsável pelas creches no Departamento de Assistência Social-DAS, entre 1983 e 1988.

A autora destaca que na década de 80 o convênio deveria ser estabelecido com uma entidade ligada à assistência e, apenas na década de 90, o convênio poderia ser celebrado, diretamente, com a prefeitura. Com a extinção da LBA, as creches da cidade continuaram recebendo as verbas do governo federal, por meio da Secretaria de Ação Social, até a efetivação da transferência da administração das creches para a Secretaria de Educação, em 2004 (CONCEIÇÃO, 2014).

Gisele Rodrigues (2019) na dissertação *História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974 - 1990)* aponta que o Projeto Casulo, em MS foi executado por meio da Secretaria de Estado de Educação – SED/MS, da LBA e prefeituras. De acordo com a pesquisa, a necessidade da existência do projeto no Clube de Mães, se deu por conta das dificuldades que as mães encontravam para fazer os cursos, pois não tinham com quem deixar os filhos:

[...] quanto ao Clube de Mães, averiguamos que a atenção às crianças pequenas surgiu não porque pensaram primeiramente nelas, mas, sim, pensaram no adulto, nas mães, que necessitavam de liberdade para fazerem os seus cursos. Entretanto, mesmo assim, as crianças provocaram uma mudança na organização, na rotina e espaço do Clube. E as sócias precisaram criar uma estratégia para incluírem as crianças naquele meio social de alguma forma, criando possibilidades de interação e uma equipe para cuidar do novo departamento, que não estava no planejamento da entidade, mas que, a partir de então, surgira e possibilitaria o bom seguimento das atividades com as mães. (RODRIGUES, 2019, p. 87).

Em 1976, em Ata de reunião do Clube de Mães, a presidente do clube já evidenciava a necessidade da construção de uma sala que atendesse 20 crianças pela LBA, por meio de um projeto pré-escolar e, em 1979, foi criado o departamento do Projeto Casulo no Clube que atendia 50 crianças com idade entre 4 e 5 anos. Em 1982, passou a receber também crianças de 0 a 3 anos de idade. Os resultados

apresentam registros de visitas, a participação de representantes da Igreja Católica, em reuniões do Clube e, informações sobre a supervisão dos trabalhos do Projeto, realizado pela primeira-dama do Estado. A partir de 1984, a creche passou a atender apenas em período parcial em virtude das dificuldades orçamentárias. Para tentar resolver este problema, em 1988, cada sócia “adotou” uma criança, e contribuía, mensalmente, com um determinado valor, acompanhava seu “afilhado”, ao longo do ano, e formava equipes em busca de doações na comunidade.

Além do Projeto Casulo, Rodrigues relata a existência do Programa de Atendimento ao Menor em Situação Irregular – PRO-MENOR, desenvolvido por órgãos de assistência que aplicou o projeto *Unidade de Apoio Familiar* para crianças entre 0 e 6 anos de idade, com a finalidade de criar *creches domiciliares*, em Mato Grosso do Sul.

As pessoas que atuavam no Projeto eram as sócias, as monitoras ou estagiárias, as estudantes ou recém-formadas do Curso de Magistério, além das mães que também auxiliavam. No entanto, a situação financeira se agravou em 1989, a prefeitura suspendeu o pagamento dos salários das professoras e funcionários do Clube, ficando decidido, em assembleia, o fechamento da creche do Projeto que, por solicitação do prefeito, funcionou até 1990, quando passou a ser administrada pelo Programa Nacional do Serviço Voluntário de Assistência Social -PRONAV (RODRIGUES, 2019).

A pesquisa de Rodrigues (2019) apresenta várias imagens em que as crianças da Creche Casulo aparecem, realizando atividades como lanchando, brincando e recebendo doação de brinquedos e, percebeu que o Clube de Mães por 11 anos “[...] contribuiu com o desenvolvimento das crianças atendidas, tanto nos aspectos de cuidado, saúde, alimentação, bem como de educação assistencial [...] constituindo o início da história da Educação Infantil no município de Naviraí”, por meio do Projeto Casulo (RODRIGUES, 2019, p. 134).

A Tese *A educação da infância em Alagoas em fábricas e usinas antes da Constituição Federal de 1988*, de Aline Aderne (2020), esquematiza e estuda os principais modelos de atendimento à criança até os 6 anos de idade em instituições pré-escolares ofertadas por usinas de açúcar e fábricas têxteis. A autora encontrou a presença da LBA nas instituições pertencentes às usinas, oportunizando acompanhamento médico e odontológico para os trabalhadores e suas famílias, mas não havia oferta de cursos profissionalizantes.

Na usina Roçadinho, a autora elucida que existiam as Creches Mendo Sampaio, fundada em 1970 e, a Creche Mendo Sampaio I, fundada em 1985. Elas atendiam crianças de 0 a 6 anos, divididas em três turmas, de acordo com a idade: o *berçário* para os bebês, os *casulos*, equivalentes ao maternal 2, e a *escolinha* para os de 5 e 6 anos. O *berçário* e os *casulos* eram atendidos em tempo integral, enquanto o atendimento na *escolinha* ocorria em tempo parcial. Os resultados evidenciaram que a quantidade de crianças era muito grande, existindo turma que chegava a contar com 40 crianças, sobrecarregando o trabalho das professoras e recreadoras. Quanto à formação, as professoras precisavam ter o Magistério, exigência dispensada às recreadoras. Havia seleção para a contratação das professoras, mas a prevalência era a indicação. A LBA também promovia cursos de treinamento para as professoras, mas as recreadoras não participavam e, ainda, trabalhavam 40 horas para receber um salário equivalente a 20 horas de trabalho das professoras.

Aderne também relata que na Usina Seresta foi fundada a Creche Casulo Dona Yeda Gomes de Barros na década de 1980. Para trabalhar na creche as recreadoras passavam por um processo de seleção e atendiam turmas em horário integral de “maternal 1 (3 anos), maternal 2 (4 anos), jardim infantil e alfabetização (5 e 6 anos)” com atividades inspiradas em estudos montessorianos e planejamentos quinzenais (ADERNE, 2020, p. 142).

A partir da literatura estudada, compreende-se que o Projeto Casulo da LBA foi criado em 1977, no Brasil, no período da ditadura militar e segue até a Nova República, implantado a baixos custos, em articulação a organismos multilaterais, cumprindo exigências do Unicef, como a redução das carências nos âmbitos material e cultural das crianças com até 6 anos de idade, por meio da proliferação desse modelo institucional por todo o país. Assim, identificamos a existência de pesquisas sobre as Creches Casulo nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste do Brasil, mas não encontramos trabalhos na região Norte do país.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DE CRECHES CASULO NO AMAZONAS NO PERÍODO DE 1979 A 1994

Cada canto esconde um conto
Natasha Andrade

2.1 O Histórico da LBA no Amazonas

Em 22 de julho, de 1994, foi publicada a Portaria nº 388, quando a LBA era presidida, nacionalmente, por Jayme de Moura e Silva que, com base no art. 13, inciso IX, do Estatuto da Fundação Legião Brasileira de Assistência, aprovado pelo Decreto nº 12, de 18 de janeiro de 1991, designava uma equipe coordenada por José Colombo de Souza Filho, para levantar a documentação técnica sobre programas, projetos e atividades da LBA, com o objetivo de produzir um documento contendo a “memória da organização”.

Ao elaborar o livreto com os resultados da pesquisa, Ajuricaba Almeida, chefe da ASCOM⁵¹, afirmava que, no Amazonas, este levantamento estava sendo realizado com a colaboração dos servidores ativos e aposentados da LBA: Darlindo Almeida, Paulo Pinto, dona Belmira, dona Maria Lobato, dona Maquiné, Ranulfo e Pedro dos Santos. Convidava pessoas interessadas em colaborar com informações para o trabalho que, ainda, poderia ser “[...] acrescentado, retificado, sobretudo enriquecendo com dados de outros servidores [...]”, bastava que procurassem a ASCOM/AM. (LBA/AM, livreto, 1994, p. 10).

Este levantamento teria iniciado em 1991, antes da publicação da Portaria, mas por falta de um setor próprio, para cuidar da documentação e da mudança de chefia da ASCOM/AM, muitos documentos teriam sido descartados:

⁵¹ Raimundo Ajuricaba Almeida e Silva trabalhou por 12 anos no periódico *O Jornal*, sendo homenageado como “Jornalista do Ano” em 1975. Após o fechamento do Periódico no final do ano 1977, Ajuricaba Almeida passou a trabalhar como editor no *Jornal A Crítica* entre as décadas de 1970 e 2000, quando teria sido demitido. Em novembro de 1977 foi contratado como Agente de Comunicação Social do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Comunicação Social do Amazonas, também respondeu pela Coordenadoria Especial de Imprensa daquela Secretaria em janeiro de 1981, substituindo provisoriamente o titular do cargo. Foi chefe da ASCOM da LBA/AM entre os anos de 1991 até maio de 1993, reassumindo em outubro de 1993, até a extinção da LBA em 1995. (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 17/11/1977; 29/12/1980; ASCOMunica, agosto de 1994; MENDONÇA, 2012; BNC, 2017; AMAZON SAT, 2018; BARBOZA, 2019).

Provavelmente este foi o primeiro trabalho mais profundo de levantamento da memória da LBA no Amazonas. O possível material que retrata a história da instituição no Estado está esparsa e amontoada num "depósito" chamado de arquivo. Um problema antigo, agravado com a falta de um setor específico para conservar e preservar essa memória, resultando no extravio de preciosa documentação. Em consequência, a busca ao material de referência acabou encurtando ainda mais o prazo dado pelo Projeto/DN para apresentação. Por isso, estamos enviando o que foi possível coligir.

Entretanto, desde 1991 a atual Chefia da Ascom/AM vem tentando resgatar essa memória, num trabalho penoso, com a colaboração de alguns (inclusive servidores aposentados). Muito da história da LBA/AM foi recolhida até maio de 1993, quando o atual chefe entregou o cargo à nova Superintendência. Lamentavelmente, na "limpeza" da sala da Ascom todo o material conseguido foi "jogado no lixo", pois jamais foi localizado.

Ao reassumir, em outubro de 1993, o atual chefe da Ascom reiniciou o trabalho de resgate da história, o que já resultou na edição de um livreto - "A LBA no Amazonas" [...] (LBA/AM, livreto, 1994, p. 13-14⁵²).

O livreto *A LBA no Amazonas*, sobre o histórico da instituição, de dez páginas, foi encontrado em uma pasta onde também havia: dois fôlderes, um relatório, um rascunho de um provável ofício ou carta digitada, com sinais de correções. Também encontramos 21 bonecos de boletins informativos intitulados *ASCOMunica* e, apenas um intitulado *Legião*⁵³, produzidos pela ASCOM da LBA/AM. O primeiro número do *ASCOMunica* datava de dezembro de 1993 e o quadragésimo terceiro número de novembro de 1995. Não encontramos nenhuma versão que tenha sido distribuída destes Boletins, apenas as versões originais, boneco (a) dos informativos:

1 – Objeto demonstrativo de trabalho gráfico com mais de duas páginas destinado a ser impresso. Confeccionado no mesmo formato em que se pretende imprimir o trabalho em questão, o(a) boneco(a) funciona como um leiaute e orienta o paginador ou o artefinalista, com o desenho das páginas a serem montadas e com a disposição de cada página em relação a outra. Seu principal objetivo é demonstrar como deverá ser a peça final depois de impressa e montada. (Comap). (SENADO FEDERAL, 2022, n.p.).

Os bonecos do *ASCOMunica* continham entre 2 e 5 páginas cada, alguns deles também estavam impressos em papéis transparentes para retroprojeção.

Conseguimos informações sobre esse Boletim no *Relatório das Atividades da ASCOM/AM*, no exercício de 1994 (1994, p. 1), datado de 25 de novembro de 1994, assinado por Raimundo Ajuricaba de Almeida e Silva, Chefe da ASCOM/AM, de que o informativo *ASCOMunica* era bastante ilustrado e composto de reproduções de

⁵² A numeração foi atribuída por nós pela ordem em que estavam organizadas, pois nem todas as páginas do documento estavam numeradas.

⁵³ Tratava-se de boneco do 4º número do Boletim, que seria composto por 8 páginas.

matérias publicadas na imprensa ou notas que pudessem interessar os servidores da LBA. O Boletim também circulava nas instituições conveniadas, quando o seu conteúdo era de interesse público e, entre os prefeitos e membros do parlamento:

Durante o presente exercício (janeiro a novembro), a ASCOM/AM distribuiu 98 releases aos órgãos de comunicação de Manaus, principalmente jornais, com 100% de aproveitamento. A maioria das notas foram divulgadas por 'A Crítica', que é o jornal de maior circulação no Estado. Rádios e TVs receberam notas e sugestões de pauta.

A divulgação se concentrou na assinatura de convênios, buscando destacar o número de beneficiados e os resultados alcançados, nas outras ações da LBA/AM foram anunciadas amplamente (seminários, visitas a conveniadas, doações de cadeiras de rodas e aparelhos auditivos, promoções da creche casulo Ipê e do Centro de Convivência dos Idosos e notas oriundas da DN). Internamente, a ASCOM/AM manteve um informativo – o 'ASCOMunica' – já no seu 37º número, com matérias (fac-símiles) publicadas na imprensa, reportagens sobre ações e histórias da LBA no Amazonas e notas de interesse dos servidores. Muito ilustrado com fotos, o informativo é 'rodado' no setor de xerox e seus únicos custos são o papel e a impressão. Quando assuntos inseridos são de interesse público, o informativo é distribuído a parlamentares, prefeitos e conveniadas.

A ASCOM/AM também mantém um mural no principal corredor da sede, onde são afixadas notas de interesse geral e particular dos servidores (recados, aniversários, comunicados fúnebres, etc).

Há idéias de aprimorar e ampliar este trabalho.

Em agosto de 1994, uma edição Histórica do *ASCOMunica*, de agosto de 1994, (FIGURA 5, p. 73), produzida em comemoração aos 52 anos da LBA, trazia o histórico da instituição e uma linha do tempo com fotos dos dirigentes da LBA do Amazonas. Na capa, logo abaixo do título "Dirigentes da LBA/AM" havia uma imagem colorida, com uma espessa moldura preta em formato elíptico, que ocupava a primeira metade da página, onde estava a fotografia de Elizabeth Moraes, então dirigente da LBA, que posava ao lado de um grande quadro de Darcy Vargas⁵⁴.

Abaixo da imagem havia uma legenda de dois parágrafos que apresentava o histórico da LBA/AM e informava que a instituição tivera no total 23 dirigentes, 13 sob o título de presidentes, 3 como diretores e 7 superintendentes. Ao lado do texto, constavam as imagens de André Araújo, 3º presidente da LBA, acompanhado de uma mulher não identificada, e de Waldemar Pinheiro, 2º presidente.

Para Chartier (1991, p. 179), os sujeitos que escrevem, editam e imprimem um livro normatizam a forma como este produto será lido, influenciando e condicionando

⁵⁴ Darcy Sarmanho Vargas, primeira-dama do Brasil, esposa de Getúlio Vargas, criou em 28 de agosto de 1942 a Legião Brasileira de Assistência.

os leitores a determinados procedimentos de leitura, são: “[...] contrastes igualmente entre normas de leitura que definem para cada comunidade de leitores, usos do livro, modos de ler, procedimentos de interpretação”. Assim, o critério adotado para a composição do desenho gráfico da capa do Boletim talvez teria sido o nível de importância atribuído a estas figuras pelos elaboradores e/ou dirigentes, uma vez que “nossa interpretação da fotografia depende de nossos conhecimentos, o sentido que dela captamos está ligado a outras informações que não aparecem na imagem.” (STAMATTO, 2009, p. 142).



Figura 5: Capa da Edição Histórica 52 ANOS DA LBA.
Fonte: ASCOMunica, Manaus, nº 31, ago. 1994, p. 1.

De acordo com as informações encontradas no histórico da Instituição, a LBA inaugurou os seus trabalhos no ano de 1942, em sua primeira sede, localizada no Teatro Amazonas, cuja primeira presidente foi Helena Cidade de Araújo, esposa do político Ruy Araújo⁵⁵, que presidiu a LBA de 1942 a 1945. Depois, a instituição teve sedes provisórias na Associação Comercial e no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, e sedes próprias na Rua Joaquim Nabuco, Centro, onde funcionou por 40 anos (de 1943 a 1987), e na Av. Darcy Vargas, 77, Chapada, local onde operou de 1987 até a sua extinção em 1995⁵⁶ (FIGURA 6, p. 74). (LBA/AM, livreto, 1994; ASCOMunica, maio de 1994; ASCOMunica, agosto de 1994).

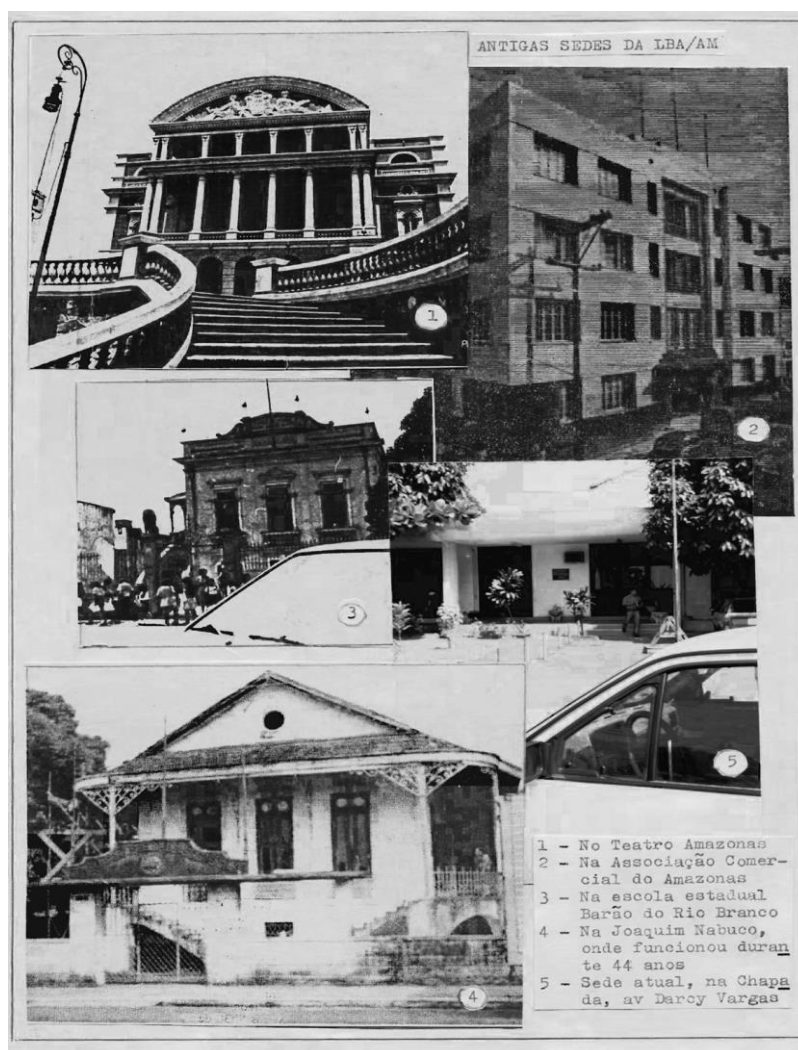


Figura 6: Antigas sedes da LBA/AM.

Fonte: ASCOMunica, Manaus, nº 32, ago. 1994, p. 4.

⁵⁵ Ruy Araújo (1900-1969), pernambucano, foi um advogado, juiz de direito, chefe de polícia do estado do Amazonas, promotor de justiça e político no Amazonas. Era irmão do também Juiz André Araújo. (BITTENCOURT, 1973).

⁵⁶ O prédio onde era a residência do desembargador Estêvão de Sá, foi comprado pelo governador Álvaro Maia e doado para a LBA.

O cargo de presidente, nos outros Estados, geralmente, era entregue às primeiras-damas, mas no Amazonas, apenas 3 delas dirigiram a LBA: Maria de Nazaré Albuquerque Coelho, de 1955 a 1961, esposa do governador Plínio Ramos Coelho; Graziela da Silva Reis, de 1964 a 1967, esposa de Arthur Reis; e como superintendente Tarcila Prado de Negreiros Mendes, entre 1990 e 1993, esposa de Amazonino Mendes, (LBA/AM, livreto, 1994; ASCOMunica, agosto de 1994).

Organizamos no Quadro 1 (p. 75), os nomes dos dirigentes da LBA, por ordem cronológica. Encontramos as imagens no Boletim, com exceção de Helena Araújo, Miguel Silva, Jatyr Aguiar, Almir Pedreira e Maria de Nazaré Coelho, onde nos espaços reservados às fotografias constava a mensagem “À espera de colaboração”. (FIGURA 7, p. 77).

De acordo com o documento, entre 1945 e 1967 os presidentes exerceram trabalho voluntário. A partir da aprovação dos novos estatutos pelo Conselho Deliberativo, em 1967, “[...] refletindo o novo aspecto da sociedade brasileira, voltada para o desenvolvimento nacional [...]”, foi dada:

[...] autonomia ao Serviço Social nas diretorias estaduais, que até então funcionavam como Subchefias da Divisão de Maternidade e Infância, e criada a Divisão de Educação para o Trabalho. Nessa altura, seus dirigentes passaram a receber remuneração mensal. A LBA deixou de assistir sua clientela assistencialmente para assisti-la promocionalmente. (LBA/AM, livreto, 1994, ASCOMunica, agosto de 1994, p. 6-7).

Quadro 1: Dirigentes da LBA no Amazonas

Nome	Período	Cargo
Helena Cidade de Araújo	1942 – 1945	Presidente
Waldemar Pinheiro de Souza	1945 – 1946	Presidente
André Vidal de Araújo	1946 – 1950	Presidente
Jorge Isper Abraham	1950 – 1951	Presidente
Miguel Lúcio Cruz e Silva	1951 – 1952	Presidente
Jatyr Pucu de Aguiar	1952 – 1953	Presidente
Almir Pedreira	1953 – 1954	Presidente
Ermindo Fernandes Barbosa	1954 – 1955	Presidente
Maria de Nazaré de A. Coelho	1955 – 1961	Presidente
Moisés Israel	1961 – 1962	Presidente
Dom João de Souza Lima	1962 – 1964	Presidente
Manoel Ribeiro Soares	1964	Presidente
Graziela da Silva Reis	1964 – 1967	Presidente
Terezinha de Brito Nunes	1967 – 1968	Diretora
Guilherme Pinto Nery	1968 – 1971	Diretor

Guilherme Garcia Gomes	1971 – 1979	Diretor
Belmiro Jorge Rodrigues da Costa	1979 – 1981	Superintendente
Maria Luíza Andrade de Menezes	1981 – 1984	Superintendente
Carlos Antônio da Silveira	1984 – 1985	Superintendente
Mariza Cândida de Freitas da Fonseca	1985 – 1987	Superintendente
Tarcila Prado de N. Mendes	1987 – 1990	Superintendente
Maria Betânia Jatobá de Almeida	1990 – 1993	Superintendente
Maria Elizabeth M. de Oliveira Morais	1993 – 1995	Superintendente

Fonte: ASCOMunica, Manaus, nº 31, ago. 1994, p. 2-4.

Elaboração própria. 2022.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial (1945), a LBA, que até então auxiliava as famílias dos soldados combatentes, reestruturou seus estatutos e objetivos, passando a se dedicar à assistência e, acompanhando o homem do nascimento à velhice (LBA/AM, livreto, 1994).

Em 1944, no bairro da Chapada, foi realizada a “[...] primeira Colônia de Férias de que se tem notícia no Amazonas, reunindo oitenta crianças”. Em 1946, sob a presidência do desembargador André Vidal de Araújo⁵⁷, que ficou conhecido como “Painho” por conta de sua “dedicação às crianças carentes”, foi instalado no local da Colônia de Férias, o Educandário Darcy Vargas, para manter “[...] 100 menores do sexo masculino, em regime de internato”, funcionando até o ano de 1951, “desativado por ser considerado dispendioso” (ASCOMunica, agosto de 1994, p. 2).

Darlindo Almeida, “[...] um dos primeiros funcionários da LBA no Amazonas [...]” relatou, que “Painho” realizava inspeção no Educandário todas as noites, para verificar como as crianças haviam sido atendidas durante o dia e como estariam dormindo (ASCOMunica, agosto de 1994, p. 1-2).

No ano de 1945, a LBA instalou postos médicos no Amazonas, em Manaus nos bairros: Educandos, São Raimundo, Presidente Vargas (antiga Matinha), Jirau, (antigo Seringal Mirim) e no município do Careiro, “[...] para onde eram enviados remédios e vacinas, principalmente nas épocas das cheias [...]”, quando havia “[...] ocorrências de doenças.” Posteriormente a LBA teria adquirido um barco, para atender à sede e

⁵⁷ André Vidal de Araújo (1899-1975), pernambucano, advogado e assistente social, foi o primeiro Juiz de Menores do Estado do Amazonas, entre os anos de 1935 e 1944, quando assumiu o cargo de desembargador do Estado do Amazonas. Criou o Juizado Privativo de Menores, a escola de serviço social do Amazonas, e muitas outras instituições como as correccionais: instituto Melo Matos, para meninos, e a Escola Premonitória do Bom Pastor, para meninas. À frente da LBA construiu a Colônia de Férias Darcy Vargas e o Educandário Darcy Vargas. Além disso, fundou e dirigiu o Círculo Operário de Manaus, a Creche Circulista Menino Jesus e o Instituto Montessoriano Álvaro Maia. Foi membro da Associação Internacional de Juizes de Menores da Hungria e publicou vários livros sobre pedagogia e sociologia da educação (JORNAL DO COMÉRCIO, 03/01/71; MIKI, 2014; VASCONCELOS, 2018; PESSOA, 2018).

às zonas rurais do Careiro, onde a população vivia do extrativismo florestal (ASCOMunica, agosto de 1994, p. 4).



Figura 7: Dirigentes da LBA/AM.

Fonte: ASCOMunica, Manaus, nº 31, ago. 1994, p. 2 -4.

Elaboração própria. 2022.

Ainda em 1945, 40 casas em alvenaria e cobertas com telhas feitas de barro teriam sido construídas pela LBA, destinadas a viúvas que tivessem filhos e “[...] famílias de baixa renda, em terrenos doados pelo Governo do Estado” (LBA/AM, livreto, 1994, p. 4).

Em 1946 a LBA havia instalado uma enfermaria com 30 leitos, para atender “crianças” de 0 a 12 anos na Santa Casa de Misericórdia. A enfermaria teria funcionado até 1965, após a inauguração da Casa Dr. Fajardo.

A partir de 1946, “[...] visando o atendimento da criança na educação [...]”, a presidência estadual da LBA:

passou a realizar programa de execução direta na capital e interior, com entidades particulares, entre as quais o Instituto Montessoriano Álvaro Maia, o Educandário Gustavo Capanema, o Patronato Santa Terezinha, a Prelazia do Alto Solimões e Missões Salesianas (LBA/AM, livreto, 1994, ASCOMunica, agosto de 1994, p. 5).

Nessa época também haviam sido criadas as Comissões Municipais, que teriam desenvolvido trabalho do Programa Nacional de Voluntariado- PRONAV, sob a coordenação das primeiras-damas dos municípios. Em 1950⁵⁸ a LBA teria construído o Posto de Puericultura no bairro da Cachoeirinha⁵⁹, em convênio com a Campanha de Redenção da Criança⁶⁰, onde teriam sido realizados atendimentos de “higiene infantil, pré-natal e lactário”. No mesmo local, anos mais tarde passaria a funcionar o Centro Social nº 2. (LBA/AM, livreto, 1994, ASCOMunica, agosto de 1994, p. 4).

⁵⁸ Ano de transição entre as presidências de André Araújo e Jorge Isper Abraham, este, ficou no cargo até 1951.

⁵⁹ Um dos bairros mais antigos de Manaus, de acordo com historiadores, a comunidade teria surgido por volta do ano de 1702, ocupada, principalmente, por imigrantes portugueses. Teria sido um dos poucos bairros planejados, criado em 1892, por solicitação do então governador Eduardo Ribeiro ao engenheiro Antônio Joaquim de Oliveira Campos, que teria elaborado um plano piloto em uma área de 1.574.448 m², com ruas largas, a maioria leva os nomes dos municípios do Amazonas e de personalidades. O nome bairro teria sido inspirado pelas quedas d’água que se formavam nos igarapés que rodeavam o bairro no período da vazante, cujas águas, além de refrescar a população, auxiliavam as lavadeiras que delas se utilizavam para realizarem seu ofício e sustentarem suas famílias. O bairro desenvolveu-se, especialmente, na época área da borracha, quando foi construída a ponte Benjamin Constant em 1895, com material vindo da Inglaterra, houve migração de muitas famílias que passaram a residir em barracos aglomerados às margens dos igarapés, ocasionando a poluição de suas águas. Com a implantação do Programa Social e Ambiental de Igarapés- Prosamin, muitas famílias foram realocadas, mas o problema da poluição não foi solucionado. (PESSOA, 2014; SILVA, 2018).

⁶⁰ Campanha de caráter nacional, promovida pelos Diários Associados desde 1944, descrito como movimento de “cunho patriótico”, destinado a proporcionar “amparo social” às crianças. (JORNAL DO COMÉRCIO, 5/03/1944, p. 8).

No lactário do Posto de Puericultura teriam sido distribuídas 200 mamadeiras, diariamente e, servida uma “pequena refeição” às gestantes todos os dias, às 9 horas. A partir de 1950, com o fim da Campanha, as crianças passariam a ser atendidas com “lactário seco, isto é, com distribuição de leite em pó”. Nesta mesma época, de acordo com Darlindo Almeida, um dos primeiros funcionários da LBA, a merenda escolar das escolas primárias do Estado do Amazonas também era fornecida pela LBA. (LBA/AM, livreto, 1994, ASCOMunica, agosto de 1994, p.1; 4-5).

Em 1952⁶¹, o prédio onde havia funcionado a maternidade Beatrice Berle teria sido doado à LBA. Naquele local haveria sido instalada a Maternidade Darcy Vargas, que contaria com 40 leitos para atender gestantes carentes de recursos. Em 1956 a maternidade passaria a funcionar em prédio próprio do Estado, situado no bairro de Educandos, depois em casa alugada pela Legião na rua Simón Bolívar, onde teria funcionado até 1961, quando haveria sido extinta e, criada a maternidade Balbina Mestrinho.

Entre os anos de 1945 e 1967, os postos médicos e de Puericultura dos bairros da Chapada, Presidente Vargas e São Jorge, passariam a ter estrutura de Centros Sociais, onde programas integrados começariam a ser desenvolvidos pelas Divisões de Serviço Social, Medicina e Educação para o Trabalho, “[...] dando a seus clientes assistência médico – social, legalização familiar e condições de trabalho, ensinando-lhes técnicas que garantissem sua subsistência.” (LBA/AM, livreto, 1994, ASCOMunica, agosto de 1994, p. 6). Em 1961 a Escola Darcy Vargas teria sido instalada em um dos pavilhões do Educandário de nome homônimo, atendendo alunos do 1º Grau, com professores da Secretaria Estadual de Educação- SEDUC, onde haveria funcionado por 10 anos.

Sobre a Colônia de Férias, encontramos uma fotografia em preto e branco que inferimos que tenha ocorrido na década de 60 ou 70, devido às características das vestimentas dos sujeitos que aparecem nela, a exemplo de uma camisa masculina de cores alternadas e de crianças calçando sandálias de dedo, introduzidas no Brasil apenas na década de 1960 (FIGURA 8, p. 80).

Na imagem, observa-se um grupo com dezenas de pessoas, entre crianças, jovens e adultos. As crianças aparentavam ter por volta de 8 a 11 anos. A maioria das pessoas estava trajando blusa de manga curta, cor clara com o brasão da LBA na

⁶¹ Entre 1951 e 1952 a LBA foi presidida por Miguel Lúcio Cruz e Silva.

altura do peito e, shorts ou bermudas curtas. Provavelmente, de cores diferentes, uma vez que, havia variação entre a graduação nos tons da imagem. Todos posavam para a fotografia em uma área externa e olhavam para a câmera, os sujeitos posicionados à frente estavam ajoelhados, e os de trás em pé. Também aparecia um outro grupo de meninos nas laterais da cena, que caminhavam ou participavam de algum jogo e, alguns grupos de crianças pequenas acompanhadas de adultos, ao fundo da imagem, próximas a portas e janelas, provavelmente, das salas de aula.



Figura 8: Colônia de Férias. s.d.
Fonte: Arquivo da LBA/AM. Acervo: CPDOC – INSS/AM.

De acordo com publicação no *Jornal do Comércio* do Amazonas, em 06 de abril de 1984 houve um crescimento no país da ordem de 600% na quantidade de crianças atendidas pela Rede de Creches-Casulo no país, administrada pela LBA entre os anos de 1978, quando atendia 149 mil crianças, e 1984, quando passou a atender 908 mil. Acerca das creches, descreve-se p seguinte:

O crescimento do Programa de Creches, de 149 mil-para 908 mil crianças em idade pré-escolar, restringe-se à rede diretamente administrada pela LBA. Se computadas as vagas que surgiram no País em consequência da Campanha realizada pela Sra. Léa Leal, nos órgãos públicos e privados, pode-se estimar que, ao invés de 908 mil, já são atendidas mais de 1 milhão e 400 mil crianças. Obtendo recursos do Finsocial, depois de muitos esforços, e seguindo, como em todos os Programas, a orientação do Ministro Jarbas Passarinho, a Presidente da LBA conseguiu aumentar a Rede de Creches na Região Nordeste, atendendo a 200 mil crianças só nas frentes de trabalho, através de convênio com a Sudene, que contratou 28 mil monitoras para cuidar dessas crianças.

O Programa de Creches é a grande prioridade da LBA. Nos Casulos, as crianças recebem quatro refeições por dia, contam com assistência médica e odontológica, recreação e lazer. São creches simples, adequadas às realidades comunitárias. As crianças assistidas em Creches, quando ingressam no sistema de ensino, apresentam índice de reprovação e repetência inferior à metade do índice das demais crianças carentes. As Creches, pela alimentação, reduzem de moléstias e permitem às mães trabalharem, tendo com quem deixar seus filhos em segurança. Atrás de cada duas crianças, em média, há sempre uma mulher-mãe precisando trabalhar. A Sra. Léa Leal, nos cinco anos de sua Administração firmou convênio com o BNH, através do qual ficou estabelecido que nenhum conjunto residencial - popular poderá ser construído se não contar com área para creche. Firmou também, através do PRONAV/LBA, e com a assinatura da Sra. Dulce Figueiredo, Presidente de Honra do Programa, convênio com o Sistema Bancário do País, estabelecendo que cada uma das 12 mil agências bancárias existentes adotará um Casulo, repassando à LBA o valor de uma ORTN mês por crianças atendida, importância debitável do Imposto de Renda. Baseado no Programa de Sra. Léa Leal, o Senador Lourival Baptista apresentou Projeto concedendo às Empresas que construírem, instalarem e mantiverem creches o mesmo incentivo fiscal hoje reservado aos investimentos nos Programas de Alimentação aos trabalhadores e ensino profissional aos empregados, até o limite de 10 por cento do lucro tributável das Empresas (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/04/1984, p. 3).

As Creches deveriam ser adequadas às realidades comunitárias, ou seja, para as crianças pobres. Observa-se nesta notícia o estabelecimento de dois convênios que teriam sido feitos por Léa Leal, então presidente nacional da LBA, com o Banco Nacional de Habitação- BNH para garantir que as creches fossem construídas nos conjuntos residenciais populares. O outro com o Sistema Bancário do País, assinado por Dulce Figueiredo, presidente de honra da LBA, para que fosse repassado uma ORTN mensal por cada criança atendida, a ser debitada no Imposto de Renda. Além disso, teria sido apresentado um projeto de incentivo fiscal para as empresas que instalassem creches, com limite de 10% de lucro tributável, tal como

aconteciam com os Programas de Alimentação e de ensino profissional aos trabalhadores.

Também se informava a existência do “Programa de Complementação Alimentar- PCA”, que distribuía nacionalmente “[...] misturas alimentícias a 30 mil pessoas por mês [...]” e que haveria acontecido um crescimento de 46 mil para 238 mil crianças, contempladas com o Programa de Distribuição de Leite em Pó nos Centros Sociais:

COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

O Programa de Complementação Alimentar, em 1978, atendia mensalmente a 301 mil gestantes, nutrizes e crianças. Estava restrito à Baixada Fluminense, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Região de Serrinha, na Bahia e Cidades Satélites de Brasília, hoje, atende a 609 mil pessoas por mês, tendo sido estendido a Alagoas, em Salvador, Lagamar, Fortaleza, além de, com recursos obtidos junto ao FINSOCIAL, a todas as áreas metropolitanas do Nordeste e do Norte do País. Do total de pessoas atendidas, 70 por cento são crianças até três anos. As misturas alimentícias cobrem 20 por cento das crianças até três anos. As misturas alimentícias cobrem 20 por cento do total de calorias que devem consumir diariamente. O Programa é muito importante como acentua Sra. Léa Leal, pois é muito melhor gastar-se recursos em alimentação do que, por falta de comida, despender-se muito mais em remédios e internações hospitalares. Além disso, a alimentação evita, em muitos casos, a ocorrência de casos de excepcionalidade mental. O cérebro humano forma-se na primeira infância. A falta de alimentos causa retardamentos e problemas às vezes irreversíveis.

LEITE EM PÓ

O Programa de Distribuição de Leite em Pó, voltado basicamente para atender casos urgentes de subnutrição de gestantes, nutrizes e crianças, que em 1978 atendia mensalmente a 46 mil pessoas passou a atender 238, mensalmente, no final de 83. Desse total, 80 por cento são crianças. Da mesma forma que no PCA, cada pessoa recebe dois quilos de leite em pó por mês (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/04/1984, p. 3).

O Programa de Complementação Alimentar teria sido sustentado com os recursos do Fundo de Desenvolvimento Social- FINSOCIAL, como medida de combate às doenças e mortalidade infantil, em decorrência da fome. Além disso, a LBA teria prestado assistência aos “flagelados das secas”, no Nordeste, aos “excepcionais”, aos idosos, realizava Colônia de Férias e expedía Registros Civis:

Em 1979, a LBA criou o Programa Nacional de Voluntariado (PRONAV/LBA) que em cinco anos agrupou 95 mil voluntários e

voluntárias, tornando-se o maior movimento comunitário permanente do País, já instalado mais de 1 mil e 400 municípios. Tem realizado Campanhas de grande porte em favor dos grupos sociais carentes, como foi o caso da Campanha Nordeste Urgente, através da qual mais de 11 milhões de flagelados das secas receberam alimentos. Esses dados foram divulgados ontem pela LBA, quando a Administração de sua Presidente, Léa Leal, completou cinco anos, já que assumiu o cargo a 5 de abril de 1979.

Além disso, no período de 79 a 83, a LBA realizou 8 milhões e 998 mil registros civis, dando existência legal, assim a esse número de brasileiros carentes que não possuíam sequer uma certidão de nascimento. O Programa de Educação Para o Trabalho, que reunia 431 mil alunos, hoje reúne, por ano, 812 mil. A Assistência Aos Excepcionais cresceu de 63 mil para 487 mil. A Assistência Aos Idosos, antes restrita a 14 mil, resultado de 78, passou a ser fornecida a 315 mil, resultado do exercício de 83. As Colônias de Férias, que em 78 encontravam-se em caráter experimental, e só funcionavam no Rio de Janeiro, no ano passado reuniram 250 mil crianças e adolescentes no País todo (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/04/1984, p. 3).

Essas notícias sobre Programas direcionados para as crianças pobres também foram encontradas em outros jornais em nível nacional, a exemplo do *Jornal do Brasil*, em artigo intitulado “Obrigação social”, denunciava que ao término do “ano de 1979, escolhido como Ano I da Criança Brasileira dentro da programação geral da ONU, do Ano Internacional da Criança”, a prefeitura do Rio de Janeiro, em convênio com a LBA “[...] previu a inauguração de 100 creches-casulo para atendimento a população carente [...]”, mas que apenas

[...] 26 empresas atenuavam o problema com o sistema de reembolso (pagando no total ou em parte as mensalidades de creches particulares utilizadas por funcionários) ou com a implantação de creches existentes, porém só no papel, pois na realidade os empregados nem são informados do seu direito de utilizá-las e, se o fossem, o número de vagas conveniadas não atenderia a todos. (JORNAL DO BRASIL, 1979, caderno B, p. 2).

Outra notícia que tratou destas relações internacionais foi sobre o “Seminário LBA-UNICEF”, publicada em 27/10/84, com o título “Maior apoio à criança carente”, reproduzindo publicação da EBN no Rio de Janeiro, onde apresentava uma declaração do consultor do Unicef no Brasil, médico e especialista em nutrição infantil Aaron Lechtig, de que a LBA teria “[...] uma equipe técnica em condições de expandir a experiência executada nos últimos 10 meses, no Ceará e no Rio de Janeiro, englobando maior assistência à infância carente, inclusive para evitar casos de desnutrição”. O Seminário teria sido realizado com o objetivo de “traçar planos

conjuntos com vista a reduzir a mortalidade infantil no país”. Dessa forma, convém afirmar que:

Segundo Aaron o projeto procura educar a mãe, instruir o monitor e utilizar agentes de saúde para prevenir a diarreia, a desnutrição, principais causas de mortalidade infantil. Disse que a LBA se organizou em pouco tempo e os trabalhos realizados, com sucesso, na Baixada Fluminense, no Rio, e no Ceará, forneceram condições para expansão do programa em outras regiões. Uma equipe de 15 pessoas, formadas por médicos, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos vinculada ao departamento de nutrição Materno-Infantil da LBA, é responsável pela execução do projeto no Rio, enquanto que no Ceará, 12 pessoas formaram 111 monitores e agentes de saúde do DNMI e outros 415 das creches-..[sic] casulo, que funcionam para atender a população carente. Aaron revelou que a Unicef destinou US\$ 250 mil para a implantação do projeto, dos quais 73% já foram aplicados (JORNAL DO COMÉRCIO, 27/10/1984, p. 14).

Por mais que se dissesse que a LBA deixava de fazer ações assistenciais para executar ações promocionais, presenciemos um assistencialismo muito forte, caracterizando um discurso oficial da LBA ideológico, de utilização pragmatista, aliado a um projeto de subserviência estatal. Assim, as ações da LBA no Amazonas foram esparsas, reproduções daquilo que era realizado, nacionalmente, também fruto das pressões sociais de seus sujeitos envolvidos: pais, professores etc.

2.2 A LBA e o contexto de criação do Projeto Casulo

As notícias sobre creches intensificaram-se a partir do ano de 1979, por meio dos veículos de comunicação no país, após o Decreto nº 82831 de 11 de dezembro de 1978, que instituiu a Comissão Nacional do Ano Internacional da Criança, celebrado em 1979, de acordo com a Resolução nº 31/169 da Assembleia Geral das Nações Unidas. No Amazonas, em 1978, foram divulgadas no *Jornal do Comércio* as ações que a LBA realizaria no Ano Internacional da Criança, a exemplo da construção e inauguração de creches, dentro do Projeto Ipê, para atender o “menor carente” de 3 a 6 anos, e “[...]” firmação de convênios com Entidades Públicas e Particulares para o desenvolvimento do projeto “Elo” para “menores” de 7 a 18 anos (JORNAL DO COMÉRCIO, 31/12,78, p. 5).

Ipê era uma variante do Projeto Casulo, que atendia de forma direta as crianças em creches próprias da LBA. Outra forma de atendimento era a execução indireta em Creches conveniadas, por meio da parceria estabelecida entre a LBA e instituições educacionais. Cabe salientar que, neste período, a creche e a pré-escola não pertenciam à estrutura legal de ensino, o que ocorreu apenas com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96.

A partir da análise das publicações no *Jornal do Comércio* sob uma perspectiva “cultural” (WILLIAMS, 1992), percebemos que houve uma adesão de uma política mundial de dimensão autoritária (ONU, UNESCO, UNICEF) para a criança pobre de um país com níveis crescentes de industrialização. Tais repercussões chegavam ao Amazonas para garantir que as ideias veiculadas no país tivessem reciprocidade local, considerando que a capital do Estado abrigava o distrito industrial e a Zona Franca de Manaus.

Apesar de a creche ser desde 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, um direito trabalhista das mães, pois de acordo com o artigo 389, § 1º, todas as empresas que empregassem mais de 30 mulheres com idade acima de 16 anos, deveriam dispor de lugar apropriado para guarda de seus filhos, no período de amamentação, este atendimento não era uma realidade. Após a alteração na CLT de 1967, houve um estímulo por parte do governo para que creches vinculadas às empresas fossem criadas. O artigo 61 da Lei 5692/71 recomendava aos sistemas promover “em seus serviços” a organização e manutenção de educação precedente ao ensino de 1º grau às “mães de menores de sete anos” (BRASIL, 1971).

Partindo da compreensão de que “[...] a análise cultural não pode estar limitada ao nível das crenças formais e conscientes” (WILLIAMS, 1992, p. 26), observamos que, neste contexto, a política econômica e governamental construiu estratégias para a política educacional, dentre elas o projeto Casulo, tendo como referência o atendimento às crianças pequenas nas creches. Percebemos que, por um lado, os movimentos sociais pressionavam a existência de creche frente à mulher trabalhadora (operária, pobre) por outro, o governo atendia de forma insipiente as reivindicações, dentro de uma política de divulgação que impregnava o poder à LBA como modelo de perfeito atendimento.

2.3 Projeto Casulo: inaugurações e convênios em Manaus

Havia três denominações que, às vezes, ficam superpostas: “Casulo”, “Ipê” e “Manutenção”. Casulo era o termo empregado para denominar o Projeto, programa de caráter preventivo, que não teria sido criado para atender a um direito ou corrigir inequidades sociais (LIMA, 1994). Parece que houve uma tentativa de substituição do termo “Casulo” pelo termo “Manutenção” ou “Creche Manutenção”, mas o que observamos nos documentos, de fato, foi uma coexistência entre os dois termos. Nos relatórios publicados, a partir de 1988, o termo “manutenção” passou a substituir o termo “casulo”. As ações que apareciam sobre Creche referiam-se à “Creche Manutenção” e “Creche Expansão”. Mesmo que a nomenclatura “Casulo” tenha desaparecido dos relatórios gerais, continuou sendo utilizada em processos e relatórios locais.

O termo “Creche Casulo” também era utilizado para identificar as instituições conveniadas com o Projeto, e as Creches Casulo, variante Ipê, eram administradas, diretamente, pela LBA que, por vezes, também apareciam nomeadas como “Creche Manutenção Ipê”, como veremos nos tópicos seguintes desta seção.

A primeira Creche do Projeto Casulo no Amazonas foi inaugurada em 12 de janeiro de 1979, durante o governo estadual de José Lindoso, quando o Estado vivenciava a segunda fase da Zona Franca de Manaus iniciada em 1976. Identificada como Creche Ipê I, era administrada pela Coordenação Diretora do Serviço Social, da Fundação Legião Brasileira de Assistência- LBA e estava situada à Avenida Joaquim Nabuco, nº 1.193, onde atenderia, diariamente, por um período de 4 horas, crianças “carentes de recursos” entre 3 e 6 anos de idade, com recreação e alimentação (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/01/79, p. 4; 13/01/79).

A inauguração da Creche, presidida por Guilherme Garcia Gomes, então diretor local da LBA, teria contado com a presença de Otilia Marinho, chefe do Serviço Social da instituição, de Ivete dos Santos Alves, coordenadora do programa de Creches, Arnaud Ferreira de Araújo, coordenador da LBA do Rio de Janeiro, e do arcebispo metropolitano de Manaus, D. João de Souza Lima (JORNAL DO COMÉRCIO, 13/01/79, A CRÍTICA, 13/01/79).

O *Jornal do Comércio* e o *Jornal A Crítica* noticiaram o evento. No primeiro, a matéria era composta do título: “Inaugurada ontem com festa a primeira Creche

'Casulo' da LBA", seguido de uma imagem (FIGURA 9, p. 88) em preto e branco da parte interna de uma sala, onde se via 25 crianças, uma em pé e as demais sentadas em cadeirinhas. Organizadas em círculo, elas trajavam uniforme composto de camisas claras, com manga até a altura dos cotovelos, bermudas escuras na altura dos joelhos, sapatos também escuros e a maioria delas usava meias claras; algumas meninas pareciam segurar bonecas. Na lateral direita da imagem havia uma mulher, de perfil, com o olhar voltado para as crianças, provavelmente, a recreadora responsável, sentada em uma cadeira infantil pequena, com as pernas cruzadas e braços sobre os joelhos.

A mulher trajava uma camisa clara, com mangas na altura dos cotovelos, calça comprida escura e uma sandália de salto alto clara. Seus cabelos longos escuros estavam presos, com penteado em estilo rabo de cavalo. Na lateral esquerda da imagem aparecia uma mesa clara, à direita, a quina de uma outra mesa, também em tom de cor clara, e na parede identificavam-se algumas figuras afixadas, como: borboletas, uma girafa e mais duas figuras que remetiam à forma humana.

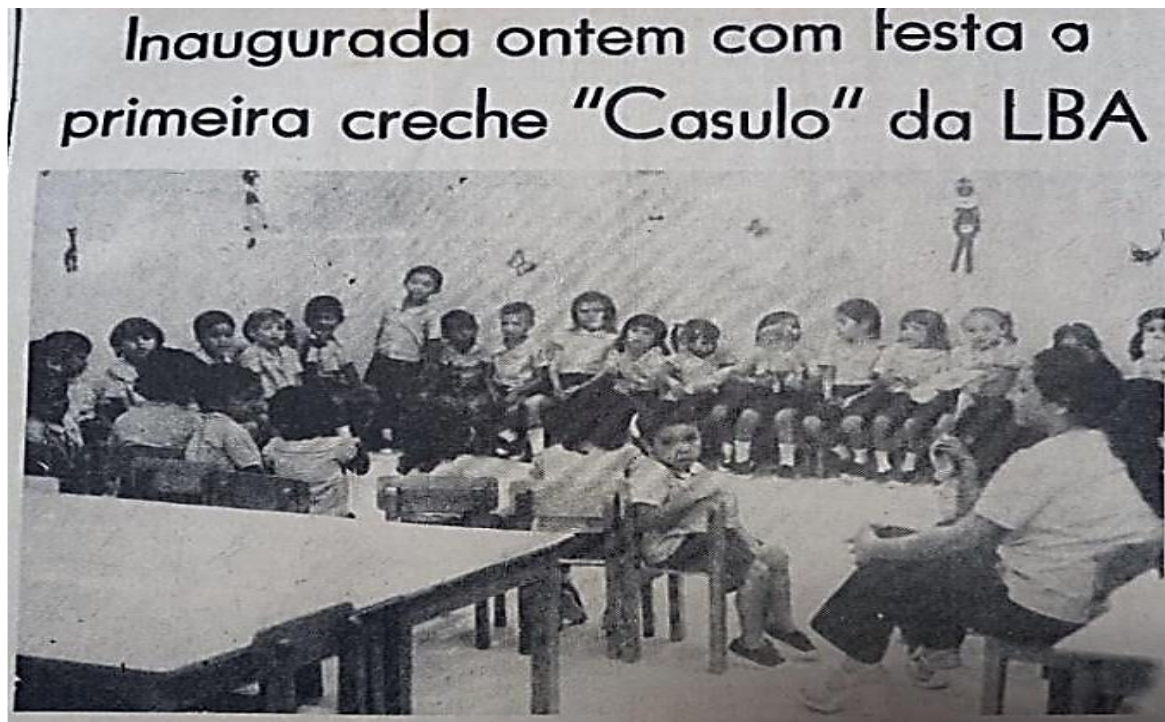


Figura 9: Inauguração da 1ª Creche Casulo em Manaus.

Fonte: *Jornal do Comércio*, Manaus, 13 de janeiro de 1979, caderno 1, p. 3.

A notícia no jornal *A Crítica* apresentava o título “LBA inaugura creche para 130 crianças”, acompanhada de uma imagem em preto e branco de duas crianças uniformizadas, um menino à esquerda da imagem, e uma menina à direita, descerrando a faixa de inauguração em frente à entrada de uma sala. Ao lado da menina, observa-se o perfil de uma mulher que a ajudava a segurar a ponta da faixa, e ao fundo, no interior da sala, havia cadeiras, mesas e duas pessoas adultas em um canto (FIGURA 10, p. 88). Abaixo, havia a seguinte legenda “Duas crianças beneficiadas descersaram [provável erro na grafia da palavra ‘descerraram’] a fita de inauguração da nova creche”. Observamos uma inconsistência entre as notícias, pois o *Jornal do Comércio* informava que o local atenderia 120 crianças, enquanto o jornal *A Crítica* divulgava a quantidade de 130.



Figura 10: Inauguração de creche da LBA para 130 crianças.
Fonte: *Jornal A Crítica*, Manaus, 13 de janeiro de 1979, p. 5.

Em 1980, foi noticiada a existência de Centros Sociais Urbanos nos bairros Raiz, Japiim - zona Sul de Manaus, e Flores na zona centro-sul da cidade; e que a SETRASS atenderia 144 crianças de 3 a 6 anos de idade pela parte da manhã, que receberiam “duas alimentações, um lanche e um almoço”. Nos Centros Sociais também havia “clube de mães, grupo de jovens, grupo de idosos, Comissão de Trabalho, Grupo de Catequese, Grupo de Teatro, Grupo de Escoteiros e palestras.” A notícia trazia, ainda, uma previsão de inauguração de um Centro Social no município de Itacoatiara, onde também funcionaria uma Creche Casulo (JORNAL DO COMÉRCIO, 22/02/80, p. 2; DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 22/02/80, p. 2).

De acordo com outra notícia, no dia 23 de abril de 1980 a LBA teria realizado o I Encontro de Monitores do Projeto Creches Casulos, no auditório da CENESC, em convênio com Arquidiocese de Manaus, Centro de Estudos de Comportamento Humano- CENESC, as prefeituras dos municípios do Amazonas e o Comando Militar da Amazônia. O evento teria sido coordenado pela assistente social Maria de Nazaré Soares e, de acordo com a declaração do presidente regional da LBA, Belmiro Jorge, teria servido para “[...] corrigir falhas existentes no sistema de execução dos trabalhos distribuídos entre as comunidades carentes”. Estas “distorções”, não citadas na notícia, seriam aprimoradas dentro de um programa elaborado pela LBA, cuja aprovação seria “ventilada aos participantes do Encontro”. De acordo com a publicação, teriam participado do evento 40 monitores, 18 deles vindos do interior do Amazonas (JORNAL DO COMÉRCIO, 23/04/1980, p. 3).

Em 1980, foram designadas, respectivamente, a assistente social Maria Júlia Alves de Almeida, para ser gestora do Projeto Casulo e a coordenadora Maria das Graças Lima Rodrigues, para a operacionalização do Projeto Creche Casulo no Amazonas, por meio das Portarias 026/80 e 077/80 da SETRASS (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 06/10/80; 24/06/80).

Também há provas da existência de uma Creche Casulo no bairro Colônia Antônio Aleixo⁶², situado na zona leste de Manaus, quando foi mencionada a participação da Creche na programação em comemoração à Semana das Comunidades: “[...] Torneio de futebol de salão, cantos, participação da Creche

⁶² A Colônia Antônio Aleixo foi criada em 1942 com o objetivo de ser local para onde eram destinadas as pessoas que sofriam de hanseníase. Na localidade foi construído um hospital-colônia para tratamento destas pessoas, até a sua desativação em 1978 quando passou a ser denominado de bairro Colônia Antônio Aleixo (SCHWEICKARD; XEREZ, 2015).

Casulo, corrida de sacos, ginástica rítmica e de resistência, além da apresentação de filmes, compõe a programação a ser desenvolvida hoje pela coordenação da semana da comunidade, na Colônia Antônio Aleixo” (JORNAL DO COMÉRCIO, 20/09/80, cad. 2, p. 3; DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 26/09/80, p. 2).

Esta agenda governamental, da Semana das Comunidades, fora instituída pelo Decreto nº 60.081 de 17 de janeiro de 1967, ocorrida entre os dias 18 e 23 de setembro, promovida pelo Ministério da Educação e da Cultura, organizada pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar (JORNAL DO COMÉRCIO, 24/08/68, p. 4).

A publicação do “Estatuto das Obras Sociais da Comunidade de Nossa Senhora da Graças – (Antônio Aleixo)”, de 06 de maio 1981, informa que o regimento havia sido criado com o objetivo de organizar “[...] uma sociedade civil com todos os direitos e obrigações inerentes às pessoas jurídicas do direito privado”. No documento, composto por 14 artigos havia referência à Creche Casulo, no artigo 3º que estabeleceu, como “fins principais da Sociedade”, os serviços de “[...] instituições educacionais como Jardim de Infância, Creche Casulo, Catequese, além de aulas para adultos”; Clubes comunitários como dos Jovens e das Senhoras (Mães).

No artigo 5º do Estatuto, consta que:

Art. 5º - O Quadro Social da Sociedade é constituído pelos membros da Missão dos Padres Franciscanos da Terceira Ordem Regular na Amazônia que trabalham no Amazonas, e por todos os sacerdotes e leigos que **comprometendo-se a prestar serviços gratuitamente sejam admitidos pela sua diretoria.** (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 14/05/81, p. 14, grifo nosso).

Maria Deuvani da Encarnação Serrão⁶³, que aparecia no documento como “Secretária” da Sociedade, informou-nos, em entrevista, que foi convidada, juntamente, com seu esposo senhor Alfredo, para trabalhar na direção da Creche intitulada “Padre Mário Giudici”, em 1979, “[...] onde eram atendidas em torno de 50 crianças”. A creche funcionou, inicialmente, na Rua Nova, no bairro Colônia Antônio Aleixo e, em 1984, o novo prédio foi inaugurado no terreno da igreja Nossa Senhora

⁶³ Formada em Magistério (Déc. 1990), graduada em Pedagogia (2000) e pós-graduada em Gestão Escolar (2003).

das Graças. A instituição possuía convênio com a SEMED e com a LBA. Eis a fala da referida gestora:

Era Obras Sociais Nossa Senhora das Graças a instituição que fazia os convênios, essas coisas todas. Fazia o convênio e a gente recebia, inclusive a gente fez convênio com a LBA e repassavam para a gente o material sobre a necessidade da creche[...] eu trabalhei na creche Padre Mário Giudici, dez anos como gestora da escola [...] nós tínhamos a igreja católica em si, o padre muito dedicado e tinha muita criança que não tinha nenhum amparo assim, de jeito nenhum, né? E como a igreja tinha uma casa, grande, aí de repente ele chamou a comunidade para a gente trabalhar lá com as crianças. Era só um período do dia e a gente começou. [...] Já tínhamos convênios, SEMED e Creche Padre Mário, que era uma instituição da Igreja Católica. [...] Primeiro foi com 50, depois passamos para um outro prédio novo, bem estruturado. Aí atendia umas 150 crianças. (SERRÃO, 2023).

O Relatório Anual de 1982 da Divisão do Serviço Social, da Superintendência Estadual do Amazonas, informava que o atendimento ao Pré-Escolar, por meio do Projeto Casulo/Variante Ipê, havia sido eleito como prioridade para o exercício daquele ano. Divulgava-se a existência de duas Creches: Ipê I e II, unidades operacionais próprias, e 38 entidades convenientes, porém, no mesmo documento, essa quantidade aumentava para 68 UOC- Unidades Operacionais Casulo, sendo 66 de execução indireta, destas, 51 renovações, 8 unidades implantadas e 9 unidades expandidas. Contudo, ao final do relatório, foram apresentados dados sobre 35 Creches, sendo 2 de execução direta, e 33 de execução indireta. Destas, 17 vinculadas à Igreja Católica, 1 a um Centro Social, 1 ao Círculo Operário de Manaus, 4 a Secretarias estaduais e municipais, 2 à Central de Voluntários do Amazonas, 4 a Fundações e 4 a Institutos. A identificação de cada uma delas, acompanhada da localização estão dispostas no mapa elaborado por nós, disponível na figura 11 (p. 93)⁶⁴.

O Relatório também informava a existência de 5 recreadoras do Ipê e 2 auxiliares de recreação, e que os recursos humanos da LBA eram insuficientes para funcionar, técnica e, administrativamente. Todavia, correspondiam “[...] ao eficaz desempenho operacional do projeto” (AMAZONAS, Relatório Anual, 1982, p. 8). Neste

⁶⁴ Link do Mapa:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1sxKWJRawfPLmzXRU1ztZgC3cwlYtc9Zm&ll=3.123683021545006%2C-60.00267602565753&z=15>

documento, o *Projeto Casulo/Variante Ipê I e II* fazia parte do *Subprograma Assistência ao Pré-escolar*, do *Programa Assistência ao Menor*, do *Departamento de Serviço Social da Superintendência Estadual do Amazonas* da FLBA.

De acordo com o Relatório, os objetivos traçados no plano de ação foram alcançados de forma parcial, em virtude de algumas unidades operacionais vinculadas às obras convenientes, não corresponderem “a contento” à “filosofia do Projeto”. Todavia, de acordo com o documento, as metas para o atendimento na modalidade de execução direta foram “[...] plenamente alcançadas, atendendo a 210 menores, distribuídos em 7 unidades casulo, beneficiando 192 famílias [...]” naquele ano (AMAZONAS, 1982, p. 6). Apesar da quantidade de 210 menores conferir com a apresentada nas duas creches Ipê da LBA, identificamos outra contradição quando se dizia que as crianças haviam sido atendidas em 7 unidades de execução direta, uma vez que o mesmo documento informava a existência de apenas 2 unidades de execução direta e 66 de execução indireta.

Na modalidade de execução indireta, o relatório apresentava a tabela *Demonstrativo de atendimento do Projeto Casulo no Amazonas -1982* (TABELA 1, p. 92), e informava que as metas para aquele ano haviam sido “extrapoladas”, devido à formalização de renovações de 166 unidades casulo, perfazendo um atendimento a 5.001 menores. Além disso, haviam sido expandidas 16 unidades casulo, atendendo a 480 menores e implantadas 40 unidades casulo, atendendo a 1.200 menores, no total, 6.355 famílias foram beneficiadas. (AMAZONAS, 1982, p. 3).

Tabela 1: Demonstrativo de atendimento do Projeto Casulo no Amazonas -1982

Execução	Menores Atendidos	Nº de unidades casulo	Famílias beneficiadas
Direta	210	7	182
Exec. Indireta	5.001	166	6.335
Renovação			
Expansão	480	16	
Implantação	1.200	40	
TOTAL GERAL	6.891	22	6.517

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982, p. 8. Elaboração própria (2023).

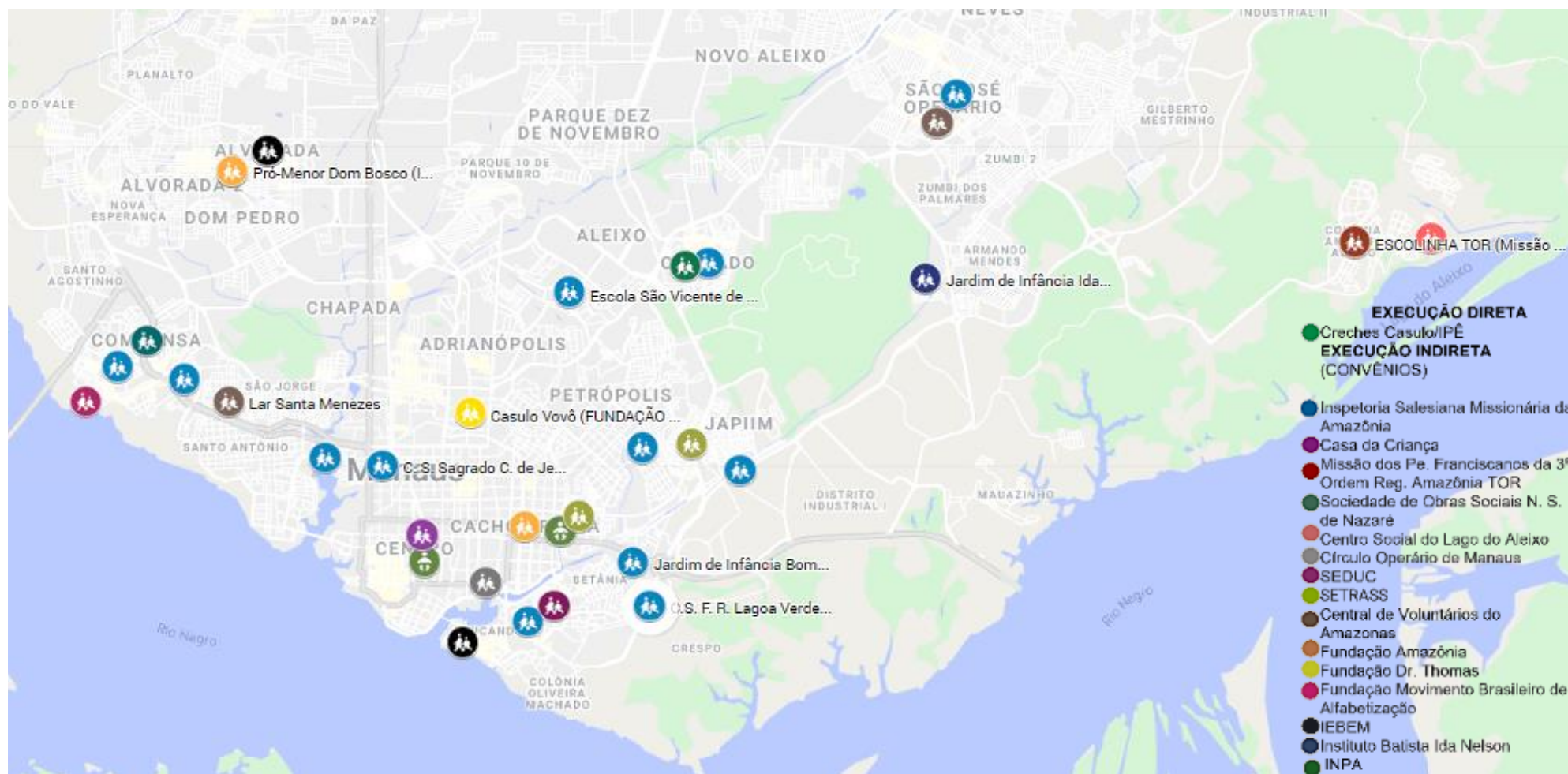


Figura 11: Mapa das Unidades Operacionais do Projeto Casulo em Manaus (1982).

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982. Elaboração própria (2022). Link: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1sxKWJRawfPLmzXRU1ztZgC3cwIYtc9Zm&usp=sharing>.

Dois termos chamaram-nos a atenção: “menor(es)” e “famílias beneficiadas”, como se o Estado prestasse um favor, um bem, para tirá-las do malefício em que se encontravam. Um Estado redentor, em ações de salvamento social, frente ao “menor”, como se este representasse um futuro desviante e perigoso.

Cabe salientar que essa necessidade de se promover “assistência ao menor”, já era preconizada desde o início do século XX, quando se mobilizava a criação da Escola Correccional em Manaus. O termo “menor”, “de cunho científico e político” era empregado para segregar crianças e adolescentes de até 18 anos de idade, consideradas “pré-delinquentes”, em uma “nova categoria social”. A institucionalização preventiva e/ou correccional, desses indivíduos, seria a solução para evitar e combater a criminalidade, em consonância com as concepções higienistas e de puericultura da época. (CORRÊA, 2001; MIKI, 2014, p. 170; VASCONCELOS, 2018).

Essa ideia estava sempre presente nos documentos publicados por André Araújo desde à década de 40. Uma visão que se mantém no tempo, como uma permanência histórica, conforme observamos nos relatórios da LBA, quando o Projeto Casulo é identificado como parte de um programa intitulado “Assistência ao Menor” em vários relatórios entre os anos de 1982 e 1986. Apenas a partir de 1987, essa visão foi superada e, o termo “criança” ganha seu protagonismo e a “creche” aparece como parte do “Programa Primeiro a Criança” (LBA, Relatório Geral, 1987).

2.3.1 Características de execução

Consoante o Relatório, a metodologia do Projeto (QUADRO 2, p. 95) era composta por cinco etapas: atendimentos (individual, grupal e comunitário), treinamento (execução direta) e supervisão. Para cada metodologia eram estabelecidos instrumentos, assim apresentados, respectivamente: triagem, seleção da clientela⁶⁵ e encaminhamento; reunião de pais e recreadores, festividades; festividades e encaminhamentos diversos; e técnicas de recreação, orientação psicopedagógica e dinâmica de grupo. O Relatório indicava que a previsão para

⁶⁵ Termo utilizado nos documentos da LBA, para designar as crianças atendidas.

renovação no Plano de Ação/1982 não correspondia ao número real de crianças atendidas, pois a pretensão de atendimento era de 5.181, contudo, as renovações totalizavam “5.001 menores” (AMAZONAS, Relatório Anual, 1982, p. 08).

No campo *Avaliação do Projeto*, o Relatório apontava para a crescente demanda e absorção de crianças pré-escolares carentes, principalmente, pelas "Obras Convenientes", onde:

[...] os fenômenos de subnutrição, carência sócio-econômica financeira, problemas de saúde, necessidade de orientação psicopedagógica, necessidade de lazer e recreação orientada, como caracterizadores da clientela assistida, podemos constatar através do processo de observação e acompanhamento dos menores e famílias as mudanças abaixo relacionadas:

Melhoria de condição de vida através da participação das mães no orçamento familiar;

Melhor índice de sociabilização dos menores;

Redução no índice de doenças;

Melhor desenvolvimento físico dos menores.

Considera-se válida a metodologia utilizada a qual favoreceu ao alcance dos objetivos propostos. (AMAZONAS, 1982, p. 8).

Quadro 2: Metodologia e instrumentos utilizados no Projeto Casulo no Amazonas - 1982

METODOLOGIA	INSTRUMENTOS UTILIZADOS
1 – Atendimento individual	1 – Triagem, seleção da clientela e encaminhamento.
2 – Grupal	2 – Reunião de pais e recreadores, festividades.
3 – Comunitário	3 – Festividades e encaminhamentos diversos.
4 – Treinamento (execução direta)	4 – Técnicas de recreação, orientação psicopedagógica e dinâmica de grupo.
5 – Supervisão	5 – Orientação técnica, informação e controle.

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982, p. 8. Elaboração própria (2022).

Na avaliação do Relatório constava a informação de que os métodos aplicados haviam alcançado os objetivos propostos e teriam sido considerados adequados. Para a operacionalização do Projeto, observamos que em 1982 havia apenas 28 profissionais da LBA, distribuídos em supervisores, monitores, auxiliares de monitores e estagiários, e os 68 executores (professores) eram todos cedidos por outras entidades (Quadro 3, p. 96).

Com relação aos recursos físicos utilizados, foi informado que as inadequações detectadas nas visitas de supervisão “[...] foram devidamente apresentadas aos responsáveis pela obra, tomando-se providências necessárias para melhoria do atendimento” e que as que “não apresentaram condições mínimas favoráveis a execução do Projeto terão sua clientela absorvida por outra unidade operacional vinculada a mesma obra conveniente”. (AMAZONAS, 1982, p. 09).

Quadro 3: Recursos humanos existentes

Quantidade	Função no Projeto	Categoria Profissional	Vinculação
14	Supervisor	A. Social	LBA
68	Executor	Professor	Cedido p/ outras entidades
07	Monitor	Professor	LBA
02	Aux. Monitor	Professor	LBA
04	Estagiário	Medicina	LBA
01	Estagiário	Odontologia	LBA

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982, p. 09. Elaboração própria (2022).

Na tabela 2 *Recursos Financeiros Despendidos* (p. 96), constavam os valores, em cruzeiros, referentes a material de consumo, serviços de terceiros, outros serviços e encargos (convênios) e, equipamento e material permanente. Os campos referentes aos recursos com pessoal e outras transferências a pessoas, não foram preenchidos.

Tabela 2: Recursos financeiros despendidos

Especificação	Importância dispendida Cr\$
Pessoal
Material de consumo	Cr\$ 6. 843.326,00
Serviços de terceiros	Cr\$ 5.228.000,00
Serviços de terceiros, outros serviços e encargos (convênios)	Cr\$ 61.620.000,00
Outras transferências a pessoas
Equipamento e material permanente	Cr\$ 1.300.000,00
TOTAL	Cr\$ 81.885.793,00

AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982, p. 10. Elaboração própria (2022).

O Relatório, ainda, informava despesas no valor de Cr\$ 10. 247.057,00- consumo dos IPÊ I e II, com telhas e material odontológico para o Casulo de Tabatinga; (serviços de terceiros) com estagiários, monitores e treinamento Cr\$ 1.018.846,00 – redução no previsto em decorrência da inclusão das cozinheiras e monitoras no quadro de pessoal da LBA. Serviços de Terceiros e outros encargos (convênios); Gasto Cr\$ 2.103.020,00 – confecção do forro dos IPÊ I e II, reparos no material permanente, instalações físicas etc. Gasto Cr\$ 87.950.000,00- aumento da verba em decorrência. Gasto Cr\$ 247.250,00 (Equipamento e material permanente). Verificamos que os valores despendidos naquele ano ultrapassaram os previstos em Cr\$ 19.680.380, o que teria sido justificado pelo fato das “implantações e expansões de U.C. no exercício de 1982”.

Por fim, o documento apresentava o cronograma físico de execução, composto por 9 etapas realizadas ao longo do ano de 1982 (Quadro 4, p. 97): planejamento; implantação; expansão; execução; treinamento de monitor; treinamento de executores; reunião de pais; datas comemorativas; supervisão, controle e avaliação. A não realização do treinamento para executores foi justificada pela “exiguidade de tempo”; mesmo assim, informou-se que eles haviam recebido “orientação sistemática” por meio de supervisões e contatos realizados pela equipe técnica da Divisão de Serviço Social- DSS.

Quadro 4: Cronograma físico de execução

ETAPAS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Planejamento (novembro/81)												
Implantação						--						
Expansão	--											
Execução	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Treinamento de monitor								--				
Treinamento de executores (não realizado)												
Reunião de pais			--			--			--			--
Datas comemorativas					--	--		--	--	--		--
Supervisão, controle e avaliação	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982, p. 10. Elaboração própria (2022).

Alguns registros fornecidos pela ex-assistente social da LBA Terezinha Gomes, referentes à década de 1980, retratam as viagens fluviais pelo interior do Amazonas.

No primeiro, a então servidora aparecia sentada em uma canoa “voadeira”, trajando blusa branca e calça preta. Na proa, havia um homem vestindo uma blusa clara e uma bermuda e, por último, uma mulher com blusa clara e calça comprida azul. Na popa da embarcação observava-se tijolos, ao fundo algumas casas atingidas pela cheia das águas do Rio Negro e a vista parcial da terra firme. (FIGURA 12, p. 98; GOMES, 2023f).



Figura 12: Viagem de canoa para realização de visita técnica de supervisão. LBA. Amazonas. Déc. 1980.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes Déc. 1980. 2023h. (Acervo da pesquisa).

Na outra imagem (FIGURA 13, p. 99), vê-se Terezinha, trajando blusa amarela e calça comprida escura, apoiando as mãos na proa de um “motor da linha”⁶⁶, a caminho de uma visita de supervisão no município de Parintins-AM. (GOMES, 2023g).

A assistente social revela que além das creches identificadas, havia a creche Casulo do Vovô. Sobre essa instituição, encontramos, em 1984, notícias que mencionavam a participação da então “**Escola Municipal ‘Casulo do Vovô’**” no V Festival do pré-escolar, realizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC, por meio da “Divisão de Assuntos Culturais”. O Festival ocorreu nos dias 19 e 20 de junho no anfiteatro do Parque 10 de Novembro, contando com a seguinte programação:

⁶⁶ Termo local para definir uma embarcação de grande porte que realiza viagens intermunicipais ou interestaduais.

A abertura ocorreu às 16:00 horas, com a Dança da Machadinha e Dança Portuguesa da Escola Sementinha às 16:45:00 horas, Dança do Passarinho da Escola Municipal "Hemetério Cabrinha" às 17:00 horas, Quadrilha da Escola "Vilas Lobos", às 17:15 horas, Festa na Roça e Pisa o Milho, da Escola Municipal "Casulo do Vovô", às 17:45, Dança do Balaio, às 18:15 horas, Xaxado do Jardim da Infância Belo Horizonte, às 18:30 horas Dança dos Siria, da Escola Municipal "Bom Pastor" às 19:00 horas, atração especial é por conta dos Cabras de Lampião, às 19:30 horas Encerramento (JORNAL DO COMÉRCIO, 20/06/84, p. 3).

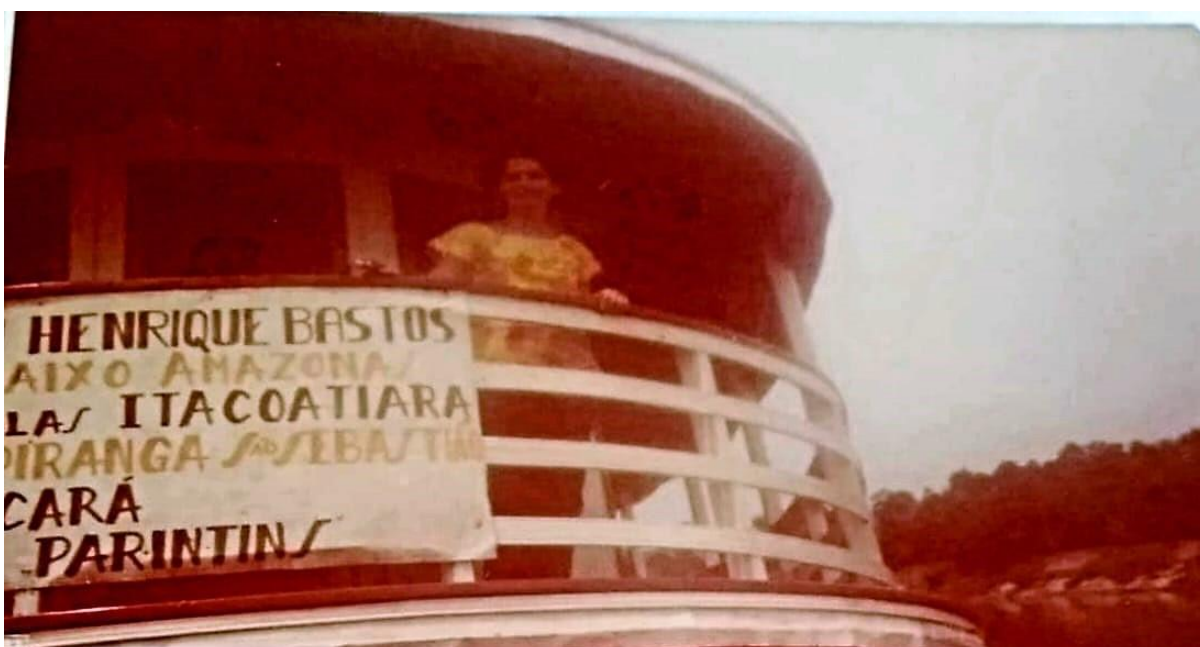


Figura 13: Viagem de barco para realização de visita técnica de supervisão. LBA. Amazonas. Déc. 1980.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes Déc. 1980. 2023h. (Acervo da pesquisa).

Observamos que esta Creche era uma unidade operacional do Projeto Casulo de execução indireta, conveniada com a Fundação Dr. Thomas. (AMAZONAS, 1982). De acordo com relato memorialístico de Terezinha Gomes (2021), ex-coordenadora da LBA, “[...] o projeto na Fundação Dr. Thomas foi denominado Casulo do Vovô pois era uma integração de gerações: Idosos e crianças. Os participantes conversavam com as crianças, cantavam, contavam histórias, coisas assim.” (GOMES, 2021a, acervo da pesquisa):

[...] Na minha memória ... eu tenho algumas fotos de quando nós íamos fazer a supervisão nas creches principalmente no interior porque na capital eu quase não supervisionava. A minha passagem pelo Projeto Casulo que era um projeto da LBA, foi um projeto da LBA.

Nós tivemos como princípio um plano piloto em Manaus que foram as creches que eram da própria LBA que funcionavam no centro social da Cachoeirinha e um lá na Joaquim Nabuco onde era a nossa sede da LBA. Na área dos projetos de educação tem várias meninas que eram supervisoras[...] com 73 anos a memória não funciona muito bem não. Era um projeto que se estendeu pelo Amazonas todo, não somente na capital em Manaus, mas para o interior também onde diversos municípios tiveram creches através do Projeto.

Um destaque muito grande na época foi um Projeto Casulo que nós implantamos na Fundação Doutor Thomas e fazia assim um trabalho integrado com o idoso, foi uma experiência muito bonita [...] era um projeto muito bonito inclusive a gente acompanhou a participação dos idosos junto às crianças na creche porque era no mesmo espaço, tinha a Fundação onde ficava os idosos e tinha a creche que também ficava lá. A creche era no mesmo terreno, mas não junto com o mesmo prédio do idosos. Foi uma experiência muito boa e se eu não me engano foi a uma experiência nossa do Amazonas, da LBA do Amazonas (GOMES, 2021a, acervo da pesquisa).

Também há registros da participação destas Creches em desfiles escolares, a exemplo deste, em comemoração aos 133 anos de elevação do Amazonas à categoria de província:

Projeto “Meu Filho” é atração amanhã no desfile

No desfile escolar de amanhã, comemorativo aos 133 anos de elevação do Amazonas à categoria de província, a novidade será a participação das crianças assistidas pelo Projeto Meu Filho, cerca de 300 meninos e meninas carentes recebem orientações educacional e profissional nas barracas de lona instaladas pela Prefeitura na cidade. O desfile das 24 representações escolares do Estado e particulares começará às 7h30min, logo após o governador Gilberto Mestrinho passar em revista o dispositivo na avenida Djalma Batista.

Este ano o desfile, que durará 2 horas, tem como motivo as riquezas do Amazonas, devendo cada escola mostrar uma dessas riquezas.

[...] Hoje, às 7h30min, haverá desfile de grupos atuantes: Creche Casulo, Grupo de Mães, Grêmio Recreativo escolinha de arte, no Centro Comunitário André Araújo. [...] Ontem fizeram desfiles a Creche Casulo, Grupo de Mães, Grêmio Recreativo e Escolinha de Arte do Centro Comunitário André Araújo, no conjunto Costa e Silva (JORNAL DO COMÉRCIO, 04/09/84, p. 3).

As festividades que compunham o calendário escolar serão abordadas na 3ª seção, mas percebemos, por meio da divulgação dessas notícias, que no Amazonas e em outros Estados do país, as Creches Casulo da LBA eram conveniadas com diversas instituições como Centros Sociais Urbanos, Secretaria de Estado do Trabalho e Serviço Social, além da relação existente com o voluntariado. A responsabilidade por este atendimento era repartida de forma desigual, entre as

instituições, o que poderia causar fragmentação e instabilidade nas relações existentes neste processo.

Nos Diários Oficiais encontramos a divulgação de valores destinados ao Projeto Casulo, a exemplo destes ocorridos entre os anos de 1982 e 1984, nos governos de Paulo Pinto Nery e de Gilberto Mestrinho, destinando verba à SETRASS para que fossem aplicadas, dentre outras coisas, no “atendimento ao Pré-Escolar (Creche-Casulo)”, sem especificar a quantia exata a este atendimento, nem para quais unidades seriam destinadas. Em um deles consta a informação de que seriam atendidas 300 crianças, por 4 horas (Quadro 5, p. 101).

Quadro 5: Créditos Suplementares publicados em decretos entre 1982 e 1984

Decreto	Valor total	Especificações: Valor-destinação
DECRETO N. ° 6387 DE 16 DE JUNHO DE 1982	Cr\$ 9.000.000,00	Cr\$ 1.000.000,00- para “Atendimento ao Pré-Escolar (Creche-Casulo) [...] Material de Consumo.
DECRETO N. ° 6807 DE 20 DE AGOSTO DE 1982	Cr\$ 18.476.401,00	Cr\$ 1.575.000,00- “retornando ao Convênio de Cooperação Técnica e/ou Financeira celebrado entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a Secretaria de Estado do Trabalho e Serviços Sociais — . . . SETRASS, firmado em 02.01.82, objetivando atender 300 crianças, em regime de 4 horas através do projeto Casulo”.
DECRETO N. ° 8206 DE 01 DE OUTUBRO DE 1984	Cr\$ 26.000.000,00	Cr\$ 1.000.000,00 - Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social; Gabinete do Secretário; Atendimento ao Pré-Escolar Creche Casulo; Material de Consumo.

Fonte: Elaboração Própria, a partir de informações extraídas dos Diários Oficiais do Estado do Amazonas (16/06/82, p. 3; 20/08/82, p.1; 02/10/84, p. 8). 2021.

Estes convênios se intensificaram na década de 80, ao mesmo tempo que Movimentos de Luta, por Creche em Manaus, eram organizados pela Comissão de

Mulheres Trabalhadoras Metalúrgicas, do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e, oriunda do Comitê da Mulher Trabalhadora Universitária, criada em 8 de março de 1980 na Universidade Federal do Amazonas (TORRES, 2005; ASSIS, 2013; BATISTA, 2018; SILVA 2012; 2021; SILVA, D. 2021).

Nesse mesmo período, o governo divulgava no *Jornal do Comércio* e no Diário Oficial informações sobre o atendimento de creches, a exemplo desta notícia sobre o recebimento de um cheque no valor de Cr\$ 450 Mil da empresa Phillips da Amazônia, em doação à presidente da Central de Voluntários do Amazonas- CVA, senhora Amine Lindoso, que em discurso divulgava a ampliação do projeto casulo em Manaus:

[...] o programa lançado a nível nacional pela LBA, de ampliar as creches casulos para atender as crianças que ficam a maior parte do dia longe dos pais que trabalham. Segundo Dona Amine, a ampliação do projeto Casulo, já está sendo programado para o próximo mês de janeiro, para atender cerca de 120 famílias distribuídas nos bairros da capital [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/11/81, p. 2)

Além disso, era mencionada a necessidade de sensibilizar as demais empresas do Distrito Industrial para que “[...] seguissem o exemplo da Phillips, em visitar a CVA [...]” e sensibilizarem-se com o trabalho desenvolvido “[...] em prol das comunidades carentes.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/11/81, p. 2). Assim, consideramos que, por meio dos movimentos sociais e das reivindicações da sociedade civil, o atendimento às creches ganhou visibilidade na imprensa periódica e passou a ser pauta das políticas públicas.

2.4 As Creches IPÊ: 1, 2 e 3

As Creches IPÊ eram as unidades de execução direta, ou seja, administradas pela LBA, uma “variante” do Projeto Casulo. Encontramos notícias sobre a existência de Creches Ipê da LBA em outros Estados do Brasil, como em Natal, Paraná e Rio de Janeiro (DIÁRIO DE NATAL, 1983; CORREIO DE NOTÍCIAS, 1986; O FLUMINENSE, 1992).

De acordo com o *Dicionário Online de Português*⁶⁷, Ipê é o nome dado a bela árvore bignoniácea, conhecida por sua beleza. Durante a floração, perde suas folhagens, recobrando-se de flores e possui grande capacidade de adaptação, existindo, nativamente, em diversos biomas brasileiros. Foi considerada por muito tempo como um símbolo nacional.⁶⁸

Os documentos analisados: plantas, propostas de trabalho e relatórios, revelaram a existência de três Creches IPÊ no Amazonas, todas localizadas em áreas comerciais ou próximas ao Distrito Industrial da capital amazonense: a Creche Ipê I, no Centro, a Ipê II, no bairro Cachoeirinha, e a Ipê III, inaugurada no bairro Chapada, em uma “[...] área de influência com o melhor poder aquisitivo da cidade”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1989, p. 6).

2.4.1 Creche IPÊ I

A primeira Creche de execução direta da LBA foi construída no terreno anexo à 1ª sede própria da LBA, de acordo com informações do protocolo nº 03-122/78, com custo total de Cr\$ 1.254.131,47. Inaugurada em janeiro de 1979, entre a avenida Joaquim Nabuco, 1.193, esquina com a rua 24 de maio, no Centro de Manaus, funcionou até maio de 1990, onde atualmente é a sede da Superintendência do Patrimônio da União (FIGURAS 14, 15 e 16, p. 109-111).

A planta de situação e locação da Creche, (FIGURA 17, p. 112), de junho de 1983, informa que a entrada da instituição, identificada como unidade pré-escolar integrada ao Centro Social nº 2, era pela rua 24 de maio, e que a Creche ocupava o canto direito dos fundos do terreno, em prédio medindo 30,05 m de largura x 12,10 m de comprimento. Havia duas áreas destinadas ao recreio, uma maior, na parte direita da entrada, e a outra menor, identificada como “caixa de areia”, ocupando a parte direita dos fundos da construção.

De acordo com o *Relatório Anual de 1983*, os recursos humanos da Creche dividiam-se em: 02 técnicos, sendo um assistente social, “elemento de ligação

⁶⁷ <https://www.dicio.com.br/>

⁶⁸ Até a promulgação da Lei 6507 de 7 de dezembro de 1978, na qual o então presidente Ernesto Geisel declarou apenas o Pau-Brasil como árvore nacional (VAINSENCHE, 2004).

PRONAV/LBA”, uma pedagoga, que prestava assistência pedagógica às Creches Ipê I e Ipê 2; e 11 administrativos, sem especificação quanto às funções destes.

Informava-se, ainda, que a Creche atendia, além das crianças residentes no Centro da cidade, as de vários outros bairros da capital, pois sua localização facilitava a locomoção das crianças e de seus pais que, em sua grande maioria, trabalhavam nas redondezas.

No início daquele ano, a “clientela” da instituição correspondia a 120 crianças, aumentando para 135 ao final de 1983, registrando-se 57 desligamentos e substituições. Identificamos que o Relatório apresentava dados contraditórios, pois informava uma ampliação no atendimento de 13 crianças, o que corresponderia a 133 atendimentos no total, e não a 135 como foi descrito. (FLBA/AM, RELATÓRIO, 1983; 1990).

Conforme o documento, a Creche possuía três salas, sendo que a LBA manifestava, na *Proposta de Trabalho* da Creche Manutenção Ipê I para o ano de 1988, a necessidade de ampliação do espaço para 4 salas, da capacidade da Creche de 105 para 120 crianças e, “[...] conseqüentemente o quadro de pessoal, material etc.”. Nesse sentido:

- Dotar a CRECHE MANUTENÇÃO IPE I de melhores instalações físicas, pessoal técnica pedagógico, pessoal de apoio, treinando assim como materiais especializados para melhor atender a demanda, vez que a oferta não vem sendo suficiente.
- Ampliar de 03 (três) para 04 (quatro) salas distribuindo as crianças pela faixa de idade, separando a secretaria de dentro da sala de aula, construindo um galpão para refeitório, lazer integrado e outras utilidades afins (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.⁶⁹).

Consoante a Proposta, o objetivo geral do projeto Creche Manutenção Ipê I era “[...] oferecer um atendimento humano global, extensivo à família, proporcionando-lhes maior disponibilidade de tempo e conseqüentemente favorecendo maior rentabilidade no sócio-econômico da família [...]”; e os objetivos específicos eram:

- Visar melhores benefícios às crianças, atendendo suas necessidades no que se refere a Nutrição, Educação, Saúde, Recreação, Lazer e Cultura.
- No que se refere à educação e cultura, objetivamos também uma introdução de alfabetização para as crianças de 05 a 06 anos, visto que tão logo deixarem a creche, possam de alguma forma adentrar na

⁶⁹ Este documento não está paginado.

escola Pública com alguma noção de cultura e não somente com hábitos educativos (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.).

A metodologia da Proposta de Trabalho (1988), seria:

- Prestação de serviços oferecidos pela LBA; Reuniões com os pais das crianças e corpo docente. Palestras educativas com o apoio do Centro Social III; Complementação Alimentar; Atendimento Médico/Odontológico (estes também com apoio do mesmo Centro e outras orientações a fins). (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.).

A avaliação do projeto aconteceria por meio de: “observação, reuniões mensais com o corpo docente, reuniões mensais com os pais, estatística mensal e relatório geral trimestral.” (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.). Sobre os valores *per capita*, uma Circular expedida pela Secretaria de Planejamento e Controle, em telegrama remetido à Superintendência Estadual do Amazonas, citando a portaria do MBES NR 139 de 26.10.88, informava que a partir de setembro de 1988 os valores *per capita* do Programa Creches para o regime de 4 horas passariam a ser no valor de Cz\$ 2.090, e de 8 horas Cz\$ 4.180. (FLBA, Circular, 1988, p. 1).

O *Relatório Anual da Creche Casulo Ipê I*, referente ao exercício de 1989, informava que a Creche havia passado por reforma e ampliação “significativa”, em 1988, nos seguintes espaços: cozinha, dispensa e banheiro infantil, sendo construídos a secretaria e os banheiros para funcionários. (FLBA/AM, Relatório, 1990).

No Relatório, assinado pela chefe de Creche Francisca Lima, em 15 de janeiro de 1990, constava a informação de que haviam enfrentado, no ano anterior, grandes dificuldades para manter o funcionamento da Creche, principalmente, com relação à alimentação, assistência médica e odontológica, falta de recursos humanos, limpeza, conservação e escassez de material pedagógico:

- Com relação a **alimentação**, ponto importante para a realização de nosso objetivo, foi bastante **crítico**, podemos dizer que apenas conseguimos sobreviver, chegando ao ponto de faltar **leite** para as **crianças**. Lamentamos dizer que algumas vezes tivemos que interromper as atividades pela falta de outros gêneros;
- Vale ressaltar que todos esses impasses deram-se em decorrência da morosidade na tramitação do processo **burocrático** e **administrativo**.

- Na **Assistência Médica-Pediatra**, foi de certa forma prejudicada, em decorrência das constantes substituições do **profissional** daquela categoria, e os afastamentos por forma de **licenças, férias, etc.**
- No atendimento **Médico-odontológico**, nada podemos realizar, devido a falta de transporte para conduzir as crianças ao gabinete odontológico do **Hospital Infantil** da **SESAU**, que se dispôs atender em regime de prioridade, o que também não foi possível, devido as constantes greves deflagradas durante o ano.
- **Recursos Humanos**, a situação não foi das melhores, passamos todo o ano pedindo pessoal, o qual não fomos atendidos, chegando ao ponto de reduzir o atendimento às crianças, principalmente a partir do segundo semestre [sic], ficamos limitados em trabalhar com as crianças que já estavam na **CRECHE**, deixando dessa forma de atingir a meta desejada, cuja alegação da chefia daquela **gerência** era de que a **MUDES**, não estava conseguindo recrutar **Estagiários**, tendo em vista que o pagamento da **bolsa** oferecida ao estudante, não satisfaz suas expectativas [...]
- Sobre o material pedagógico, alguma coisa foi adquirida, porém a parte específica, prioritária, indispensável ao desenvolvimento do método educativo, deixou de ser feita. (FLBA/AM, Relatório, 1990, grifos do autor, n.p.).

Mesmo diante da situação social e econômica que assolava o país, encontravam motivação na “clientela”, ou seja, as crianças, para continuarem a caminhada. Sugeriam a dinamização do processo burocrático para minimizar algumas das dificuldades e otimizar o “andamento dos papéis”, para que os problemas fossem solucionados e, para que convênios fossem firmados, a exemplo de uma unidade móvel odontológica, objetivando que fosse evitado o deslocamento das crianças da Creche.

Na conclusão do documento, ressaltava-se que, mesmo com as dificuldades enfrentadas, havia-se conseguido providenciar uniformes a todas as crianças e encaminhar as que haviam atingido a idade máxima para permanecer na Creche. Essas estavam “com a coordenação-motora pronta, aptas a serem alfabetizadas, para a escola do Governo mais próxima da CRECHE, a fim de não sofrer solução de continuidade” cujo atendimento permitia que as crianças da LBA fossem matriculadas com prioridade. (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.).

Além disso, eles informavam a elaboração das *Normas da Creche*, um documento que direcionava o roteiro de funcionamento da instituição, contendo 18 parágrafos, os quais abordavam aspectos referentes a: respeito ao cumprimento do horário, cuidados que os pais deveriam ter em relação à higiene, procedimentos para a entrega e retirada da criança, administração de medicamentos, itens permitidos e proibidos, necessidade de justificar faltas e/ou mudança de endereço:

NORMAS DA CRECHE

- 1ª - A Creche funciona das 7:00 às 17:00hs
 - Esse horário deve ser rigorosamente respeitado, havendo tolerância máxima de 15 minutos para entrada e saída.
 - Atrasos contínuos implicarão no desligamento da criança.
- 2º - Os pais deverão entregar as crianças somente à recepcionista do dia, no PORTÃO DA CRECHE.
- 3º - As crianças deverão vir à Creche, bem asseadas, de cabelos e unhas cortadas.
- 4º - A criança só poderá frequentar a CRECHE mediante o uso do UNIFORME.
- 5º - Na 1ª semana de frequência na CRECHE a criança receberá sua CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO e somente mediante a apresentação desta carteira, a criança poderá ser entregue ao RESPONSÁVEL ou pessoa autorizada.
- 6º - Não poderá frequentar a CRECHE, a criança que apresentar febre alta, vômito, diarreia ou doenças infecto-contagiosas (sarampo, catapora, caxumba, hepatite, pneumonia etc...).
- 7º - Todos os remédios em uso deverão ser entregues à responsável pela sala que a criança pertence e só serão ministrados mediante receita médica.
- 8º - Manter o cartão de vacina ATUALIZADO.
- 9º - O corpo da criança deverá ser examinado semanalmente e se necessário tratado pelo pai ou responsável, para evitar contaminação de piolhos, feridas, coceiras que tanto irritam as crianças.
- 10º - Todos os pertences de uso da criança deverão estar devidamente marcados, de forma bem legível.
- 11º - Todas as roupas que, por ventura forem trocadas nas mochilas das crianças, deverão ser devolvidos à CRECHE.
- 12º - Fica proibido trazer alimentos, guloseimas, jóias, brinquedos e etc...
- 13º - A CRECHE deverá ser informada sobre quaisquer alterações com a criança em casa, seja de comportamento ou saúde.
- 14º - Toda mudança de endereço, telefone, trabalho ou salário, deverá ser comunicado imediatamente à CRECHE.
- 15º - O não comparecimento da criança sem JUSTIFICATIVA, após a data de matrícula no prazo de dias, implicará na perda da vaga.
- 16º - Será DESLIGADA automaticamente da CRECHE (a não ser em caso de férias, doença, ou licença dos responsáveis) a criança que faltar por mais de 15 dias seguidos. Em caso de doença da criança, as faltas só poderão ser justificadas mediante ATESTADO MÉDICO.
- 17º - Deve ser observado o traje usado pela pessoa responsável, em apanhar e deixar a criança na CRECHE, quando for o caso.
- 18º - Todos os itens deverão ser observados e cumpridos pelos pais a fim de facilitar o desenvolvimento do trabalho. (FLBA/AM, Normas da Creche, 1990, p.1-2).

O *Cartão de Identificação da Criança* (FIGURA 18 A, p. 113), de acordo com o Relatório, oferecia “[...] mais segurança e tranquilidade aos pais e principalmente à CRECHE e à própria criança”. No Cabeçalho do documento havia os símbolos, identificação do MPAS, LBA e da Superintendência Estadual do Amazonas. Abaixo, o

título “CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO”, em seguida, existiam lacunas alinhadas para o preenchimento das informações solicitadas: unidade, matrícula, cliente, endereço e data. Na lateral, à esquerda da imagem, estava reservado um espaço para a colagem de foto 3x4 da criança e, embaixo outro espaço para a assinatura da chefe da Creche.

Cabe salientar que carteirinhas de identificação são utilizadas até os dias de hoje com o mesmo objetivo, em creches e escolas públicas e particulares daqui de Manaus, algumas, inclusive, só liberam a criança mediante a apresentação do documento. Este instrumento é muito útil para evitar que as crianças sejam entregues a pessoas estranhas.

O Relatório informa, ainda, a elaboração de uma *Lembrança da Creche*; tratava-se de uma certidão, onde era registrado o tempo que a criança havia passado pela LBA. A certidão, cujos detalhes das bordas remetem a pétalas de flores em camadas, na cor preta com contorno bege, estava identificada com o título “LEMBRANÇA DA CRECHE” na parte superior, em negrito. Logo abaixo, ocupando a parte central, o grande símbolo da LBA, colorido, provavelmente, pela criança e, aparentemente, com giz de cera, nas cores do brasão da Instituição: a borda na cor azul, o círculo interno na cor amarela e a sigla da LBA na cor verde, as estrelas da borda e a estrela interna estavam sem pintura, ou seja, na cor creme do papel. À frente do símbolo, na parte central do documento, registrava-se: “Concedemos a presente lembrança ao (a) aluno (a) Dulcino Oliveira do Nascimento pelo período que frequentou a CRECHE CASULO IPÊ -I DE 25/02/1988 a 20/12/1989.” Abaixo, justificada à esquerda do documento, o local e a data “Manaus, 21 de dezembro de 1989”. Na parte inferior do documento havia espaço para a assinatura da “RECREADORA” e da “CHEFE DA CRECHE”, respectivamente. Observa-se que o documento foi assinado, mas as assinaturas foram apagadas com corretivo.

Interessante a existência dos seguintes versos “Da escola sou estudante, / da professora a lembrança,/ da mamãe sou o amor,/ do Brasil a esperança.”, na parte superior direita do documento, abaixo do título, em caixa de texto no formato retangular, com sombra preta da parte superior e lateral direita (FIGURA 18 B, p. 113). Encontramos reproduções destes versos em vários certificados e certidões escolares semelhantes, em outros Estados do país, propagação de um *slogan* remanescente dos governos militares: um com a data de 1982, de uma aluna da 3ª série de uma escola de Natal, no Rio Grande do Norte (FIGUEIREDO, 2008, p. 96) e outro de 1994, em uma escola no município de Tacima, de uma criança de dois anos, aluna de uma

turma de pré-escolar, na Paraíba (MACHADO, 2014, p. 11). (FIGURA 19, p. 114). Ao realizarmos uma busca na internet, utilizando esses versos como descritores, também é possível encontrar outras lembranças escolares, em perfis de redes sociais e outros sítios virtuais, resquício do patriotismo fortemente disseminado nas escolas durante os governos ditatoriais.

Ao final do Relatório, constava o agradecimento pela “oportunidade e confiança” e a mensagem de que, dentro do possível, a Instituição se disponibilizava a “[...] fazer cada vez mais pelo brilhante PROJETO CRECHE, tão necessário a Sociedade carente.” (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.). Quatro meses após a data deste relatório a Creche foi desativada.



Vista da fachada e terreno da 1ª sede própria da LBA- Amazonas.



Vista dos fundos da Sede da LBA- Amazonas.



Construção da creche anexa à sede da LBA- Amazonas.

Figura 14: Construção da creche anexa à 1ª sede própria da LBA- Amazonas (1978).
Fonte: AMAZONAS, FLBA, protocolo nº, nº 03-122/78. **Relatório Anual**. 1982. Elaboração própria. 2023.



Vista da frente do prédio Sede da LBA.



Vista da área externa de onde era a entrada para a Creche Ipê I pela rua 24 de maio.

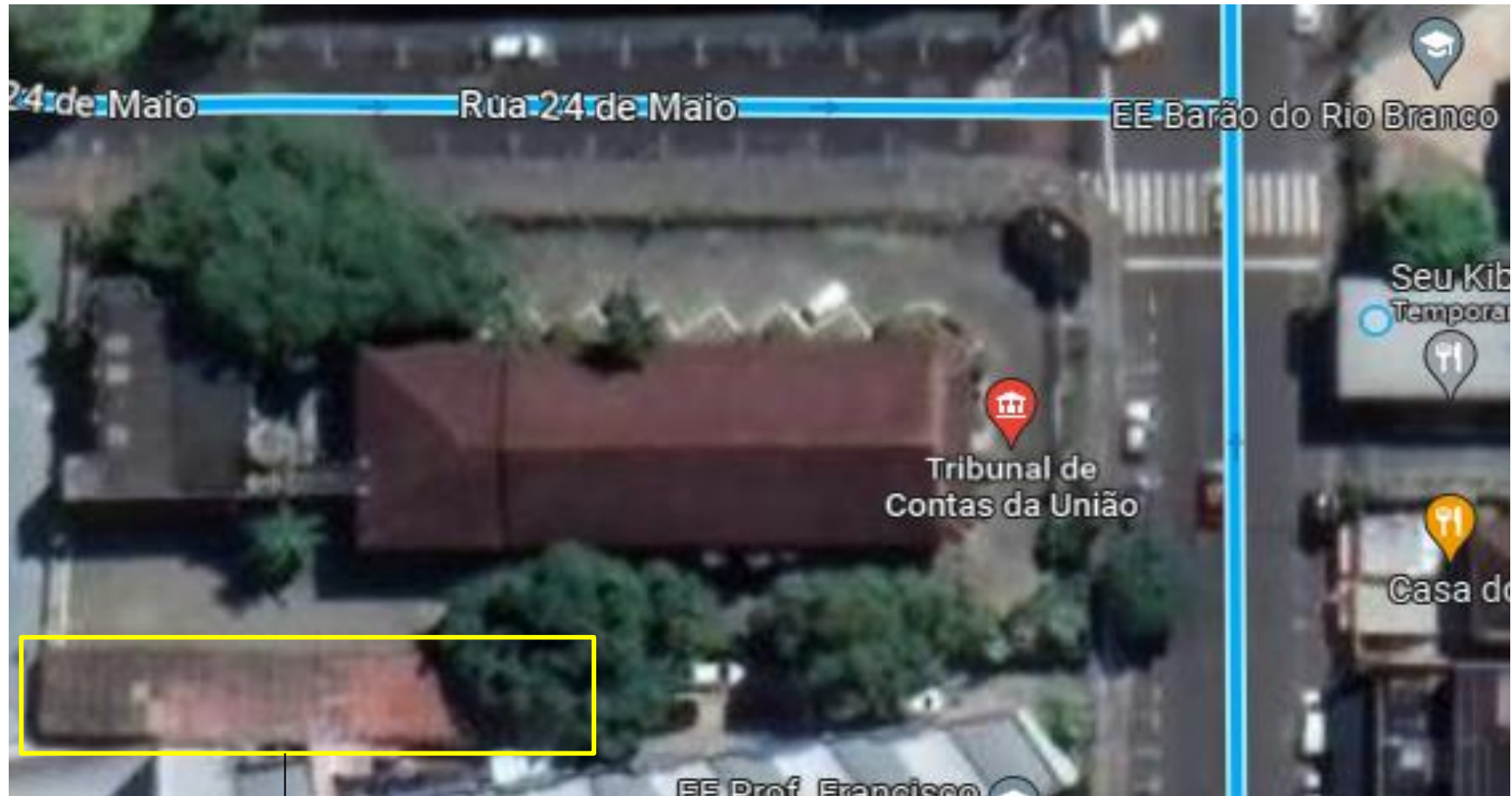


Vista lateral do prédio Sede da LBA e rua 24 de maio.



Vista da área interna de onde era a entrada para a Creche Ipê I.

Figura 15: Vistas da Superintendência do Patrimônio da União- Amazonas, 1ª sede própria da LBA-AM (2023).
Fonte: Própria. Elaboração própria. 2023.



Local onde funcionou a creche Ipê I.

Figura 16: Vista aérea da Superintendência do Patrimônio da União (2023).
Fonte: Google Street View; Terezinha Gomes (2023i). Elaboração própria. 2023.

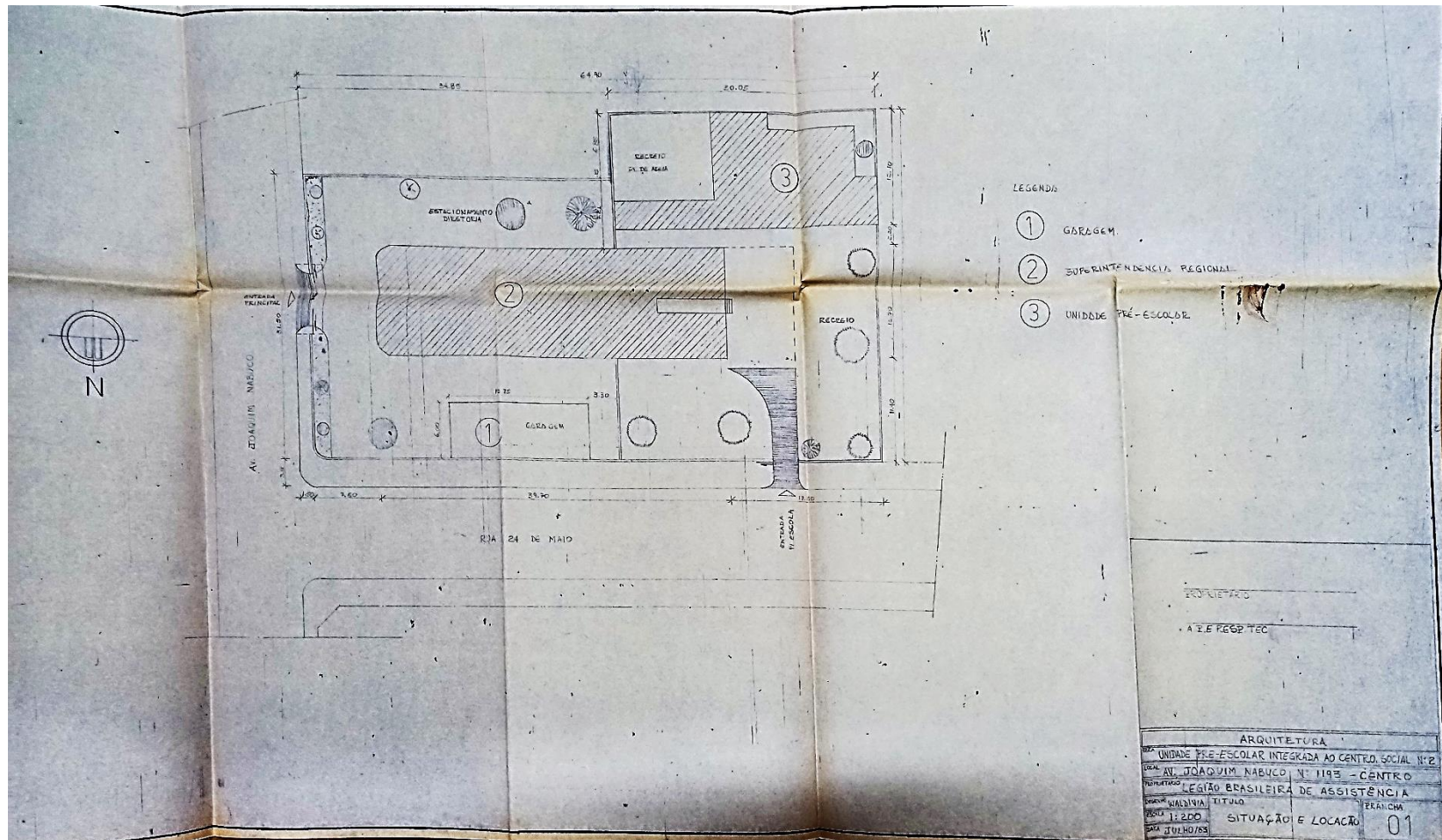


Figura 17: Planta da Creche Ipê I.

Fonte: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. WALDIVIA. **Situação e Locação** [planta]. Unidade Pré-escolar integrada ao Centro Social nº 02. 1983.

Acervo: CPEDOC/INSS.

A

Ministério da Previdência e Assistência Social/MPAS ou
LBA/Legião Brasileira de Assistência
Superintendência Estadual do Amazonas
CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE _____

Matr. _____

Cliente _____

End. _____

Data ____/____/____

Mod. 5 - 2 - 18

Chefe da Creche

B

LEMBRANÇA DA CRECHE

"Da escola sou estudante,
da professora a lembrança
da mamãe sou o amor,
do Brasil a esperança."

Concedemos a presente lembrança ao (a) aluno (a) Dulcine Oliveira
do Nascimento LBA pelo período que frequentou a CRECHE CASULO
IPÊ - I de 25 de 02 de 1988 a 20 de 12 de 1989

Manaus, 21 de dezembro de 1989

RECREADORA

CHEFE DA CRECHE

Figura 18: Lembrança da Creche e Cartão de Identificação

Fonte: Relatório Geral da Creche Casulo IPÊ I. Legião Brasileira de Assistência. Anexo, 1989. Elaboração própria, 2023.
Acervo: CPEDOC/INSS.



Laci, em 1982, quando estudante da terceira série do primeiro grau da Escola Estadual Calazans Pinheiro, em Natal (RN).

Figura 19: Lembranças escolares: 1982 e 1994. Elaboração própria (2023).
Fonte: Figueiredo, 2008, p. 96; Machado, 2014, p. 11.

2.4.2 Creche IPÊ II

A planta baixa de 28 de abril de 1978 (FIGURA 20, p. 124) apresenta um projeto para a construção de uma unidade pré-escolar integrada ao Centro Social nº 02 da LBA (FIGURA 21, p. 125), situado na rua Borba, s/n – Bairro de Cachoeirinha, e a entrada da Creche seria pela rua Manicoré, onde atualmente, funciona o Centro Municipal de Educação Infantil- CMEI Márcio Souza (FIGURAS 22 e 23, p. 126). O prédio possuiria uma área de 215,67 m² de espaço construído com as seguintes divisões, da esquerda para a direita: duas salas de aula, uma ao lado da outra, medindo 29,59 m² cada, um recreio coberto com 61,04 m², dois banheiros, um masculino e um feminino, com 7 m² cada, uma sala da administração escolar, com 11,70 m², com banheiro medindo 2,33 m², um refeitório com 36,86 m², uma cozinha com 12,34 m² e uma despensa com 5,17 m².

Inferimos que a Creche tenha iniciado, o seu funcionamento, a partir de outubro de 1979, pois encontramos uma notícia de que seria inaugurada em 12 de outubro daquele ano:

LBA inaugura creche no Bairro Cachoeirinha

No próximo dia 12 de outubro a Legião Brasileira de Assistência irá inaugurar uma creche “Ipê” no Posto n.º 1 do Centro Social da Fundação, no Bairro da Cachoeirinha.

O diretor regional da LBA, médico Belmiro Costa, disse que a creche pertence ao projeto “Casulo”, e que atenderá 90 crianças na fase pré-primário, no programa de educação, saúde, lazer e alimentação para crianças carentes dos Bairros da Cachoeirinha, Santa Luzia, Morro da Liberdade, Raiz e outros bairros adjacentes (JORNAL DO COMÉRCIO, 30/09/1979, p. 7).

Apesar de não encontrarmos notícias que comprovassem que tal inauguração tenha se concretizado, verificamos nos relatórios da LBA e junto à ex-servidora da Creche Rita Buiati, que em 1980 ela já estava em funcionamento. Também há menção de sua existência no Relatório de 1983, referente ao ano de 1982. A Creche Ipê II, assim como a Creche Ipê I, funcionaram até maio de 1990, quando foram desativadas. (FLBA/AM, RELATÓRIO, 1983; 1990).

De acordo com informações extraídas do *Relatório Anual* de 1983, a Creche em 1982, possuía 01 assistente social, que também compunha a equipe do quadro de servidores do Centro Social nº 02; 1 pedagoga, que se revezava entre as Creches

Ipê I e II, e 9 administrativos. Em 1982, a Creche havia iniciado o seu funcionamento com uma “clientela” correspondente a 90 crianças, que havia aumentado para 100 crianças, ao final daquele ano, 39 vagas teriam sido substituídas e 13 vagas expandidas (novas vagas), beneficiando 124 famílias no total.

O *Relatório Anual de Atividades* da Creche Casulo Ipê II (1989) informava que aquelas “crianças carentes” residiam no próprio bairro, e nos bairros adjacentes como Raiz, Japiim, Chapada, ou, ainda, em bairros periféricos, como o Armando Mendes, na zona leste de Manaus, quando o local de trabalho dos pais fosse nas proximidades da Creche. Muitas delas moravam em “palafitas construídas sobre igarapés ou – em becos e vilas existentes nas proximidades”. (FLBA/AM, RELATÓRIO, 1983, 1989, n.p.⁷⁰).

A *Proposta de Trabalho* para o ano de 1988 buscava enfrentar o desafio do “[...] desenvolvimento integral das crianças do IPE II, atendidas na faixa etária de 02 anos e 06 meses e 05 anos. Provenientes de família de baixíssima renda [...]” cujas mães trabalhassem fora. De acordo com o documento, tais crianças viviam “[...] situação familiar desestruturada e instável [...]” e apresentavam “[...] muitos problemas de ordem física, emocional, social e até mental.” (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.⁷¹).

A Creche não poderia ser apenas um local onde a criança teria acesso à alimentação e proteção, mas deveria ser também um ambiente que oferecesse “[...] condições para o desenvolvimento de suas potencialidades (sociais, intelectual e etc.)”, acompanhamento médico e odontológico para uma boa saúde física, assistência alimentar, adequada à realidade da Creche, prevenindo “[...] o surgimento e agravamento de doenças decorrentes da desnutrição.” (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.). Além disso, a “carência afetiva”, devido à “[...] desestruturação familiar, a carga horária pesada de trabalho dos pais, no que decorre a falta de tempo para os filhos” poderia “[...] prejudicar enormemente todo o processo evolutivo dos mesmos.” (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.).

A proposta incluía a formação de professores e mães voluntárias para atuarem no trabalho educativo, e a necessidade de se providenciar recursos físicos e materiais, além de consertos e manutenções de instalações da instituição:

⁷⁰ Este documento não está paginado.

⁷¹ Este documento não está paginado.

PROPOSTA:

- Formar equipe de trabalho treinada e capacitada para atender a criança, de acordo com a realidade desta Superintendência Estadual. Particularmente, a equipe de professores.
- Formar grupo voluntário de mães, cujos filhos frequentem a creche, para atuarem junto com a chefia e equipe técnica no trabalho educativo a ser realizado com a família
- Dotar a creche do material pedagógico necessário, observando a faixa etária atendida.
- Promover assistência médica e odontológica, através do Centro Social nº 02.
- Promover treinamento e reciclagem semestrais.
- Melhorar as condições físicas da creche.
- Instalações de ventiladores.
- Instalações de novo forro.
- Cobrir área para funcionar como um refeitório.
- Cobrir área para funcionar a sala lúdica.
- Instalação de lavatórios nas salas de atividades.
- Conserto das instalações sanitárias e elétricas. (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.)

O objetivo geral era “Promover o desenvolvimento integral da criança (Bio-Psico-Social) com a participação da família” e os específicos eram: atender as necessidades específicas da criança, por meio de métodos e técnicas adequados; acompanhar as atividades desenvolvidas pelos professores; exercer ação interventiva nas situações problema manifestadas pelas crianças; buscar e utilizar recursos da comunidade que pudessem auxiliar em tais situações, por exemplo: médicos especialistas, fonoaudiólogos, neurologistas; ensejar mudanças de comportamento da família em relação à criança; motivar a participação da família no processo educativo da criança; e trabalhar a família, por meio de palestras educativas. (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.).

As metas para aquele ano seriam de elevar a capacidade de atendimento de 100 para 105 crianças e para 100% o índice de frequência e, a metodologia seria dividida de acordo com as cinco áreas de atendimento: psicopedagógica, serviços administrativos, nutrição, saúde/ higiene, e serviços gerais. À área psicopedagógica caberia: o planejamento das atividades de rotina da Creche (rodinha informal, atividades de livre expressão, atividade livre, televisão, história, brinquedos da sala, recreação dirigida e recreação livre; desenvolvimento de unidades de estudo que proporcionavam a aquisição de novos conhecimentos e experiências vivenciais para a criança, ex.: Família, Meios de Transportes, Formas Geométricas; entrevista com

pais, com equipe de trabalho; treinamentos e reciclagem dos professores; e avaliação semestral do desenvolvimento da criança. (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988).

A área de serviços administrativos se responsabilizaria por: reunir-se, mensalmente, com pais e professores; coordenar e supervisionar as atividades; listar material didático/ consumo/ permanente para compra; elaborar o cronograma de atividades; controlar matrícula e frequência; solicitar cursos de reciclagem para equipe de trabalho; controlar o material didático; organizar e controlar as fichas de matrícula, médica, odontológica, etc. e a pontualidade, assiduidade e produtividade dos funcionários. (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988).

À área de nutrição caberia: zelar pelo bom paladar, listar e comprar alimentos, organizar o cardápio adaptando à realidade local, observar e estimular a criança às refeições (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988). A área de saúde/higiene se ocuparia de: realizar palestras informativas, observar a higiene corporal e o estado de saúde de cada criança, o controle de vacinas, os cuidados com a roupa e material da criança, os exames periódicos, a administração de medicamentos nos horários pré-estabelecidos e o encaminhamento para médico e dentista no Centro Social (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988). Já a área de serviços gerais ficaria responsável pela manutenção da limpeza das áreas existentes da Creche; noções básicas de higiene; uso de material na língua adequada; estabelecer horário para limpeza; higiene com brinquedos (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988).

A avaliação e controle seria contínua, em função dos objetivos propostos, metas e atividades desenvolvidas, realizada pela equipe técnica, utilizando-se os seguintes instrumentos: relatórios, questionários, reuniões de avaliação com pais e com a equipe (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988).

No *Relatório Anual de Atividades* da Creche, foi relatado que as atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 1988, teriam estrangulamentos de ordem significativa, frente aos objetivos propostos “[...] de atendimento integral à criança [...]”, que incluía “[...] a preservação da saúde, guarda e proteção, alimentação e estimulação adequada” (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

A Creche Ipê II e o Centro Social localizados no mesmo complexo, haviam passado por uma reforma que teria ultrapassado o prazo previsto de 60 dias, perdurando por 5 meses e ocasionando transtornos diversos, dada as condições de precariedade do local em que haviam permanecido naquele período.

As greves deflagradas por órgãos da saúde pública (INAMPS, SESAU) haviam desordenado a realização de exames periódicos e/ou encaminhamentos para outros tipos de serviços incorporados às ações de saúde e a “[...] extraordinária carência de recursos humanos [...]” havia tornado a Creche, local reduzido à “[...] atividade de proteção e guarda da criança”. Assim, a “estimulação essencial oferecida” havia sido bastante limitada “[...] face o grau de carência apresentado pela maioria das crianças de hoje.” (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

A alimentação também seria fator preocupante devido à ausência de regularidade no fornecimento de gêneros alimentícios e o trabalho teria se tornado uma “atividade extremamente desgastante”, em virtude dos “[...] empecilhos administrativos impostos pela inexistência de prioridades no tratamento dos assuntos emergenciais e/ou necessários da creche [...]”. Mesmo com o “[...] empenho da gerência e coordenação as soluções estabelecidas para os problemas [...]” teriam ficado “[...] aquém da expectativa que cada situação exigia [...]” (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

O documento descrevia o conjunto de ações que haviam sido desenvolvidas, apesar das dificuldades enfrentadas: saúde, assistência alimentar e estimulação essencial, e informado que a Creche havia conseguido atender 57 crianças entre 3 e 5 anos naquele ano. Mesmo que este quantitativo fosse inferior à capacidade do local para o atendimento de 75 crianças, e com a existência de demanda, a realização de novas matrículas estaria suspensa com justificativa “exclusiva” de “falta de recursos humanos”, tendo em vista que o estagiário, “força de trabalho da creche” não demonstrava interesse em ocupar as vagas disponíveis, devido às responsabilidades que lhe eram atribuídas, “ante a incoerência da parca ajuda de custo recebida” e sugeria a análise da situação para que uma solução fosse encontrada (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

As ações básicas de saúde realizadas naquele ano teriam sido: assistência médica-odontológica, visando, principalmente, a medicina preventiva; atendimento médico diário pelo pediatra do Centro Social; solicitação de exames periódicos; encaminhamento de crianças para atendimento especializado; controle de vacinação e de cárie dentária; exodontia e aplicação de flúor/limpeza.

O documento seguia, elencando os problemas de saúde predominantes: verminose, cárie e escabiose e pediculose:

PROBLEMAS DE SAÚDE PREDOMINANTES

VERMINOSE- O nível de verminose é alto com 54 crianças infestadas (89%).

Os parasitas mais frequentes são os helmintos (A. Lumbricoide) com 41 crianças (67,5%) infestadas, seguido dos protozoários com 29 crianças (47,5%) infestadas e a co-infecção com 32 crianças (52,5%) infestadas.

Todos foram medicados a base de Mebendazol e Metronidazol com doses consecutivas. O resultado é estimado, porque não foi feito novos exames parasitológicos para auxiliar o resultado, ficando para o próximo re-avaliação semestral.

DENTIÇÃO- No mês de setembro a situação dentária das crianças era crítica com 52,5% com dentes cariados. Em dezembro estamos com apenas 22%, com tendências a chegar a 0%. (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

Sobre o estado de saúde odontológica das crianças, o Relatório revelava que o maior problema se encontrava nas salas de 4 e 5 anos, “[...] com incidência de 8 dentes cariados por criança. Mais da metade do número de crianças estavam com mais de 2 dentes necessitando de restauração” (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

A respeito dos casos de escabiose/pediculose, haviam sido tomadas as seguintes providências para que se evitasse o contágio entre as crianças: capa para colchonete, e toalhas de uso exclusivo; banho semanal com xampu *Deltacid*; medicação antimicótica receitada e entregue aos responsáveis; afastamento da Creche em caso de micose generalizada; corte obrigatório de cabelos e unhas e medicação para verminose administrada na Creche.

Outros problemas de saúde relatados foram infecções de garganta, cuja incidência era favorecida pelo clima da nossa região, sendo preocupante a prescrição rotineira de antibióticos devido aos efeitos colaterais, infecção urinária, decorrente “[...] da falta de cuidados de higiene na área genital, no caso das crianças da creche, verifica-se maior frequência no sexo feminino [...]”, e desnutrição e/ou anemia. (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

Sobre a assistência alimentar, o relatório afirmava que nem sempre havia sido possível proporcionar “[...] equilíbrio de vitaminas, proteínas etc. [...]” às crianças, naquele ano, devido à “[...] inexistência de nutricionista, treinamento às cozinheiras e até mesmo a falta de regularidade do fornecimento de gêneros alimentícios [...]”. Mesmo assim, as crianças haviam recebido alimentação variada e, alcançado um hábito alimentar baseado em verduras e frutas, fator importante, tanto no aspecto da dieta como pela motivação que provocava na criança. Mas que a refeição antes

apresentada era significativa, uma vez que as famílias se alimentavam “[...] basicamente de peixe e farinha”. (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

Com relação às atividades de “estimulação essencial”, desenvolvidas com as crianças, o relatório (FLBA/AM, 1989, n.p.) informava que elas tinham por objetivo “[...] o desenvolvimento pleno e harmonioso de sua personalidade em atmosfera de afeto, carinho e segurança moral e material [...]”, em uma rotina de acordo com a “[...] proposta do Método Natural da Prof^a Heloísa Marinho”:

Essa criança, que afastada da família, permanece conosco em um período de 10 horas (7:0/17:00), precisa de estimulação especial. O relacionamento com as outras crianças e com todos aqueles envolvidos no trabalho da creche (monitoras, serventes, cozinheiras, chefe de creche etc.), deve ser fundamentalmente satisfatório.

O ambiente da creche se aproxima o mais que puder, do ambiente familiar acolhedor, com vínculos positivos, na maioria das vezes desconhecidos pela criança-cliente.

Procuramos oferecer o melhor possível a fim de garantir o bom desenvolvimento infantil. O apoio afetivo, principalmente das monitoras, foi solicitado com insistência. Bem como o respeito ao ritmo de desenvolvimento de cada criança.

Apesar do grupo de trabalho bastante restrito, alcançamos sucesso. Através de comportamento da criança, o desenvolvimento de seu grafismo, de sua socialização além de outros fatores, podemos avaliar maturidade, seu desenvolvimento.

Nas atividades diárias, as crianças vivenciam a livre expressão através do desenho, pintura, recorte e colagem, canto da dramatização etc. (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

Por fim, o documento, assinado pela chefe de Creche, Maria do Céu Almeida Guimarães, ressaltava o “[...]compromisso primeiro com a criança [...]” assumido por aquele órgão governamental e concluía que “[...] o sucesso alcançado até a presente data no trabalho de creche poderia ser completo se houvesse conscientização por parte dos funcionários da importância das atividades [...] desenvolvidas” e ressaltava que, a falta de prioridades nos serviços, havia tornado incompleto o desenvolvimento das ações (FLBA/AM, Relatório, 1989, n.p.).

Sobre o conceito de “estimulação essencial” em Heloísa Marinho, cabe salientar que em 1988 o MPAS e a LBA lançaram o livro “*Primeiro, A Criança*”: *Orientações Básicas para Atendimento em Creche*, com a assessoria técnica do Instituto de Pesquisas Heloísa Marinho- IPHEM. A publicação era uma espécie de manual onde a “Estimulação essencial” era trabalhada como um subtópico do capítulo

sobre “Creche”, juntamente, com: “Conceito”, “Ação Comunitária” e “Ações básicas de saúde”.

Ainda na apresentação incluía-se a “[...] estimulação essencial enquanto um dos aspectos [...]” que seria “[...] ressaltado no atendimento à criança em creches, através da expressão livre e criadora, oportunizada democraticamente pela experimentação e descobertas”. (BRASIL/MPAS, 1988, p. 5). O amor e o carinho eram considerados estímulos essenciais para o desenvolvimento da criança, constituindo um relacionamento afetivo e uma atmosfera de segurança entre a criança e o adulto, que precisaria estar presente em todas as ocasiões com a criança:

É uma postura de relacionamento com a criança que surge em situações naturais da vida e que a leva a vivenciar atividades diversificadas de livre escolha, com materiais variados, permitindo que a criança organize seu próprio trabalho, de acordo com seu ritmo de desenvolvimento.

‘A criança, para desenvolver sua personalidade de modo pleno e harmonioso, necessita de amor e compreensão. Deve crescer numa atmosfera de afeto e segurança moral e material’

Portanto, a criança quando afastada da família, onde quer que esteja, precisa receber, daqueles que convivem com ela, estímulos essenciais.

Amor, carinho, são estímulos essenciais.

O relacionamento afetivo constitui Estímulo Essencial ao desenvolvimento. Em todas as ocasiões a criança precisa da presença do adulto. (BRASIL/MPAS, 1988, p. 10-11).

O segundo capítulo sobre o “Desenvolvimento Infantil”, era dividido em 2 tópicos: “Marcos do desenvolvimento” e “Observação da criança” cujos subtópicos eram: “conquista do espaço; fases do grafismo; e atividade construtiva. O terceiro capítulo, intitulado “Recursos Humanos” versava sobre “Grupamento de crianças” e “Características do Monitor”. O quinto capítulo tratava dos temas: “Planejamento das atividades”, considerando “Sua importância”, “Rotina”, “Diferentes atividades”, “Formação de hábitos e atitudes” e “Relação de Material Básico”. Nos anexos o livro trazia a “Instalação e equipamentos”.

Cabe salientar que na década de 70 foram publicadas no Jornal do Comércio do Amazonas, muitas notícias sobre educação infantil, onde eram recomendadas atividades “[...] artísticas como desenho, trabalhos manuais, criação-recriação, decoração da casa, prática da marcenaria ou que envolvessem o contato com a

natureza [...]”, que coincidiam com as indicadas por Heloísa Marinho. (VASCONCELOS, KUHLMANN JÚNIOR, 2022, p. 08).

Heloísa Marinho (1903-1994), graduada em psicologia e filosofia pela Universidade de Chicago, começou o Curso de Especialização em Educação Pré-Primária, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que formou durante 18 anos “[...] educadoras de escolas maternas e jardins-de-infância” (KUHLMANN JÚNIOR, 2000a, p. 9). Em 1952, publicou o livro *Vida e educação no jardim de infância*, considerado “a bíblia” que norteava projetos e políticas públicas sobre a educação infantil, a exemplo do Projeto *Núcleos de Educação Infantil*, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, em 1976 (BRANT, 2013, p. 23).

Heloísa, citando exemplos de países como Dinamarca e Suécia, propunha, dentre outras coisas, que a expansão da educação pré-primária, “[...] deveria priorizar as crianças necessitadas, filhos de mães trabalhadoras, com organização de novos jardins-de-infância públicos na proximidade das zonas industriais e favelas destituídas de jardins e praças” (KUHLMANN JÚNIOR, 2000a, p. 9). Além disso, “[...] defendia uma educação em que a atividade criadora da criança superasse em valor educativo os exercícios formais do jardim-de-infância tradicional” (KUHLMANN JÚNIOR, 2000a, p. 15). Assim:

A orientação educativa não deveria tolher o aspecto criador do desenvolvimento intelectual e artístico da criança. Heloísa Marinho sugere as atividades e excursões, vivências com alimentos, confecção de biscoitos para lanche, observação de insetos, coleções de folhas, experiências com água, ar, luz, entre outras. A escolha e a organização das atividades seriam realizadas pela educadora em colaboração com a turma. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000a, p. 15).

Dessa forma, Heloísa Marinho propõe, a partir de uma síntese das idéias de Froebel e Dewey, o desenvolvimento natural da criança, considerando a educação como um ato social e humano (LEITE FILHO, 2008). Outros livros publicados por Heloísa foram: *Vida, Educação e Leitura. Método Natural de Alfabetização* (1976); *Estimulação Essencial* (1978); e *Currículo por Atividades* (1980) (LEITE FILHO, 2000).

Assim, compreendemos que o trabalho educativo desenvolvido nas Creches Casulo era fundamentado também nos estudos de Heloísa Marinho, de acordo com o que preconizava a orientação nacional que, juntamente, com as demais orientações, indicavam as atividades, a rotina e a organização das salas de aula e dos tempos, espaços e relações da Creche como um todo.



Figura 21: Faixada e fundos do Centro Social nº 2.

Fonte: LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. LBA- Centro Social nº 2; Rita Buiati (2023). Elaboração própria (2023).

Acervo: CPEDOC/INSS.

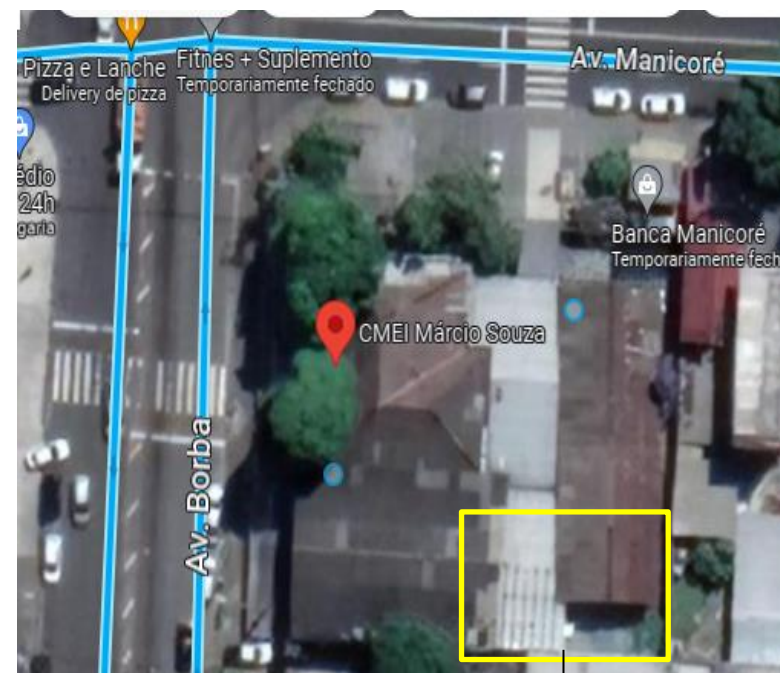


Vista do CMEI Márcio Souza pela Avenida Borba.



Vista do CMEI Márcio Souza pela Avenida Manicoré.

Figura 22: Vistas CMEI Márcio Souza (2022).
Fonte: Própria. Elaboração própria. (2022).



Local onde funcionou a creche Ipê II.

Figura 23: Vista aérea do CMEI Márcio Souza (2023).
Fonte Google Street View. Rita Buiati. Elaboração própria. (2023).

2.4.3 Creche IPÊ III/ Creche IPÊ

A planta baixa da Creche, datada de março de 1980, apresentava uma área a ser construída de 210,18 m², dividida pelos seguintes espaços, da esquerda para a direita: sala de monitores e secretaria contendo um banheiro para funcionários e outro para professores e duas salas de atividades (FIGURA 24, p. 128).

Em 1987, a sede da LBA foi transferida para a Avenida Darcy Vargas, nº 77, no bairro Chapada (FIGURA 25, p. 129), onde atualmente, funciona a Secretaria Estadual de Assistência Social do Amazonas (FIGURAS 26 e 27 p. 129-130) e, anexa a ela, foi construída uma Creche, inaugurada com o nome de Creche Olga Prager Coelho⁷², em 19 de maio daquele ano. Na cerimônia de inauguração da nova sede da LBA e da Creche, teriam sido divulgadas outras ações, a exemplo do Lançamento do Programa Primeiro a Criança e da inauguração do 7º Banco de Leite Materno do país, estando presentes a então primeira-dama Marly Sarney, o então presidente da LBA, Marcos Villaça e a atriz Elizabeth Savalla, madrinha nacional do Programa Banco de Leite Materno, além de ministros de Estado (JORNAL DO COMÉRCIO, 1987; DIÁRIO DE NATAL, 1987; TRIBUNA DA IMPRENSA (RJ), 1987).

Passados 4 meses da inauguração, a Creche teria iniciado o seu funcionamento no dia 16 de setembro de 1979:

LBA abre creche para abrigar 120 crianças

A Superintendência Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) colocou ontem em funcionamento mais uma creche destinada a assistência nutricional, pedagógica e médico-odontológica de pré-escolares carentes. A creche “Olga Prager Coelho” tem capacidade de abrigar 120 crianças, a exemplo das demais creches mantidas pela LBA.

Esta creche foi inaugurada no mês de maio, mas só agora irá funcionar no sistema de oito horas e com acompanhamento direto a crianças na faixa etária de 3 e 6 anos, cujos pais trabalhem durante todo o dia.

A superintendente estadual da LBA, Tarcila Negreiros Mendes, presente à solenidade que marcou o funcionamento da creche, falou que este trabalho da LBA é o cumprimento do dever à maneira da instituição a realização de um trabalho de base cumprindo com a finalidade da Legião Brasileira de Assistência. “É um trabalho simples, modesto, mas significativo”, disse ela.

⁷² Violinista amazonense de renome nacional e internacional, nascida em 1909 e falecida em 2008.

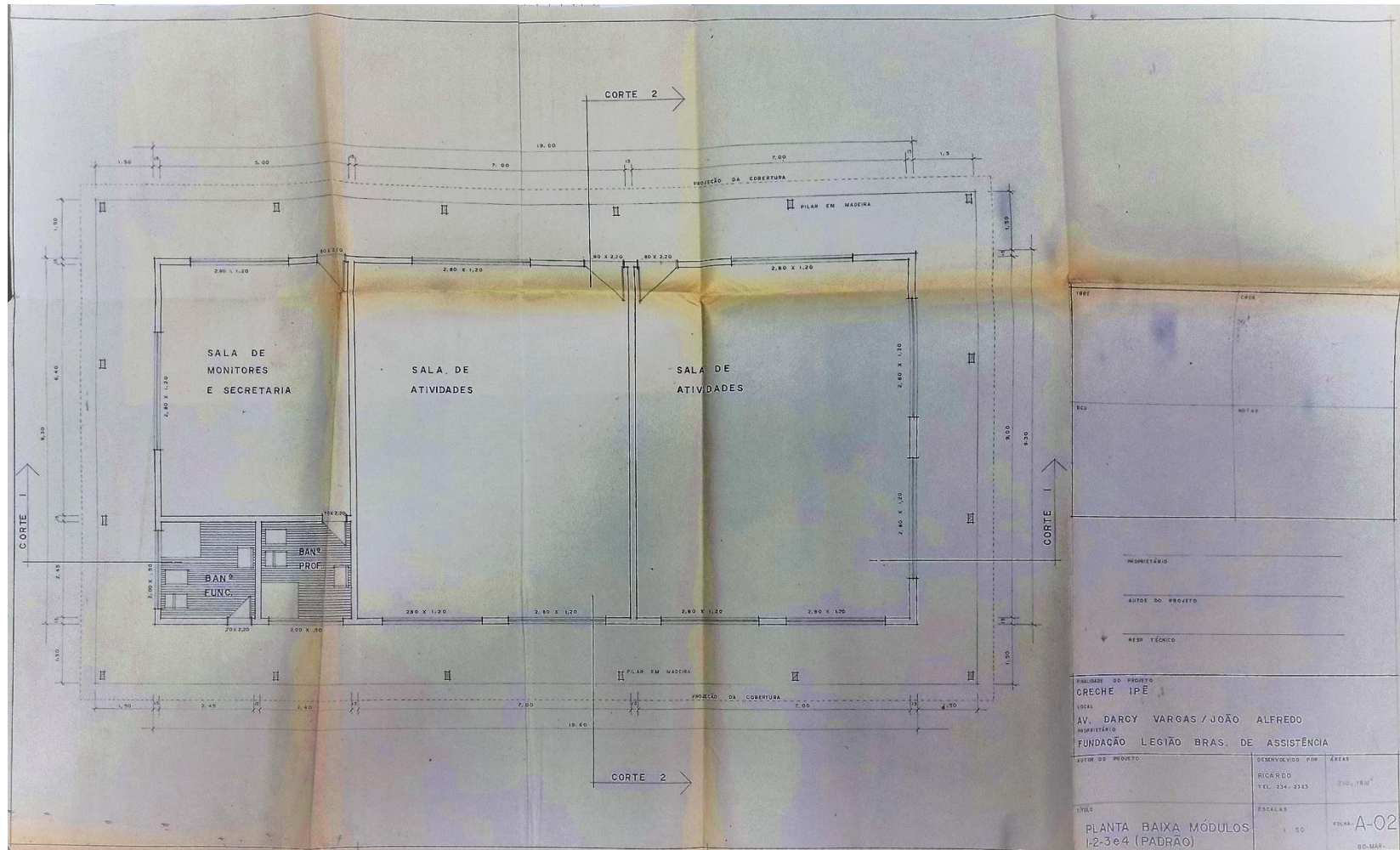


Figura 24: Planta da Creche Ipê III.

Fonte: FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ricardo. **Planta Baixa Módulos 1-2-3 e 4 (Padrão)**. Creche IPÊ.1980. Acervo: CPEDOC/INSS.



Figura 25: 2ª sede própria da LBA-AM, 1987-1995.
 Fonte: Fotos de Arquivo. 1995.
 Acervo: CPEDOC/INSS.



Vista do prédio da Secretaria de Estado de Assistência Social.



Vista do prédio onde funcionou a creche Ipê III.

Figura 26: Vistas da Secretaria de Estado de Assistência Social (2023).
 Fonte: Própria. Raimunda Ripardo Maciel (2023). Elaboração própria (2023).



Local onde funcionou a creche Ipê III.

Figura 27: Vista aérea da Secretaria de Estado de Assistência Social (2023).
Fonte: Google Street View; Raimunda Ripardo Maciel (2023). Elaboração própria (2023).

[...] Direta ou indiretamente, a instituição assiste hoje 26.257 crianças em idade pré-escolar, incluindo as creches conveniadas pela instituição.

Para o pleno funcionamento da creche Olga Prager Coelho, a LBA dispõe da colaboração do Governo do Estado que através da Secretaria de Educação e Cultura (Seduc) contribui com recursos humanos suprindo a nova creche com professores de pré-escolar e de educação física (JORNAL DO COMÉRCIO, 17/09/87, p. 8).

Após 2 anos de sua inauguração, em 1987, foi noticiado no *Jornal do Comércio* (1989) que bem em frente à Creche, funcionaria o *Amazonas Shopping*, primeiro *shopping* de Manaus.⁷³ (JORNAL DO COMÉRCIO, 1987; 1989).

No folheto *A LBA muda de casa...* (1987), informava-se que em 1986, para que a “clientela” fosse atendida, teria surgido a necessidade de construção da “3ª Creche Casulo Própria da LBA”, a Creche Olga Prager Coelho, em virtude do “extraordinário crescimento” do Programa de Creches no âmbito da Superintendência estadual, “[...] ligado diretamente à Coordenação do Programa Primeiro a Criança” (LBA, folder, 1987, frente).

Em 1988, a implantação da Creche também se justificava na *Proposta de Trabalho* da então identificada como “Creche Manutenção Ipê III”, pela “[...] necessidade de um maior Fortalecimento, a sua operacionalização” (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.).

Nesse documento, constava a informação de que a faixa etária de atendimento das crianças era de 1 ano e 6 meses até 6 anos, o que divergia de relatos divulgados no ano anterior e dos demais documentos referentes a anos posteriores. A “clientela” da Creche seria oriunda de bairros periféricos que a circundavam como: “Alvorada, Redenção, Chapada, Parque Dez, União, Cidade Nova, Hiléia, Flores e outros” (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.). Mesmo com as instalações recém-inauguradas, registrava-se a necessidade da existência de um refeitório, de uma sala para recreação e da abertura de “janelões” para que houvesse maior circulação de ar.

O objetivo geral da Proposta, para 1988, era de proporcionar às crianças oriundas de famílias carentes, “melhores condições na área sócio-econômica e educativa” contribuindo “para melhor desenvolvimento e crescimento do menor”, e o objetivo específico era o de assistir às crianças, “em suas necessidades de Nutrição, Educação, Saúde, Recreação, Lazer e Cultura”, sendo que, no que se referia à

⁷³ Inaugurado em 7 de novembro de 1991.

educação e cultura, informava-se que as crianças receberiam “noções de alfabetização até na própria recreação” (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.).

Sobre as metas, para aquele ano, pretendia-se elevar o número de atendimentos de 110 para 130 crianças, e, conseqüentemente, a quantidade de recursos humanos e de materiais; e implantar um consultório médico-odontológico para atender, diariamente, as crianças, contando com uma enfermeira para atendimento dos casos de emergências (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988).

Para alcançar as metas seriam realizadas as seguintes ações: prestação de serviços diretos, reuniões, palestras educativas sociais e atendimento médico social, (apoio do Centro Social nº 1), cartazes, documentação, excursão com as crianças e pais, tentativas de engajamento dos pais, sempre que possível, nas ações da Creche Ipê III, relatórios mensal e trimestral, acompanhamento e supervisão dos trabalhos para o ano seguinte e estatística mensal (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988).

Ao final da Proposta, havia o registro de uma “Ação Conjunta” entre a LBA e a Associação Amazonense de Integração de Pais e Deficientes Mentais- ADEME⁷⁴, referente a um “Projeto Piloto Experimental”, vinculado ao Programa “Apoio à Pessoa Portador de Deficiência”, cujas unidades operacionais seriam as Creches Ipês e o Centro de atendimento ADEME, com o objetivo de acompanhar e assistir os menores que frequentavam as Creches e que apresentavam “problemas”. Havia, ainda, a intenção de estender o projeto às entidades conveniadas com a LBA, e de que fosse providenciada uma “sala de tratamento precoce”. (FLBA/AM, Proposta de Trabalho, 1988, n.p.).

De acordo com o *Relatório de Reunião* realizada em 21 de julho de 1988, cujos participantes foram a Equipe de profissionais da ADEME (neurologista Marlene Galvão, Fisioterapeuta Antônio Carlos, Elza da Silva Lima, responsável pela socialização), e as chefes de Creches para explicação do Projeto, teria se definido que as crianças das Creches seriam encaminhadas para avaliação e estudo de acompanhamento a partir do dia 29 de julho de 1988, além da realização de reunião com os pais. (FLBA/AM, Relatório de Reunião, 1988, p. 1). No entanto, não encontramos outros registros da realização destas atividades.

No ano que se seguiu, foi registrado no *Relatório Anual das Atividades desenvolvidas na Creche Ipê III* (1990), que em 1989, as atividades psicopedagógicas

⁷⁴ A ADEME existe até hoje, localizada na Alameda Bons Amigos, 67, Aleixo.

teriam sido realizadas por recreadoras específicas, estagiárias em magistério “com muita carência”, e que existia grande necessidade de funcionários “treinados e material pedagógico necessário” para o desenvolvimento do trabalho. (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.⁷⁵).

O Relatório enfatizava que, mesmo assim, aqueles profissionais tentavam “transmitir à criança carente um desenvolvimento bio-psíquico-social” com “amor, carinho e atenção” e, “sobretudo, desempenhar o papel de estimular” as potencialidades das crianças. As atividades foram categorizadas em 5 áreas: psicopedagógica, de serviços administrativos, de nutrição, de saúde e higiene, e de serviços gerais. Na área psicopedagógica foram realizadas: atividades recreativas, jogos, brincadeiras, Educação Física, atividades de livre expressão (desenho livre, recorte e colagem, modelagem e repouso). (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.).

Na área de serviços administrativos realizou-se: atividades de controle de Material didático, de consumo, da pontualidade e frequência das estagiárias e demais membros da Equipe; organização das atividades de rotina; coordenação e orientação da equipe de trabalho; orientação pedagógica junto à equipe, “[...] a qual deixou de atingir sua meta por falta de material necessário, dando margem a um trabalho sem estímulo”; entrevista com os responsáveis pelas crianças, mesmo diante das dificuldades de diálogo frente ao “comportamento anormal na criança”, e a necessidade de encaminhamento da criança a um tratamento específico, mas que não encontravam condições por falta de apoio técnico. (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.).

Na área de nutrição priorizou-se: a organização do trabalho; o respeito pelo horário estabelecido para a alimentação; a orientação na conservação dos alimentos, utensílios, louças e talheres; o incentivo à criança a alimentar-se bem; e a orientação às crianças sobre a importância dos alimentos (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.).

Informava-se, ainda, que, “muitas vezes”, havia sido necessária a suspensão das atividades da Creche, em virtude da carência na “manutenção de Gêneros Alimentícios”. (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.). Na área de saúde e higiene, o documento registrava ações de orientação sobre a importância dos cuidados com o corpo; de administração de medicamentos pré-estabelecidos por médicos junto à Creche e de encaminhamentos das crianças para atendimento médico dos Centro-

⁷⁵ Este documento não está paginado.

Sociais da Secretaria do Amazonas, mesmo sem a oferta de um “bom acompanhamento no tratamento de rotina” o que daria “margem a um trabalho sem objetivos concretos”. (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.).

Na área de Serviços Gerais, teriam sido realizadas ações de: orientação sobre o serviço de limpeza e manutenção de ambiente limpo e desinfetado; que mesmo com deficiência de material e mão-de-obra não qualificada os objetivos teriam sido alcançados. No entanto, no que se referia à manutenção das instalações elétricas, hidráulicas, e da área verde, os objetivos não haviam sido atingidos, pois estes serviços teriam sido solicitados, “inúmeras vezes”, sem sucesso e, quando atendidos, não era “de uma forma satisfatória”, onde a única prejudicada seria a criança.

Por fim, a conclusão do Relatório deixava registrado que:

A Creche Manutenção IPÊ III no ano letivo de 1989, mesmo com dificuldades alcançou parte de seus objetivos propostos junto a Equipe de atuação onde não mediu esforços para o seu desempenho junto a Instituição.

Pelo outro lado gostaríamos de salientar que a falta de apoio em todos os sentidos deu margem a um trabalho com carência e muita deficiência. (FLBA/AM, Relatório, 1990, n.p.).

Observamos que as dificuldades descritas nos relatórios eram comuns nas três Creches Ipês, o que, provavelmente, teria desencadeado as desativações⁷⁶ das Creches Ipê I e II:

No que se refere as atividades de execução direta de nossas creches (Ipê I, II e III), no primeiro semestre transcorreram-se normalmente, sem nenhuma alteração até 02 de maio/90, quando nessa época ocorreu o afastamento das três chefias e ainda o cancelamento do contrato dos estagiários, o que tornou quase inviável o funcionamento das três creches, uma vez que o contingente de pessoas trabalhando na época, era 2/3 de estagiários e nas cozinhas pessoas cedidas pelo Governo do Estado, que de acordo com as medidas Governamentais tiveram também que retornarem às suas repartições de origem.

Para suprir as necessidades de pessoal, foram lotadas nas creches, para atuarem como Recreadoras, Agentes Administrativos, Agentes de Saúde, para que a creche não sofresse solução de continuidade e na cozinha de cada creche ficou somente uma funcionária, sendo duas cozinheiras e uma auxiliar de serviços gerais do quadro.

Face a essa insuficiência de pessoal e outros entraves já colocados em exposição de motivos, que após estudo, avaliação e aprovação da

⁷⁶ No decorrer da Seção III abordaremos outros aspectos sobre o processo de desativação das Creches Ipês e de algumas creches conveniadas.

equipe de trabalho, que se desativaria duas creches, para se manter apenas uma como sugestão de creche “modelo”, ou seja, uma creche para funcionamento dentro dos padrões e normas estabelecidas pela Instituição que deverá iniciar suas atividades a partir de janeiro/91, absorvendo grande número de crianças remanescentes das outras duas. (LBA/AM/GEPRO, Relatório Anual, 1990, n.p.).

Impressiona-nos como a situação de desmonte da LBA, de falta de pessoas, recursos etc., que leva ao fechamento de duas creches, é suavizada com a afirmação de se ter uma creche modelo! A partir de 1991, a Creche que, até então era identificada como IPÊ III, passou a ser a única Creche IPÊ, de execução direta da LBA, e funcionou até a data de 30 de dezembro de 1994, quando foi desativada (FLBA/AM, Relatório de atividades, 1994, p. 14).

2.5 Creches e a interiorização da LBA no Amazonas

Os primeiros convênios firmados para a operacionalização do Projeto Casulo ocorreram, ainda, em 1980, como podemos observar nas edições do *Diário Oficial do Amazonas*, nos quais encontramos autorizações, por meio de ordens de serviço da SETRASS, de visitas das técnicas Maria Júlia Alves de Almeida e Dayse Albuquerque Amorim, aos municípios de Eirunepé e Maués no interior do Amazonas, entre os anos de 1980 e 1982, para que providenciassem o material necessário ao Centro Social, convênio SETRASS/FLBA do Projeto Creche Casulo e supervisionassem as atividades desenvolvidas no Centro Social e a aplicação da verba da Creche Casulo. O tempo de permanência das visitas era, geralmente, de 7 a 8 dias (DIÁRIO OFICIAL 16/10/80, 22/10/81 e 07/04/82).

De acordo com os dados do *Relatório Anual de 1982*, havia, naquele ano, 34 “unidades operacionais” conveniadas do Projeto Casulo, cujos nomes e localizações encontram-se no mapa disponível na figura 28 (p. 137)⁷⁷. Verificamos a predominância de convênios com a Igreja Católica (17), seguidos das Prefeituras (8)

⁷⁷ Link do Mapa:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=11fXmeymkikSPiWodo2omZlibROBedKwm&usp=sharing>

e do Comando Militar da Amazônia (8), e 1 convênio com a SEDUC (AMAZONAS, 1982).

Ressaltamos que aparecem duas opções de categorização na descrição da “situação física da unidade”: “isolado” ou “junto a”, sendo que esta apresenta cinco alternativas de classificação: “igreja”, “escola”, “posto de saúde”, “centro social” e “outros”, respectivamente, isto é, não aparecia a palavra “creche” dentre as possibilidades de identificação dessas unidades (AMAZONAS, 1982).

Observamos, ainda, que o termo “creche” era utilizado para identificar unidades como a existente em São Sebastião do Uatumã, no Médio Amazonas, conforme uma fotografia da instituição que trazia em sua fachada a seguinte identificação “Creche Casulo Genina Pinto Terco”, datada de outubro de 1983 (FIGURA 29, p. 138). A imagem apresenta a visão diagonal de uma construção em tom de cor clara, com telhado em formato de tesoura. A parede frontal aparenta ter sido construída em alvenaria e possuía uma porta aberta à esquerda, observa-se uma estrutura de ripas de madeira encostada ao lado da porta que, provavelmente, era utilizada para impedir que as crianças saíssem do prédio. À direita da parede, na parte superior, em letra maiúscula, lê-se a identificação da Creche. A parede lateral foi, visivelmente, construída em madeira e possuía duas janelas que aparecem abertas e uma porta fechada, respectivamente. Observa-se, ainda, uma pequena calçada em volta da estrutura, um grande terreno e partes do que parecem ser dois casebres ao lado esquerdo da imagem.

Segundo o *Relatório Anual de 1983*, mantiveram-se, em funcionamento, as duas unidades casulo de execução direta na cidade de Manaus, atendendo 210 famílias, destas 208 com renda de até 1 salário-mínimo e 2 famílias com renda de 1 a 3 salários-mínimos. Além disso, havia 144 unidades casulo conveniadas no Amazonas, 58 na capital, atendendo 11.416 famílias e 89 no interior, atendendo 11.624 famílias com renda de até 1 salário-mínimo.

Naquele ano, 152 crianças haviam sido encaminhadas à rede de ensino, 38 das unidades de execução direta e 114 de execução indireta, e 641 teriam sido afastadas por motivo de doença, 40 das Creches Ipê e 601 das conveniadas.

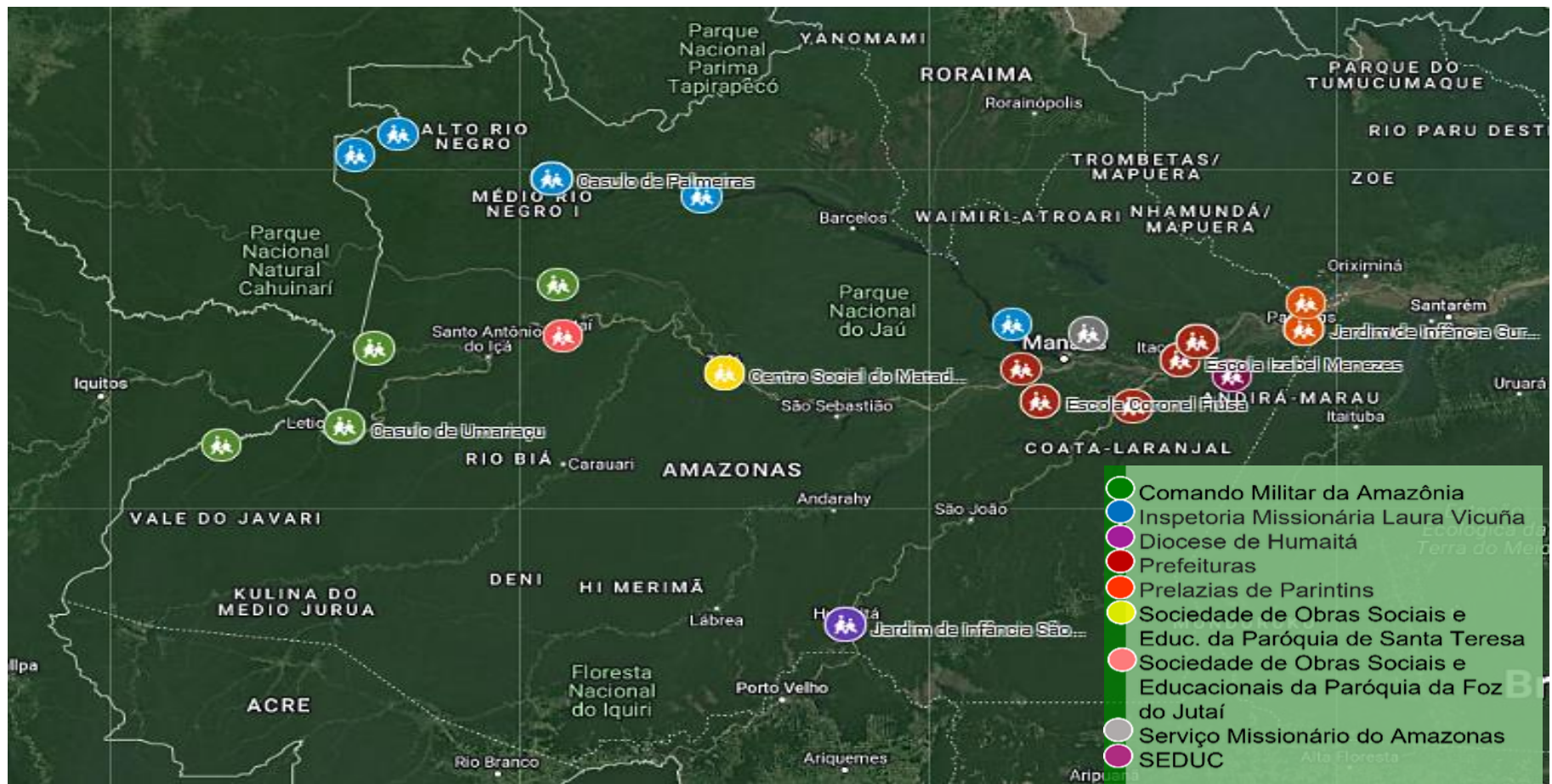


Figura 28: Mapa das Unidades Operacionais do Projeto Casulo nos municípios do interior do Amazonas (1982).

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982. Elaboração própria (2022).

Link: <https://www.google.com/maps/d/edit?mid=11fxmeymkikSPIWodo2omZlibROBedKwm&usp=sharing>.



Figura 29: Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas.
Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes 10/1983 (Acervo da pesquisa).

No Quadro Demonstrativo do Relatório, em 1983, teriam sido atendidas, diariamente, pelo Projeto Casulo Institucional 11.987 crianças no total, destas, 235 nas Creches Casulo Ipê, com idade entre 2 e 6 anos por um período de 8 horas, sendo 55 de 2 a 4 anos e 180 de 4 a 6 anos. Nas unidades conveniadas, 80 crianças de 0 a 2 anos teriam recebido atendimento por um período de 8 horas, 2.010 crianças de 2 a 4 anos em período de 4 horas, 2.031 crianças por um período de 8 horas, 2.831 crianças de 4 a 6 anos por um período de 4 horas e 4.800 crianças por um período de 8 horas diárias.

O relatório apresentava, em anexo, cópias de notícias sobre a LBA veiculadas nos impressos locais, dentre elas, uma reportagem do jornal *A Crítica*, datada de 5 de abril de 1983, onde foi divulgada a intenção de interiorização do Projeto Casulo, e informado que até metade do ano de 1982, haviam sido assistidas 10 mil crianças pelo Projeto, para que se desenvolvessem biológica, psicológica e, socialmente, por meio de atendimentos médicos e odontológicos, pedagógicos, de lazer e recreativos:

Projeto Casulo da LBA vai atingir também o interior

A grande meta da Legião Brasileira de Assistência – LBA -para 1983 será interiorizar o Projeto Casulo, que em Manaus, já atendeu no primeiro trimestre deste ano 10 mil crianças na faixa etária de 3 a 6 anos, através do programa Creche-Casulo.

O programa de Creche-Casulo é de grande prioridade da LBA. Destina-se a atender crianças carentes até seis anos, “assegurando seu desenvolvimento biológico, psicológico e social, proporcionando-lhes alimentação adequada, assistência médica e odontológica, cuidados pedagógicos, recreações e lazer”, explica a LBA.

CRECHE-CASULO

A nível de superintendência regional do Amazonas, a LBA atendeu 10 mil crianças no primeiro semestre de 1982 [...]. As crianças foram beneficiadas pelo programa da Creche-Casulo [...]. Na Creche-Casulo, geralmente a criança carente permanece oito horas por dia e recebe nesse período quatro refeições. As creches são adaptadas a situação de cada realidade comunitária. “As creches da LBA criaram novas perspectivas de atendimento à família, pois através de cada duas crianças, em média, existem sempre uma mulher mãe que necessita trabalhar fora do lar e precisa ter onde e com quem deixar os filhos em segurança. (AMAZONAS, 1983, n.p. A CRÍTICA, 05/04/83, p. 3).

De acordo com o *Relatório Geral* (1984), dos 59 municípios existentes no Amazonas, a LBA já atendia 52, ou seja 88,14%, com uma “clientela” de 18.243 crianças. Assim, haviam sido despendidos 434.830.353 cruzeiros naquele ano para o Projeto Casulo (FLBA, 1984, p. 55). Estes dados divergem do *Relatório das Atividades*

de 1984 (FLBA/AM, 1984, n.p.), que informava um atendimento de “[...] 15.741 menores carentes, em 159 Creches ou Unidades de Execução Casulo [...]”, quando teriam sido atingidos 44 municípios do Amazonas, superando o atendimento relativo ao ano de 1982.

Em 1985, o então governador Gilberto Mestrinho, por meio do Decreto nº 8589, de 08 de abril de 1985, criou o Projeto no Programa de Trabalho da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social e abriu crédito suplementar de 225.852.026, no artigo 1º, para atendimento à Creche Casulo Comunitário, no valor de Cr\$ 91.000.000 (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 08/04/85, p. 3).

Naquele ano, o governador havia criado a modalidade *Creche Casulo Domiciliar*, por meio do Art. 1º do Decreto nº 8855 de 28 de agosto de 1985, projeto 15814831.202, no valor de Cr\$ 13.500.000 (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 08/04/85, p. 3) e no ano seguinte, o Decreto nº 9755 de 22 de outubro de 1986, destinando a importância “Cr\$ 200.000,00 mediante Convênio LBA/IEBEM, para os Projetos “Casulo Elo Domiciliar” (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 23/10/86, p. 3).

O *Relatório Geral de 1986* (LBA, 1986, p. 5) divulgava o lançamento do *Programa Primeiro a Criança*, pela LBA no Brasil, “um compromisso social da nova República”, com atendimento no Nordeste, Rio de Janeiro e Minas Gerais:

Trata-se de uma nova estratégia para articular e integrar as várias ações desenvolvidas pela instituição junto às comunidades e impulsionar os serviços prestados pelas Creches-Casulo e pelo Programa de Complementação Alimentar. Este trabalho é realizado através da execução simultânea de ações básicas de saúde e estimulação essencial com métodos permanentes de avaliação da efetividade das ações junto aos menores atendidos.

Seu objetivo é reduzir os índices de morbimortalidade infantil, prevenir a excepcionalidade e contribuir para o desenvolvimento físico e psicossocial da criança de 0 a 6 anos.

O Primeiro a Criança desenvolve-se em toda a Região Nordeste, Baixada Fluminense no Rio de Janeiro e norte de Minas Gerais.

O documento também informava que haviam sido investidos Cz\$ 513,161 milhões para atendimento de 920.336 crianças no Brasil pela LBA, por meio das Creches Casulo, “equipamentos de baixo custo operacional, instalados em locais próprios ou cedidos pelas comunidades, administradas pela LBA ou por outras entidades, mediante convênios sob supervisão técnica.” (LBA, 1986, p.6).

A operacionalização dessas Creches era “efetivada em jornadas diárias de 04 ou 08 horas, através da assistência à saúde, nutrição, incentivo à vida participativa e atividades psico-pedagógicas, respeitando-se a cultura local.” Os objetivos para tal atendimento eram, prioritariamente, três:

- proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento integral dos menores de 3 meses a 6 anos, pertencentes às famílias de baixa renda;
- liberar os responsáveis pelo menor para exercer atividades lucrativas;
- elevar o padrão social da comunidade mediante a implantação deste equipamento sócio-educativo. (LBA, 1986, p. 5).

Além disso, o Relatório apresentava três “modalidades” possíveis para a implantação das Creches, de acordo com o local onde o atendimento seria realizado: *Creche-Casulo Institucional*, atendimento direto pela LBA ou por meio de convênios com instituições comunitárias, públicas ou particulares; *Creche-Casulo Comunitário*, atendimento em espaço cedido pela comunidade, que se responsabilizava pelos cuidados com os “[...] menores e com a administração da creche, cabendo à LBA o fornecimento de alimentação e assessoria técnica.”; *Creche-Casulo Domiciliar*: atendimento realizado por uma “mãe acolhedora”, que ficaria responsável pelos “menores” atendidos em sua residência, localizada na comunidade, “[...] cabendo à LBA, diretamente ou através de convênios, a prestação de orientação técnica específica, o fornecimento de gêneros alimentícios, equipamentos e outros suportes.” (LBA, 1986, p. 5).

O documento traz, ainda, dados quantitativos sobre o atendimento no Brasil, estratificado por regiões e Estados e modalidades de atendimento das Creches Casulo. Naquele ano, haviam sido atendidas no Brasil 930.336 crianças/mês, 119.985 na região norte, 13,4% do total de atendimento no país, e 19.896 no Amazonas, representando o segundo maior número de atendimentos na região, atrás apenas do Pará, com 81.570 crianças atendidas naquele ano. (LBA, 1986).

Em 1986, das 19.896 crianças assistidas em 161 unidades casulo distribuídas em 50 municípios do Amazonas, 256 crianças haviam sido atendidas na modalidade Casulo Institucional, de execução direta, e 19.490 por meio de execução indireta, totalizando 19.746 crianças. Na modalidade Casulo Domiciliar, operacionalizada por meio de execução indireta, haviam sido atendidas 150 crianças. (LBA, 1986).

Sobre as Creches do projeto Casulo Institucional, encontramos em 1986, a Portaria de nº 183/86 por meio da qual Mário Seixas de Melo, Secretário de Estado do Trabalho e Bem Estar Social, resolve:

I- DISPENSAR do procedimento licitatório, nos termos do art. 126, parágrafo 2º, alínea “f”, do Decreto-lei n.º 200/67, de 20.02.67, a aquisição de Gêneros Alimentícios para abastecimento das creches do projeto Casulo Institucional no valor de Cz\$ 183.151,10.

II – ADJUDICAR à Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL para o fornecimento dos mesmos. (DIÁRIO OFICIAL DO AMAZONAS, 22/12/86, p. 13)

Com relação aos recursos aplicados para atendimento nas Creches Casulo no Brasil, naquele ano, totalizaram Cz\$ 513.161.403,26, sendo 41.897.405,29 para a Região Norte, representando 8,16% do total. Para a LBA do Amazonas, foram aplicados os valores de Cz\$ 28.718.681,32, destes Cz\$ 8.575.546,15 às Creches Casulo (LBA, 1986).

A partir do Relatório Geral de 1987, não encontramos menção sobre o Projeto Casulo, e sim “atendimentos em creches”, que juntamente com apoio nutricional e ações básicas de saúde “constituíram a base do Programa Primeiro A Criança” (LBA, 1987, p. 9). Naquele ano teriam sido atendidas 37.460 crianças no Amazonas, em 212 Unidades de Creches distribuídas em 46 municípios; 300 crianças em Creches de Execução Direta e 37.160, por meio de execução indireta, de um total de 207.350 crianças na região Norte e 1.709.020 no país.

No Relatório Geral de 1989 (LBA, p. 7) usou-se o termo “rede de creches”, que teria sido expandida em relação ao ano anterior, sendo que 99% do atendimento teria sido realizado pela modalidade de execução conveniada:

A rede de creches foi expandida em relação a 1988, passando de 25.000 unidades para mais de 26.000.

Em 1989, passaram pelas creches 1.933.000 crianças, em 3.251 municípios. A jornada integral beneficiou 57% das crianças, o que significa uma evolução, ainda que modesta, em relação aos 52% alcançados em 1988.

Dessa forma, o “Projeto/Atividade Creche” aparecia dentro do Programa “Apoio ao Cidadão e à Família”, com investimento de NCz\$ 751.549.881 e, surgia, ainda, um outro programa intitulado “Creche-Expansão” com projeto/atividade de nome homônimo, cujo investimento fora de NCz\$ 170.200.603.

O Relatório de 1989 informava também que no Amazonas, a LBA existia em 47 municípios, atendendo 23.102 crianças, com recursos orçamentários de NCz\$ 20.641.491, e que 6 Creches haviam passado por reformas ou teriam sido equipadas a um investimento de NCz\$ 2.052.354. Ao analisarmos esses dados e compararmos com os números apresentados no ano anterior, percebemos que houve uma redução de 14.358 crianças atendidas em Creches em relação aos dados apresentados no Relatório de 1987.

Nos anos que se seguiram, observa-se a expansão desse processo de “interiorização”. Encontramos a informação de que em 1987 já existiam Centros da LBA nos municípios de Itacoatiara e de Benjamin Constant, mas somente a partir de 1990 que a LBA teria atingido os 61 municípios amazonenses por meio das Gerências Regionais:

As Gerências tinham sede em Manaus (região do rio Negro/Solimões, composta de 16 municípios); em Itacoatiara (região do médio rio Amazonas, com sete municípios); em Parintins (região do baixo Amazonas, com seis municípios); em Benjamin Constant (região do alto rio Solimões, com seis municípios); em Tefé (região do Solimões/Japurá, com oito municípios); em Lábrea (região do rio Purus, com cinco municípios); em Eirunepé (região do rio Juruá, com seis municípios); em Manicoré (região do rio Madeira, com cinco municípios); e em São Gabriel da Cachoeira (região do rio Negro, alto, com três municípios). (ASCOMunica, agosto de 1994, p. 4).

A partir de então, “[...] todas as ações da LBA seriam levadas ao interior (Creche, assistência a idosos e deficientes, APC, FRP, MUP e AEF) [...]” por meio de convênios. “[...] Em cada cidade estratégica dos grandes rios foram instalados escritórios em parceria com as Prefeituras, de onde se irradiavam as ações para os demais municípios.” (ASCOMunica, agosto de 1994, p. 4).

O Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio dos órgãos a ela vinculados (INPS, INAMPS, IAPAS, LBA E FUNABEM), havia assumido o compromisso junto ao Conselho de Segurança Nacional de “[...] proporcionar ‘tratamento mais efetivo das questões atinentes aos municípios integrantes da faixa de fronteira’[...]”, e passou a coordenar as atividades do SINPAS (LBA, 1988, p. 2).

Com isso, a LBA vinculou-se ao PAG/PFF, intensificando seus projetos e/ou programas incluídos no Plano de Ação e Metas do MPAS/SINPAS nos municípios de fronteira do Amazonas, Amapá, Roraima e Pará, para “[...] garantir uma ação

permanente e integrada com os Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, Organizações Militares e Entidades/Instituições de natureza social”.

No referido Plano cabia à LBA,

a área de assistência social, estabelecendo-se que as “atividades serão realizadas a partir do diagnóstico a ser retratado na estratégia de intervenção, desenvolvendo-se através da configuração de um quadro de necessidades e do esforço comunitário”, tendo como principais objetivos:

- Fortalecimento da estrutura municipal.
- Apoio às iniciativas comunitárias.
- Estímulo à organização comunitária.
- Apoio e/ou fortalecimento das instituições
- Desenvolvimento de ações incluindo programas/projetos de creches, formação e reciclagem profissional, microempresas sociais, registro civil e assistência judiciária, assistência aos idosos e aos excepcionais, esporte e lazer comunitário etc, identificando-se, em cada município/localidade, os mais adequados viáveis (LBA, 1988, p. 5).

Em 1987, no Amazonas, a LBA já estaria atuando em 17 municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Barcelos, Benjamin Constant, Boca do Acre, Canutama, Ipixuna, Japurá, Jutai, Lábrea, Pauini, Santa Izabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins (LBA, 1988, p. 9)

A partir de 1988, os termos de identificação das “Atividades/Projetos” que apareciam nos Relatórios e nos Processos são “Creche Manutenção” e “Creche Expansão”, nos processos e relatórios internos da LBA/AM, esses termos coexistem até o ano de 1995 com “Creche Casulo”.

O *Relatório Geral* da Superintendência Estadual do Amazonas (1990) revelava que 1.050 crianças teriam sido atendidas por meio do Projeto Creche Manutenção nos municípios de Itamarati, Eirunepé, Envira, Carauari, Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Informava sobre os poucos recursos recebidos para o desenvolvimento dos Projetos da LBA, priorizando-se visitas às entidades conveniadas “[...] dada a exigência de recursos para pagamento das faturas de janeiro a junho/90”. Relatava-se que as prefeituras de Itacoatiara e São Sebastião do Uatumã haviam deixado de apresentar as faturas do Projeto Creche, a prefeitura de Silves estava inadimplente e a de Uruará não teria sido visitada.

O documento mencionava a realização de eventos, campanhas e rifas para arrecadar recursos financeiros e materiais para o desenvolvimento das ações da LBA, parte destinada a atender uma Creche em Maués e angariar os brindes de Natal para as “crianças e idosos carentes” (FLBA/AM; 1990).

O Relatório Anual da GEPRO (1993, n.p.) - Gerência de Programas, de 1993 informava que, dentre as *Ações de Apoio ao Cidadão e a Família*, a *Creche Manutenção* e a *Creche Expansão* eram atividades de *Atendimento à Criança Carente*,

[...] voltada para assistir a criança, na faixa de 0 a 6 anos, em regime de 4:00 ou 8:00 horas diárias, proporcionando-lhes guarda, alimentação, saúde e educação, além de ações pedagógicas, recreativas e sociais. As creches constituíram a atividade principal da Gerência, atendendo a prioridade do PLANO ESTADUAL da Superintendência, sendo as ações desenvolvidas em 197 creches, através dos Convênios e 01 creche própria em ação direta. Sendo o projeto de maior abrangência no Estado, estando presente em 40 Municípios, atingindo as metas de 26.285 crianças, é, de grande repercussão junto as Entidades governamentais e não governamentais.

A ação direta contou com o atendimento a 75 crianças, em regime de 8:00 horas [...]. A execução das atividades foi difícil, com relação aos recursos financeiros e humanos, porém, equacionadas de conformidade com os recursos liberados pela D.N. o apoio da Superintendência, as alternativas e criatividade da equipe, participação e colaboração dos pais. Essas dificuldades referem-se a aquisição de alimentos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades.

Das 197 Creches, instaladas nos 62 municípios, 49 convênios Creche Manutenção haviam sido firmados em 1993, sendo 1 federal, 2 estaduais, 19 municipais e 27 particulares sem fins lucrativos. No Demonstrativo de abrangência de execução indireta, verificou-se uma divergência quanto ao número de crianças atendidas, sendo apresentado um número maior do que o mencionado, anteriormente, onde se afirmava que 26.310 crianças haviam sido atendidas, 15.944 em regime de 4h00 e 10.366 de 8h00, sendo destinados Cr\$ 106.894.262,79.

Com relação à Creche Expansão, o Projeto visava “[...] melhorar o aparelhamento comunitário [...]”, onde funcionava o atendimento de Creche, tendo sido beneficiadas 18 Creches naquele ano, metade municipal e a outra metade particular, com recursos aplicados no valor de Cr\$ 26.217.000,00.

No *Relatório de Atividades 1994* (p. 4) da Superintendência Estadual do Amazonas da FLBA, informava-se que haviam sido atendidas 3 unidades na forma de Creche Expansão, uma filantrópica e duas municipais, em Manaus, Nova Olinda do Norte e Fonte Boa e, que teriam sido aplicados R\$ 4.363.62, “insuficientes à demanda, prejudicando o atingimento das metas propostas”. Na Creche Manutenção haviam sido atendidas 23.419 em 197 Creches, 2.891 a menos do que a quantidade informada em 1993, justificando-se essa redução no atendimento pelo fato de se prezar pela qualidade, mesmo diante dos “valores per capita irrisórios” que, “[...] em sua maioria, servem para complementar os custos que as entidades conveniadas gastam [...]” sendo “sempre insuficientes” os recursos para efetivar as atividades técnicas e de assessoramento aos municípios:

Este atendimento, frente a realidade de carência e pobreza, que impera hoje, em nosso País traduziu um desafio e uma vitória, vez que, fomos o órgão, que contribui com as Entidades governamentais, de forma concreta neste atendimento, visto que, a educação infantil, ainda, carece de mais atenção dos administradores, quer municipal ou estadual.

No trabalho desenvolvido pelos servidores, tanto técnicos como os de apoio administrativos-técnicos, a premissa de todos os serviços, foi a qualidade.

Para tanto, demos ênfase ao acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas, buscando o aprimoramento, desde a seleção das parcerias, com quem firmamos.

Eis portanto, a causa de diminuirmos, o número de crianças atendidas e municípios abrangidos, com relação aos anos anteriores, pois a qualidade não representou os objetivos e propostas do nosso plano de ação (FLBA/AM, Relatório de Atividades 1994, 1994, p. 5).

Ao analisar a tessitura de nexos entre as fontes estudadas (MAGALHÃES, 2004), verificamos que a implantação do Projeto Casulo no Amazonas ocorreu em consonância às concepções em voga no período ditatorial no Brasil e se estendeu pela Nova República. Articuladas com a SETRASS e diversas instituições, principalmente, religiosas, com predominância da Igreja Católica, as Creches funcionavam em espaços diversificados, como Centros Sociais, Igrejas, escolas e jardins de infância conveniados, onde eram oferecidas outras atividades, envolvendo também as famílias das crianças “encasuladas”, termo utilizado por Pinto (2002).

Constatamos que os processos de implementação das Creches no Amazonas foram caracterizados por contradições e ambiguidades, em que, aparentemente, o projeto estaria sendo operacionalizado com superação das metas, principalmente, nas

Creches modelo da LBA. Mas, ao observar os relatórios anuais dessas instituições, verificamos que os funcionários que ali trabalhavam, apesar da boa vontade, enfrentavam sérias dificuldades para prestar o atendimento às crianças.

Mesmo sendo um projeto que visava atender uma grande quantidade de crianças com pouco investimento, não podemos desconsiderar que garantiu às crianças pobres acesso à educação infantil e atendimento às necessidades elementares a sua sobrevivência, uma vez que nesses lugares essas crianças recebiam alimentação, atendimentos médicos e tinham acesso à cultura escolar, ainda que precários.

Assim, em 1994, caminhando em direção à extinção, A LBA revelava que “[...] o trabalho vai continuar até quando for possível, mas desta vez para ser ‘arquivado’ mesmo.”, trazendo nas últimas linhas do rascunho de seu histórico, em comemoração dos 52 anos, em duas edições históricas - "LBA - 52 anos de assistência social" e "Dirigentes da LBA/AM" por meio do “boletim informativo interno/externo da Super/AM”, o *ASCOMunica*, já mostrava uma morte anunciada da Instituição, por meio de escritos à mão, sem data e assinatura, “[...] CONCLUSÃO: Conclamar os Parlamentares da Bancada Amazonense a lutar pela permanência da Instituição.” (LBA/AM, livreto, 1994, p. 13-14).

3 CRECHES CASULO NO AMAZONAS E A CULTURA ESCOLAR

*Cada homem e mulher
Tem a fé, a força a história
Para contar pra quem quiser
Natasha Andrade*

Ao longo desta seção traremos a cultura escolar das Creches Casulo no Amazonas por meio do processo de formação dos professores, dos aspectos inerentes às práticas educacionais, das atividades comemorativas e, finalmente, do que é remanescente após as creches. As práticas culturais das creches “[...] ainda são pouco referenciadas [...]”, na relação entre os sujeitos, objetos e práticas educativas (OLIVEIRA, 2020, p. 50-51), o que envolve aspectos da rotina, alimentação, formação das recreadoras, atividades desenvolvidas nas Creches, em que estabelecemos as relações entre os relatórios, fotografias, planos de trabalho, notícias encontradas e as memórias de ex-funcionárias dessas instituições.

Nesse sentido, compreendemos a cultura escolar um:

[...] conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10, grifos do autor).

Estudamos, dessa forma, as práticas sociais das Creche Casulo, compreendendo que essas se constituem no conjunto entre a cultura material e seus sujeitos, que passaram por processos de “subjetivação” próprios de determinados tempos e espaços naquelas instituições (OLIVEIRA, 2020). Por fim, identificamos a sobrevivência de determinadas práticas em algumas Creches públicas de Manaus.

3.1 Os processos formativos de professoras/ recreadoras das Creches Casulo

Ao observarmos os relatórios, as imagens e os depoimentos de ex-servidoras da LBA e de Creches conveniadas, verificamos que as responsáveis diretas pelos atendimentos educativos com as crianças eram mulheres. As recreadoras, auxiliares de recreação, professoras e chefes de Creches participavam de momentos formativos, a exemplo do “Treinamento/PROJETO CASULO”, ocorrido entre os dias 14 a 18 de janeiro de 1980, recebido pela professora Rita de Cássia B. Monteiro⁷⁸, certificação emitida pela Fundação Legião Brasileira de Assistência, patrocinado pela Diretoria Estadual do Amazonas, (FIGURA 30, p. 149), contendo espaço para as assinaturas do coordenador, diretor e professor, sendo que apenas os dois últimos espaços foram assinados.



Figura 30: Certificado de treinamento/Projeto Casulo

Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Diretoria Estadual do Amazonas. Certificado. 1980. (Acervo de Rita de Cássia Monteiro Buiati).

⁷⁸ Rita de Cássia Monteiro Buiati, 61 anos, amazonense, formada em Magistério (1979), Especialista em Educação Infantil (1979), psicóloga e pós-graduada em neuropsicologia (2018).

De acordo com a ex-professora da Creche Casulo Ipê II Rita Buiati, a formação contínua acontecia por meio de treinamentos, conhecidos por “reciclagem”, e das visitas de supervisão:

nós tínhamos todo o plano, tivemos o primeiro momento no início do projeto e sempre a gente tinha aquelas reciclagens, geralmente era no IPÊ 1, na Joaquim Nabuco, que era a sede da LBA, então nós geralmente íamos para o IPÊ 1 e fazíamos o treinamento necessário. Também a formação, às vezes a gente tinha a presença de pedagogas e também a supervisão, vinha assistência social, vinha nutricionista, então aquilo impecavelmente todo mês tinha, tanto que a gente tinha aquele cuidado, se preparava a cozinha, tinha aquele cuidado de fazer a limpeza direitinho, porque vinha realmente uma fiscalização. (BUIATI, 2022, p. 07).

De acordo com os depoimentos das ex-servidoras, nas Creches as professoras/recreadoras e monitoras eram todas mulheres, jovens entre 17 e até mais ou menos 45 anos, sendo que as professoras/recreadoras deveriam ter ou estar cursando o magistério. Contudo, nas Creches conveniadas investigadas, geralmente, as professoras possuíam apenas o 2º grau:

Nós todas tínhamos que ser formadas em magistério, a maioria mulher, porque naquela época eram muito poucos homens que se formavam em magistério. Então, a faixa etária sempre daqueles que terminavam o magistério na época, assim no médio, na faixa de 17 a 18 anos, mas se tivesse uma profissional que fosse bem, que tivesse experiência, ela também era aceita, uma questão assim de ter experiência na área, então era também através de currículo (BUIATI, 2022, p. 07).

Por meio da entrevista realizada com a ex-servidora da LBA, Raimunda Ripardo Maciel⁷⁹, percebemos que a sua experiência prévia como monitora no PCA e envolvimento com a igreja católica foi fator relevante para que ela se interessasse pela oportunidade de trabalhar como recreadora na Creche Casulo Ipê III:

Na realidade, eu não cheguei a ser contratada como professora, né? Não exerci o magistério de fato. Eu fui contratada como recreacionista,

⁷⁹ Amazonense, formada em Magistério (1985), graduada em Pedagogia (1994), pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior e em Psicopedagogia (2016).

que era uma nomenclatura da área da assistência social para dizer que era um educador de creche. Então, não cheguei a exercer nem o magistério, nem a pedagogia, não exerci. Eu já entrei no serviço público como recreacionista e continuei até me aposentar com esse nível intermediário. Quando eu fui contratada pela LBA, Legião Brasileira de Assistência, ex-LBA, para um programa comunitário como estagiária e a partir desse programa de atuação comunitária, fui tendo contato com as pessoas, fazendo atividades de distribuição de alimentação para as mães que estavam grávidas e estavam amamentando, também atendia as crianças de zero até seis anos de idade. Também tenho a minha participação na igreja, que era catequista, então tudo isso me aproximou dessa parte infantil. Eu sempre soube que eu ia trabalhar com criança porque eu gostava muito, até com relação aos meus irmãos mesmo. É um histórico de vida. (MACIEL, 2022, p. 2-3).

No contrato de Trabalho da ex-servidora com a FLBA, datado de 9 de novembro de 1984 (FIGURA 31, p. 151), observa-se que a remuneração mensal, no cargo de monitora do PCA, era de Cr\$ 145,023, valor um pouco acima do salário-mínimo da época que era de Cr\$ 97.176 (Decreto nº 89589 de 26 de abril de 1984). O documento possuía dois carimbos, um com o brasão da LBA e o outro da chefe do setor pessoal, não conseguimos ver com precisão seu nome, provavelmente, Oldeneida da Silva Paiva.

Figura 31: Contrato de Trabalho da LBA para o cargo de *Monitor PCA*. 1984.

Fonte: Carteira de Trabalho de Raimunda Ripardo Maciel da LBA. 1984, p. 11 (Acervo da pesquisa).

Em 1986, Raimunda Ripardo Maciel, ainda, estava registrada na função de “monitor” recebendo 1.942,05 cruzeiros. Em 14 de outubro do mesmo ano, passou a ser registrada na função de “Recreador”, recebendo por isso 3.804,67 cruzeiros. Os valores foram reajustados 4 vezes em 1987: Cr\$ 4.565,60 Cr\$; Cr\$ 5.7478,72, Cr\$ 6.903,18 e Cr\$ 9.353,11. Em 1989, o reajuste salarial com 13º salário da servidora correspondia ao valor de Cr\$ 14.570,13 na função de “recreador”. (FIGURA 32, p. 152).

The image shows two pages of a salary adjustment record book, titled "ALTERAÇÕES DE SALÁRIO". The pages are numbered 34 and 35. The entries are as follows:

Data	Para Cr\$	Função	Motivo
01/03/86	890,45	Monitor	Reajuste
01/03/86	1.942,05	Monitor ref. 25	Reajuste pelo P.C.E.F.
14/10/86	3.804,67	Recreador ref. 25	Reajuste
01/01/87	4.565,60	Recreador ref. 25	Reajuste
01/03/87	5.478,72	Recreador ref. 25	Reajuste
01/05/87	6.903,18	Recreador ref. 25	Reajuste
01/06/87	9.353,11	Recreador ref. 25	Reajuste
01/12/89	14.570,13	Recreador	Reajuste salarial e 13º salário

Each entry includes the date, the salary amount, the job title, and the reason for the adjustment. The records are signed by the employer, with the signature of Waldemar de Moraes Neto, Chefe da S. A. P., visible at the bottom of the second page.

Figura 32: Alterações de salário da ex-servidora da LBA Raimunda Ripardo Maciel. 1984-1987. Fonte: Carteira de Trabalho de Raimunda Ripardo Maciel. 1984-1987, p. 34-35 (Acervo da pesquisa).

Outro documento que nos chamou a atenção foi uma solicitação endereçada à então superintendente da Legião Brasileira de Assistência, em 30 de janeiro de 1987, Marisa:

Dr.^a Marisa:

Sabedora da existência de vagas para munitora em uma das creches da L.B.A, venho com o devido respeito candidatar-me a uma delas. De antemão esclareço a V.Sa, que estagiei durante um ano no Ipê II, tenho bastante experiência no ramo e no “momento estou desempregada. Tenho o 2º grau completo e o curso adicional na área de ed. pré-escolar. (ANJOS, 1987, p. 1).

Em seguida, a remetente, disponibiliza seu endereço, e despede-se: “Ficarei grata pelas providências que tomar a meu respeito, subscrevo-me cordialmente.” (ANJOS, 1987, p. 01).

A solicitação da remetente foi considerada para indicação em 25 de fevereiro de 1987, por Georgina S. Sarkis, então chefe da Divisão de Serviço Social da Superintendência Estadual do Amazonas, para que ela pudesse trabalhar na Creche Casulo Ipê III a partir de maio de 1987. Não encontramos provas de que de fato a candidata tenha conseguido a vaga de recreadora, mas isso nos permite inferir que o cargo de recreadora nas Creches da LBA poderia ser motivo de interesse para as profissionais da área.

Sobre as necessidades formativas dos profissionais de Creches poderiam ocorrer por meio de solicitações das próprias Creches ou identificadas pelos profissionais da LBA, nas visitas de supervisão, a exemplo do que foi relatado no *Relatório Anual de 1991* (p. 2). Constava a informação de que, além da realização de “[...] assessoramento com vistas a realização de estudos sobre creches [...]”, naquelas ocasiões geralmente eram oferecidos encontros formativos “[...] com a participação dos Chefes e funcionários de Centro Social, Gerentes Interior, Gerentes Regionais, Chefe de Creche e funcionários.”

De acordo com o referido Relatório, naquele ano a LBA teria passado por uma modernização administrativa e elaborado, dentre outras coisas, instrumentos de supervisão a Obras Sociais Conveniadas. Foram construídos dois instrumentos de supervisão da Creche: um para a visita inicial e outro para as visitas de acompanhamento.

Um dos instrumentos, intitulado *Relatório de Supervisão – Creches*, trazia na parte superior da capa: o cabeçalho, a identificação de pertencimento do instrumento: Ministério da Ação Social, Fundação Legião Brasileira de Assistência, Superintendência Estadual do Amazonas, Assessoria de planejamento; centralizados o título: “RELATÓRIO DE SUPERVISÃO – CRECHES” (ANEXO A, p. 326) e a

descrição da atividade: “1ª Visita de Supervisão”; e na parte inferior, o espaço para a identificação do “ÓRGÃO/ENTIDADES”, “GERÊNCIA”, “MUNICÍPIO” e “CENTRO SOCIAL”, respectivamente.

Não encontramos o documento na íntegra, mas percebemos que possuía 14 itens a serem observados: 1. Identificação, onde se colocava o nome, dados da instituição, especificação do tipo de projeto e da pessoa responsável pela Creche; 2. Natureza, se a entidade era particular, ou pública e a que tipo de órgão pertencia; 3. Outros mantenedores, quais eram os órgãos, valor e forma de colaboração; 4. Características do Atendimento, para informar dados como idade, sexo, carga horária, frequência e evasão; 5. Recursos humanos, para especificar o pessoal técnico, docente e de apoio; 6. Instalações, características do prédio; 7. “Arredores”, aspectos externos à instituição; 8. Descrição das Atividades Diárias; 9. Saúde, para relatar as doenças, tipos de atendimentos médicos, bem como os recursos; 10. Nutrição, para descrever a alimentação das crianças, 11. Relacionamento com a família, para informar as formas de comunicação e se a família colaborava com a Creche, 12. Articulação com a comunidade, 13. Principais dificuldades e 14. Principais deficiências e indicações de solução.

Na última página havia espaços para que o entrevistador pudesse datar e assinar, seguido do espaço para assinatura e registro de data de recebimento, pela GEPRO/AM e, encaminhamento do documento.

O segundo instrumento, *Relatório de Supervisão de Creches* (ANEXO B, p. 336), também trazia na parte superior da capa o cabeçalho, a identificação de pertencimento do instrumento: Ministério da Ação Social, Fundação Legião Brasileira de Assistência, Superintendência Estadual do Amazonas, Assessoria de planejamento; centralizados o título: “RELATÓRIO DE SUPERVISÃO DE CRECHES” e a descrição da atividade: “Visitas de Acompanhamento”; e na parte inferior o espaço para a identificação do “ÓRGÃO/ENTIDADES”, “GERÊNCIA”, “MUNICÍPIO” e “CENTRO SOCIAL”, respectivamente.

O Relatório possuía 13 itens a serem observados: 1. Identificação; 2. Características do atendimento; 3. Recursos financeiros, onde se especificava os valores das parcelas recebidas, se estava em dias ou em atraso, e por quanto tempo; 4. Condições de funcionamento do prédio; 5. Infraestrutura sanitária; 6. Recursos humanos; 7. Atividades em execução no momento da visita; 8. Atividades realizadas entre a última supervisão e a atual; 9. Saúde, espaço no qual se especificava as

doenças e os tipos de atendimentos médicos, bem como os recursos; 10. Atendimento a criança portadora de necessidades especiais; 11. Nutrição; 12. Considerações finais; 13. Encaminhamentos ou questões para serem observadas na próxima visita de supervisão.

Na última página havia os espaços para que o entrevistador pudesse datar e assinar, seguido do espaço para assinatura, registro de data de recebimento pela GEPRO/AM e encaminhamento do documento.

Alguns registros imagéticos das reuniões com os administradores das Creches conveniadas, realizadas durante as visitas de “supervisão e acompanhamento do Projeto” foram encontrados por meio de fotografias e relatórios e outros foram doados pela ex-assistente social da LBA Terezinha Gomes, que realizava estas visitas na década de 1980, como podemos observar na figura 33 (p. 155). Na imagem, a servidora trajava uma blusa amarela com o brasão da LBA e calça preta, conversando com os responsáveis pela Creche Genina Pinto Terco, no município de São Sebastião do Uatumã⁸⁰, em outubro de 1983.



Figura 33: Visita de supervisão na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes 10/1983 (Acervo da pesquisa).

⁸⁰ Às margens do Rio Uatumã, o município de São Sebastião do Uatumã fica a 246,58 km da cidade de Manaus e seu acesso é via terrestre e fluvial. A viagem dura em média 6 horas (DISTÂNCIAS ENTRE CIDADES, 2023).

Outro registro interessante foi encontrado em 1994, nos anexos do *Relatório de Viagem*, onde a servidora Cláudia Yvone de Oliveira, apoio técnico, e o técnico Moacir Tadeu Biondo, foram ao município de Ipixuna⁸¹. A imagem registra uma “reunião com a (direção) da creche”, onde Claudia Yvone vestia blusa sem manga azul com bolinhas brancas, bermuda jeans azul de comprimento até os joelhos, sentada em torno de uma mesa com 6 mulheres, sendo que 2 delas trajavam hábitos de freiras; ao lado esquerdo da imagem havia uma máquina de costura, sobre a qual observava-se alguns tecidos brancos. (FIGURA 34, p. 156).



Figura 34: Reunião com direção da creche Maria Licia Farias de Oliveira no município de Ipixuna-AM.

Fonte: Relatório de Viagem, 01 a 12/08/1994, anexo, n.p.; Ficha de Cadastro de Convênio, 1994, p. 02 (Acervo da pesquisa).

⁸¹ Distante a 1380 km de Manaus. O acesso ao município é via fluvial. Ipixuna, que em tupi significa “água escura”, também é o nome do rio afluente do rio Juruá, sendo uma a 12ª cidade com menor índice de desenvolvimento humano- IDH, do país (PNUD, 2010; WIKIPEDIA, 2023).

De acordo com o Relatório, o prédio da Creche Maria Licia Farias de Oliveira, pertencia à Pastoral (provavelmente da Criança, da Igreja Católica), e funcionava por meio de convênios com a prefeitura municipal e a LBA. O Relatório mencionava que existia a “necessidade de uma melhor formação às recreadoras recrutadas” para o trabalho pela secretaria de educação da prefeitura, principalmente, por ser aquele o “primeiro convênio” que estaria sendo firmado “para a manutenção das crianças junto à LBA.” E complementa que Claudia havia levado “relevante material e experiência” que teriam sido repassados às recreadoras na ocasião: “[...] realizamos mais duas reuniões uma para passar à equipe de creche materiais destinados às recreadoras, programação de atividades de rotina, recreação etc.” (LBA, Relatório de Viagem à Ipixuna, 1994, n.p.; Ficha de Cadastro de Convênio, 1994, p. 02).

Por fim, o documento também apresentava duas imagens que revelam as dificuldades de acesso ao local, sob o título “FLAGRANTES DA VIAGEM”, havia duas imagens com as legendas “A Claudia passando sobre ponte improvisada denominada ‘Pinguela’” e “Conserto da hélice do motor de madrugada”. (FIGURA 35, p. 158). (LBA, Relatório de Viagem à Ipixuna, 1994, n.p.). Cláudia Yvone⁸² relata que, após o fechamento da Creche Ipê, permaneceram apenas as conveniadas, quando ela teria iniciado esse trabalho de supervisão:

esse trabalho foi depois que as nossas creches terminaram e aí a gente ficou só com as creches que eram conveniadas. Então a gente tinha que ir ao município para ver como é que estava funcionando, o que estavam fazendo, se eles precisavam de orientações. É por isso que aparece naquela foto a reunião com as freiras, porque eu levava o trabalho, o material que eu já tinha trabalhado aqui na capital, para eles, para poder explorar. Eu fazia palestra com eles, orientava: quais dificuldades que aqui tem, a gente pode fazer isso... - Minha parte era essa. E não foi só em Ipixuna. Eu estive em Eirunepé, em Carauari e estive também no Cruzeiro do Sul. (MORAES, 2023).

De acordo com o Relatório Geral (FLBA, 1990, n.p.), os municípios de Ipixuna e Carauari e outros 4 municípios (Eirunepé, Envira, Itamarati e Guajará), formavam a

⁸² Cláudia Yvone Filgueiras de Moraes, 59 anos, amazonense, formou-se em Magistério no Einstem e o Quarto adicional no Instituto de Educação do Amazonas- IEA, em 1985. Trabalhou na LBA entre os anos de 1987 e 1994, contratada como agente de saúde, também exerceu as funções de recreadora e de apoio administrativo.

Gerência Regional do Juruá⁸³, situada à calha do rio Juruá. De acordo com o documento, aquela região caracterizava-se “[...] principalmente por ter o extrativismo da hévea [seringueira]”, em declínio à época, como “principal fonte de ocupação. A população daquela área era de aproximadamente:

[...] 200.000 pessoas”, destas, “90%, carente tendo um índice de desnutrição dos mais elevados [...] devido principalmente à situação fundiária dos municípios, onde o seringalista não permite ao seringueiro o plantio de frutíferas e outros bens de raiz, limitando assim o consumo de parte importante de vitaminas necessárias ao desenvolvimento sadio da população.

Outro fato social que está acontecendo nesta região é o inchamento das cidades provocado pelo êxodo rural, em virtude do declínio das atividades extrativistas, criando assim na periferia, bolsões de miséria.

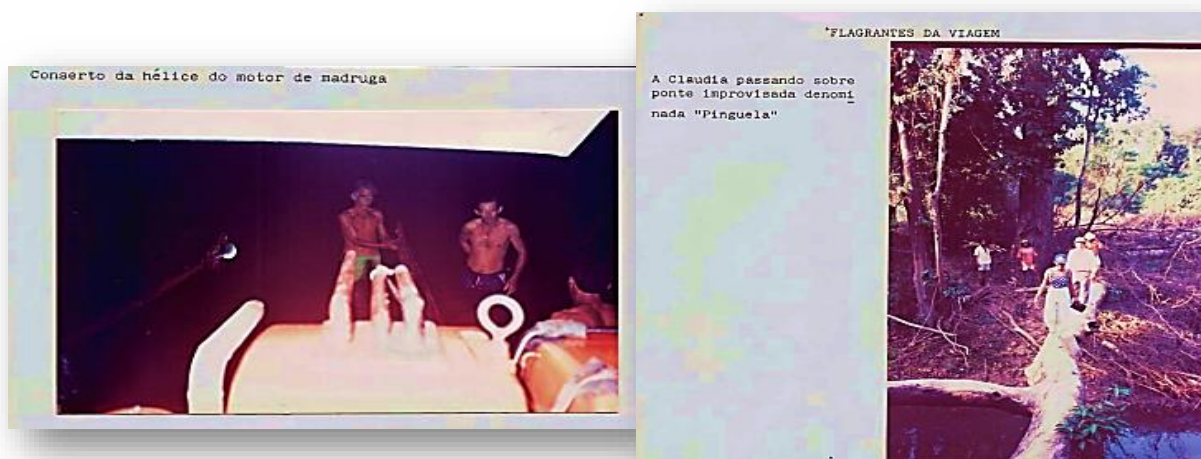


Figura 35: Dificuldades enfrentadas durante viagem para supervisão à creche Maria Licia Farias Oliveira ao município de Ipixuna-AM.

Fonte: Relatório de Viagem, 01 a 12/08/1994, anexo, n.p.; Ficha de Cadastro de Convênio, 1994, p. 02 (Acervo da pesquisa).

De acordo com o depoimento da professora Maria Inês Corrêa Pereira⁸⁴, a Creche Maria do Carmo atendia crianças muito carentes: “filhos de antigos seringueiros que migraram para a cidade quando a seringa não tinha mais valor.” A

⁸³ O documento informa que haviam sido implantadas em 1990 outras 4 Gerências Regionais: de Manaus, do Médio Amazonas, do Alto Solimões e do Solimões.

⁸⁴ Amazonense, formada em Pedagogia (2002), pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior (2004), atuou por quase 40 anos no magistério público, estadual e municipal, como professora dos ensinos fundamental e médio e formadora de professores. Também foi gestora do Colégio Estadual Rufino de Oliveira e assessora pedagógica no município de Caruaru- AM.

Creche era “o ‘xodó’ do prefeito Bruno Ramalho, que dentro da realidade da época não deixava faltar alimentos, material pedagógico etc.” Ela informa que havia “parceria com as irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, que desenvolveram um programa de reforço alimentar” por meio da Pastoral da Criança, utilizando uma “multimistura”, “espécie de farinha nutritiva” fornecida às crianças com “deficiência alimentar”. Mensalmente, as crianças eram pesadas, trabalho que contava com a ajuda voluntária das mães. (PEREIRA, 2023).

Também encontramos registros de formações realizadas em Creches em relatórios de viagem, aos municípios de Maués, em 1991 e, Itapiranga, no Médio Amazonas, em 1992. A formação em Maués⁸⁵ ocorreu no período de 22 de fevereiro a 02 de março de 1991, para a realização de um “Treinamento de recreadoras das creches da LBA de execução direta e indireta” e de um “curso de Alimentação alternativa para as chefes de creche, cozinheiras e clube de mães.” O treinamento e o curso foram executados por Ângela Maria Bessa Freire e Jesseleide A. Queiróz, conforme a seguir:

Com o objetivo de treinarmos as recreadoras das creches de execução direta e indireta da P. M. de Maués e ministrar o curso de Alimentação Alternativa. Fomos a Maués no dia 22. 02.91 saindo do Porto de Manaus às 18: 00 horas e chegando ao nosso destino em 23.02.91 as 12:00 horas, sendo recebidas pela esposa do sr. prefeito a sra. Rosa, que depois de nos alojar no hotel, conversou a respeito dos cursos que iríamos ministrar, e sobre o nível dos participantes. No dia 24.02.91 entramos em contato com a secretária Municipal da Educação a sra. Rosiléa, que tomou as últimas providências para fosse possível a participação das recreadoras da zona rural. O curso foi iniciado no dia 25.02.91 as 08:00. horas com 58 participantes. O curso constou de aulas práticas e teóricas, obedecendo o horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 as 17:00 a fim de que as professoras da área rural pudessem aproveitar melhor. O término foi dia 28.02.91 as 18:00 horas. O nosso objetivo maior era desenvolver um curso mais prático do que teórico, onde as tias (recreadoras) pudessem utilizar recursos da região e materiais de sucata, os quais pudessem ser encontrados no próprio município.

PROGRAMAÇÃO

Parte teórica:

- Desenvolvimento da criança
- O professor e a criança

⁸⁵ A viagem fluvial, via Rio Amazonas, de Manaus a Maués dura em torno de 1 dia e 17 horas, em um trajeto de 612 km. O município é conhecido por ser a terra do guaraná e, atualmente, é reconhecido por ser uma das cidades brasileiras que apresentam maiores expectativas de vida. (DISTÂNCIACIDADES.NET, 2023).

- A escola e a comunidade
- Planejamento. (FLBA/AM, Relatório, 1991, n.p.).

A parte prática da formação era composta de 11 conteúdos: confecção de atividades para desenvolver atividades de rotina (cartazes do tempo, do aniversariante do mês, de quantos somos hoje?, do ajudante do dia e cartaz de pregas); confecção de materiais para executar atividades pedagógicas (lixa grossa e lixa fina, pincel, cola/goma, goma para pintura a dedo, massa para modelar, tintas); confecção de materiais para atividades lúdicas (livros de estória, livros de pano, quebra-cabeça, jogos de encaixe, de montar e de “pinus”, brinquedos diversos, músicas, jogos); atividades pedagógicas (pintura na lixa, desenho na lixa, desenho com carvão, colagem com: canudinhos, revistas, tecido, sementes, barbante, bolinhas de papel, sucatas em geral); desenho sombreado com: barbante, revista, mosaico, “coisas da natureza (ex. folhas, flores, cipós etc.)”; desenho livre: com tintas e giz de cera; pintura a dedo; desenho com vela; pintura soprada; dobraduras; brinquedos com sucata e todo o “trabalho prático realizado foi acompanhado de explicações sobre a importância no desenvolvimento psico/social/pedagógico da criança.” (Relatório, 1991). No segundo dia de formação, também teria sido realizado um curso sobre alimentação alternativa para as profissionais e comunidade:

No dia 28.02.91, enquanto a servidora Jesseleide ministrava as aulas práticas do treinamento de recreadoras, a servidora Ângela ministrava no Centro de Convivência dos idosos o curso de alimentação alternativa para as chefes de creche, cozinheiras e para as participantes dos clubes de mães, num total de 30 pessoas.

“Pela parte da manhã foi feita uma aula prática onde as alunas fizeram um almoço constando de:

- Farofa de casca de banana
- Picadinho com multi-mistura (com farelo de trigo e folhas verdes encontradas no próprio mato)
- Maionese com cascas de legumes e um molho próprio da cozinha alternativa.
- Arroz enriquecido (com buxo do jerimum, farelo de trigo e folhas verdes)
- Doce de jerimum
- Suco de folha de jambeiro com limão

Na parte da tarde foi dada uma aula teórica explicando o valor nutritivo de tudo o que foi preparado no almoço e o que poderia ser usado para se obter maior nutritivo nas refeições do dia a dia sem encarecer muito economicamente para os participantes, enfim: como comer mais gastando menos.

A secretaria Municipal de Educação encerrou o curso de Alimentação Alternativa, agradecendo os benefícios, a mesma comprometeu-se a multiplicar o referido curso.

As 18:00 horas do mesmo dia, encerramos também o treinamento das recreadoras que disseram através de discurso o quanto eram agradecidas pelo ensinamento recebido durante o curso. Agradeceram também a presença da LBA em Maués, a secretária da educação e a esposa do prefeito, solicitaram ainda que a nossa instituição enviasse mais vezes pessoas que pudessem acrescentar ensinamentos, o Município carece de aprendizado renovado. Dia 01.03.91 embarcamos no porto de Maués com destino a Manaus, onde chegamos as 18:00 horas no dia 02.03.91. (FLBA/AM, Relatório, 1991, n.p.).

O relatório apresentava algumas imagens, do treinamento e do curso. Na primeira imagem do treinamento, observa-se Ângela Freire ministrando a aula, ao fundo, um quadro verde com escritos à giz e parte da turma a assistir à explanação da palestrante (FIGURA 36, p. 161). Na segunda imagem (FIGURA 37, p. 161), as recreadoras, todas mulheres, sentadas em carteiras escolares em uma sala grande com paredes brancas e 5 janelões gradeadas com ripas traspassadas em posições diagonais. Na outra imagem (FIGURA 38, p. 162) havia algumas pessoas ao redor de uma mesa, na qual estavam dispostos 5 pratos preparados durante o curso de alimentação alternativa. Na última imagem (FIGURA 39, p. 163), contava-se 8 mulheres, dentre elas uma freira, sentadas em bancos de madeira, realizando a refeição em pratos de alumínio, em um pátio coberto e, ao fundo, via-se um grande terreno delimitado por muro de concreto, telhado de algumas casas e árvores.



Figura 36: Ângela Freire ministrando aula para funcionárias de Creche Casulo em Maués. 1991.

Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório. 1991. (Acervo da pesquisa).



Figura 37: Treinamento para recriadoras de Creche em Maués. 1991.
Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório. 1991. (Acervo da pesquisa).



Figura 38: Pratos preparados durante o curso de alimentação alternativa. 1991.
Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório. 1991. (Acervo da pesquisa).



Figura 39: Participantes experimentando os pratos preparados durante o curso de alimentação alternativa. 1991.

Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório. 1991. (Acervo da pesquisa).

Identificamos, em 1992, outro registro formativo no *Relatório referente a CAPACITAÇÃO PARA PESSOA DE CRECHE realizado no Município de ITAPIRANGA/AM*, por solicitação do Prefeito, sob a responsabilidade da LBA (GEPRO/APLAN). O curso teria ocorrido na Creche Tereza dos Santos Marques, no período de 8, 9 e 10 de dezembro de 1992, nos horários de 8 às 12h00 e de 14 às 18h00, totalizando 24horas/aula, cuja clientela atendida teria sido composta por “administradoras, recreadoras, professoras, auxiliares de recreação, agentes administrativos, serventes, merendeiras, das creches conveniadas com a LBA e do pré-escolar do Município de Itapiranga.⁸⁶”:

Atendendo solicitação formal do Sr. Prefeito de Itapiranga à LBA para que esta fundação procedesse treinamento (capacitação) na “Creche Tereza dos Santos Marques” recentemente inaugurada, estiveram naquele município os técnicos Helândia Milon de Andrade (Pedagoga e Gerente do Rio Solimões/Japurá) Rebeca Cristina Pena (Técnica Agrícola e Assessora Técnica da Gerência do Rio Juruá) e M^a Auxiliadora Mourão Tuer (Assistente Social e Assessora

⁸⁶ O trajeto terrestre de Manaus à Itapiranga é de 334 km e dura em média 6 horas, ou por via fluvial pelo rio Amazonas, em viagem com duração de 10h30. O nome do município, originado de termos indígenas, significa “pedra vermelha” (ROME2RIO, 2023; WIKIPEDIA, 2023).

Técnica/APLAN), onde foi ministrado o referido treinamento no período de 08,09 e 10 de dezembro/92 com 24h/aula. Inscreveram-se 37 pessoas e efetivamente frequentaram 36. O grupo foi de composição heterogênea vez que participaram serventes, cozinheiras, professoras, auxiliares de recreação, recreadoras, com escolaridade variando de 4º Pedagógico Adicional a Primário Incompleto. No entanto, este dado não significou nenhum obstáculo quanto ao acompanhamento das atividades e ensinamentos apresentados conforme verificou-se na avaliação escrita aplicada na última tarde do treinamento. (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

Aquela Creche havia sido recém-inaugurada e, de acordo com o documento, era a primeira vez que um curso de capacitação para profissionais de Creches teria sido ministrado naquele município:

[...] O Prefeito Plínio Marques em seu discurso falou da importância naquele momento enfatizando ser o primeiro treinamento para creches em Itapiranga, porque nunca houve absolutamente nada neste sentido, nas administrações anteriores. Todos os convidados expressaram suas expectativas de bons resultados para o corpo docente da creche e outros estabelecimentos de ensino ali presentes especialmente o Sr. Prefeito Eleito- vereador Raimundo Socorro – que reafirmou a continuação da parceria com a LBA, renovação de convênios, a confiança depositada no trabalho sério e honesto desta superintendência e a necessidade de outros eventos serem realizados no decorrer de sua administração a partir de 1993. [...] (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

O tema do curso foi “Creche: espaço de educação infantil”, e seu conteúdo programático, distribuído em dois dias. No primeiro dia, teriam sido trabalhados, nos turnos matutino e vespertino, os seguintes assuntos: retrospectiva histórica da creche, funções compensatória e pedagógica, noções sobre administração e gestão de creche, estimulação essencial e a pré-escola e os direitos da criança, tendo como referências um texto do UNICEF e o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Após este momento solene, teve início a programação elaborada para aquela manhã (08/12/92) sob a responsabilidade de Auxiliadora Mourão. Apresentou-se o conteúdo programático, metodologia do treinamento e apresentação nominal de cada participante e das expositoras (local de trabalho, o que faz, atividade profissional, etc.) para descontrair e criar ambiente propício para as demais atividades. Em seguida, o tema “CRECHE: espaço de educação infantil” foi explorado com os sub-itens: retrospectiva histórica da creche, função compensatória e pedagógica, pré-escola e direitos da criança (texto

da UNICEF). Foi aplicada técnica de leitura participativa sobre a pré-escola e dinâmica de grupo para leitura de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) referente ao Título II – dos direitos fundamentais – direito à vida, à educação (creche) entre outros. O tema “Noções sobre administração e gestão de creche” foi exposto com auxílio de cartazes seriados.

[...] No período da tarde, sob a responsabilidade de Helândia Milon, foi explorado a questão da “estimulação Essencial” por meio da música, dança e expressão corporal, ressaltando através dessas atividades, a socialização, afetividades e desenvolvimento psico-motor da criança. Foi observado neste primeiro momento, a timidez, inibição, dificuldade de se expressar, as pessoas muito reprimidas na troca de afetos entre os membros do grupo. No decorrer da tarde, isso foi superado (comportamento reprimido), alcançando grande interação e participação de todos. (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

Os temas trabalhados no segundo dia de formação, realizado em 09 de dezembro, teriam sido: saúde e nutrição, pela manhã, em que as participantes teriam elaborado cardápios baseados nos modelos das Creches Ipê da LBA e do SESI; e música, jogos e brincadeiras, à tarde:

No segundo dia pela manhã, (09.12.92) sob a responsabilidade de Rebeca Cristina, foi realizado um “aquecimento” com objetivo de descontrair, exercitar fisicamente e socializar. Em seguida foi colocado o tema “Saúde e Nutrição” com os sub-itens: higiene pessoal e do ambiente físico; prevenção de acidentes; alimentação na creche (higiene, valor dos nutrientes, cardápio básico). Fêz-se a leitura do texto referente a saúde. Apresentou ainda o tema sobre principais doenças infantis, imunização (vacinas), tratamentos com uso de plantas medicinais [...]. No trabalho de grupo foi solicitado a elaboração de vários cardápios (café, almoço, janta) como exercício para fixação do conteúdo colocado, houve distribuição de modelos de cardápios básicos usados nas creches Ipê/LBA e SESI; A tarde, novamente sob a responsabilidade da Pedagoga Helândia, a proposta de trabalho pedagógico apresentada constou de música, jogos, brincadeiras com objetivo de apresentar novos conhecimentos e fixação do conteúdo dado. Utilizou-se materiais como: jornais usados, sucata, barbante. (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

Nas imagens, em preto e branco, observa-se a sala com duas grandes janelas, onde as participantes estavam sentadas, a maioria vestindo uma blusa de cor clara com o brasão da LBA na parte da frente e as palavras “ADM. PLÍNIO MARQUES”, nome do prefeito, em caixa alta na parte de trás. Na primeira imagem, as cadeiras

estavam enfileiradas em uma única direção (FIGURA 40, p. 166), na segunda, as cadeiras estavam em formato de círculo, onde os participantes estariam em momento de estudo de texto. Fixadas nas paredes da sala havia algumas figuras de crianças e de uma árvore de Natal (FIGURA 41, p. 166).



Figura 40: Capacitação para pessoa de Creche em Itapiranga-Amazonas. 1991.
Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório referente à CAPACITAÇÃO PARA PESSOA DE CRECHE. 1992. (Acervo da pesquisa).



Figura 41: Estudo de texto em capacitação para pessoa de Creche em Itapiranga- Amazonas. 1991.
Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório referente a CAPACITAÇÃO PARA PESSOA DE CRECHE. 1992. (Acervo da pesquisa).

No dia 10 de dezembro, pela manhã, teria sido realizada uma oficina para confecção de material didático, a partir de sucatas, e, pela tarde, teria acontecido a exibição de um vídeo intitulado *Aprendendo a fazer brinquedos*, e a distribuição de uma apostila com o título *Creche- Desenvolvimento Integral da Criança*:

No último dia (10/Dez/92), período da manhã, Helândia com assessoramento de Rebeca e Auxiliadora, foi realizada a oficina de trabalho constando de confecção de material didático: Televisão de caixa de papelão desenhada com historinhas infantis, fantoches de sacos de papel de madeira; bandinha confeccionada com sucatas diversas. Objetivo: leitura e discussão do texto “Como contar histórias”. Apresentação e interpretação do texto sobre desenvolvimento integral da criança, características físicas e psíquicas. Em seguida, três grupos foram formados para confecção dos trabalhos já citado. Finalmente com a apresentação do teatrinho de fantoche, a bandinha executando duas músicas e a história contada com a utilização da TV de papelão.

A oficina de trabalho continuou à tarde, iniciando com vídeo “Aprendendo a fazer brinquedos, e a distribuição da apostila “Creche – Desenvolvimento Integral da Criança”, contendo todas as atividades realizadas e as músicas que foram ensinadas no decorrer no uso do lápis cêra, tinta guache, dobraduras de papel (foi distribuído apostila ref. Dobradura). Apresentação dos trabalhos executados. (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

A capacitação teria sido concluída com a socialização das produções entre os cursistas e a aplicação de uma avaliação escrita sobre o evento. Dos 36 sujeitos que participaram, 35 teriam considerado “ótimo” o curso e apenas 1 teria avaliado o evento como “bom”:

A avaliação escrita sobre o evento foi aplicada ... E houve exposição com interpretação de todos os trabalhos executados, apresentação festiva do teatrinho de fantoches, bandinha de música, brincadeiras, cantigas com vários convidados – Prefeito, Prefeito Eleito, professoras, pais de alunos, vigário da paróquia, comunitários. Foi servido coquetel de confraternização. Na fala dos convidados foi expressada a satisfação de todos pelos resultados excelentes do treinamento referente ao conjunto de atividades vistas ali, pela alegria descontraída, vibração nas músicas, danças, coreografias, onde via-se a grande diferença do início do treinamento, quando predominava a inibição e as relações interpessoais bem reprimidos. Várias pessoas falaram agradecendo à LBA. Marcos Aurélio se pronunciou e Auxiliadora Mourão em nome da LBA dizendo da nossa maravilhosa sensação de ter correspondido aos interesses educativos do programa de creches, colocando a Instituição à serviço daquele município para os que mais necessitassem.

Avaliação

Trinta e cinco (35) participantes consideraram o treinamento ÓTIMO. Apenas (01) um classificou BOM. Nenhum REGULAR.

Sugestões Coletadas:

Mais treinamentos (frequentemente) – 15

Curso de 1º Socorros – 06

Como elaborar novos cardápios – 03

Treinamento sobre outros assuntos – 03

Como fazer hortas – 01

Confecção de brinquedos-01

Mais pinturas e desenhos- 02 (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

A figura 42 A (p. 169) mostrava a palestrante em pé, voltada para 4 cartazes fixados na lousa. À frente dela, uma longa mesa sobre a qual observava-se livros e papéis dispostos, e uma senhora na cabeceira, à direita da imagem, sentada, manuseava um dos materiais. Na outra figura (42 B, p. 169), a mesma palestrante circulava em meio a um grupo de mulheres, todas em pé, espalhadas pela sala, pareciam realizar alguma espécie de brincadeira ou cantar em momento de descontração, algumas cursistas estavam sorrindo.

A exposição dos trabalhos confeccionados durante o evento foi observada nas figuras 43 A e 43 B (p. 170). Na primeira imagem, havia uma mulher vestida com blusa clara, bermuda escura, e apontava para 5 cartazes fixados nas paredes constituídos de dobraduras e pinturas diversas. Na segunda imagem, existia um grupo de 10 pessoas, a maioria mulheres, em torno do que aparentava ser uma televisão de papelão. Ao fundo, observava-se um rapaz encostado na lousa, posicionado à esquerda da imagem, uma porta aberta e uma figura de Papai Noel, à direita da cena.

No final da capacitação, teria sido realizada uma reunião com comunitários, no horário noturno, para a discussão e mobilização da criação de um Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em que teria sido apresentado o ECA:

Atividade Extra: Dia 10/12/92 – 18:30- Sala da Creche

Com a presença de 31 (trinta e um) comunitários, entre eles o Prefeito e Prefeito Eleito, vereadores, padre, delegado de polícia, pais, professores [...] foi realizada uma reunião com objetivo de discutir e mobilizar a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a coordenação de Auxiliadora Mourão. Foi apresentado o Estatuto, pois nem o delegado o havia manuseado (ganhou um exemplar). Enfim, nenhum dos presentes conhecia o documento embora já tivessem ouvido falar sobre a questão. A explanação constou de um pequeno histórico a elaboração do ECA, como está dividido, o que representa o Livro I e o Livro II, ilustrado. [...]

(FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

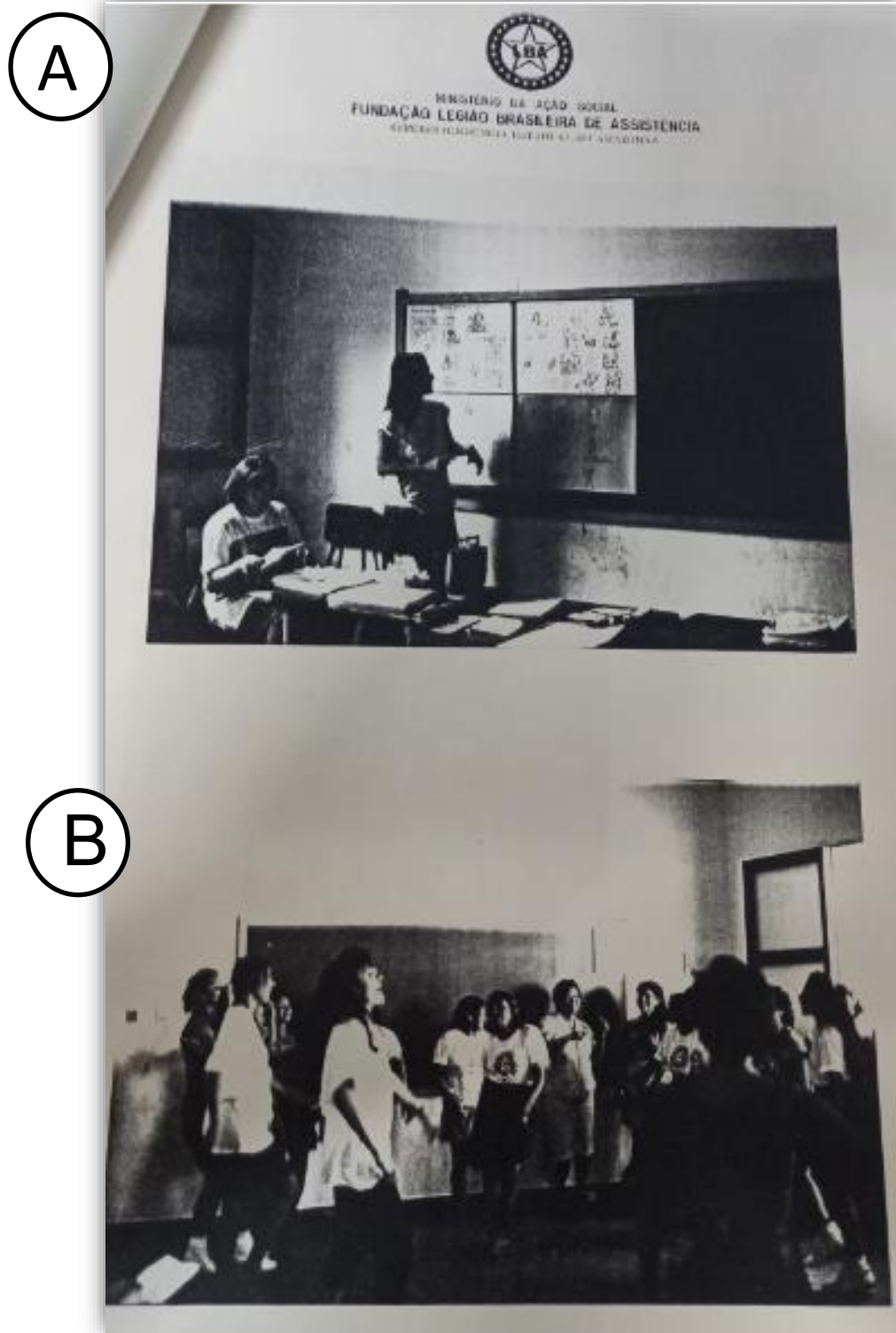


Figura 42: Capacitação para pessoa de Creche em Itapiranga-Amazonas. 1991.
Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório referente a CAPACITAÇÃO PARA PESSOA DE CRECHE. 1992. (Acervo da pesquisa).

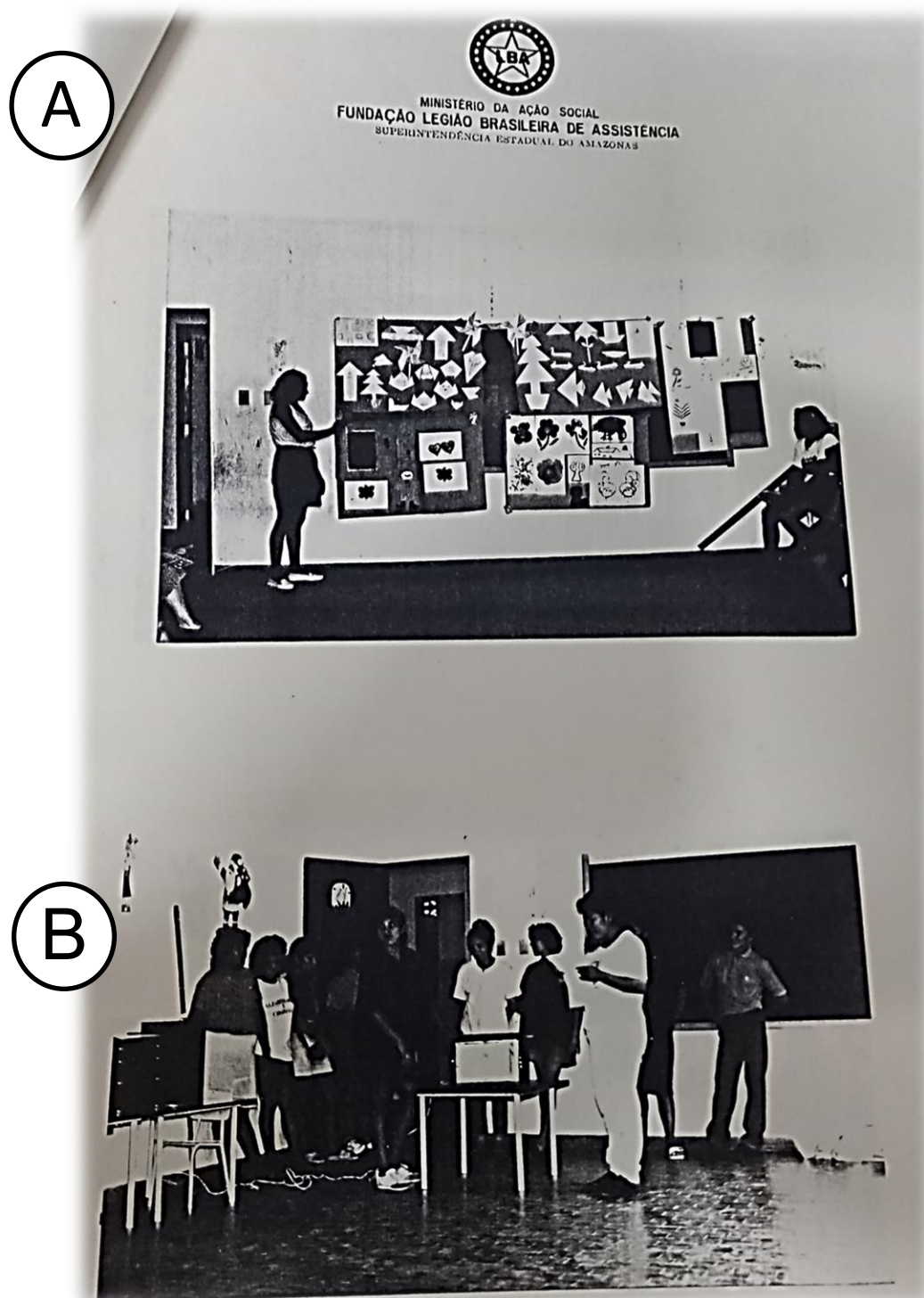


Figura 43: Exposição de trabalhos em capacitação para pessoa de Creche em Itapiranga-Amazonas. 1991.

Fonte: Fundação Legião Brasileira de Assistência. Relatório referente a CAPACITAÇÃO PARA PESSOA DE CRECHE. 1992. (Acervo da pesquisa).

Na parte referente à conclusão e recomendações, teria sido destacada a boa relação entre o Gerente Regional do Médio Amazonas e o Prefeito da cidade, o que contribuiu para o sucesso do evento:

Conclusão e recomendações:

A equipe técnica conclui que:

Destacamos a correta participação integral e grande apoio recebido do Gerente Regional do Médio Amazonas I – Marcos Aurélio – pessoa bem articulada com o Prefeito e com a comunidade, fato que contribui sobremaneira para o sucesso do evento.

A equipe sente a necessidade de aperfeiçoar-se em assuntos de creche, idoso, deficiente, no sentido de poder atender com eficiência e crescente profissionalismo outras solicitações de assessorias aos municípios e às creches da capital com relação à capacitação pessoal. (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

No final do documento, haviam expressado uma espécie de desabafo sobre as dificuldades enfrentadas, tanto sobre o relacionamento com alguns funcionários da chefia, quanto sobre os desafios logísticos, de acesso ao local da formação e para a produção dos materiais necessários, propondo-se a criação de um núcleo, na APLAN, para o acompanhamento desses cursos técnicos:

Recomendamos que haja compreensão e receptividade dos servidores da área administrativa quanto a liberação de transporte seguro para deslocamentos terrestres reprodução de material (xerox) pertinentes a eventos dessa natureza, vez que está em questão o bom nome da LBA para o público externo. Salientamos que deslocamentos para fora de Manaus, mormente a locais de acesso com certa periculosidade – estradas barrentas deslizam, quedas de barreiras, principalmente em épocas chuvosas, que põe em risco de vida os servidores destacados para missões de tal importância.

A nosso ver, com todo respeito, que a Sra. Superintendente em conjunto com GEPRO, GERAD e APLAN, veja a possibilidade de sanar equívocos que sempre perpassam no entendimento primário e atrasado de algumas pessoas quando no exercício da chefia (transporte, xerox, etc), dificultando todo um trabalho técnico voltado para a população prioritária atendida pela LBA. Viajar “a serviço” não é sair para turismo, lazer ou brincadeira. É trabalho sério, honesto e da maior qualidade e competência, haja vista a repercussão altamente positiva junto às autoridades constituídas do município de Itapiranga e depoimentos sinceros e dignos de comunitários daquele município.

Que seja criado um Núcleo dentro da APLAN quanto a:

1. Projetos, coordenação e acompanhamento de cursos técnicos exclusivamente nas áreas de atendimento aos convênios com LBA – criança, idoso, deficiente e ação comunitária.

2. Organização de apostilas, documentos, material didático, vídeo e áudio e áudio-visual especificamente para cursos, capacitação em geral. [...]

28 de dezembro de 1992

M^a Auxiliadora Mourão Tuer (FLBA/AM, Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM, 1992, n.p.).

Maria Auxiliadora Mourão Tuer também elaborou, juntamente, com Clemência Vital do SESI, o Projeto de Capacitação para Pessoal de Creche em 1992, um “treinamento de pessoal para a creche, administradores e recreadores” que trabalhavam nas creches da capital, do interior e entidades conveniadas com a LBA. O curso, executado pela LBA em parceria com o SESI/AM, seria coordenado pela GEPRO, APLAN E SDRH, com data prevista para os dias 16 a 20 de novembro de 1992, das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, com 70 participantes, que deveriam preencher uma “FICHA DE INSCRIÇÃO P/O TREINAMENTO/CRECHE” (FIGURA 44, p. 173) e, que receberiam certificado de participação, no auditório da LBA e nas salas da Creche Ipê. As instrutoras que teriam recebido Cr\$ 102.000,00 por hora/aula, foram: a professora Mestra em Educação Clemencia Maia Vital, a Técnica em Educação Lúcia de Fátima Santos e a enfermeira coordenadora de Saúde do SESI, Maria das Graças N. Martins. (FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992, p. 12; 16).

O curso justificava-se pela “[...] necessidade de elevar a qualidade dos serviços oferecidos pelas creches conveniadas [...]” e tinha por objetivos: “Elevar a qualidade do atendimento oferecido à criança atendida por creches conveniadas com a LBA [...]” por meio de: “[...] melhor gerenciamento das ações voltadas ao atendimento da criança de 0 a 6 anos (diretoras de creches) [...]”; “[...] correta estimulação psicomotora da criança através de atividades lúdico-pedagógicas (recreadoras) [...]”; “[...] alimentação adequada da criança mediante administração de dieta regional saudável e balanceada[...]; “[...] conhecimento do método educativo de Piaget, a partir da teoria construtivista.” (FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992, p. 13).

A metodologia seria: leitura e interpretação de textos, oficina de trabalho (sucatas), análise de filmes educativos, reflexão teoria/prática, demonstração de atividades pedagógicas, dinâmica de grupo e teria como conteúdo programático previsto:

- Administração da creche
 - Pedagogia da qualidade;
- Delegação de Responsabilidades
 - Definição de papéis
- Proposta de trabalho
 - Educativo/Preventivo,
 - Objetivo Pedagógico/especificidade da creche
 - Alimentação alternativa;
- Proposta Pedagógica- Oficinas de Trabalho
- Interação creche/família/comunidade. (FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992, p. 13).

Nº 1147792
ds. 16/11
25771-000-161/93

MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
SUPREINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS

LBA/GEPRO

FICHA DE INSCRIÇÃO P/ O TREINAMENTO/CRECHE. 16 à 20.11.92

NOME: _____

INSTITUIÇÃO: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO _____ FONE _____ CEP _____

Escolaridade: () 1º Grau Completo
() 1º Grau Incompleto
() 2º Grau Completo
() 2º Grau Incompleto
() Superior Completo
() Superior Incompleto

Ocupação: () Professora () Estudante
() Recreadora () Outros
() Diretora

Data: ____/____/____

Figura 44: Ficha de inscrição para o treinamento de Creche. 1992.
Fonte: FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992, p. 16. (Acervo da pesquisa).

Os temas contemplados no cronograma, para o dia 16, teriam sido: Apresentação da Programação do Treinamento – Quem sou?, Creche: espaço de educação infantil, pela manhã, e Noções sobre Administração e Gestão de Creche, pela tarde. No dia 17, seria trabalhado o tema “Quotidiano da Criança na Creche” com os seguintes subtemas: princípios gerais do desenvolvimento psicomotor, características físicas e psíquicas da criança nas diferentes faixas etárias, treinamento do esfíncter, estimulação essencial, alguns distúrbios de conduta de crianças

deficientes. As aulas dos 2 primeiros dias seriam ministradas pela professora Clemencia Vital (FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992, p. 17).

No dia 18, a professora Maria Graça Nunes Martins abordaria o tema Saúde e Nutrição: higiene do ambiente físico, prevenção de acidentes, noções de primeiros socorros, alimentação na creche, higiene, valor dos nutrientes e cardápio básico. Nos dias 19 e 20, últimos da capacitação, Lúcia de Fátima Santos abordaria o tema Proposta de Trabalho Pedagógico: socialização da criança, jogos diversos, brincadeiras, artes, música, dança, rotina de trabalho, e integração família e comunidade (FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992).

Os materiais utilizados no curso seriam: pastas com elástico, lápis preto, blocos para rascunho, apostila “Planejando com o Pré-Escolar”, cola, pincel atômico, papel madeira, cartolina, fita gomada, resmas de papel, barbante, revistas usadas, jornais, fitas cassete, sucatas diversas (potes de margarina, tampinhas, garrafas plásticas). Além de videocassete, televisão, projetor de slides, tela, aparelho de som/gravador. (FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992, p. 14).

A avaliação verbal seria por meio de formulários, a serem aplicados no final do curso e, na bibliografia recomendada constava: *Diretrizes Teóricas e Metodológicas para o “Programa de Desenvolvimento Infantil”* de Isolete de Souza Dozol, publicado pelo SESI (1977), e dois documentos mimeografados: *Planejando com o Pré-Escolar* e síntese da apostila *Dez Anos de Construtivismo no Brasil*. Além disso, havia uma relação dos seguintes textos reproduzidos para o treinamento, sem informações de autoria: *Movimentos- exercícios de psicomotricidade*, *Eu sei, mas não devia*, *Desenvolvimento da criança*, *Princípios de uma educação p/ autonomia*, *Autonomia como meta de educação*. *Deduções da teoria de Piaget*, *A Fábula do currículo*, *É preciso sentir a mudança lá dentro*, *Música: IH! De novo? Ou Ah! Que bom!*, *A Relação Adulto/criança*, e *o papel do desenvolvimento emocional*, Texto: *O Menininho*, *Influências no período de adaptação na pré-escola*, *Como aproveitar jornais velhos*, *As crianças tem direito*, *Que pré-escola é esta?*, *Planejando com o Pré-Escolar*, e *Dez anos de construtivismo* (FLBA, Projeto: capacitação para pessoal de creche, 1992, p. 14-15).

Teriam participado dessa capacitação 26 funcionários da FLBA representantes de 36 entidades conveniadas com a Instituição: Centro Educacional Imaculada Conceição, Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia (Pró- Menor D. Bosco), União das Mães Espíritas Marília Barbosa”, Centro Educacional Caminho Suave,

Fundação Filantrópica Lar de Maria, Centro Educacional Tenri, 4 instituições da Arquidiocese de Manaus, 4 instituições pertencentes às Obras Sociais da Paróquia de São José Operário do Aleixo, Lions Clube de Manaus Ajuricaba, [...] Santa Isabel, Associação para o Desenvolvimento Coesivo da Amazônia- ADCAM (Lar Linda Tanure), Associação Maria de Mattias, Associação dos Moradores da Compensa II, Associação dos Companheiros Amigos do Bairro da Compensa II, Centro Educacional e Creche Santa Menezes, Centro de Formação Vida Alegre, Sociedade de Obras Sociais da Paróquia de Santo Antônio, Centro Social Nossa Senhora das Graças, Escola Sagrado Coração de Jesus; Círculo Operário de Manaus (Creche Circulista Menino Jesus), Liga Feminina do Estado do Amazonas, Sociedade Eunice Weaver de Manaus (Educandário Gustavo Capanema), Associação Comunitária de Pais e Mestres do Bairro da Colônia Oliveira Machado e quatro situadas no bairro Colônia Antônio Aleixo: Obras Sociais da Comunidade de Nossa Senhora das Graças (Creche Padre Mário Giudici), Clube de Mães Isabel Nogueira (Creche Tancredo Neves), Centro Social do Conj. Residencial Guilherme Alexandre, Associação Espírita e Beneficente Jésus Golçalves, Lar Lili Benchimol.

Entrevistamos a ex-diretora da Creche Padre Mário Giudici, Maria Deuvani da Encarnação Serrão, que participou desse treinamento e informou que as ideias apresentadas nas formações eram desenvolvidas na Creche:

Bem, elas desenvolveram uma ideia, as professoras, as monitoras, o que elas aprendiam lá no...Nos cursos que elas faziam, né? Elas faziam várias, assim, mas não tinha alguém, vocês vão fazer isso, vão fazer aquilo, ou outro. Competição de corrida, isso eles inventavam muito, né? Para as crianças, eles gostavam (SERRÃO, 2022).

De acordo com o depoimento de Raimunda Ripardo Maciel, cujo nome também estava na relação de profissionais, que participariam dessa capacitação, o construtivismo começou a aparecer nas formações, e a Creche passou a ter uma organização mais voltada para o educar:

Eu passei por dois momentos da creche. Um momento em que a creche não tinha muito essa organização pedagógica. Ela tinha os materiais rápidos para pintura, as crianças faziam muita atividade de rotina de cantar, de ver televisão, ficavam assistindo desenho. Isso foi logo no início quando eu cheguei na creche. Depois, passei por um período que havia pedagogos lá formados. Então, a própria chefe era pedagoga e tinha uma orientadora também pedagógica lá na creche.

Mudou todo o quadro metodológico da creche. Começamos a organizar o horário: horário da história, horário do descanso, horário de desenvolvimento de atividades orientadas, se usava muito mimeógrafo nessa época, né? Eram aquelas atividades já preparadas e com a entrada dessa pedagoga, nós começamos a mudar um pouco, já estava começando a se abrir ali para o lado do construtivismo. A gente começou a trabalhar mais a liberdade de expressão da criança, de dar uma folha sem nada, elas criavam seus desenhos. Começou a haver essa organização de planejamento das atividades da creche, já assim mais educativa. (MACIEL, 2022).

A aplicação de algumas práticas trabalhadas nas capacitações foi verificada nos planejamentos, rotinas, relatórios de supervisão e registros imagéticos em Creches da capital e do interior, como veremos no item a seguir.

3.2 Práticas educativas das Creches Casulo

De acordo com o depoimento de Rita Buiati, ex-recreadora na Creche Casulo Ipê 2 na década de 1980, as práticas do cotidiano das creches eram norteadas por um manual do Projeto Casulo, contendo o planejamento anual, com a descrição das atividades específicas para cada dia da semana, de acordo com a faixa etária, e que cada professora tinha seu “jeito de trabalhar”, pois na época na qual trabalhou na Creche Ipê II, não havia uma “abordagem específica”:

Havia um manual do projeto Casulo e nós tínhamos que seguir aqueles planejamentos que já havia todos para o ano inteiro. Então, havia muitas atividades, material específico, os dias da semana que você tinha que fazer as atividades com as crianças, era conforme a idade, conforme a faixa etária, então assim, bem tranquilo, nós não usávamos uma abordagem. Muito do professor e o seu jeito de trabalhar. Por exemplo, eu sempre gostei muito de música, de artes, então assim, meu foco era mais na questão meio de artes. Agora, no planejamento em si, ele vinha todo um roteiro manual para a gente, que tinha que seguir (BUIATI, 2022).

Tal afirmação da referida ex-recreadora permite-nos inferir que, mesmo com a presença de um item de controle, o manual, as professoras/recreadoras, tinham certa liberdade para conduzir seus trabalhos com as crianças. Na rotina de outra Creche

Ipê III, por exemplo, de acordo com a ex-recreadora Raimunda Ripardo Maciel, as crianças eram recepcionadas, em seguida, havia um momento para recreação, elas assistiam televisão e conversavam sobre como havia sido o dia. Depois, realizavam alguma atividade por um período de mais ou menos uma hora.

Havia, ainda, o momento das brincadeiras no pátio, do banho, das refeições e da higiene. O período do dia no qual as crianças permaneciam na sala de aula por mais tempo era no período da tarde, quando eram realizadas atividades orientadas, depois assistiam televisão, novamente, evitando-se o pátio para garantir que na hora da saída as crianças estivessem limpas:

No horário da manhã quando elas chegavam, elas tinham o horário da recreação, ficavam mais na parte de assistir televisão, tinha o horário da rotina, o horário de contar histórias, de ver como é que foi o seu dia e depois era mais ou menos cada atividade em torno de uma hora de sala de aula. Depois elas saíam para o pátio, tinha atividade no pátio de brincadeiras livres, com bolas, com pneus e tinha o horário do banho, tudo tinha horário mesmo. E meio-dia elas já estavam prontas para o almoço. E aí no horário da tarde faziam assim, novamente, quando acordavam já faziam aquela parte de higiene da tarde, elas já ficavam mais dentro da sala, com algumas atividades orientadas. Eu acredito que era mais ou menos, olha, pela parte da manhã eram quatro horas que ficavam em atividade, né? Então era dividido entre 30 a 40 minutos para cada atividade. O horário que era mais extenso era o da recreação. E a tarde eles ficavam em torno de duas horas na sala de aula esperando depois...de três horas, depois que eles faziam o lanchinho da tarde, aí eles já ficavam assistindo TV, só aguardando o horário de saírem, porque se eles fossem para o pátio, iam se sujar e tudo mais. Então eles já ficavam na televisão mais tempo. (MACIEL, 2022).

Essa rotina foi detalhada no *Plano Anual de Trabalho Creche Casulo Ipê* (1992)⁸⁷, onde trabalhavam 3 professoras cedidas pela SEDUC, 4 recreadoras, dentre elas Raimunda Ripardo Maciel. Uma das recreadoras estava exercendo a função de chefe substituta, também havia 2 auxiliares de recreação e 1 pedagoga, além de agentes administrativo e de saúde. As 106 crianças atendidas seriam distribuídas em 4 turmas: a turma de Maternal atenderia 16 crianças de 2 anos de idade. As demais turmas comportariam 30 crianças cada, no Jardim I, II e III, para as idades de 3, 4 e 5 anos, respectivamente.

⁸⁷ Este documento não está paginado.

De acordo com o Plano, as férias das crianças corresponderiam ao período de 01 de janeiro a 15 de março de 1992. No dia 2 de fevereiro, haveria uma seleção das crianças por turma, entre os dias 22 e 28 de fevereiro seria elaborado o planejamento pedagógico e, o início das atividades com as crianças seria no dia 16 de março.

O documento também apresentava um *Plano de Atuação* (QUADRO 6, p. 181) elaborado pela técnica pedagógica Elzanira Vieira Teixeira e, teria sido resultado de um trabalho de observações realizado de setembro a dezembro de 1991, na Creche Casulo Ipê” (Plano Anual de Trabalho, 1992), previa:

DESENVOLVIMENTO

1- Diagnóstico da situação e relacionamento com o pessoal da Creche:

1.1 – Encontro com a chefe da Creche, para:

- Apresentar o Conteúdo Programático para ser desenvolvido com as crianças da Creche.
- Apresentar diretrizes que devem orientar o Plano de trabalho da Creche.

1.2 – Encontro com as Recreadoras e Auxiliares de Recreação, para:

- Conversar sobre o trabalho realizado no ano em curso.
- Sondar idéias, desejos e problemas.
- Apresentar e analisar com a equipe de professoras o Conteúdo programático a ser seguido no ano de 1992.
- Orientar na elaboração do Plano de Curso (92) tendo por base o Conteúdo Programático.

1.3 – Encontro com as crianças através de visitas às classes, para:

- Conhecer as crianças novatas.
- Tirar base para o desenvolvimento do Planejamento Pedagógico: - Definição de objetivos; orientação às recriadoras e auxiliares de Recreação, Facilitar o entrosamento com os pais.

1.4 – Levantamento dos recursos materiais e humanos da Creche para:

- Saber de que material as classes precisam,
- Saber de que material a recriadora e auxiliares de recreação precisam. (FLBA, Plano Anual de Trabalho, 1992, n.p.).

Para aquele ano, havia sido produzido um “esquema de conteúdo”, elaborado, de acordo com o Plano, diante da inexistência de um referencial norteador do trabalho pedagógico:

Refletindo essa concepção de que o desenvolvimento é um processo que baseia numa sequência de fatos biológicos, psicológicos e sociais estreitamente inter-relacionados e considerando a inexistência de um referencial mínimo para se iniciar um trabalho pedagógico que ressaltasse os aspectos do desenvolvimento, os quais devidamente orientados e trabalhados ajudam a criança a construir certas habilidades e pré-requisitos desse desenvolvimento, foi que surgiu o

documento que ora apresentamos. (FLBA, Plano Anual de Trabalho, 1992, n.p.).

O esquema de conteúdos a serem trabalhados ao longo do ano de 1992, estava organizado em 4 áreas: Iniciação à linguagem, Introdução aos estudos sociais, Iniciação à matemática e Iniciação às ciências:

INICIAÇÃO A LINGUAGEM:

I – Percepção visual: Identificar diferenças em: Cor- Vermelho, branco, azul, preto, amarelo; 2. Forma- quadrado, redondo. 3. Tamanho- grande, pequeno.

II- Percepção auditiva: Perceber diferença de sons Alto e Baixo

III- Percepção tátil 1. Espessura (grosso/fino), 2. Peso (pesado/leve) 3. Textura (duro/mole)

IV- Orientação Temporal/Introduzir conceitos- ontem, hoje, amanhã.

V- Ampliar vocabulário: pronunciar corretamente o nome: Objetos, coisas, pessoas, lugares

VI- Ampliar a linguagem: Receber mensagens verbais: executar pequenas ordens individuais ou coletivas; Transmitir mensagens verbais: expressar-se com clareza ao dar pequenos recados

VII- Coordenação de movimento manual: -Atividades de expressão plástica, Pintura, desenho, modelagem, recorte/colagem

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOCIAIS

A. FAMÍLIA: Composição da família; Nomear as pessoas da família (pai-mãe-irmão-irmã)

B. Profissão dos pais: Trabalho do pai; Trabalho da mãe

C. Ambiente onde mora (casa): Mobiliário da casa (cama-rede, geladeira, televisão-rádio, mesa, cadeira e etc.)

II – CRECHE – FAMÍLIA

A. Ambiente da Creche: Dependências: - sala de aula, banheiro, pátio, sala de recreação, parquinho, cozinha

B. Nome da Creche: O que fazemos na Creche? Quem trabalha na Creche? O que fazem as pessoas da Creche?

III- HÁBITOS SOCIAIS

Cooperação e cortesia: Por favor, com licença, obrigado, Bom dia/Boa tarde, até amanhã

IV- TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO: Meios de transporte: carro, avião, motor, canoa, moto, bicicleta, ônibus; Meios de comunicação: televisão, rádio, telefone

V- Datas comemorativas (obedecer sequência do calendário): Páscoa, Dia do índio, Dia das Mães, São João, Dia do Soldado, Aniversário da LBA, Semana da Pátria, Semana do Trânsito, Dia da Árvore, Semana da criança, Dia do Professor, Dia da Bandeira, Natal.

INICIAÇÃO A MATEMÁTICA

I- NOÇÃO DE CONJUNTO: Armários com objetos, caixas de lápis, mesinhas e cadeiras

II- VOCABULÁRIO COMPARATIVO DE TAMANHO: Grande, pequeno

III- NOÇÃO DE QUANTIDADE: Muito, pouco

IV- NOÇÃO DE FORMA: Quadrado, Redondo

V- IDEIA DE RELAÇÃO: Dentro, fora

VI- VOCABULÁRIO RELATIVO À DISTÂNCIA: Perto, longe

- VII- VOCABULÁRIO RELATIVO À POSIÇÃO: Em cima, em baixo,
 VIII- ESTABELECEM DIFERENÇA ENTRE: Cheio, vazio
 IX- INTRODUZIR OS CONCEITOS: Ida/volta; Primeiro/último, ontem- hoje/amanhã, aqui/agora/depois
 X- FIGURAS GEOMÉTRICAS PLANAS: Quadrado, triângulo, retângulo, círculo
- INICIAÇÃO AS CIÊNCIAS
- I- ALIMENTAÇÃO – HIGIENE- SAÚDE: Importância dos alimentos; Hábitos alimentares: mastigar bem os alimentos, comer devagar, sentar corretamente
- A. Consciência corporal:
1. Partes do corpo: cabeça, tronco e membros
 2. Higiene corporal: corpo, mãos, dentes, ouvidos, nariz
 3. Higiene do vestuário
 4. Higiene com os objetos de uso pessoal (creche): escola de dente, copo/prato, pente, toalha, sabonete, capa de colchão
- II- ANIMAIS: Tipo de animais (domésticos, nocivos), Locomoção dos animais
- III- ÁGUA: Utilidade da água (Onde é encontrada: Cuidados com a água (filtrar/ferver)
- Importância da chuva: O que acontece quando chove muito)? (FLBA, Plano Anual de Trabalho, 1992, n.p.).

Sobre o “sistema de acompanhamento, controle e avaliação”: O Plano Anual de Trabalho- PTA, seria “[...] acompanhado diariamente pela chefe da Creche e pela Orientadora Pedagógica [...]”, por meio de visitas às salas de aula. A avaliação seria realizada por meio de reuniões mensais com a equipe e haveria uma “avaliação final” no período de 28 a 30 de dezembro de 1992, que ofereceria subsídios para a elaboração do PTA de 1993. (FLBA, Plano Anual de Trabalho, 1992, n.p.).

Observamos que as rotinas eram bem semelhantes, distinguindo-se, apenas, alguns horários e procedimentos, de acordo com a faixa etária das crianças, como por exemplo a diferença de 15 minutos no horário do almoço de cada turma, a ação de verificar se as crianças estariam limpas e penteadas e oferecer, diariamente, brinquedos como: blocos de construção, encaixe e desencaixe, bola, boneca às crianças da turma do maternal, o que não aparecia na rotina das demais turmas.

Já nas rotinas das turmas de Jardim I, II e III, verificamos atividades como “oração”, antes de tomar o café da manhã, “observação e orientação das tias”, durante o café da manhã, o uso do calendário, a identificação de brincadeiras realizadas no momento da recreação livre que poderia acontecer no pátio: “roda, passarás, pata-cega, amarelinha, macaca, jogos diversos” e as atividades de recorte e colagem, pintura e modelagem, que também só aparecem nas rotinas diárias dessas turmas.

Quadro 6: Plano de Atuação

Atuação de Orientadora Pedagógica	Em relação às Recreadoras e Auxiliares de Recreação		Em relação à chefe de creche	Em relação aos demais profissionais que prestam serv. na creche	Trabalho individual
	Período	Orientação	Acompanhamento		
Início do Ano Janeiro	Reunião para planejamento: <ul style="list-style-type: none"> • Seleção de conteúdos • Seleção de recursos e procedimentos didáticos. • Técnicas de avaliação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas as classes. • Observações na classe da atuação da recriadora e auxiliares de recreação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstração de interesse em cooperar para a melhoria geral da creche. • Esquematização e orientação no planejamento do trabalho da creche (PTA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação no planejamento anual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Registro das atividades desenvolvidas no dia-dia da creche. • Plano Anual de Trabalho
Fevereiro					
Mensalmente	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião para o planejamento quinzenal ou mensal. • Discussões e introdução de novas técnicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas às, classes • Observar na classe a execução do planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões gerais (pais). • Conversa informal para pedir ou dar sugestões. • Fazer observações sobre a eficiência do trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conversas informais para solicitar a colaboração junto às classes, para o trabalho de orientação as crianças e até mesmo a recriadora a auxiliares de recreação 	<ul style="list-style-type: none"> • Registro das atividades

Fonte: FLBA, Plano Anual de Trabalho, 1992, n.p. Elaboração própria (2023).

Além disso, o Plano, também, apresentava rotinas de trabalho com as crianças, uma rotina para cada turma: Maternal, Jardim I, II e III (QUADRO 7, p. 182-184):

Quadro 7: Rotina das turmas da Creche Ipê

ROTINA DA TURMA DE MATERNAL- 2 ANOS	
07:00	Entrada das Crianças; Receber mochilas, revistá-las e guardá-las, chamada, preparação para o café: Formação de hábitos, como comportar-se à mesa, não falar com a boca cheia etc.
08:00	Café da manhã
08:30	Pátio, banho de sol, parquinho, passeio nos arredores da creche, sala de recreação, piscina
09:00	Banho
10:00	Atividades dirigidas: desenho, música, estorinhas, desenvolver o planejamento
10:50	Preparação para o almoço
11:00	Almoço: servir água para as crianças
11:30	Higiene: lavar as mãos, escovar os dentes, uso do sanitário
11:45	Repouso
14:30	Suco; recreação livre (sala de aula- recreação), blocos de construção, encaixe/desencaixe, bola, boneca, brinquedos diversos
15:40	arrumação do material
16:00	preparação para o jantar- lavar as mãos, incentivá-las a comer
16:30	jantar: higiene, lavar as mãos e a boca, verificar se as crianças estão limpas e penteadas
17:00	Entrega das crianças
ROTINA DA TURMA DE JARDIM I- 3 ANOS	
07:00	Entrada das Crianças; Receber mochilas, revistá-las e guardá-las, chamada, preparação para o café: Formação de hábitos, como comportar-se à mesa, não falar com a boca cheia etc.
08:00	Café da manhã
08:30	Rodinha inicial/ sala de aula ou sala de recreação; chamada; janela do tempo; hora da novidade/uma parte da turma, estória, música
09:10	Recreação livre/ Pátio
10:00	Banho
11:00	Preparação para o almoço
11:15	Almoço
11:30	Higiene: lavar as mãos, escovar os dentes
12:00	Repouso
14:30	Higiene/Suco; Atividades de acordo com o planejamento- Estimular e aplicar: desenho, pintura, recorte, colagem, modelagem; Trocar de roupa, arrumação da sala, atividades lentas: estória, música, conversa informal
15:45	arrumação do material
16:00	preparação para o jantar- formação de hábitos de higiene
16:20	jantar: higiene, esperar o responsável (fazer bolinhas de papel, escutar estórias)
17:00	Encerramento

ROTINA DA TURMA DE JARDIM II- 4 ANOS	
07:00	Entrada das Crianças; Receber mochilas, revistá-las e guardá-las, chamada, preparação para o café: Formação de hábitos, como comportar-se à mesa, oração
08:00	Café da manhã, observação e orientação das tias
08:30	Rodinha inicial/ sala de aula ou sala de recreação; chamada; janela do tempo; calendário, hora da novidade/uma parte da turma, estória, música, desenvolvimento do assunto do planejamento
09:10	Recreação livre/ Pátio: roda, passarás, pata-cega, amarelinha, jogos diversos
10:00	Banho
11:00	Preparação para o almoço
11:15	Almoço
11:30	Higiene: lavar as mãos, escovar os dentes
12:00	Repouso
14:00	Higiene/Suco; crianças vão a pia lavar o rosto, penteiam os cabelos e usam o sanitário.
14:30	Atividades dirigidas na sala/ ou sala de recreação duas vezes por semana (2ª e 4ª feira); Atividades de acordo com o planejamento- Estimular e aplicar: desenho, pintura, recorte, colagem, modelagem
15:00	arrumação da sala: crianças guardando o material que usaram
15:20	Atividades lentas: estórias, músicas, brincadeiras de cantar, fazer bolinhas de pape/ dobradura
16:10	preparação para o jantar- formação de hábitos de higiene
16:20	jantar: higiene, esperar o responsável (fazer bolinhas de papel, escutar estórias)
17:00	Encerramento
ROTINA DA TURMA DE JARDIM III- 5 ANOS	
07:00	Entrada das Crianças; Receber mochilas, revistá-las e guardá-las, chamada, preparação para o café: Formação de hábitos, como comportar-se à mesa, oração
08:00	Café da manhã, observação e orientação das tias
08:30	Rodinha inicial/ sala de aula ou sala de recreação; chamada; janela do tempo; hora da novidade/uma parte da turma, estória, música, desenvolvimento do assunto do planejamento
09:40	Recreação livre/ Pátio: roda, passarás, pata-cega, amarelinha, macaca, jogos diversos
10:20	Banho
11:10	Preparação para o almoço
11:30	Almoço; Higiene: lavar as mãos, escovar os dentes
12:00	Repouso
14:00	Higiene/Suco; crianças vão a pia lavar o rosto, penteiam os cabelos e usam o sanitário. Atividades dirigidas na sala/ ou sala de recreação duas vezes pp semana (3ª e 5ª feira), Atividades de acordo com o planejamento- Estimular e aplicar: desenho, pintura, recorte, colagem, modelagem;
15:00	arrumação da sala: crianças guardando o material que usaram
15:20	Atividades lentas: estórias, músicas, brincadeiras de cantar, fazer bolinhas de pape/ dobradura

16:10	jantar: higiene, esperar o responsável (fazer bolinhas de papel, escutar estórias)
17:00	Encerramento (entrega das crianças)

FONTE: FLBA, Plano Anual de Trabalho, 1992, n.p. Elaboração própria (2023).

Encontramos registros da realização de algumas das atividades descritas nas rotinas na Creche Ipê, em duas imagens referentes a uma exposição do trabalho das crianças e uma do momento do banho no documento *Fotos de Arquivo*, com a seguinte legenda, escrita à caneta na cor azul: “A superintendente Maria Betânia visita a Creche Ipê – Exposição de Trabalhos das crianças, junto com a chefe da Aplan, Neiri Milon. Dezembro/92”. Nas primeiras imagens (FIGURAS 45 A e B, p. 185), observamos a superintendente usando blusa branca, calça jeans azul e um colar, de cabelos soltos cujos comprimentos iam até os ombros, e a chefe da Aplan, de cabelos curtos e óculos, vestindo uma blusa de alça, em tons escuros e botões claros. Ambas estavam posicionadas uma ao lado da outra de frente para a câmera, com as atenções voltadas para as crianças, a maioria, de costas para a câmera, aparentavam ter entre 3 e 5 anos de idade, trajavam roupas diversas, as meninas com vestidos e lacinhos nas cabeças, e alguns meninos com o uniforme da Creche.

Na última imagem (FIGURA 45 C, p. 185) vemos um grupo, em torno de 15 crianças, em um ambiente interno, provavelmente, um banheiro, uma delas estava em pé e, pegava algo em um balcão de madeira, as demais estavam sentadas em um chão de cor cinza. Elas aparentavam ter entre 3 e 5 anos de idade, estavam com os cabelos molhados e marcas do que, provavelmente, fosse talco em seus pescoços e ombros. Algumas das crianças vestiam bermudas e outras estavam enroladas em toalhas, calçando sandálias de dedo, 3 delas estavam com as mãos direitas na boca, provavelmente, chupando os dedos.

Registros imagéticos das rotinas nas Creches Casulo, algumas vezes, eram produzidos durante as visitas de supervisão realizadas por técnicos da LBA. Em “[...] visita de supervisão e acompanhamento de atividades na Creche [...]”, realizada em outubro de 1983, pela, então, assistente social Terezinha Gomes à Creche Genina Pinto Terco, município de São Sebastião do Uatumã, observamos um grupo de mais ou menos 15 crianças e duas pessoas adultas, brincando de roda em uma área interna. Ao fundo, havia uma porta aberta e, ao lado da imagem, uma janela também aberta, entre a janela e o telhado uma parte gradeada com ripas de madeira, para permitir a entrada de luz e de ar. (FIGURA 46, p. 186).



Figura 45: Exposição dos trabalhos das crianças. Dezembro de 1992.
Fonte: Ministério da Ação Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência.
Superintendência Estadual do Amazonas. 1992. (Acervo da pesquisa).

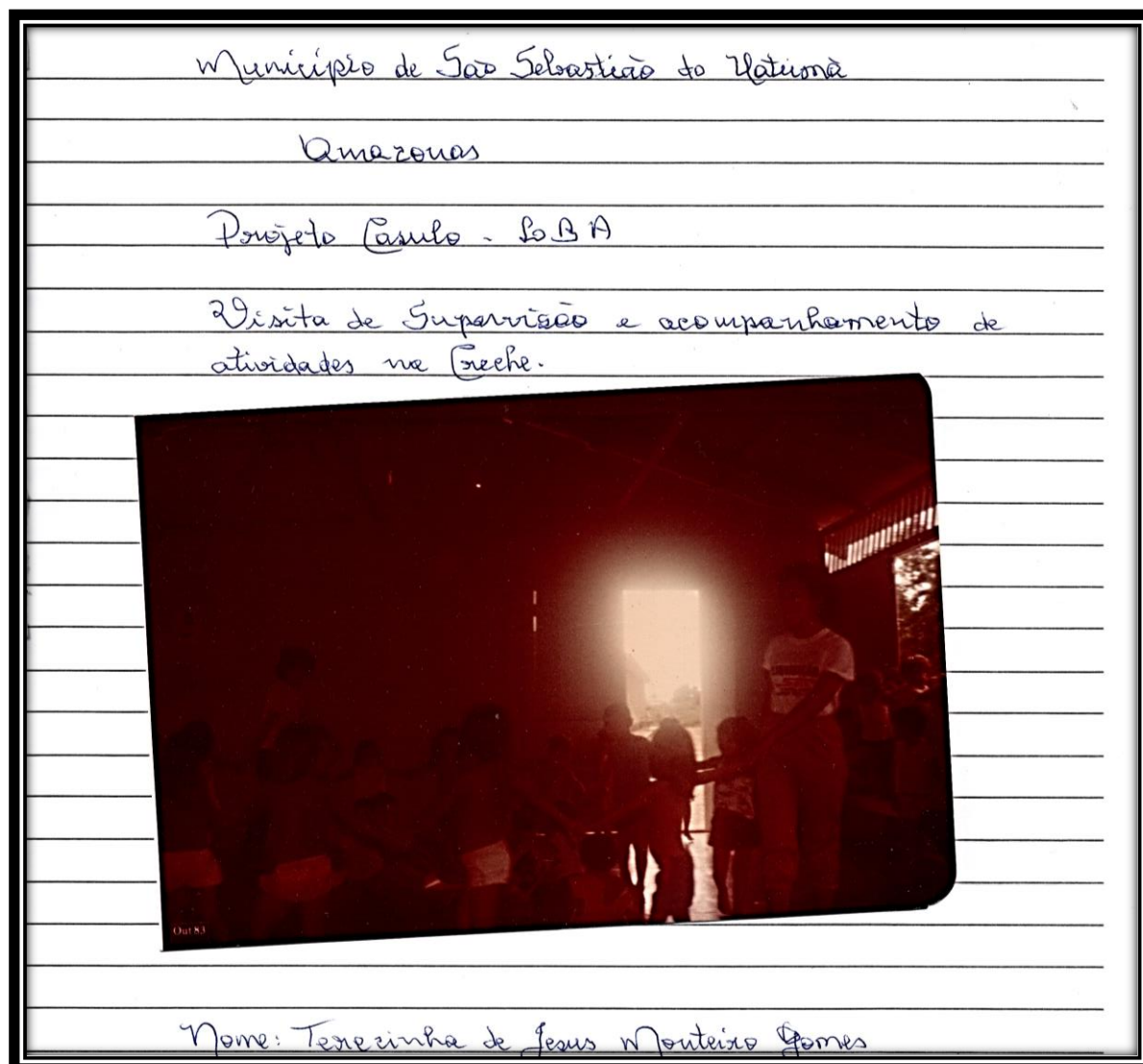


Figura 46: Brincadeira de roda na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes. 1983 (Acervo da pesquisa).

A brincadeira de roda também fazia parte das rotinas da Creche Maria do Carmo Pinheiro, no município de Carauari⁸⁸, observada nos anexos de um relatório referente ao ano de 1993, datado de 29 de março de 1994, de autoria do “instrutor” Moacir Tadeu, em que, contabilizava-se na imagem (FIGURA 47, p. 187), mais de 30 crianças em área externa, coberta, ornamentada com bandeirolas, contendo várias cadeiras na cor azul e mesas de madeira na cor marrom formavam um grande retângulo. Ao centro, a maioria das crianças brincava de roda, algumas crianças

⁸⁸ O município de Carauari situado à margem esquerda do rio Juruá, dista 788 km de Manaus em linha reta, o seu acesso se dá por via fluvial pelo rio Solimões, e aérea, desde à inauguração do aeroporto da cidade em 2012. O significado no nome do município em nheengatu é “cará [tubérculo comestível] ‘que cai’”. (PREFEITURA DE CARAUARI, 2023).

estavam observando a brincadeira. Na cena, havia duas mulheres, provavelmente, professoras/recreadoras, uma brincando de roda com as crianças e, a outra estava sentada com um grupo de crianças. (FLBA, Relatório, 29/03/94, p. 3).



Figura 47: Brincadeira de roda na Creche Maria do Carmo Pinheiro, Carauari-AM (1993).
Fonte: FLBA, Relatório, 29/03/1994. CPDOC/INSS. (Acervo da pesquisa).

No mesmo documento, também, foi encontrado o registro de um outro momento da rotina, a “HORA DO CHUVEIRO” (FIGURA 48, p. 188), em que verificamos a existência de um grupo de 6 crianças despidas, uma delas sorrindo, e uma mulher, provavelmente, a professora/recreadora, usando um vestido claro, de comprimento até um pouco abaixo dos joelhos, cabelos presos, sorrindo e olhando para a câmera, enquanto banhava as crianças em um banheiro de alvenaria, com paredes revestidas de cerâmicas brancas, contendo dois chuveiros e um basculante.



Figura 48: Hora do chuveiro na Creche Maria do Carmo Pinheiro, Carauari-AM (1993).
 Fonte: FLBA, Relatório, 29/03/1994. CPDOC/INSS. (Acervo da pesquisa).

Por meio de relatos de ex-funcionárias de outras 3 Creches conveniadas com a LBA, situadas na cidade de Manaus, no bairro Colônia Antônio Aleixo, verificamos que as rotinas eram bastante semelhantes, possuindo tempos e espaços reservados às brincadeiras, como nos elucida a ex-diretora da Creche Tancredo Neves Sebastiana Alves de Assis⁸⁹:

Brincadeiras elas faziam bastante, de faz de conta, contavam histórias, dramatização, brincavam no balanço, sempre antes de tomar banho elas brincavam bastante e tinha 15 crianças em cada sala [...]. Desenhavam, riscavam...era tudo cronometrado [...] no máximo 20 minutos de aula, e ainda é muito. Se tu for contar uma história, com dez minutos o menino já não se interessa, só se for um negócio bem

⁸⁹ Formada em Magistério, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Gestão Escolar e Educação Infantil.

animado, de faz de conta, de dramatização, ele aguenta. Sempre a aulinha dentro de um tema que desenvolva tudo. Naquela época não tinha essa ideia de sequência didática, mas já tinha essa ideia de trabalhar contando, dividindo em parte, iam brincando, dramatizavam, cantavam, pulavam, brincavam, faziam as atividades e eu sempre junto com eles. As meninas participavam mesmo, dava gosto. (ASSIS, 2022)

Maria Deuvani da Encarnação Serrão, ex-diretora da Creche Padre Mário Giudici, informa que as crianças brincavam de pula-pula e de amarelinha, durante um período que poderia durar, entre 30 e 40 minutos, em área externa, antes de almoçarem, depois no almoço, elas repousavam:

As crianças repousavam depois do almoço. Mas eles tinham...Agora eu não estou lembrada, assim, o que mais eles brincavam, mas era de bola, de pula-pula, de amarelinha, essas coisas. Depois da merenda das nove, ficavam, assim, mais ou menos meia hora ou 40 minutos, e voltavam para a sala. Em seguida, iam receber a refeição, o almoço. (SERRÃO, 2022).

Maria Sulamita Fernandes Freires⁹⁰, ex-monitora de Creche Maria Emília Mestrinho, elucida que as atividades eram planejadas de forma com que a rotina semanal contemplasse as matérias de português, matemática, estudos sociais, ciências, arte e educação física. A oração e o hino nacional eram momentos iniciais da rotina. Depois, as crianças tomavam café e eram encaminhadas para as salas de aula para o início das atividades. Após o almoço, elas repousavam, e o horário da tarde era reservado para as brincadeiras, até o momento da saída:

A nossa rotina de trabalho com as crianças, a gente fazia planejamento lá na escola mesmo [...] A gente tinha que ter forma de trabalhar com eles o dia todo, porque se a criança passar o dia todo na creche, muitas vezes elas cansavam, ficavam fadigadas de estar na sala. Tinha que arranjar rotinas para elas, tinha planejamento. Cada dia da semana, a gente tinha uma matéria, vamos dizer assim, português, matemática, estudos sociais, ciência e arte e educação física. Então, a gente dividia isso e ainda tinha o horário do lazer, [...] pegava na parte da manhã, entrava com uma oração, o hino nacional e aquela situação toda. Ia primeiro para o café, voltava e a gente começava com atividade. Tinha atividade na sala de aula duas vezes, dividia essa atividade, usava muito material, lápis de cor, lápis de cera, guache, pincel, tesourinha sem ponta, [...] aquelas massinhas para fazer os bonequinhos. [...] Quando chegava esse horário das

⁹⁰ Trabalhou como monitora na creche Maria Emília Mestrinho em meados de 1990, possui Ensino Médio (2003) e atuou também como secretária escolar.

atividades, a gente pegava, sempre usando as cores, quadrado, redondo, aquela coisa para eles conhecerem. Quando chegava depois do sono, porque depois do almoço eles dormiam lá, a gente deixava eles acordarem, normal. Depois que eles acordavam tinha mais uma atividade com eles, escrita, fazer coordenação motora e toda aquela situação. Depois disso, a gente ia com eles para o pátio para brincar, que era para eles não ficarem muito fadigados até o horário deles saírem. (FREIRES, 2022).

Com relação à alimentação das crianças, na proposta de trabalho *Creche Casulo Ipê* da área de nutrição referente ao ano de 1992, informava-se que as crianças receberiam alimentação de 2ª a 6ª feira, “obedecendo” os cardápios (QUADRO 8, p. 190-191) elaborados pela uma nutricionista da LBA, Ana Tereza Mendes Giovannine.

Quadro 8: Cardápios da Creche Casulo Ipê

REFEIÇÃO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
CAFÉ DA MANHÃ	Mucilon com bolacha	Café com leite Pão com queijo e manteiga	Café com leite Pão com queijo e manteiga	Nescau Pão com queijo e manteiga	Leite caramelado Pão com manteiga e queijo
ALMOÇO	Feijão / Arroz Picadinho com legumes Ovos cozidos Sobremesa Goiabada	Feijão/Macarrão Galinha Assada Sobrem: Creme de abacate	Feijão c/ repolho Arroz Fígado em tiras Repolho cozido Sobrem. sorvete	Feijão c/ Arroz Peixe guisado com legumes Ovos cozidos Sobremesa Banana	Feijão / Arroz Carne assada Purê de batata Sobremesa mamão
LANCHE	Suco de maracujá com beterraba	Suco de abacaxi com cenoura	Suco de laranja	Suco de abacaxi com beterraba	Suco de goiabada
JANTAR	Sopa de verdura com macarrão	Mingau de banana	Canja de galinha	Mingau de arroz	Sopa de verdura com macarrão

REFEIÇÃO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
CAFÉ DA MANHÃ	Mucilon com bolacha	Café com leite Pão com queijo	Nescau Pão de Queijo	Café com leite Pão com queijo	Leite caramelado Pão com manteiga
ALMOÇO	Feijão Arroz Picadinho com verduras Ovos cozidos Sobremesa: banana	Feijão Macarrão Galinha Assada Sobremesa: Laranja	Feijão Arroz Fígado em tiras Repolho cozido Sobremesa: banana	Feijão Arroz Carne assada Cenoura refogada Sobrem. Goiabada	Feijão / Arroz Peixe Purê de batata Ovos cozidos Sobrem. Doce em caldas
LANCHE	Suco de laranja com beterraba	Suco de abacaxi com cenoura	Suco de maracujá com beterraba	Suco de limão Com folhas de jambeiro	Suco de mamão com laranja
JANTAR	Sopa de verdura com macarrão	Mingau de banana	Canja de galinha	Sopa de verdura Com arroz	Mingau de arroz

Fonte: FONTE: FLBA, Plano Anual de Trabalho, 1992, n.p. Elaboração Própria (2023).

Em registro de outubro de 1983, na Creche Genina Pinto Terco, (FIGURA 49, p. 192), a organização para a “hora do almoço” consistia em posicionar as crianças enfileiradas para conduzi-las ao refeitório. As 13 crianças da imagem trajavam roupas diversas, sendo que a maioria estava sem camisa, provavelmente, em virtude do calor característico da região amazônica que se intensifica na hora do almoço. Algumas das crianças vestiam apenas bermudas, uma estava apenas de calcinha ou cueca, e uma de vestido. Na outra imagem, vê-se 18 crianças a realizarem refeições servidas em pratos esmaltados e, utilizando colheres de alumínio. Algumas olhavam para a câmera. (FIGURA 50, p. 192).

A assistente social Terezinha Gomes elucida que no interior do Amazonas as crianças não recebiam uniforme, pois eram muito “carentes” usavam as “roupinhas próprias”, “sempre a vontade”, mas que orientava às creches para que não deixassem “as crianças apenas vestidas com suas roupas íntimas” (GOMES, 2023a).

Município de São Sebastião do Uatumã
 Amazonas
 Projeto Casulo - SBA
 Visita de supervisão e acompanhamento
 das atividades - do Projeto.



Nome: Terezinha de Jesus Monteiro Gomes

Figura 49: Fila para o almoço na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes. 1983 (Acervo da pesquisa).



Figura 50: Hora do almoço das crianças na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes. 1983 (Acervo da pesquisa).

Na imagem (FIGURA 51, p. 194), observa-se um outro momento da rotina daquela instituição: o “Repouso após o almoço”, onde contabilizava-se 13 crianças, trajando roupas leves, outras sem camisa, descalças, deitadas em um chão de piso queimado na cor vermelha. No canto, tem-se uma vista parcial de uma pessoa sentada em um comprido banco de madeira, trajando calça comprida escura, sandálias de dedo e blusa branca, provavelmente, a professora/recreadora, e de uma criança em pé, encostada na parede. Terezinha Gomes elucida que:

as professoras não saíam das salas, permaneciam com as crianças, principalmente na hora do descanso, e como as creches eram muito carentes, pois a prefeitura recebia convênio da LBA, mas às vezes não era diretamente para equipamentos. Mas sempre nós orientávamos que, dentro das possibilidades, os prefeitos fossem comprando colchonetes, pequenos, individuais se fosse mais barato, ou um grande tipo um tablado de colchonetes para que as crianças pudessem deitar. E tinha algumas creches que usavam até rede, porque é uma característica também do Estado. Eu sei que tinha algumas que usavam rede e muito poucas. Acho que umas duas ou três atendiam berçário. Mas quando fazíamos visitas a gente dava todas essas orientações, porque muitas vezes o convênio era só para a questão de alimentação, ajuda de outros serviços, não era para equipamentos. Mas quando a gente achava necessário, fazia a colocação para a Superintendência que encaminhava à Diretoria Nacional, solicitando a possibilidade de fazer um outro convênio para a compra de equipamentos dessa determinada creche (GOMES, 2023b).

Além disso, a assistente social orientava às professoras para que elas aproveitassem os recursos naturais, para confeccionar as camas com materiais da própria região como a palha, por exemplo:

Eu sempre procurava orientar de acordo com a realidade delas, eu me lembro que tinha um município que era muito longe de Manaus também, a creche iniciou de baixo das árvores, as freiras montaram mesinhas e cadeiras com troncos de árvores [...] e nós fizemos o convênio com eles assim mesmo, porque era uma realidade do município. (GOMES, 2023c).

Terezinha Gomes orientava, ainda, em suas formações junto às Creches, como era possível aproveitar os recursos naturais para produzir material didático, a exemplo da cola que poderia ser substituída pela seiva da seringueira, pela maisena ou pelo arroz cozido amassado:

Cheguei num determinado município que não estava tendo atividades porque o prefeito não tinha comprado cola, papel, eu falei: - gente, vocês não sabem fazer uma cola? Tem a seringueira, tem o arroz, tem a maisena, tudo isso vocês podem fazer cola, não precisa esperar o prefeito comprar essas coisas [...] ou chegar no município. - Porque tinha que comprar em Manaus, e às vezes demorava, porque ia de barco, então não era culpa do prefeito por estar faltando aquele material, e as professoras se achavam no direito de que não deveriam fazer nada porque não tinha material didático. No interior tem seringa, é borracha pura, dá para usar como cola. [...] Aí eu fui ensinar para elas como fazer uma cola: - maisena todo mundo tem em casa amassa um pouquinho de arroz cozido e põe para as crianças o que vocês estão querendo que elas cole, tem revista para vocês recortarem, tem as folhas, uma série de atividades que vocês podem usar até da própria natureza (GOMES, 2023d).

Município de São Sebastião do Uatumã
Amazonas

Projeto Casulo - LóB A

Visita de supervisão e acompanhamento de
atividades na Creche



Nome: Terezinha de Jesus Monteiro Gomes

Figura 51: Repouso das crianças na Creche Casulo Genina Pinto Terco em São Sebastião do Uatumã- Amazonas. 10/1983.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes. 1983 (Acervo da pesquisa).

Nos anexos do *Relatório Anual de 1983*, observamos um grupo de mais ou menos 16 crianças, sentadas em torno de uma mesa comprida, (FIGURA 52, p. 195), não é possível identificar o alimento disposto na mesa, dada a pouca nitidez da imagem. Mas, é possível identificar que as crianças estavam trajando camisetas em cores claras, muito similares às observadas em outro registro da hora da merenda, em 1989, (FIGURA 53, p. 196), algumas eram tão frouxinhas que as alças caíam sobre os braços de determinadas crianças. Nessa imagem, encontramos mais detalhes, a exemplo do uso de utensílios como os pratos em alumínio, e de uma funcionária que estava servindo as refeições. Na parede, percebemos que havia grafada a palavra “CASULO”, mesmo que um cartaz estivesse encobrindo parte da palavra.



Figura 52: Hora da Merenda em uma Creche Ipê, Manaus-AM, 1983.
Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. Relatório Anual de 1983. 1983.
Acervo: CPEDOC/INSS.



Figura 53: Crianças no refeitório da Creche Ipê I, Manaus-Am, 1989.
Fonte: Ajuricaba Almeida, fotos de arquivo, Legião Brasileira de Assistência. 1994.

Nesse outro registro, feito em 1990, na Creche Ipê, (FIGURA 54, p. 197). observamos em primeiro plano três meninos, aparentando ter entre 4 e 6 anos, em um momento de hidratação. Sobre a mesa havia copos de plástico, na cor rosa, contendo alças para facilitar o manuseio. Ao fundo, contabilizamos outros 6 meninos, o que poderia denotar uma forma de organização para o momento da alimentação, onde os meninos eram separados das meninas. Dos meninos que estavam atrás, 2 olhavam para a câmera, e 2 estavam com as cabeças apoiadas em seus braços cruzados sobre as mesas.



Figura 54: Crianças em refeitório da Creche Ipê, Manaus-AM, 1990.
Fonte: Acervo pessoal de Raimunda Ripardo Maciel. Década de 1990.

A posição de abaixar a cabeça para aguardar autorização para movimentar-se, ainda, é uma prática muito presente em creches e escolas de educação infantil. Tem se caracterizado por uma intencionalidade de controlar o comportamento das crianças, acompanhadas de comandos como “silêncio!” e “abaixe a cabeça!”, associadas às práticas disciplinares, principalmente, de crianças pequenas.

Outro registro do momento da merenda em uma Creche no município de Boa Vista do Ramos⁹¹, produzido durante “Visita de supervisão e acompanhamento das atividades da Creche realizada pela Assistente Social Conceição Sampaio e a estagiária de Serviço Social Cristina Camiloto”, descrito por Terezinha Gomes como “Hora da merenda ao ar livre.” Na imagem (FIGURA 55, p. 199), verificamos a existência de 7 crianças, que aparentavam ter entre 3 e 6 anos, vestidas com roupas de festa, uma adolescente e 6 adultos, a maioria sentada. Ao fundo, 4 senhoras, sendo 2 delas identificadas como funcionárias da LBA: a estagiária de serviço social Cristina, que usava blusa branca, sem mangas, colar, sorrindo para a câmera e, a assistente social Conceição Sampaio, uma senhora de cabelos loiros que aparecia de perfil, trajando blusa preta de manga e calça listrada. Na imagem colorida, capturada, aparentemente, ao anoitecer, observamos o chão de terra batida e, ao fundo, alguns casebres de madeira, um poste de energia elétrica e árvores. Verificamos que se tratava da Creche Menino Jesus, única no município, conveniada com a prefeitura daquela cidade (GERÊNCIA REGIONAL DO MÉDIO AMAZONAS, 17/07/1991; GOMES, 2021 n.p.; GOMES, 2023e).

Há registro, também, da hora da merenda na Creche Padre Mário Giudici, onde mais ou menos 40 crianças, entre 3 a 7 anos de idade, apareciam na figura 56 (p. 200), trajando roupas diversas, sentados em volta de uma longa mesa, alimentando-se em pratos de plástico de diversas cores (azuis, vermelhos, marrons, rosas) e copos em alumínio, com alças. Havia, ainda, algumas crianças em pé, ao fundo, sentados na parte direita da imagem, apenas observando as menores se alimentarem, que aparentavam ser maiores que 7 anos. Na parte esquerda da imagem estava presente o então diretor, senhor Alfredo, esposo da Dona Deuvani, trajando calça branca e blusa cinza com listras brancas, voltado para as crianças que estavam ao fundo.

Outro registro, imagético, sobre esse momento da rotina, foi no município de Carauari, sob o título “HORA DA MERENDA”, onde 21 crianças, aparentando ter entre 3 e 6 anos, apareciam sentadas em cadeiras de madeira azuis, trajando roupas leves, sendo que algumas delas estavam sem camisa, alimentando-se ao redor de uma mesa longa de madeira, na cor vermelha, utilizando colheres de alumínio e copos de plástico coloridos nas cores vermelho, azul e amarela. Ao fundo, havia 8 adultos, a maioria mulheres e, um homem no canto esquerdo da imagem. (FIGURA 57, p. 200).

⁹¹ A viagem de barco para Boa Vista do Ramos dura em média 1 dia e 5 horas, percorrendo 553 km pelo Rio Amazonas (DISTÂNCIA CIDADES NET, 2023; GOOGLE MAPS, 2023).

No município de Manaquiri⁹², encontramos registros fotográficos do repouso após o almoço das crianças da Creche Comunitária de Manaquiri, vinculada à Fundação Sebastiana Monteiro, nos anexos do *Relatório de Viagem de Supervisão*, correspondente ao período de 12 a 16/09/94.



Figura 55: Hora da merenda ao ar livre na Creche Menino Jesus, Boa Vista do Ramos- AM. 1991.

Fonte: Terezinha Gomes, 2021; Gerência Regional do Médio Amazonas, 1991. (Acervo da pesquisa).

⁹² Fica a 156 km de Manaus, podendo chegar ao município por via terrestre ou fluvial, pelo Rio Amazonas. Seu nome é a fusão de duas palavras indígenas: "manah" = planta medicinal e 'kiri' = cabeça pequena" (PORTAL BARÉ, 2014; WIKIPEDIA, 2023).



Figura 56: Hora da merenda na Creche Padre Mário Giudici, Manaus-AM. Déc. 1980.
Fonte: Acervo pessoal de Deuvani, década de 1980. (Acervo da pesquisa).

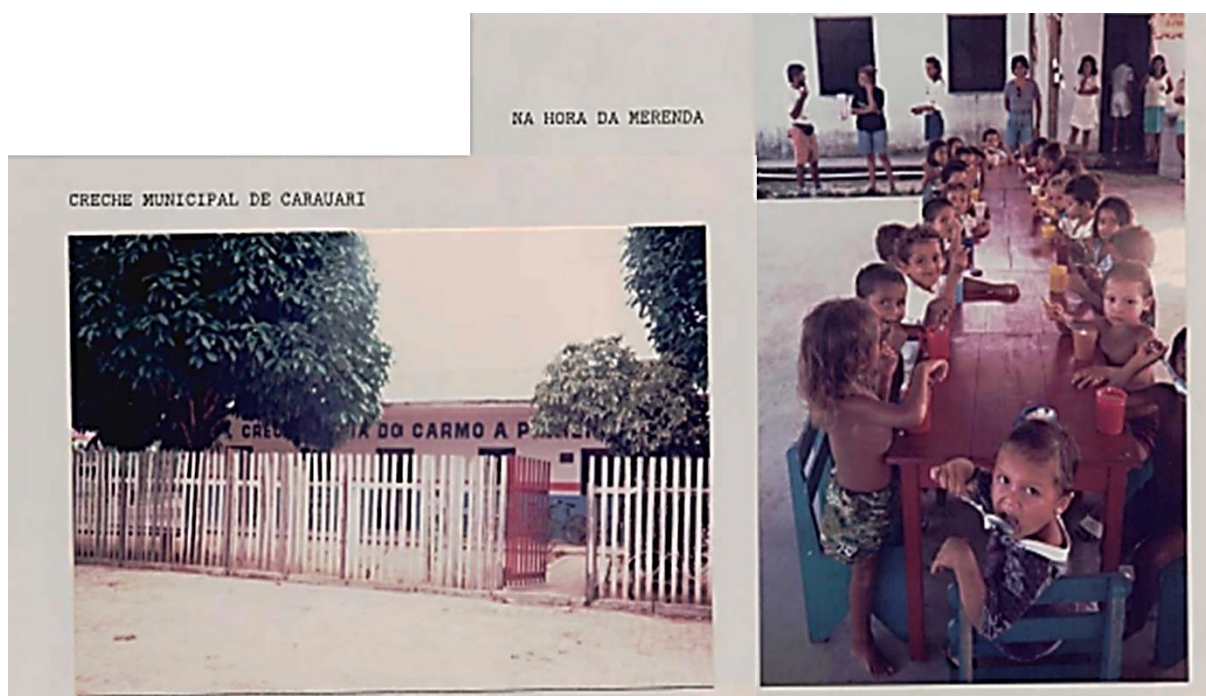


Figura 57: Hora da Merenda na Creche Maria do Carmo Pinheiro, Carauari-AM (1993).
Fonte: FLBA, Relatório, 29/03/1994. CPDOC/INSS. (Acervo da pesquisa).

As imagens apresentavam as legendas: “BERÇÁRIO” e “HORA DO DESCANSO – (DEPOIS DO ALMOÇO)”, onde observamos crianças bem pequenas deitadas em berços, que aparentavam ter um ano ou menos e, usavam apenas fraldas. Uma das crianças estava acordada, escorada na grade de um dos berços e, as demais, repousavam em berços de madeira e em redes posicionadas nos cantos da sala. Contabilizam-se uns 8 berços na primeira imagem (FIGURA 58 A, p. 201) e mais 4 berços e outra rede na segunda imagem (FIGURA 58 B, p. 201). De acordo com o Relatório, das 40 crianças matriculadas no berçário, apenas 7 estariam presentes naquele dia (FLBA, Relatório de Viagem de Supervisão, junho de 1994, n.p.).

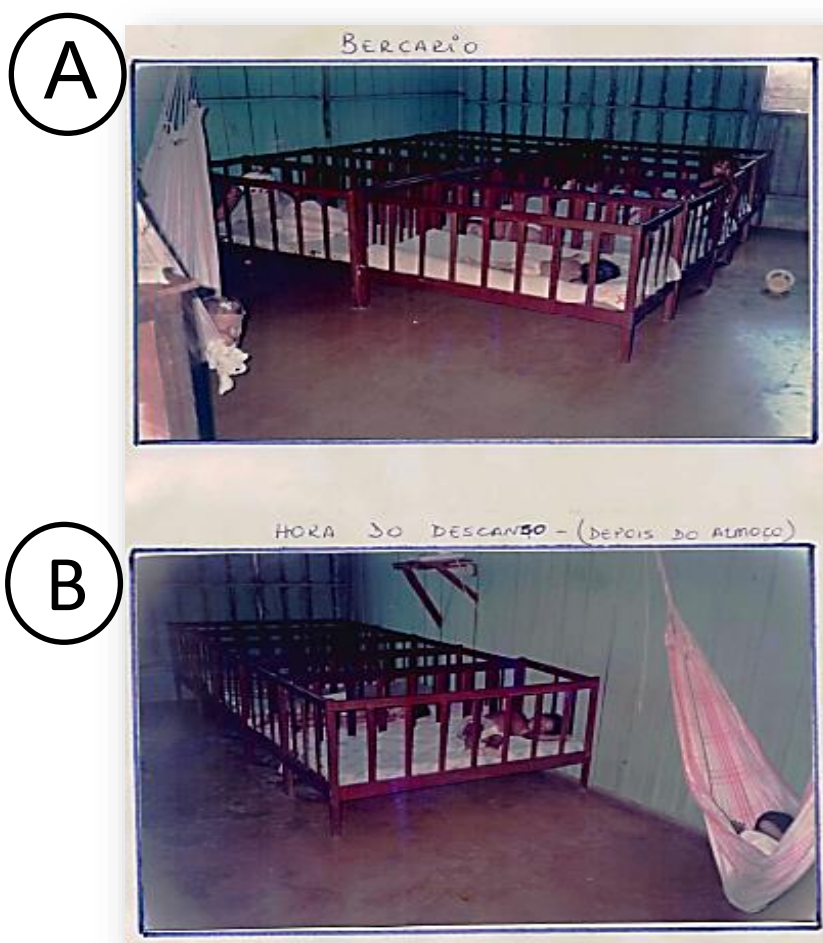


Figura 58: Hora do descanso na Creche da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri- AM. 1994.

Fonte: Relatório de Viagem de Supervisão, junho de 1994, n.p. CPEDOC/INSS (Acervo da pesquisa).

Nas outras imagens intituladas “HORA DO DESCANSO – PRÉ-ESCOLAR”, observamos um grupo de 20 crianças deitadas em tecidos esticados no chão, trajando roupas leves, algumas sem camisa, sendo que uma delas estava em contato direto com o chão. Ao redor da sala de madeira, havia várias carteiras escolares, uma mesa encostada e o que aparentava ser um pequeno quadro negro. Posicionada no canto esquerdo da primeira figura, observávamos uma mulher de bermuda curta azul e blusa de manga branca com estampa (FIGURA 59, p. 202).



Figura 59: Hora do descanso na Creche da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri- AM. 1994.

Fonte: Relatório de Viagem de Supervisão, junho de 1994, n.p. CPEDOC/INSS (Acervo da pesquisa).

Verificamos que esses registros sobre os elementos constitutivos das realidades das Creches Casulo, apresentam especificidades características da cultura escolar existente naqueles espaços, a exemplo das mesinhas adaptadas ao tamanho das crianças. Em 1989, foram encomendadas para a Creche Ipê II 20 “Mesinhas de madeira com tampo de formica [sic], cantos torneados, altura de 40 cm, tempo com 76 cm de lado, para criança.” E 40 “Cadeirinha de madeira, assento e encosto em formica [sic], cantos torneados, altura do assento 26 cm, o encosto começar a 10 cm do assento e ter altura de 12 cm”. Para isso, foi publicado um edital de licitação em 23 de maio de 1989, na modalidade “Carta Convite” às empresas: D. Sales; Esquadrus - Fábrica Móveis esquadrais, e Divibrás. (FLBA, Edital de Licitação, 1989, p. 06). Ainda no mesmo ano, havia uma solicitação da Creche Ipê III, para “consertos e reparos” em “cadeirinhas plásticas e mesinhas revestidas em fórmicas” (FLBA, Memorando nº 20, 1989). A Creche Ipê I também solicitava “reforma de 39 mesinhas, 87 cadeirinhas e 03 estantes abertas de uso exclusivo das salas de aula” (FLBA, Memorando nº 19, 1989). Não encontramos maiores informações sobre valores e empresas contratadas, mas observamos que a descrição do material condiz com o mobiliário observado nas imagens das Creches.

Gizele de Souza (2007, p. 46) elucida-nos que o mobiliário escolar é um “conjunto de materiais” que revela a intenção em disseminar práticas habituais aos alunos. Por isso, sua finalidade não deve ser reduzida a “apenas instrumentação intelectual para o estudo das crianças”. Além disso, já havia uma preocupação com o tamanho da mobília escolar, desde o século XIX, que “deveria estar condicionada pela ‘estatura’ das crianças.” (SOUZA, 2007, p. 50).

Atualmente, mesinhas e cadeirinhas para as crianças não são encontradas na maioria das “salas de referências” das creches municipais da cidade de Manaus. Isso justifica-se pelo fato de que a presença desse tipo de mobiliário poderia interferir na movimentação, na livre circulação da criança e restringir as brincadeiras. Além disso, a existência desses equipamentos dificultaria o uso dos tatames e colchonetes utilizados para o desenvolvimento das atividades, principalmente a “hora do sono” (BRANDÃO, 2023).⁹³

Coadunamos com o pensamento de Souza (2007, p. 62) ao considerar o estudo das mobílias escolares como “ferramenta importante para entender a cultura escolar

⁹³ Informação fornecida por Wissilene Nelson de Oliveira Brandão, gerente de Creche da SEMED/Manaus, em 26 de maio de 2023.

da escola, de sua simbologia e materialidade, de cercar-se a uma definição mais empírica do ofício do professor”, uma vez que:

o estudo do espaço e da mobília escolar pode constituir conjunto variado de materiais e utensílios presente na organização da instrução pública primária, aqui expresso uma parte dele, é revelador da fertilidade investigativa da cultura escolar, na busca de dar significado histórico-cultural-pedagógico a esse repertório que os gestores, inspetores, professores e crianças lidaram, cada um ao seu modo e diante das possibilidades que lhes foram possíveis.

Outro item muito específico da cultura material escolar é o uniforme. Nas Creches Ipê, as camisas geralmente eram de cor branca ou clara, e as bermudas de cor escura, mas, em 1993, surgia também camisas em azul turquesa. Em 1983, há registros de crianças, vestindo uniforme com o brasão da LBA, em uma imagem em preto e branco, anexa ao Relatório de 1983 (FIGURA 60, p. 205). Nela, 4 crianças apareciam vestidas com camisetas claras e o brasão da LBA, uma estrela grande ao centro de um círculo com várias estrelas na borda, shorts escuros, meias claras e tênis. Atrás das crianças estava a senhora Maria Luiza Andrade de Menezes, dirigente da LBA/AM entre os anos de 1981 e 1994. Em segundo plano, identificamos a presença de algumas pessoas muito bem-vestidas, e de uma freira. À direita da imagem, vimos, parcialmente, uma mesa, coberta com uma toalha e alguns utensílios, o que nos permite inferir se tratar de alguma festividade.

Em 06 de dezembro de 1988, encontramos uma *Nota de Empenho* no valor de 1.370.880,00 pago à FAME- Confecções LTA, referente à aquisição de uniformes para as crianças das Creches Ipê I, II e III (FLBA, Nota de Empenho, 1988, n.p.), e um pedido de 360 sandálias alpercatas de couro/corvin para as crianças, no valor de novecentos mil cruzados, pagos em 08 de novembro de 1988, para a firma Esquisitinha Calçados LTDA (FLBA, Pedido ao Fornecedor, 1988, p. 25).

Em 5 de outubro de 1992, houve uma solicitação da chefe de Creche para que GRM adquirisse um total de 450 camisetas de malha azul turquesa e 150 shorts de elanca azul marinho, divididos em 150 unidades nos tamanhos 4, 6 e 8 anos, anexada com a imagem do modelo da camiseta, com o logotipo da LBA escrito na cor preta (FIGURA 61, p. 206). Não encontramos maiores informações sobre valores e empresa vencedora da licitação, mas observamos, nos registros de 1993 e de 1994, as

crianças, usando o mesmo modelo do uniforme solicitado, sendo que as camisetas eram, em maioria, na cor branca (FLBA, Memorando, anexo, 1992, n.p.).



Figura 60: Crianças da Creche Ipê I e Dirigente da LBA Maria Luiza Andrade de Menezes.
Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. Relatório Anual de 1983. 1983.
Acervo: CPEDOC/INSS.

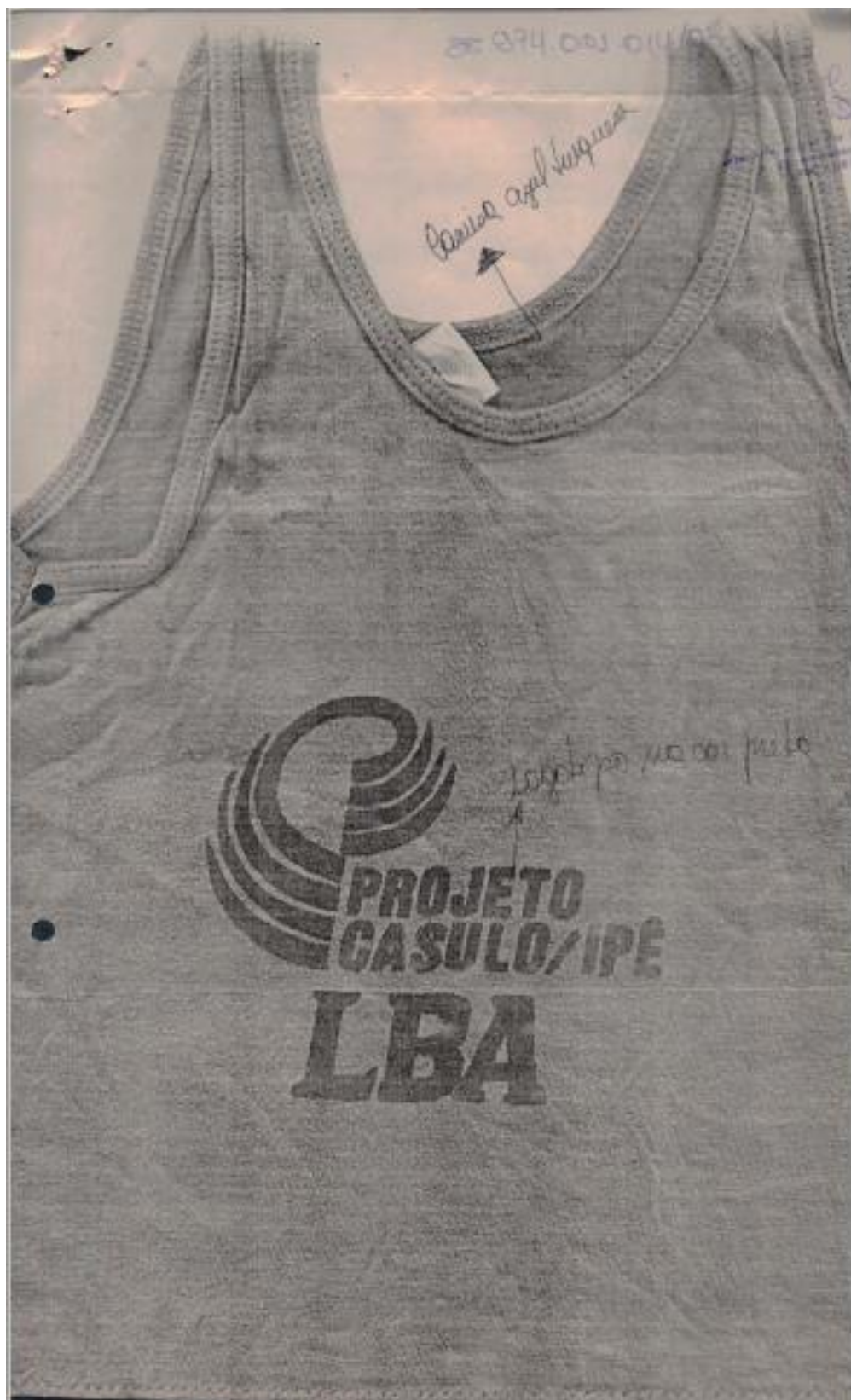


Figura 61: Modelo de camiseta do uniforme da Creche Casulo Ipê.
Fonte: Ministério da previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência. Edital de Licitação. Anexo. 09.11.1992. CPDOC/INSS. (Acervo da pesquisa).

O uso da cor branca está relacionado a “[...] uma concepção higienista que permeava a educação e os cuidados com as crianças e imperavam sobre seus modos de vida.” (OLIVEIRA, 2020, p. 222), constituindo-se como “[...] elementos importantes na paisagem educacional [...]”, um dos componentes de “controle dos corpos” infantis ou como “[...] estratégia de visibilidade a projetos institucionais e governamentais”. (RIBEIRO, SILVA, 2012, p. 578).

Essa concepção de “missão civilizadora do espaço, do mobiliário e da higiene escolar” já era disseminada no país desde o início do século XIX, e estava associada ao progresso da nação. (SOUZA, 2007, p. 49). Ao analisar os relatórios de instrução pública do Estado do Paraná, nos primeiros anos daquele século, a autora constata que:

Textos de relatórios de instrução pública, como de legislação educacional paranaense, expostos anteriormente, são reveladores do exercício constante de desqualificação da população pobre da época, como a idéia de “primitividade” do ambiente onde nasceram e viviam, da rudez de seus espíritos e da desejada civilidade que a instrução, por meio de prédios, salas, mobiliário, poderia propiciar aos corações infantis. SOUZA, 2007, p. 50).

Ressaltamos com esta análise que o uso de uniforme composto por camisa branca e bermuda de cor escura é adotado até hoje nas creches municipais da SEMED- Manaus. Isso nos leva a inferir que a inspiração das cores e modelos de uniformes nas creches atuais tenha se originado nos modelos dos uniformes das Creches Casulo.

Nas Creches conveniadas, percebemos que as crianças não usavam uniforme, mas suas próprias roupinhas, que poderiam ser de qualquer cor. As vestimentas, provavelmente, eram lavadas na própria instituição, como é possível verificar algumas peças de molho em uma bacia sobre um giral, ao lado de uma caixa d’água, na Creche da Fundação Sebastiana Monteiro, em Manaquiri-AM. Também observamos roupas estendidas em cordas dependuradas. Em uma das imagens havia um amontoado de areia com a legenda “MATERIAL DA CRECHE EXPANSÃO” (FIGURA 62, p. 208).

Essas dificuldades e necessidades das Creches, geralmente, eram registradas nos Relatórios realizados durante as visitas, como no *Relatório de Supervisão: zona norte* (1994), que apresentava, detalhadamente, uma visita à Creche São Francisco,

no município de Careiro Castanho⁹⁴, onde os projetos eram executados pela Sociedade Civil Pio Lanteri, com o objetivo de verificar o “bom andamento” do Projeto Creche Manutenção e a utilização de verba para o Projeto Creche Expansão:

[...] saímos de Manaus a 06:30 do dia 04.05.94 em transporte da LBA e chegamos ao município as 12:30 do mesmo dia.

Após contato com o representante da entidade, Pe. Igínio, iniciamos a supervisão às 15:00 visitando as Creches Bom Pastor, São Francisco e o internato Lanteriana [...]. A Creche Bom Pastor foi recentemente inaugurada. Detectamos alguns problemas e após entendimentos com o responsável (Pe. Igínio) serão efetuadas as devidas mudanças (FLBA, Relatório de Supervisão, 1994, p. 1).



Figura 62: Dependências da Creche da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri- AM. 1994. Fonte: Relatório de Viagem de Supervisão, junho de 1994, n.p. CPEDOC/INSS (Acervo da pesquisa).

Na ocasião, foram identificados problemas relacionados aos aspectos físico, pedagógico e alimentar da instituição e soluções foram propostas pelos técnicos da LBA. Sobre os problemas relacionados ao aspecto físico, foram sugeridos os

⁹⁴ Careiro, significa “Caminho do índio”. O município situado às margens do rio Castanho, está distante 124 km de Manaus o acesso via fluvial demora em média 8 horas. Também é possível chegar via terrestre pela BR 319 (WIKIPEDIA, 2023).

seguintes procedimentos: que se transformasse cada 2 “salas de atividade” em 1; que se adaptasse uma “meia porta” para que crianças não adentrassem à cozinha; que passagens externas fossem abertas nos banheiros para que se evitasse a entrada e saída de pessoas pelo refeitório; que se construísse um novo banheiro, adequado para as crianças, com área coletiva para o banho; que as portas para os sanitários fossem diminuídas, evitando que as crianças ficassem presas; que se providenciasse lavatórios para que as crianças escovassem os dentes e que se instalasse pias no refeitório.

Além disso, deveriam ser instalados: bancos para as crianças na área externa; ganchos ou cabides nas “salas de atividades” para facilitar a guarda de materiais; mesas, bancos, almofadas e tapetes para todas as crianças da turma de 02 anos. Os brinquedos do parque infantil deveriam ser reparados para que pudessem ser utilizados sem acidentes. O lixo não deveria mais ser queimado na porta das salas, deveria ser providenciado local para incinerá-lo, sem prejuízo para as crianças. A área da Creche deveria ser limpa para que as crianças pudessem utilizá-la, “plenamente”, e que fosse impedida “[...] a entrada de animais (cachorro) nas dependências das creches [...]”, para que acidentes fossem evitados.

Acerca dos aspectos alimentares, foram identificados três problemas: variedade na alimentação, alimentação gordurosa e condimentada e nos horários e quantidades. Para saná-los teria sido: “elaborado um cardápio variado, juntamente com as cozinheiras observando os problemas regionais”; orientado as cozinheiras sobre o preparo da alimentação e higiene; e estabelecido horários e quantidade de alimento específica e suficiente de acordo com a idade da criança. (FLBA, Relatório de Supervisão, 1994, p. 3-4).

Ainda, de acordo com o documento, nos dias 05 e 06 à tarde, as crianças teriam sido dispensadas e haveria ocorrido uma reunião com as professoras, cozinheiras e coordenadoras para, dentre outras coisas, repassar as informações e esclarecer as dúvidas.

No dia 06, pela parte da noite, os técnicos teriam realizado uma reunião com os pais, para explicar o motivo da visita e, solicitar-lhes “[...] um maior apoio para as professoras no que diz respeito a hábitos de higiene[...]” e, tratamento para com as professoras e crianças em casa.

Quanto ao Projeto/ação Creche expansão, teria sido observado o cumprimento das metas e dos objetivos propostos no termo de convênio, tendo em vista que o material adquirido já estaria em pleno funcionamento, na Creche São Francisco.

A reunião com os pais também fazia parte da cultura escolar das Creches Casulo, além desse registro, encontramos uma imagem de uma “reunião com os pais de alunos”, realizado na Creche Maria do Carmo Pinheiro, em Carauari, onde observamos um grupo de mais ou menos 34 pessoas sentadas em cadeiras azuis, formando um grande círculo em área externa coberta. (FIGURA 63, p. 210).



Figura 63: Reunião com pais de alunos. Ministério da previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Asssitência. Edital de Licitação. Anexo. 09.11.1992.

Referente ao aspecto pedagógico, as professoras e cozinheiras teriam sido orientadas a respeito dos problemas detectados. Na oportunidade, elas haviam relatado que teriam deixado “apenas sugestões” e, solicitado “um treinamento”, uma vez que algumas não estariam “habilitadas na área da educação”.

Essas sugestões teriam sido: programar-se para utilizar o aparelho de som todas juntas, evitando, assim, atrapalhar as outras turmas; elaborar programas com atividades livres e orientadas, observando horários; definir horários para o repouso e banho das crianças, por turma; providenciar escovas para a higiene bucal; confeccionar brinquedos; providenciar cestos de lixo para as dependências da Creche

“salas/refeitórios/áreas externas e banheiros”; evitar “predileção por certas crianças”; não aglomerar muitas crianças em uma única mesa durante as atividades, utilizar pratos, copos e colheres individuais, não deixar garrafas e copos de vidro ao alcance das crianças, para que acidentes fossem evitados. As professoras deveriam utilizar roupas adequadas para trabalhar com as crianças. (FLBA, Relatório de Supervisão, 1994, p. 2). Jesseleide Alves Queiroz, uma das servidoras responsáveis por realizar essa supervisão e orientação, que também trabalhou como recreadora na Creche Ipê, elucida que:

Quando eu fazia supervisão nas creches, principalmente nessa daí, o que nós detectamos: que as professoras não utilizavam, não precisaria ser uniforme, roupas adequadas para trabalhar com crianças e fazer as atividades. A maioria delas usava muito minissaia e aqueles tops curtinhos. Então, você de saia já é difícil levar uma criança para o banheiro, dar um banho, fazer um jogo, jogar uma bola com a criança, sentar no chão para fazer a rodinha de conversa, então foi nesse sentido de que elas deveriam ter um traje, que não seríamos nós que deveríamos indicar, mas eles deveriam chegar a esse consenso, que facilitasse as atividades laborativas do dia-a-dia, como: dar banho nas crianças, fazer atividades recreativas, servir o almoço, deitar com elas no chão, após o almoço, porque as creches da LBA, antigamente, não tinham camas, eram as salas de aula que viravam dormitórios, então eram colocadas esteiras, as crianças deitavam e a professora também deitava com a criança, então elas precisavam de roupas adequadas. Foi nesse sentido. (QUEIROZ, 2023).

Observamos nas imagens registradas, nos últimos anos, na Creche Ipê, que havia uma padronização das vestimentas: blusa de manga curta e bermudas de comprimento até os joelhos, o que dava conforto e praticidade para movimentar-se, elementos imprescindíveis para trabalhar com crianças pequenas. Essa preocupação não era observada nas imagens referentes aos anos anteriores, onde identificamos o uso de vestido, calças compridas e até tamancos pelas recreadoras. Ângela Freire, ex-chefe da Creche Ipê, informa que elas resolveram padronizar as roupas para utilizar na creche, uma ideia dela que as professoras aceitaram. (FREIRE, 2023).

Tal preocupação com aspectos como a vestimenta das professoras e cuidados com a higiene das creches, pois isso é primordial para o profissional de creche. Recentemente, em dezembro de 2022, a SEMED/Manaus lançou um “Guia de orientações em saúde, segurança e bem-estar dos bebês e crianças bem pequenas”, intitulado *Pedagogia da saúde: Cuidar e educar em creche* (2022, p. 16-17) que traz bastante orientações sobre os cuidados que o profissional de creches precisa ter,

destacaremos aqui a questão da vestimenta, acessórios e produtos. A existência de um documento de orientação sobre essas questões é imprescindível, pois, ainda, percebemos descuidos e resistência em relação a isso nos espaços das creches até os dias de hoje:

A área educacional como qualquer outra área de atuação, necessita de cuidados com o vestuário de seus profissionais. Padrões adequados que preveem ainda, o conforto e praticidade para realizar as ações relacionadas às funções desempenhadas.

No entanto, é importante que o profissional compreenda tal necessidade sem julgamento do fator obrigatoriedade, mas acima de tudo a comodidade, segurança e bem-estar no cotidiano de sua prática laboral como contribuição à própria satisfação de sua escolha profissional.

No ambiente creche, isso não é diferente. Crianças e adultos compartilham do mesmo espaço e rotina pedagógica em que a agilidade, dinamismo e proatividade do adulto são favoráveis aos imprevistos relacionados à infância.

Abaixo, alguns pontos relacionados ao look que deverá ser usado na creche, inclusive por todos os profissionais que nela atuam.

Roupas

- As roupas usadas no cotidiano devem estar limpas;
- Cada roupa ou uniforme deve ser usado por, no máximo, um dia, mesmo que esteja aparentemente limpo;
- A roupa ideal é aquela que cobre o corpo, proporciona conforto (calça e camisa confortável), que permita o movimento e deixe a pele respirar;
- Calça de cotton, tactel, camiseta de meia manga de malha e cotton são excelentes opções;
- Jalecos leves e com bolsos auxiliam muito nas situações diárias (PREFEITURA DE MANAUS, 2022, p. 16).

O documento orienta quais os cuidados que se deve ter com os cabelos, unhas e acessórios utilizados por esses profissionais: “Os cabelos devem ser presos por presilhas seguras, podendo ser rabo de cavalo, trança ou coque, sem objetos pequenos ou pontas que possam se desprender. A rede é, sem dúvida, a opção mais segura”, as unhas devem estar “[...] sempre curtas, limpas e preferencialmente sem esmalte, pois facilitam a manutenção da sua limpeza [...]”, óculos “[...] quando necessários, devem ser usados com cordão de segurança para evitar acidentes [...]”, os sapatos,

devem ser limpos, fechados, confortáveis, rasteiros, antiderrapantes e de uso exclusivo às áreas da creche, sempre acompanhados por meias limpas; [...] devem ser retirados e deixados em local apropriado. No interior das salas de referências, usam-se apenas meias. Não é

recomendável circular nas áreas comuns da creche com sandálias mesmo na hora do intervalo de almoço. [...] Não se deve utilizar brincos grandes, colares, pulseiras e demais adereços que possam atrair a criança a puxar e causar acidentes;

- Atenção redobrada aos botões, miçangas, lantejoulas e outras miudezas. Evite a exposição das crianças a estes objetos. (PREFEITURA DE MANAUS, 2022, p. 17).

Além disso, fala sobre os cuidados que esse profissional deve ter em relação ao uso de produtos com cheiros fortes que podem ser prejudiciais às crianças como cremes, perfumes e cigarro:

Bebês e crianças bem pequenas são vulneráveis em relação a possíveis manifestações alérgicas sejam elas na pele, respiratórias ou alimentares. No ambiente creche, o cuidado com o corpo e bem-estar das crianças requer atenção dos adultos quanto ao uso de alguns produtos. Portanto, perfumes e cremes, em especial aqueles que têm cheiro forte e ativo, podem desencadear ou agravar quadros alérgicos; Cigarros são expressamente proibidos nas áreas das instituições educativas pelos danos que podem causar à saúde de todos. (PREFEITURA DE MANAUS, 2022, p. 17).

Assim, identificamos características dos tempos e espaços das Creches e da materialidade de alguns objetos, que compõem a cultura de Creches, a exemplo dos uniformes, das mesas e das cadeiras e de seus significados como elementos mediadores nos espaços das Creches. As práticas observadas nas Creches Casulo revelam a intencionalidade da LBA de educar a criança e a família, por meio de ações, mesmo planejadas de forma unilateral, apresentavam suas similaridades e diferenças nas formas como eram operacionalizadas nos tempos e espaços das Creches Casulo.

3.3 As festividades nas Creches Casulo

Os relatórios e imagens constituíram-se em importantes fontes para a compreensão de aspectos da cultura dessas Creches, os quais, destacamos registros de eventos, envolvendo as datas comemorativas, nos Relatórios, nos acervos pessoais e relatos orais das entrevistadas, a exemplo do relato de Ângela Freire, ex-chefe da Creche Ipê III:

A creche...cuidava da criança desde que ela entrava na escola, ela entrava, ela era cuidada o dia todinho, era alimentada dentro de um cardápio da nutricionista, também elas tinham médico para fazer visitas mensalmente [...] tinha uma médica mesmo da creche que cuidava delas. Eu procurei fazer a melhor alimentação possível para elas, orientada pela nutricionista. E fazíamos também a parte de comemorações [...] para as crianças: Dia das Mães, Dia da Criança, Dia dos Pais. [...] Eu procurava fazer todo mês quando eu fazia reunião com os pais eu colocava, eu filmava as atividades todinhas das crianças e passava para os pais no dia da reunião (FREIRE, 2021a, acervo da pesquisa).

Nos documentos da LBA relatórios, boletins e fotografias, e nos depoimentos e fotografias pessoais das ex-funcionárias das Creches de execução direta e conveniadas encontramos registros de algumas comemorações realizadas com as crianças das Creches, especialmente, as alusivas aos seguintes eventos comemorativos: Dia da Criança, Dia das Mães, Festa da Família, Festa Junina, Natal, Formatura, Páscoa, Festa dos aniversariantes, Desfiles Cívicos e Festa das Profissões.

No *Relatório Anual* de 1982, encontramos registros referentes à comemoração do Dia da Criança. As imagens, reproduções em preto e branco, não estão muito nítidas e o cabeçalho das páginas apresentava o brasão da LBA, alinhado à esquerda do documento, seguido da identificação “MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL” e, abaixo a identificação da instituição negritada “FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA”. As legendas, escritas à mão em letra de imprensa maiúscula, descreviam as atividades e informavam os locais a que se referiam: as Creches “IPÊ I e II”, sem distinguir em qual das duas instituições as imagens teriam sido produzidas, pois na maioria delas havia uma única legenda para cada duas fotos, ora ladeando-as, ora centralizadas, ora registradas na posição vertical. Mesmo assim, conseguimos realizar esta distinção de creches, comparando-as com outras imagens existentes em outros documentos.

Na primeira imagem (FIGURA 64 A, p. 215) havia dois registros identificados como “COMEMORAÇÃO DIA DA CRIANÇA – OUT. 82 VARIANTE IPÊ I e II”, contendo um borrão vertical, que ocupa a metade do documento, provavelmente, causado pela fotocópia. A imagem intitulada “AEROPORTO EDUARDO GOMES”, permite a interpretação de que se tratava de uma visita das crianças da Creche ao aeroporto de Manaus. Verificamos um grupo de crianças, sentadas em degraus de escadaria em uma área externa, e ao que parece, há uma pessoa adulta em pé, do

lado direito da imagem, de perfil, com o braço direito esticado ao apontar para algo à sua frente. Ao fundo, à esquerda da cena, havia uma árvore e uma cobertura. Não é possível descrever mais detalhes, devido à pouca nitidez do documento e à ausência de informações complementares.

Na segunda imagem (FIGURA 64 B, p. 215), também, há um borrão, situado na parte inferior direita, mesmo assim é possível observar um grupo de crianças sentadas, formando um grande círculo e, ao centro, havia uma mulher, aparentemente, realizando algum tipo de apresentação ou brincadeira. Pelas características do espaço onde a imagem foi produzida, percebemos que se tratava da Creche Ipê I.

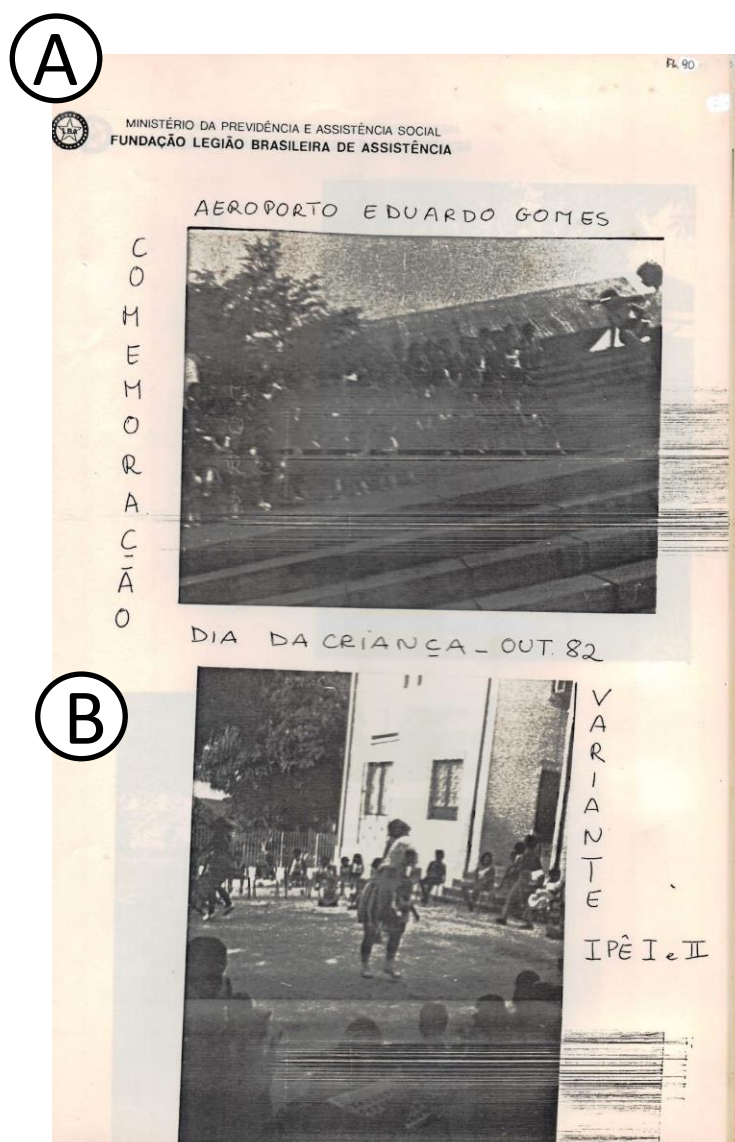


Figura 64: Comemoração do Dia da Criança- out. 82. Variante Ipê I e II.
Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. Relatório Anual. 1982, p. 90.
Acervo: CPEDOC/INSS.

A outra imagem, datada de outubro de 1982, composta de dois registros imagéticos, ainda, no mesmo documento, identificada apenas com “VARIANTE IPÊ I e II”, (FIGURA 65 A, p. 216), um pequeno grupo de crianças em área externa a brincar em balanços, posicionados próximos ao muro da instituição, sob a sombra de uma árvore. Abaixo dela, na segunda figura (FIGURA 65 B, p. 216), percebemos um grupo de crianças enfileiradas, no pátio da Creche Ipê I, sendo possível verificar o caminho, em direção ao portão da instituição, ladeado por grades, no qual observamos a figura de 2 pessoas adultas, 1 com um objeto semelhante a um pneu à sua frente. Na parte direita da imagem, ao fundo, verificamos um muro, contendo pinturas das personagens da *Turma da Mônica*, Mônica e Cebolinha e, um aparelho semelhante à uma gangorra.

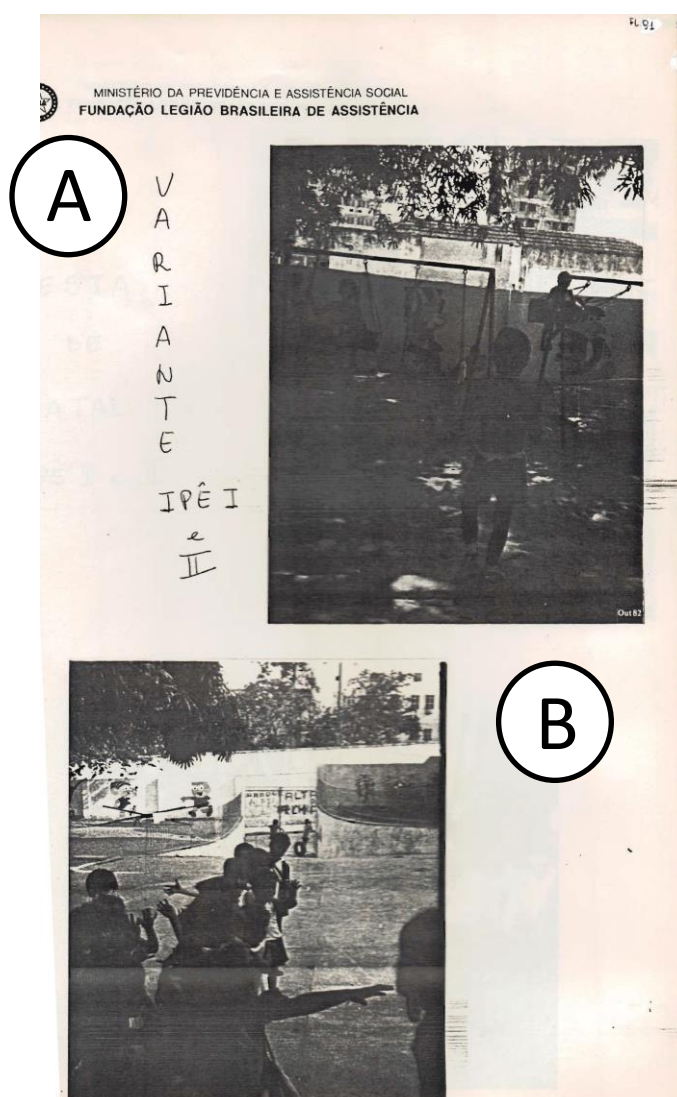


Figura 65: Comemoração do Dia da Criança.

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. Relatório Anual. 1982, p. 91.

Acervo: CPEDOC/INSS.

Encontramos, também, um registro de comemoração do Dia das Crianças em uma Creche conveniada, no município de Manaquiri (FIGURA 66, p. 217). A imagem, colorida, doada pela assistente social Terezinha Gomes, foi produzida em uma área interna, um salão de madeira, pintado na cor azul clara, com uma janela ao lado direito da imagem, uma longa mesa coberta com toalhas brancas, paredes e tetos enfeitados com arranjos de balões coloridos. Havia um aparelho de televisão na parte superior esquerda da imagem, encaixada em um espaço entre conjuntos de ripas pregadas em posições diagonais, que se intercalavam ora para um lado, ora para outro. À frente da mesa havia em torno de 40 crianças sentadas no chão, e atrás da mesa mais ou menos 30 crianças em pé. Além de 2 mulheres adultas em pé e 2 sentadas, 1 segurava 1 bebê no colo. As crianças, que aparentavam ter entre 3 e 6 anos, apresentavam semblante de seriedade, algumas estavam olhando para a câmera, outras para o lado direito da imagem, talvez a observar a fala de alguma pessoa adulta, uma das crianças demonstrava expressão de choro.



Figura 66: Creche particular comunitária da Fundação Sebastiana Monteiro. Manaquiri-Amazonas.

Fonte: Acervo pessoal de Terezinha Gomes 09/1994 (Acervo da pesquisa).

Sobre a mesa estavam dispostos vários brinquedos: bolas, carrinhos, bonecas, sacolinhas, provavelmente, com guloseimas, e 1 bolo de 4 andares, ornamentado com 3 figuras do palhaço Bozo. Também havia 4 enfeites infláveis sobre a mesa, 2 da personagem Minnie, um do Cebolinha e o outro da Mônica. A descrição da imagem, feita à mão por Terezinha, informa que se tratava do “Dia da Criança, datas comemorativas no calendário escolar” com a “participação de mães e irmãos das crianças”.

Ao comparar o documento com outras imagens do *Relatório de Viagem de Supervisão*, correspondente ao período de 12 a 16/09/94, percebemos que o evento era da Creche Comunitária de Manaquiri, vinculada à Fundação Sebastiana Monteiro, dirigida por Raimunda Inácia Mota. A foto, provavelmente, teria sido produzida em 1994, ou ano próximo, dada a semelhança na estrutura do prédio e o reconhecimento de algumas crianças presentes, também, nas fotografias do Relatório.

Ainda, em 1994, houve uma série de atividades alusivas à Semana da Criança, desenvolvidas entre os dias 10 e 15 de outubro de 1994, com as crianças da Creche Ipê: atividades do programa “Programa Embala Brasil”, um conjunto de “ações voltadas para o crescimento e desenvolvimento das crianças”.

O Programa Embala Brasil foi implantado após uma pesquisa, desenvolvida pela Pastoral da Criança, que revelou o aumento da mortalidade infantil no Nordeste do Brasil. Após uma reunião ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar-CONSEA, em junho de 1994, ficou definido que o evento ocorreria entre os dias 10 e 16 de outubro, semana em que se comemorava o Dia Mundial da Alimentação e o Dia da Criança. A mobilização, por meio de ação conjunta entre Presidência da República, 11 ministérios, 8 órgãos do governo, incluindo a LBA, 14 empresas públicas, 3 conselhos nacionais, 5 organismos internacionais, foi se ampliando para além do período previsto, e as ações também foram direcionadas para a área da justiça e para a defesa de direitos, como educação, saúde, nutrição, cultura e lazer, profissionalização, trabalho e assistência social.⁹⁵

⁹⁵ “Participam do programa Embala Brasil onze ministérios (Justiça, Saúde, Educação e Desporto, Cultura, Trabalho, Bem-Estar Social, Exército, Minas e Energia, Comunicações, Agricultura e Reforma Agrária e Seplan); oito órgãos do governo (Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA, LBA, Corde, Fundação Nacional de Saúde – FNS, Conab, Ipea, Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás e TV Educativa); catorze empresas públicas (Banco do Brasil, BNB, Caixa, BNDES, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Inbra, Telecomunicações Brasileiras S/A – Telebras, Furnas Companhia Energética de São Paulo – Cesp, Petrobras e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT), três conselhos

Alguns registros imagéticos publicados no *ASCOMunica* em outubro de 1994, também apareciam no RELATÓRIO DA PROGRAMAÇÃO “SEMANA DA CRIANÇA- EMBALA BRASIL”. (LBA, *ASCOMunica*, Manaus, nº 35, out. 1994, p. 1). Na capa (FIGURA 67 A, p. 221), havia quatro imagens, na primeira, localizada ao lado esquerdo da figura, observa-se a assistente social Terezinha Gomes, então, gerente de programas da LBA, em uma área externa, trajando uma blusa estampada branca e uma bermuda azul de comprimento até os joelhos, e um menino com aparência entre 11 ou 12 anos, usando uma blusa branca com listras cinzas e uma bermuda azul, balançando uma corda para que um garotinho, que usava o uniforme da Creche e aparentava ter entre 5 ou 6 anos de idade, pulasse.

Ao lado esquerdo da imagem, observando a cena, havia um menino vestido de branco, aparentando ter entre 9 ou 10 anos de idade. Ao fundo, uma bananeira e outras plantas de pequeno porte e, as paredes vazadas da Creche. Sobreposta a esta figura, havia uma imagem menor, onde observamos um grupo de 6 crianças uniformizadas, sentadas no chão, com aparência de 3 ou 4 anos de idade, uma delas estava sem camisa, e outra em pé. Percebemos a presença de 3 pessoas adultas próximas às crianças, uma delas, trajando blusa e saia azuis, tratava-se da, então, superintendente Elizabeth Moraes.

Na terceira figura, no canto esquerdo da imagem, abaixo das duas colunas que compunham a notícia sobre o Embala Brasil, vê-se a senhora Elizabeth de costas para a câmera, com a mão esquerda apoiada na cintura, observando duas crianças uniformizadas, aparentando ter entre 4 e 5 anos de idade, realizando pinturas a dedo em uma folha de papel madeira, afixada na parede do prédio.

Partes destas duas últimas figuras estão sobrepostas à última figura localizada na parte inferior da imagem, em que observamos um menino, vestido com o uniforme da Creche, sentado em uma cadeira de plástico azul, um senhor vestido com uma blusa branca, o médico Rômulo Mamed Amud, sentado atrás de uma mesa marrom entre o menino e a senhora Elizabeth. No canto esquerdo da imagem havia 2 meninos com aparência de 11 ou 12 anos, um deles é o mesmo que aparecia brincando de

nacionais (Conanda, CNAS e Consea); cinco organismos internacionais (Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Organização Pan-Americana da Saúde da Organização Mundial da Saúde – OPAS/OMS, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e Organização Internacional do Trabalho – OIT); e Presidência da República. [...] O conjunto das ações desenvolvidas pelo programa Embala Brasil está elencado no documento *Semana da criança: relatório de avaliação.*” (PELIANO, 2022, p. 237).

corda na primeira imagem e, o outro estava trajando camisa amarela e bermuda colorida.

Na segunda página, composta por 6 imagens (FIGURA 67 B, p. 221), que ladeiam a logotipo do Embala Brasil, composta por dois triângulos pretos laterais e um desenho palito de um boneco, e o termo “EMBALA BRASIL” abaixo do desenho, centralizado em caixa alta. Ao lado esquerdo da figura havia uma imagem em tamanho maior, onde a superintendente Elizabeth pousava, com a sua mão direita posicionada sobre a cabeça de uma criança, que vestia uma bermuda e calçava uma sandália de dedo. Ambas estavam em pé, e havia três crianças no chão, sentadas em formato circular, brincando com blocos de encaixe/desencaixe, 2 delas estavam uniformizadas e uma, apenas, usando uma bermuda de cor azul clara.

Ao lado dessa imagem, ocupando a parte central direita da página, havia a colagem de uma notícia com a descrição “AÇÃO CONJUNTA”, sob o título “Mutirão do Sesc pela saúde das crianças”, contendo um texto organizado em duas colunas. No meio da página, verificamos 3 imagens em tamanho menor, enfileiradas: na primeira, ao lado direito da imagem, a assistente social Terezinha Gomes aparecia brincando de cabo de guerra, posicionada na ponta do cabo, na outra ponta de costas, havia uma recreadora da Creche Ipê, enquanto observamos 5 crianças participando da brincadeira. (ASCOMunica, Manaus, nº 35, out. 1994, p. 2; A Crítica, 08/10/94, p. 5).

Na figura ao lado, havia 2 crianças uniformizadas, 1 sendo pesada, pela superintendente Elizabeth e por Cláudia Yvone, de cabelos curtos vestida de branco. A terceira figura apresentava 4 crianças sentadas no chão e 3 pessoas adultas em pé, uma delas a senhora Elizabeth Moraes. Na parte inferior da imagem, em tamanho um pouco maior que as 3 figuras anteriores, havia 2 imagens, e abaixo delas a legenda “Flagrantes do programa Embala Brasil na Creche Ipê, na sede da LBA”. (ASCOMunica, Manaus, nº 35, out. 1994, p. 2).

Na primeira imagem, havia 3 crianças, realizando pinturas a dedo: um sol e uma casa na cor vermelha e, alguns outros desenhos realizados em papel madeira colado na parede. Na última imagem observamos 2 crianças uniformizadas, uma delas sentada em uma cadeira, virada para um aparelho televisor que estava ao fundo.

MANAUS
OUTUBRO/94
Nº 35

ASCOMunica

Administração estadual: Elizabeth Moraes

Programa Embala Brasil

A

Um grupo de crianças brinca e canta de 12 para 12 no centro de recreação infantil, e de 1 para 1 o número de memória, entre as 140 crianças do 1º e 2º anos matutino da creche. O programa Embala Brasil, desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem como objetivo promover o desenvolvimento das crianças através de atividades musicais e teatrais. O programa é coordenado por Elizabeth Moraes, assessora de comunicação social da Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e é desenvolvido por Elizabeth Moraes, assessora de comunicação social da Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e é desenvolvido por Elizabeth Moraes, assessora de comunicação social da Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas.

Para a implementação do Programa de Criança, foram desenvolvidas atividades de teatro, música e dança, que são realizadas em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e com a participação das famílias das crianças. O programa é desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e é desenvolvido por Elizabeth Moraes, assessora de comunicação social da Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas.

Foto: da assessoria

Momentos do programa Embala Brasil desenvolvido na creche Ipê, na sede da LBA no Amazonas

Assessoria de Comunicação Social da LBA/AM - ASCOM

Programa Embala Brasil

B

PROGRAMA

EMBALA BRASIL

AÇÃO CONJUNTA

Mutirão no Sesc pela saúde das crianças

Um "mutirão" entre o Sesc de Manaus e a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, promoveu uma ação conjunta de saúde das crianças. O mutirão foi realizado no Sesc de Manaus, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e com a participação das famílias das crianças. O mutirão é desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e é desenvolvido por Elizabeth Moraes, assessora de comunicação social da Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas.

Para a implementação do Programa de Criança, foram desenvolvidas atividades de teatro, música e dança, que são realizadas em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e com a participação das famílias das crianças. O programa é desenvolvido em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas, e é desenvolvido por Elizabeth Moraes, assessora de comunicação social da Fundação de Amparo à Pesquisa, à Cultura e à Extensão da Universidade Federal do Amazonas.

Foto: da assessoria

Momentos do programa Embala Brasil desenvolvido na creche Ipê, na sede da LBA no Amazonas

Assessoria de Comunicação Social da LBA/AM - ASCOM

Plagantes do programa Embala Brasil na creche Ipê, na sede da LBA

Figura 67: Programa Embala Brasil, Creche Ipê, 1994, Manaus- Amazonas. Fonte: LBA, ASCOMunica, Manaus, nº 35, out. 1994, p. 1-2.

No acervo de Raimunda Ripardo Maciel, ex-recreadora da Creche Ipê III, há outras imagens produzidas naquele mesmo dia, onde apareciam as mesmas crianças das imagens anteriores (menino de camisa listrada segurando 2 pneus, enquanto 1 menino com o uniforme da Creche passava por dentro do objeto). O outro menino de camisa amarela, segurava uma bola e atrás deles, havia uma pessoa adulta, de cabelos curtos, ou presos, trajando boné e blusa vermelhos, bermuda jeans e sapatos fechados, posicionada de cócoras, aparentando segurar algo, provavelmente, um pneu. Ao fundo, havia algumas crianças que tomavam banho de piscina. Na imagem, percebe-se, ainda, peças de roupas dependuradas no canto esquerdo, em corda fixada a um dos orifícios da parede. (FIGURA 68, p. 222).



Figura 68: Recreação no pátio, Creche Ipê, Manaus- Amazonas, 1994.
Fonte: Acervo de Raimunda Ripardo Maciel, 1994 (Acervo da pesquisa).

O outro registro (FIGURA 69, p. 224) é referente à abertura e encerramento do evento, que também aparecia no Relatório, onde as crianças da Creche apresentavam-se uniformizadas e, seguravam faixas e cartazes “com dizeres referentes aos direitos da criança” e, que, de acordo com o documento, teriam cantado a música “Criança Feliz”. (FLBA, Relatório da Programação “Semana da Criança” - Embala Brasil, 1994, n.p.). Tratava-se da *Canção da Criança*⁹⁶, composição de Francisco Alves e René Bittencourt, de 03 de setembro de 1952:

Lúcia Helene: Brincando marcha o menino de hoje. Lutando marchará o menino de amanhã. Crianças despreocupadas desse Brasil-Menino, cujas glórias não de colher os homens grandes que dominarão o Brasil-Gigante, esse Brasil grandioso que eu canto, que as crianças da Casa de Lázaro felizes cantarão, numa esperança de vitórias e de alegrias!

Coro: Criança feliz, que vive a cantar
Alegre embalar seu sonho infantil
Oh, meu bom Jesus, que a todos conduz
olhai as crianças do nosso Brasil!

Francisco Alves: Crianças com alegria
qual um bando de andorinhas
viram Jesus que dizia:
Vinde a mim as criancinhas!
Hoje dos céus num aceno
os anjos dizem: Amém!
Porque Jesus Nazareno
foi criancinha também.

Há, ainda, registros da pesagem das crianças, em imagem intitulada “DIA DO CAMINHO DA SAÚDE EMBALA BRASIL”, ação registrada durante visita de supervisão na Creche Maria do Carmo Pinheiro no município de Carauari, realizada em 1994, onde observamos crianças enfileiradas, algumas pessoas adultas, e uma criança de uns dois ou três anos sendo pesada em uma faixa de pano cujas alças estavam presas por um gancho a uma balança pediátrica suspensa. (FIGURA 70, p. 225).

A comemoração dos aniversariantes também foi encontrada nos documentos. Na Creche Ipê II, observamos o registro da professora Rita Buiati, (FIGURA 71, p. 226), de uma criança de 6 anos e da monitora Maria do Carmo. A professora estava

⁹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fjvdbAvN8m8>.

de cabelos presos, trajando um vestido de alça azul escuro, de comprimento até os joelhos, e segurava um balão verde em sua mão esquerda. A monitora de cabelos curtos, trajava um vestido vermelho, de comprimento até abaixo dos joelhos, com manga curta, abraçava dois balões, um rosa e um amarelo, com o braço direito, e a aniversariante com o braço esquerdo. A aniversariante estava sobre um degrau, vestindo uma blusa sem manga branca, uma saia escura na altura dos joelhos, meias brancas e sapatos escuros. A criança segurava uma lembrancinha com a mão direita e um pequeno objeto não identificado com a mão esquerda. Ao fundo, na parede, percebemos cartazes com produções das crianças, afixados nas paredes e parte das grades de janelas e portas.



Figura 69: Encerramento da Semana da Criança- Embala Brasil, Creche Ipê, Manaus- Amazonas, 1994.

Fonte: Acervo de Raimunda Ripardo Maciel, 1994; FLBA, Relatório da Programação "Semana da Criança" - Embala Brasil, 1994 (Acervo da pesquisa).



DIA DO CAMINHO DA SAÚDE
EMBALA BRASIL



Figura 70: Creche Maria do Carmo Pinheiro, Manaquiri- Amazonas.
Fonte: FLBA, Relatório, 29/03/1994. CPDOC/INSS. (Acervo da pesquisa).



Figura 71: Comemoração dos aniversariantes na Creche Ipê II.
Fonte: Acervo Rita Monteiro, Déc. 1980 (Acervo da pesquisa).

Da Creche Ipê I, em 1989, também há uma imagem deste tipo de comemoração (FIGURA 72, p. 227), intitulada “FESTINHA DO ANIVERSARIANTE DO MÊS REALIZADA NA CRECHE IPÊ – I”, datada de dezembro de 1989. A cena apresentava 1 menino, em pé trajado de blusa branca, com estampa na frente, calça de elástico escura, e chapéu alaranjado, em formato de cone, enfeitado com tiras nas cores rosa e azul no topo, e um nariz de palhaço dependurado no chapéu. Ao fundo, várias crianças também com chapéus de aniversário iguais ao do menino, estavam sentadas em cadeirinhas de madeira, em torno de várias mesas retangulares, em madeira e fórmica.



Figura 72: Festinha do aniversariante do mês na Creche Ipê I, dez. 1989.
Fonte: Relatório Geral da Creche Casulo IPÊ I. Legião Brasileira de Assistência. Anexo, 1989.
Acervo: CPEDOC/INSS.

Outras festividades celebradas até os dias atuais são as festas juninas e a Páscoa, essas festas pagãs “[...] se tornaram religiosas, de comemoração dos santos e integradas ao calendário oficial, como o Natal, a Sexta-Feira Santa, a Páscoa, o dia de São João, sobretudo nos lugares de dominação da Igreja Católica.” (SHUELER, DELGADO, MULLER, 2007, p. 130).

Encontramos, apenas, um registro da comemoração de cada uma dessas datas. A primeira, nos anexos do *Relatório da Creche Casulo Ipê I* referente ao ano de 1989, na imagem intitulada “Festa Caipira ‘São João’”, observávamos crianças e professoras com trajes típicos juninos, dançando de mãos dadas, formando um caracol, sobre círculos traçados à giz no chão (FIGURA 73, p. 228).

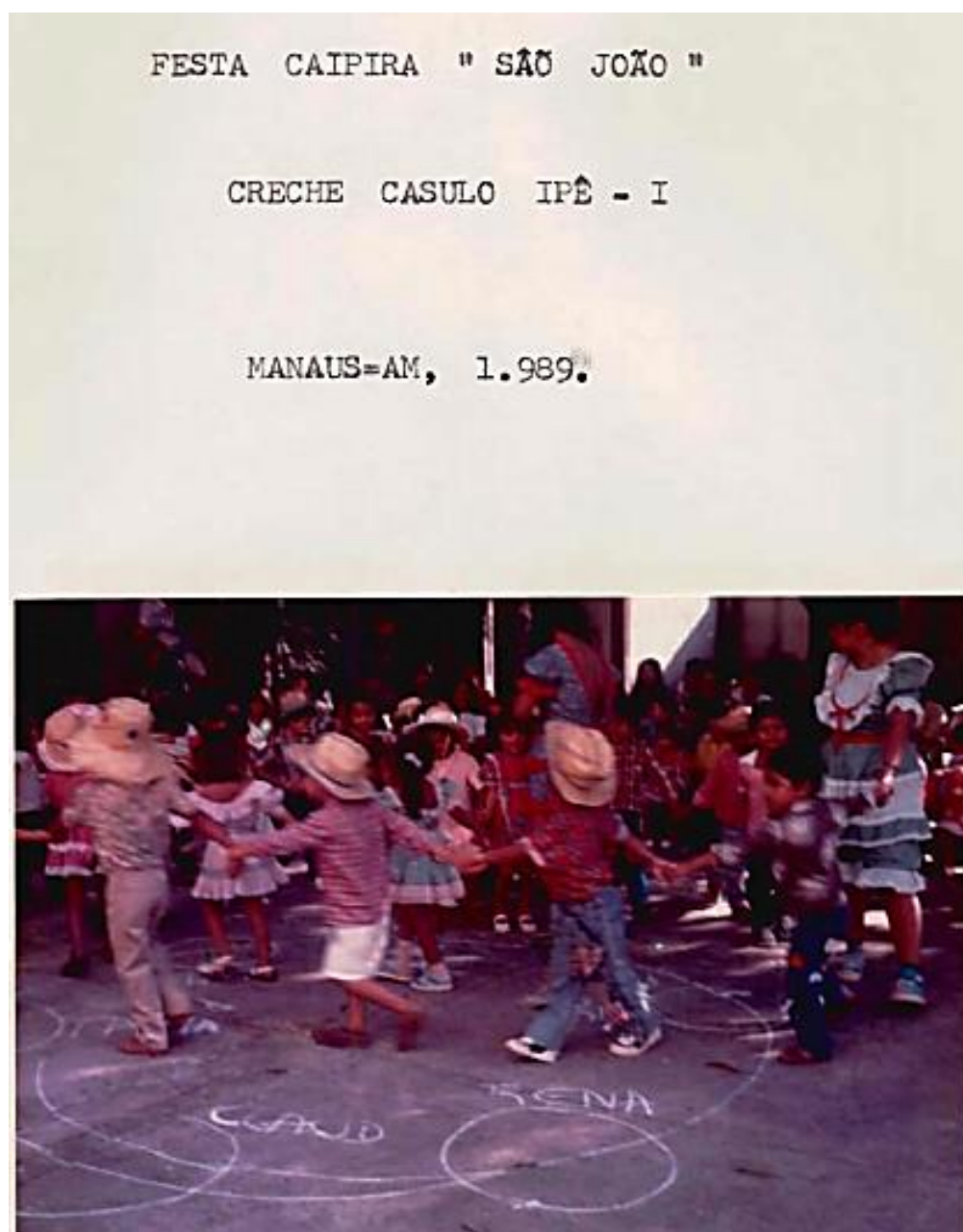


Figura 73: Festa Caipira “São João” Creche Casulo Ipê I, 1989.
Fonte: Relatório Geral da Creche Casulo IPÊ I. Legião Brasileira de Assistência. Anexo, 1989.
Acervo: CPEDOC/INSS.

O segundo registro, no Boletim Informativo da Superintendência do Amazonas, *LEGIÃO*, de março de 1993:

Crianças da 'Ipê' festejam a Páscoa

As crianças atendidas na creche Ipê, mantida pela LBA/AM em sua sede (A. Darcy Vargas, 77 – Chapada), também comemoraram a Páscoa, incluindo uma exposição de trabalhos manuais.

A programação – informou a chefe de creche, Raimunda da Silva Santos – começou com canto dramatizado pelas crianças de 4 e 5 anos, seguidas pelas de 3 anos. A Dança do Jornal, apresentada na ocasião, serve como um exercício aos músculos das pernas e do resto do corpo, que é movimentada para a esquerda e para a direita sobre um jornal.

Depois, como a atração principal, houve a Dança Dirigida, que se desenvolve da seguinte maneira: as crianças dançam livremente pelo pátio da creche e quando a música para, elas sentam e cruzam as pernas esticadas, quer dizer, exercitam o corpo.

No lanche da festividade foi servido chocolate gelado com bolo e distribuídas lembranças da Páscoa, tudo com a participação direta da equipe de recreadores. (*LEGIÃO*, 1993, p. 4).⁹⁷

As 2 comemorações possuem características em comum: apresentações das crianças, quer seja por meio de dança, de exposição de trabalhos, de canto ou de demonstração de exercícios físicos. Apresentações infantis também foram observadas em outros momentos, como na “FESTA EM HOMENAGEM AS MÃES DAS CRIANÇAS”, (FIGURA 74, p. 229), imagem anexa ao Relatório da Creche Ipê I (1989), onde aparecem várias crianças em pé com uma rosa nas mãos, vestidas com roupas diversas, sendo que uma está sem camisa. Na cena, havia 2 mulheres adultas em pé, e outras 3 sentadas na primeira fileira da plateia e, muitas cadeiras de madeira vazias, o que denotava baixa presença de mães no evento. Isso nos permite cogitar 3 motivos para tal situação: que elas não teriam comparecido ao evento devido aos seus empregos, que a imagem seria apenas o registro de um uma prévia para uma apresentação posterior, sendo, talvez, as 3 mulheres sentadas na plateia as próprias funcionárias da instituição, ou, ainda, se tratar apenas de imagem posada para produzir evidência para o relatório.

⁹⁷ No boneco do Boletim não havia nenhuma informação de que essa notícia teria sido publicada em algum periódico. Mesmo assim, procuramos no *Jornal do Comércio* e no *Jornal A Crítica*, mas não encontramos nenhuma outra notícia sobre esse evento.

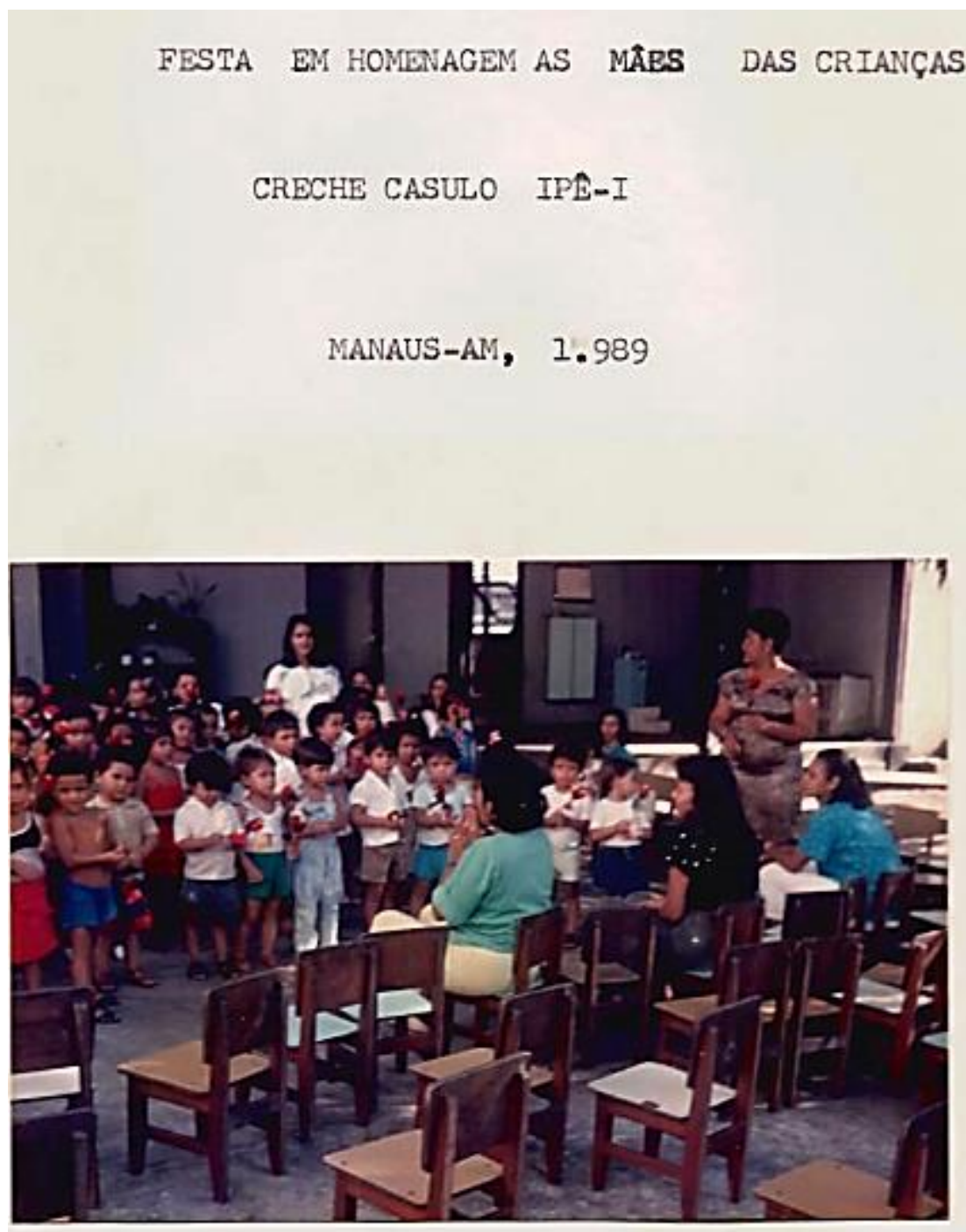


Figura 74: Festa em homenagem às mães das crianças. Creche Casulo Ipê I, 1989.
Fonte: Relatório Geral da Creche Casulo IPÊ I. Legião Brasileira de Assistência. Anexo, 1989.
Acervo: CPEDOC/INSS.

Apesar disso, identificamos a presença de mães em outras festividades como nesta imagem (FIGURA 75, p. 231), produzida em área externa da Creche Ipê, embaixo de árvores, onde um grupo de 6 meninas, trajando biquinis ou maiôs, duas delas com colares havaianos, dispostas em uma fila aguardavam sua vez para desfilarem em uma passarela improvisada com mesas, rodeada por um tecido

vermelho e branco. Ao fundo, arranjos de balões coloridos dependurados em uma estrutura de ferro ou metal compõem o cenário. Três, das crianças, estavam sobre a passarela, uma sendo conduzida por uma das recreadoras da Creche, que aparece, parcialmente, na imagem, observando-se que ela estava fantasiada com uma blusa de manga comprida vermelha, calça comprida e saia rodada por cima da calça, e algum adereço na cabeça.



Figura 75: Apresentação na Creche Ipê.

Fonte: Acervo de Raimunda Ripardo Maciel. 1994. (Acervo da pesquisa).

Conseguimos contatar a recreadora em questão, Jessecleide Queiroz, que afirmou ser ela e que a fantasia era de palhaça. Observamos, também, algumas mulheres adultas ao fundo, entre mães e funcionárias, 2 meninos com bermudas e camisetas, e 1 menino ao fundo com blusa branca de manga comprida e calça. Apesar de não ser possível especificar com exatidão qual o tipo de comemoração estava sendo realizada, mesmo consultando os sujeitos da época, obtivemos respostas diferentes: Festa da Família ou Carnaval. Essas divergências e até mesmo pontos de vista distintos podem ocorrer, uma vez que a “[...] memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas”. (BOSI, 2004, p. 16).

Causou-nos incômodo, na imagem, a exposição das crianças com trajes de banho em uma passarela, o que denotava uma reprodução, mesmo que irrefletida ou inconsciente, da influência cultural das mídias, que reproduzem até dos dias de hoje a ideia de que “[...] o corpo um produto midiático e que a imitação de danças sensuais faz parte do imaginário feminino no Brasil, característica reforçada desde os anos 1980 e 1990 com apresentadoras em roupas curtas nos programas televisivos infantis.” (MONTEIRO, 2020, p. 19).

Ao comparar com outra imagem, (FIGURA 76, p. 232), encontrada no acervo da LBA, observamos que se tratava do mesmo evento. Nesta, aparece em evidência uma menina realizando sua performance sob a passarela improvisada, descalça, envolta em um vestido colorido em verde e rosa. A imagem não apresentava data e nem legenda.



Figura 76: Apresentação artística de criança na Creche Ipê.
Fonte: LBA. ASCOM/AM. Fotos de Arquivo. Fotos de Ajuricaba Almeida. Década de 1990.

Crianças fantasiadas, também, foram encontradas em outra imagem (FIGURA 77, p. 233) onde se registrava a Festa da Família, contendo 5 crianças em uma área externa, que estariam representando a profissão dos pais, posicionadas próximas a

um muro e um carro branco, aparentando ter entre 4 e 6 anos. Das crianças, 1 menino parecia estar fantasiado de vendedor de balões, com uma camiseta branca, calça comprida azul clara, chinelos, segurava com ambas as mãos 1 cabo de vassoura com 1 arranjo de balões coloridos; a segunda criança vestia 1 bata laranja, usava óculos e chapéu amarelos, calçava chinelos e portava objetos em suas mãos, era a única criança a sorrir na imagem; a outra criança vestia 1 uniforme de soldado do exército.

Mais à frente, havia uma criança vestida de jornalista com blusa e calça com estampas de jornal, usando um chapéu de jornal, portando jornais embaixo de seu braço direito. Por último, uma criança vestida de dançarina, com uma saia e blusas curtas, branca com bastante plumas e um adorno branco em volta da cabeça, com plumas dependuradas.



Figura 77: Festa da Família.

Fonte: Acervo de Raimunda Ripardo Maciel. 1994. (Acervo da pesquisa).

De acordo com relato da ex-recreadora Raimunda Ripardo Maciel, que trabalhou na Creche Ipê III:

Não era uma preocupação da creche, da própria instituição, que fosse um trabalho mais voltado para o desenvolvimento educativo, porque apesar de ter sido organizado por faixa etária, primeiro período, segundo período, mas os professores não tinham muito esse preparo de planejamento conforme as idades. Então, as atividades eram pouco elaboradas, vamos dizer assim, mas havia historinhas, livros de historinhas, havia a contação de histórias que eles gostavam muito, eventos culturais, eventos cívicos, tudo isso tinha, a data de aniversário, comemoração de aniversário, festa das crianças. Então, as festas comemorativas sempre tiveram Dia dos Pais, Dia das Mães. A gente evitava fazer mais Dia dos Pais, se fazia mais Dia das Mães, porque o público-alvo era mais as mães. (MACIEL, 2022).

Outra festividade que teve destaque nos registros foram as cerimônias de formatura, ou “Festa ABC”, com a presença dos pais. Um rito de passagem que sobrevive até os dias de hoje no universo infantil, tanto em escolas públicas como particulares, e que marca a transição do Pré-escolar para o Ensino Fundamental, ou ainda, do 1º ano para o 2º ano do Ensino Fundamental, celebrando o processo de alfabetização da criança, marcando a data do seu ingresso à cultura escrita.

Na imagem intitulada “FORMANDOS 1982 IPÊ I e II” (FIGURA 78, p. 235), produzida no pátio da Creche IPÊ I, datada de dezembro de 1982, verificamos um grupo de mais ou menos 28 crianças, trajando ombrelones (capas) de formatura na cor clara, sentados em 3 fileiras de cadeiras. Ao fundo, em pé, 2 adultos, ao que parece ser um homem e uma mulher, posicionados da direita para a esquerda da imagem, respectivamente. Também se observava o portão de acesso à instituição, onde era possível ver, parcialmente, a estrutura de uma das salas, construída em alvenaria com portão e janela gradeados.

Na Creche Padre Mário Giudici, observava-se 15 crianças, (FIGURA 79, p. 236) que aparentavam ter entre 6 e 7 anos de idade, 5 meninos trajados de camisas brancas, gravatas borboletas e calças compridas escuras, e 10 meninas com vestidinhos de comprimento até o joelho, de mangas curtas em tons que variavam entre rosa e bege. Todos, usando chapéus de formatura na cor azul e portavam um papel nas mãos. Ao fundo, contabilizava-se 9 adultos, entre pais e funcionários, sendo a senhora de vermelho a dona Deuvani, e o senhor de blusa azul clara e óculos escuros, seu esposo, senhor Alfredo, dirigentes da Creche.

Outro evento que contatava com a presença dos pais e da comunidade eram os tradicionais desfiles cívicos. Essas festividades,

[...] faziam parte da vida social da escola perante a comunidade e, portanto, foram manifestações repetidamente programadas e divulgadas no calendário escolar. Postos em cena, os desfiles revelam o estreitamento de laços e comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores, funcionários e familiares (COELHO, p. 169, 2008).

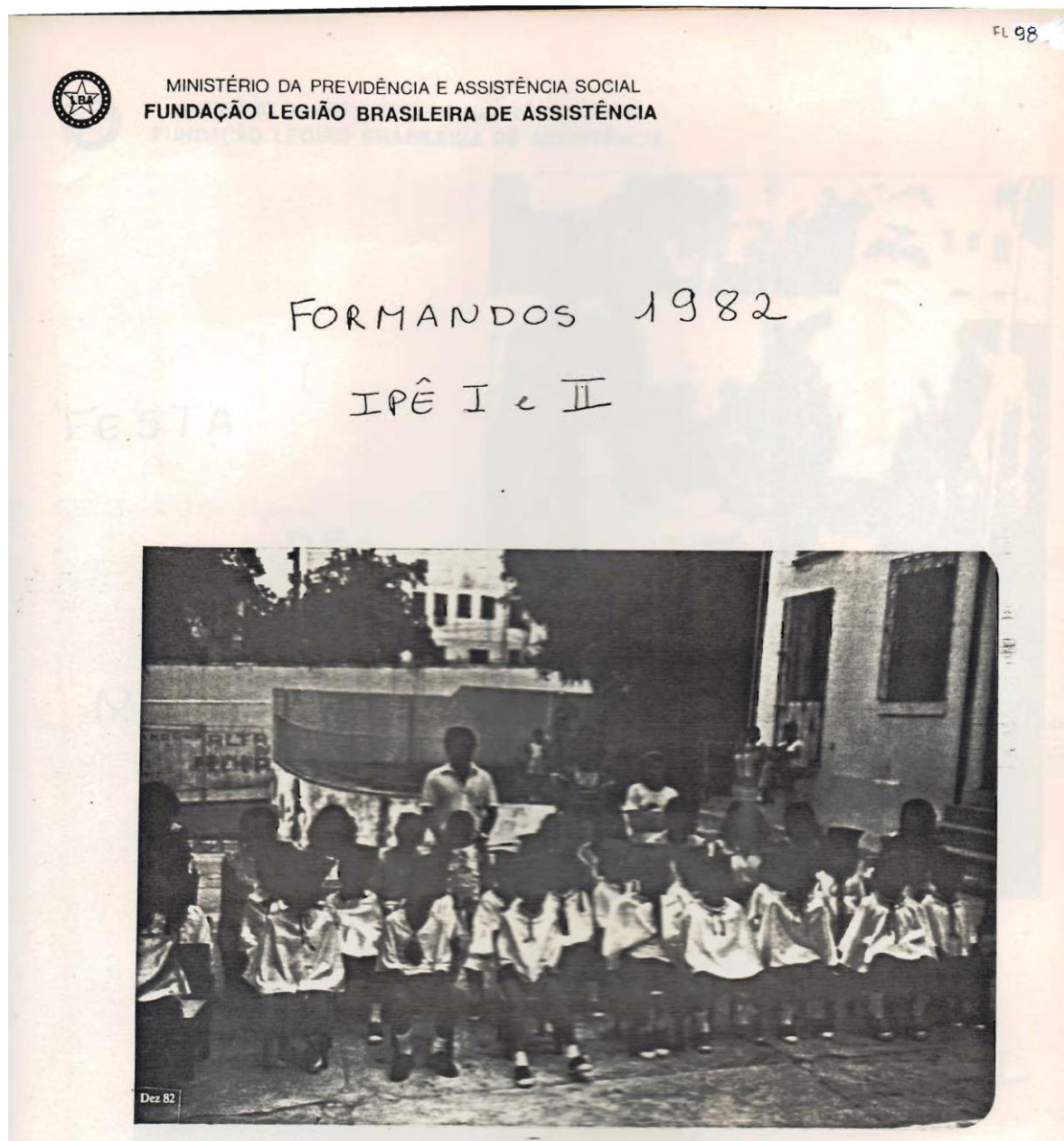


Figura 78: Formandos Ipê I e II, 1982.

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. Relatório Anual. 1982, p. 98.

Acervo: CPEDOC/INSS.



Figura 79: Formatura das crianças da Creche Conveniada Padre Mário Giudici.
Fonte: Acervo pessoal de Deuvani Serrão. Década de 1980. (Acervo da Pesquisa).

No registro da Creche Padre Mário Giudici (FIGURA 80, p. 237), observamos a presença dos familiares das crianças, em que havia 21 crianças entre meninos e meninas, vestidas com blusas na cor amarela e saias ou bermudas na cor azul, com exceção de 2 meninas que estavam com saias claras, uma delas com uma blusa azul. Tinham 2 crianças portando bandeiras do Brasil, em tamanhos diferentes, 2 meninos seguravam tamborzinhos e 1 menino estava sobre uma pequena bicicleta. A maioria das crianças usava sapatos fechados e meias brancas. Ao fundo, observamos muitas pessoas entre adultos e crianças, e o diretor da Creche com blusa marrom.

Também há registros de desfiles cívicos da Creche Ipê, realizados em setembro de 1990 e de 1991. Na imagem de 1990 (FIGURA 81, p. 237), observamos 2 fileiras de crianças, usando o uniforme da instituição, blusas brancas e bermudas escuras. As 2 primeiras crianças das fileiras seguravam uma bandeira do Brasil, e havia recreadoras em meio às crianças. À esquerda, havia 1 menino vestido de soldado do exército, e à direita, 1 senhora de cabelos curtos, com blusas e sapatos claros e calça escura.



Figura 80: Crianças da Creche Padre Mário Giudici em desfile cívico.
Fonte: Acervo pessoal de Deuvani Serrão. Década de 1980. (Acervo da Pesquisa).



Figura 81: Crianças da Creche Ipê em desfile cívico. 1990.
Fonte: Acervo de Raimunda Ripardo Maciel. 1990. (Acervo da pesquisa).

Em outra imagem, correspondente ao ano de 1991, contamos 5 fileiras de crianças, em área externa, de costas para a câmera, todas estavam trajando bermudas escuras e blusas verdes, sem manga. Havia, também, a presença de adultos na cena, as recreadoras, junto às crianças e ao fundo alguns expectadores (FIGURA 82, p. 238).



Figura 82: Crianças da Creche Ipê em desfile cívico. 1991.
Fonte: Acervo de Raimunda Ripardo Maciel. 1991. (Acervo da pesquisa).

Outra comemoração de destaque nas Creches Casulo eram as comemorações natalinas. Em imagem anexa ao relatório de 1982, (FIGURA 83, p. 239), com a identificação “FESTA DE NATAL IPÊ I e II, observava-se alguém fantasiado de Papai Noel posicionado ao centro, de frente para a câmera, portando um cajado na mão esquerda, ladeado por três crianças e duas mulheres.

Em outra imagem, datada de 1991, pertencente ao acervo de Raimunda Ripardo Maciel, (FIGURA 84, p. 240), percebemos a filha de Ângela Freire, então chefe da Creche Ipê, fantasiada de Papai Noel, vestindo blusa e calças longas na cor vermelha, em cetim, usando sobancelhas e barba brancas, gorro vermelho e botas de borracha pretas de cano alto. A personagem pousava sentada em uma cadeira decorada com tecido e fitas vermelhas, ao fundo, havia uma parede com uma cortina

grande e branca, ornamentada com festões na parte superior, 2 sinos brancos com detalhes em estrelas coloridas, provavelmente, de cartolina, festões dourados e um tapete vermelho no chão.

Em seu colo, havia um bebê de poucos meses com uma calça comprida, sapatinhos e uma blusa sem manga em tons claros, com a cabeça apoiada para o lado direito da imagem. A criança era a filha de Raimunda Ripardo Maciel, recriadora da Creche, que não era aluna da instituição, mas estava acompanhando sua mãe na confraternização voltada às famílias das crianças e funcionárias, o que era comum à época (MACIEL, 2022).

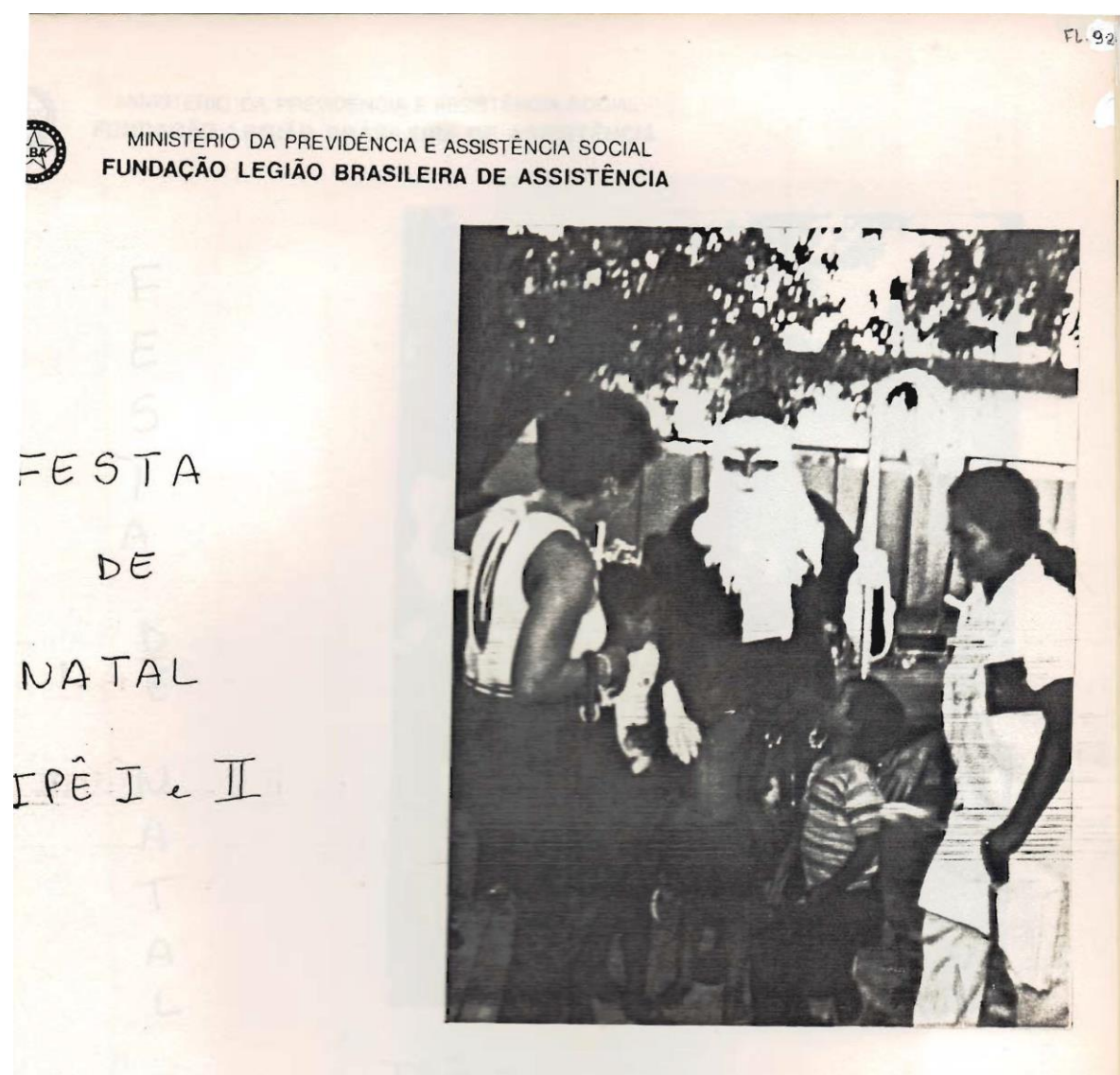


Figura 83: Festa de Natal IPÊ I e II.

Fonte: AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. Relatório Anual. 1982, p. 92.

Acervo: CPEDOC/INSS.



Figura 84: Filha de Ângela Freire, chefe da Creche Ipê, fantasiada de Papai Noel com a filha da recreadora Raimunda Ripardo Maciel no colo.
 Fonte: Acervo pessoal de Raimunda Ripardo Maciel. 1991.

Encontramos no acervo da LBA uma imagem referente a este mesmo evento (FIGURA 85, p. 241), com a legenda “Crianças na Creche Casulo IPÊ, da LBA/AM, nas festividades do Natal de 1991, na qual percebemos que o local onde a personagem estava, na verdade era um palco. Havia várias crianças que realizavam uma apresentação natalina. A personagem do Papai Noel, estava posicionada à direita da imagem, sentada com uma criança em seu colo direito, um menino com roupas brancas e sandálias escuras, que aparentava ter entre 2 e 3 anos. No palco, havia um grupo de umas 13 crianças entre 4 e 6 anos e a chefe de Creche Ângela Freire que sorria e segurava um microfone com sua mão direita para uma menina de vestido rosa e calçados brancos. Com sua mão esquerda, a chefe de Creche portava um papel na altura dos ombros. À direita da imagem, a professora Maria José, aparecia com o corpo inclinado, posicionando um menino que está logo à sua frente.

No canto, observamos uma senhora com blusas listradas e cabeça abaixada. Tanto a chefe de Creche quanto a professora, vestiam blusas brancas e calças azuis. Algumas crianças estavam com seus dedos na boca, demonstrando timidez, outras

apresentavam semblantes sérios, a contemplar o horizonte, e as três mais próximas da menina que fazia uso do microfone, estavam com os olhos voltados para ela.



Figura 85: Crianças da Creche Casulo Ipê, da LBA/AM, nas festividades do Natal de 1991. Fonte: LBA. ASCOM/AM. Fotos de Arquivo. Fotos de Ajuricaba Almeida. 1991.

Encontramos outro registro de confraternização natalina, em 1993, com a seguinte legenda “Coral natalino da creche Casulo Ipê, na sede da LBA/AM” de uma imagem em preto e branco (FIGURA 86, p. 242), no qual observamos um grupo de crianças que se apresentava no pátio da Creche.

Deparamo-nos com mesma imagem, desta vez, colorida (FIGURA 87, p. 243) e em tamanho maior, em outra publicação da *ASCOMunica* em junho de 1994, contendo a legenda “Crianças atendidas na creche da sede da LBA em Manaus”, abaixo da imagem o seguinte texto:

LBA/AM ATENDEU MAIS DE 20 MIM CRIANÇAS EM MAIO
A Superintendência da LBA no Amazonas atendeu, através de convênios com órgãos oficiais e entidades particulares, no mês de maio último, 20.628 crianças de zero a seis anos, pelo seu programa de Creche Manutenção. Foram atendidos 2.515 idosos e 748 deficientes. (*ASCOMunica*, junho, 1994, p. 1).

Na imagem observamos um grupo de mais ou menos 23 crianças que aparentavam ter entre 4 e 6 anos, com roupas diferentes, todas com um chapéu em formato de cone vermelho, com enfeites brancos na base. De costas para a imagem e de frente para as crianças, havia uma mulher de cabelos curtos, blusa branca e calça rosa, com o braço direito estendido, como se estivesse a realizar os movimentos os quais as crianças deveriam imitar. Na plateia, algumas crianças também usavam chapéus vermelhos, uma delas estava sem camisa. Vemos, ainda, parte de uma decoração natalina nas janelas e portas.



Figura 86: Coral natalino da Creche Casulo Ipê, na sede da LBA/AM.

Fonte: LBA. Superintendência do Amazonas. ASCOMunica, Manaus, nº 01, dez. 1993, p. 2.



Figura 87: Crianças atendidas na Creche da sede da LBA em Manaus.

Fonte: LBA. Superintendência do Amazonas. ASCOMunica, Manaus, nº 25, jun. 1994, p. 1.

O último registro é uma junção de duas comemorações em um único evento: Natal e formatura, datado de dezembro de 1994, com a seguinte legenda “*Alunos da Creche Ipê na festa de confraternização*”. Na imagem em preto e branco, verificamos a presença da superintendente acompanhada da chefe de Creche Raimunda Santos, atrás de algumas crianças que trajavam o uniforme da Creche (FIGURA 88, p. 244), abaixo da imagem, havia a seguinte notícia:

Quando as crianças atendidas em creches conveniadas da Legião Brasileira de Assistência (LBA) completam cinco anos, dão lugar a outras de menor idade, passando para o pré-escolar da rede de ensino pública. Assim, acontece hoje, com 19 crianças (incluindo sete meninas) da Creche Ipê, na sede da LBA, que fazem a sua festa de “formatura” e de despedida.

A Turma Ângela Maria Bessa Freire (homenagem à ex-chefe da creche) participará de ato litúrgico às 16h, no auditório da Legião, após o que receberão, das paraninfas Maria Dvalda, Joventina Brandão e Saydiza Maria Medeiros, os certificados de conclusão do período na creche.

Conforme a superintendente estadual da LBA, Elizabeth Moraes, no Amazonas a instituição atende cerca de 27 mil crianças de zero a cinco anos e só na sua Creche Ipê presta assistência a 75, nas áreas de alimentação, saúde, material pedagógico e lazer.

Na creche também está sendo realizada a exposição anual de trabalhos das crianças de três a cinco anos, confeccionados de sucatas, com orientação das "tias" Francinete e Raimunda Maciel. A exposição termina hoje, depois de exposta à visitação desde o dia 14. (ASCOMunica, nº 2, dez. 1993, p. 1; A CRÍTICA, 17/12/1993, p. 5).

Ao lado da matéria havia, a seguinte informação: "Notícias da ASCOM/LBA publicadas na imprensa amazonense". Verificamos que a mesma notícia foi publicada no jornal *A Crítica* em 17 de dezembro de 1993 com o título "Creche Ipê faz festa de adeus a 1993" (*A CRÍTICA*, 17/12/93, p. 5), uma vez que, nessa época, Ajuricaba Almeida era editor de ambos os impressos.

Superintendência do Amazonas

LBA

ASCOMunica

Manaus/Dezembro/No 2

Nova Jerusalém vai ganhar poço

A comunidade de Nova Jerusalém, no alto Rio Preto da Eva, vai ganhar um poço artesiano ainda este ano, conforme convênio assinado ontem pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Prefeitura daquele município, a 90 km de Manaus. Na mesma ocasião, a superintendente estadual da Legião, Elizabeth Moraes, e o prefeito Luís Castelo, acertaram também, em outro convênio, recursos para a instalação da Casa de Vegetação no Horto Municipal de Rio Preto da Eva, onde serão produzidas mudas de hortaliças e de plantas medicinais, de grande potencial na região.

O prefeito Luís Castelo anunciou que está prevista, para breve, a assinatura de outros dois convênios com a LBA, um destinando recursos para a recuperação da creche conveniada, onde são atendidas 130 crianças, e outros para a compra de móveis e utensílios.

"A ajuda da LBA à Prefeitura de Rio Preto da Eva é muito importante, principalmente na manutenção da creche, daí nós, a Prefeitura e a população do município, estaremos contra qualquer

Creche Ipê faz festa



Alunos da Creche Ipê na festa de confraternização

Quando as crianças atendidas em creches conveniadas da Legião Brasileira de Assistência (LBA) completam cinco anos, dão lugar a outras de menor idade, passando para o pré-escolar da rede de ensino pública. Assim, acontece hoje, com 19 crianças (incluindo sete meninas) da Creche Ipê, na sede da LBA, que fazem a sua festa de "formatura" e de despedida.

A Turma Ângela Maria Bessa Freire (homenagem à ex-chefe da creche) participará de ato litúrgico às 16h, no auditório da Legião, após o que receberão, das paraninfas Maria Dvalda, Joventina Brandão e Saydiza Maria Medeiros, os certificados de conclusão do período na creche.

Conforme a superintendente estadual da LBA, Elizabeth Moraes, no Amazonas a instituição atende cerca de 27 mil crianças de zero a cinco anos e só na sua Creche Ipê presta assistência a 75, nas áreas de alimentação, saúde, material pedagógico e lazer.

Na creche também está sendo realizada a exposição anual de trabalhos das crianças de três a cinco anos, confeccionados de sucatas, com orientação das "tias" Francinete e Raimunda Maciel. A exposição termina hoje, depois de exposta à visitação desde o dia 14.

Notícias da ASCOM/LBA publicadas na imprensa amazonense

Figura 88: Alunos da Creche Ipê na festa de confraternização.

Fonte: LBA. Superintendência do Amazonas. ASCOMunica, Manaus, nº 02, dez. 1993, p. 1.

Encontramos outra imagem da mesma atividade, desta vez, colorida, com a legenda “A superintendente Elizabeth Morais visita a Creche IPÊ sede da SUPER, em dezembro de 1993”, localizada em uma pasta denominada “Fotos de Arquivo”, no acervo da LBA, identificada como “Fotos de Ajuricaba Almeida”, em que os detalhes ficam mais perceptíveis (FIGURA 89, p. 245). Percebemos que a superintendente trajava blusa vermelha, e seus óculos estavam dependurados por um cordão em seu pescoço, identificava-se um grupo de 15 crianças em pé, uniformizadas, a maioria parecia estar bem à vontade e sorrindo. Ao fundo, observamos algumas produções das crianças, afixadas na parede, e outras dispostas em prateleiras de uma estante: duas árvores de Natal, um presépio, uma guirlanda, várias dobraduras de animais e casinhas.



Figura 89: Visita da superintendente Elizabeth Morais à Creche Casulo Ipê.
Fonte: LBA. ASCOM/AM. Fotos de Arquivo. Fotos de Ajuricaba Almeida. Dez. 1993.

3.4 O que sobra das Creches Casulo após a LBA? ⁹⁸

Em 1993, a previsão da extinção da LBA já começava a ser anunciada em relatórios que mencionavam uma “reestruturação” que seria realizada em decorrência do processo de descentralização na instituição, quando os serviços desempenhados, até então, pela Instituição, seriam repassados ao SESI⁹⁹ que, a princípio, teria demonstrado interesse, mas que teria desistido após o recebimento de uma proposta mais vantajosa do Distrito Industrial. Assim, o município passaria a atender às demandas da Instituição:

No que tange a Municipalização, efetuou-se articulação com órgãos governamentais e não governamentais, resultando um consenso das partes, que o exercício 1993 não seria o momento ideal, vez que, não havia previsão para desencadear o processo de execução das atividades conjuntas.

No primeiro momento o Serviço Social da Industria, foi parceiro interessado, porém, recebeu uma proposta de maior vantagem do setor privado para desenvolver um trabalho no Distrito Industrial.” [...] a não concretização do repasse das ações ao Município e a não aceitação das mesmas, pela Entidade (SESI), conforme a proposição do Plano, provocou certo descontentamento pela equipe, assim como, alterações no processo de reordenamento e descentralização das ações indiretas.”

Posteriormente, as articulações deu-se a nível do Município em após entendimentos, com as comissões que trataram do assunto, concluiu-se com o acordo, de que no exercício 1994 dar-se-á continuidade as propostas.

[...] “Ressalta-se como estrangulamento no processo de Convênios, as questões inerentes as Instruções Normativas, dificultando o trabalho, face as exigências legais não serem compatíveis com as estruturas dos órgãos parceiros e expedidores dos documentos exigidos, provocando um desgaste a equipe.

“Adequação Estrutural- [...] No período de agosto a dezembro/93 com a diminuição do número de servidores, a disponibilidade de recursos em maior volume e as obrigações com a formalização das parcerias

⁹⁸ Provocação inspirada na questão “O que sobra da escola após a escola?” (DOMINIQUE JULIA, 2001, p. 37).

⁹⁹ Em 21 de março de 1994 o SESI inaugurou a Creche Dr. Francisco Garcia, “estabelecida nos moldes empresariais, atendendo principalmente os filhos e demais dependentes dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus (PIM).” (BATISTA, 2018, p. 40). Essa creche “atendia parcialmente somente as mães trabalhadoras das fábricas do DI, cumprindo assim o que determinava a CLT- 993754218 Consolidação das Leis Trabalhistas que prevê as empresas privadas que empregam mais de 30 mulheres com idade superior a 16 anos, que forneçam atendimento em berçário para as crianças de até 6 meses de idade, filhas de seus funcionários. As empresas não prestavam esses serviços como sendo um direito educacional das crianças em geral.” (ASSIS, 2013, p. 34).

através de convênios, sentiu-se a necessidade de reformular essa estrutura, para melhor desenvolvimento dos serviços prestados [...] Política de Recursos Humanos – prioridade identificada no exercício 92 pela D.N., o que levou a Instituição traçar uma política de capacitação dos recursos humanos, não atingida com o esperado, vez que, os recursos foram insuficientes. Um fato que, para nós repercutiu como fator negativo e esta Gerência foi prejudicada, é a situação da capacidade operativa, que cada vez decresce em quantidade, não tendo-se reposição dos servidores que se afastam. Com relação a questão, a Gerência de Programa procurou adequar os recursos humanos existentes, ao volume de trabalho, porém, esta situação provocou insatisfação dos servidores, causando sérios problemas no desenvolvimento e gerenciamento das atividades. (LBA, Relatório Anual da GEPRO, 1993, n.p.).

Esse processo teria provocado descontentamento por parte dos servidores que precisaram direcionar esforços para continuar desempenhando suas funções:

No exercício 1993 a Gerência de Programas desta SUPER-AM, previu em seu Plano Estadual as modificações de estrutura organizacional, a expansão das ações, a descentralização dos serviços prestados com o repasse ao município da ação direta e assessoramento a Estados e Municípios.

A prática e execução das propostas, deram-se de forma polêmica, face as condições e conjuntura do país, assim como, as mudanças que ocorreram com relação a administração tanto a nível nacional como local e, indefinição Institucional, quanto ao seu papel no âmbito da assistência., embora, houvesse um encaminhamento de reordenamento. Essa indefinição provocou insatisfação dos servidores, assim como, dificultou o Gerenciamento das atividades.

O ponto culminante desse processo, ocorreu com a extinção das Gerências, e, o não posicionamento da D.N. quanto as propostas de organização da estrutura, apresentada no Plano Estadual e, posteriormente, em documentos elaborado (sic), conforme diretrizes, também sem respostas de aprovação

Assim sendo, a partir da extinção das Gerências, esta GEPRO junto com a equipe (mínima) procurou equacionar uma estrutura para que as atividades fossem desenvolvidas. [...] (LBA, Relatório Anual da GEPRO, 1993, n.p.).

Na Creche Ipê, a equipe teria contado com o auxílio dos pais para continuar funcionando. Teria recorrido ao uso de sucata, para superar as dificuldades enfrentadas sobre a compra dos alimentos e materiais, para realizar as atividades com as crianças:

A execução das atividades foi difícil, com relação aos recursos financeiros e humanos, porém, equacionados de conformidade com

os recursos liberados pela D.N. o apoio da Superintendência, as alternativas e criatividade da equipe, participação e colaboração dos pais. Essas dificuldades referem-se a aquisição dos alimentos e materiais necessários para o desenvolvimento das atividades.

Vale ressaltar que o cardápio e o controle dos gêneros alimentícios foi uma preocupação constante, sendo o aproveitamento e a economia fator importante para oferecer as crianças, as três refeições diárias, sem que isto prejudicasse em qualquer aspecto.

Com relação ao material didático, para as atividades pedagógicas, recreativas e sociais, não dispusemos de nenhum recursos (sic), sendo todo o material usado para os trabalhos, a sucata, o que diminuiu muito os custos da Creche.” (LBA, Relatório Anual da GEPRO, 1993, n.p.).

O sucateamento nas Creches Casulo no Amazonas já era uma realidade, principalmente, das creches conveniadas, mas nas Creches Ipê encontramos alguns documentos que indicavam a existência de certo investimento na década de 80, auge da expansão do Projeto Casulo, em alimentação e materiais diversificados: brinquedos, fantoches, itens de higiene, toalhas, materiais de pedagógicos diversos e até de serviços como lavagem das roupas das crianças.

De acordo com o Relatório, devido ao remanejamento de 2 servidoras da Creche, teria sido necessário transformar 2 turmas de 4 e 5 anos de idade em 1 única turma:

Sentimos muito pois a Técnica acompanhava e orientava a parte pedagógica e a agente de saúde levava as crianças ao médico além de ser responsável por uma turma de 04 anos. Mas, por isso não paramos nossos trabalhos, juntamos as turmas de 04 e 05 anos devido o nº de crianças ser suficiente para o atendimento em uma só sala. (FLBA, 1º Relatório Trimestral, 1994, n.p.).

A, então, chefe de Creche Raimunda Santos informava no primeiro relatório trimestral de 1994, que a entrega dos alimentos estaria “normal” e que as crianças haviam recebido uniforme e sandálias e que, mesmo com a previsão da desativação da Creche para o mês de abril daquele ano, a Superintendente havia garantido a permanência da instituição até dezembro de 1994. Dessa forma, a equipe já estaria visitando as Creches conveniadas com a LBA, para onde as crianças seriam encaminhadas “[...] articulando o número de vagas para a possível transferência das crianças dentro de sua área de abrangência ou do trabalho dos pais”. (FLBA, 1º Relatório Trimestral, 1994, n.p.).

O Relatório informava que houve uma mobilização dos pais na feitura de um abaixo assinado, atitude criticada pela chefe da Creche, numa espécie de desabafo sobre a conduta de determinado pai que não reconhecia o trabalho que a equipe vinha desempenhando:

Encontramos como empecilho para esse trabalho o Sr. [...], pai de 02 menores que temos na Creche que não acatou a decisão legal da LBA e partiu para um abaixo assinado com os pais das crianças, levando à Superintendente; a mesma já havia conversado com a presidente que já tinha lhe garantido a permanência da Creche até DEZ/94. Este Sr. Sem escrúpulos não ver o trabalho que desenvolvemos durante 10 horas por dia com essas crianças inclusive as 02 dele, quando desenvolvemos seus conhecimentos, orientamos sua criatividade e trabalhamos a socialização. [...] (FLBA, 1º Relatório Trimestral, 1994, n.p.).

Nesse mesmo período uma notícia publicada no *Jornal do Comércio*, informava que a, então, vereadora Vanessa Grazziotin, do partido PC do B, havia encaminhado um abaixo-assinado à Superintendência Nacional da LBA, resultado de uma reunião com os pais e professores da Creche, que solicitava que a Creche Casulo Ipê não fosse fechada:

Vanessa pede [não] fechamento de creche

A vereadora Vanessa Grazziotin do PC do B, encaminhou à Superintendência Nacional da legião Brasileira de Assistência um abaixo assinado para que a direção Nacional não feche a creche “Casulo Ipê”. O pedido da vereadora comunista se baseou numa reunião que teve com os pais e professores dessa creche, realizada no dia 22/03/94.

‘A própria Constituição Brasileira, em seu artigo 205 consagra que A Educação, Direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho’. Com essas palavras a vereadora procurou chamar a atenção da superintendente da LBA para o problema que ora atravessa o atendimento de crianças de zero a seis anos, no Estado do Amazonas. A vereadora consciente de que a terminação é nacional usou de um abaixo assinado para que a Sra. Leonor Franco, superintendente Nacional da LBA se sensibilize com a situação dessas crianças e não permita que a creche seja fechada.

A vereadora também justificou seu pedido, principalmente ao analisar a situação do Brasil. Segundo Vanessa o país vive uma crise, onde quem mais sofre é a classe operária “O Brasil precisa dá uma melhor condição de vida para os brasileiros, as nossas crianças, são as que mais sofrem por causa do descaso que os nossos governantes tem submetido a nossa população, por isso, no momento que é fechada

uma creche que atende filhos de trabalhadores, não posso ficar inerte, seria mais uma medida prejudicial aos trabalhadores”, concluiu a vereadora.

Para mostrar que o parlamentar não deve ficar apenas na promessa, Vanessa Grazziotin, usou do seu tempo na tribuna da Câmara Municipal para expor aos outros vereadores a preocupação com a creche “Casulo do Ipê e com a situação das crianças no Brasil. A creche fica localizada na avenida Darcy Vargas, no bairro da Chapada, um dos mais tradicionais de Manaus e no momento em que o Brasil atravessa mais um plano econômico, segundo a vereadora seria impatriótico da Parte da LBA, fechar uma creche que atende os filhos de uma parcela da população que não é beneficiada com quase nada nesse País. Muitos vereadores se mostraram solidários ao pronunciamento da vereadora. Com isso todos acreditam que a creche não será fechada, deixando os alunos em prejuízo.

‘Precisamos unir forças para que situação como essas, onde os trabalhadores podem ser prejudicados, não venha acontecer, sem uma devida justificativa, pois se assim acontecer, não sei onde iremos parar’, finalizou a vereadora.’ (JORNAL DO COMÉRCIO, 24/03/94, p. 08).

Curiosamente, o título da notícia apresentava-se “Vanessa pede fechamento da creche”. Só quando se lia o seu conteúdo, era possível compreender que a vereadora defendia, justamente, o contrário: o não fechamento da Creche. Mesmo com essas mobilizações, o processo de desativação da Creche teria se consolidado em 30 de dezembro de 1994, resultando na transferência das crianças às outras instituições conveniadas:

Dos procedimentos adotados e previsões para ativação das ações, encerramos o exercício com a seguinte situação:

- Desativação da Creche Ipe, localizada na sede da Superintendência, em 30.12.94, num processo conjunto família x creche x comunidade, transferindo as crianças às Creches que tinham convênios com a LBA e de preferência dos pais, levando-se em consideração os aspectos dos serviços básicos de transportes, localização e melhor acesso, face as atividades dos pais. O processo efetivo de forma gradual, sendo que as crianças foram encaminhadas durante o exercício, conforme solicitação dos responsáveis, para não existir traumas ou impacto negativo. (FLBA, Relatório de atividades, 1994, p. 14).

Notícias publicadas no *ASCOMunica* de 18/09/95, nº 40, informavam que a Secretaria de Assistência Social – SAS, “criada para coordenar e articular as ações da área, em parceria com estados e municípios” teria como “[...] papel fundamental viabilizar o sistema descentralizado de assistência social no País, de acordo com a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).” A SAS “[...]”

absorveria os programas de assistência social da LBA (em processo de extinção) a partir de janeiro de 1996”:

A partir da estruturação do novo sistema, os recursos federais serão repassados diretamente aos estados e municípios, que serão os responsáveis pelo controle de sua aplicação. Para isso, cada estado, cada município, deve elaborar um plano de assistência social, coerente com as diretrizes gerais e, ainda, implantar seus Conselhos e Fundos de assistência social. Em todo o processo a SAS estará presente, através de suas coordenadorias regionais, promovendo a articulação, somando esforços, recursos e apoio técnico. (ASCOMunica e 18/09/95, nº 40, p. 01; A Crítica, 17/09/95, p. 7).

De acordo com o documento, em 1996, a assistente social da LBA Bárbara Araújo dos Santos teria assumido o cargo de gerente, criado em substituição ao cargo de Superintendente, que havia sido extinto. A então gerente estaria responsável por “conduzir o processo de inventariança da LBA no Amazonas”:

No Amazonas, esse processo de inventariança está ocorrendo normalmente”, garantiu a nova gerente de Administração da LBA/AM, referindo-se à redistribuição de servidores, destinação do patrimônio (bens móveis e imóveis) e repasse de recursos financeiros às entidades conveniadas.

Nossa principal missão, entretanto, é apoiar a implantação da Secretaria de Assistência Social, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) que vai substituir a LBA. A SAS vai coordenar e articular as ações da área social em parceria com estados e municípios, viabilizando o sistema de descentralização de assistência social prevista na Lei Orgânica do setor”, explicou ela.

Depois da estruturação da nova Secretaria, os próximos passos são a criação dos Conselhos e Fundos estaduais e municipais.

Bárbara dos Santos destacou como papel da SAS as seguintes ações: 1 – Implantação da nova estrutura descentralizada; 2- Oferecer apoio técnico a estados e municípios e promover articulação entre as três esferas do Governo e as entidades não-governamentais; 3- Oferecer as diretrizes gerais da Política de Assistência Social para que os orçamentos estaduais e municipais sejam articulados com o da União; 4 – Oferecer espaços físicos disponíveis da área para que sejam ocupados em atividades que visem a prestação de assistência social; 5 – Colocar o Fundo Nacional de Assistência Social a serviço das prioridades levantadas pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social. (ASCOMunica, 18/09/95, nº 40, p. 02; A Crítica, 17/09/95, p. 7).

O *ASCOMunica* de outubro, de 1995, divulgava uma notícia reproduzida no jornal *Amazonas em Tempo*, de 27 de outubro de 1995, sobre a assinatura de convênios entre a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e

Assistência Social e o governo do Estado, durante a abertura da 1ª Conferência Estadual do Ministério Social. Os 5 prédios que, até então eram patrimônio da extinta LBA, seriam repassados ao Governo do Estado:

A secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Lúcia Vânia Abrão Costa, disse ontem, ao participar da 1ª Conferência Estadual ' de Assistência Social, que veio a Manaus com a missão de passar todo o patrimônio da extinta LBA ao Governo do Estado.

São cinco prédios, inclusive o da sede, na Darcy Vargas, que serão utilizados pelo governo para a área da ação social. Após participar da abertura da conferência, assinar os convênios de repasse de recursos e explicar a política de assistência do governo Fernando Henrique Cardoso, Lúcia Vânia visitou, às 11h30, a sede do Projeto Nosso Filho, no bairro do Aleixo. ASCOMunica outubro/95, nº 41, p. 02; Amazonas em Tempo, 27/10/95, p.5).

No Relatório da Administração, assinado pela gerente de administração da Ex-LBA, Bárbara Araújo Santos, datado de 18 de dezembro de 1995, informava-se que naquele ano a “Ex-LBA” havia realizado um total de 275 atendimentos em Creches estaduais, 220 em regime de 4 horas e 255 em regime de 8 horas, 7.045 atendimentos nas Creches municipais, sendo 4.825 em regime de 4 horas e 2.220 em regime de 8 horas; e 9.895 crianças em Creches particulares, 7.803 em regime de 4 horas e 2.092 em regime de 8 horas, o que teria resultado numa quantidade de 19.715 crianças atendidas no Amazonas, em 1995.

O processo de descentralização e inventariança teria sido realizado, cumprindo os atos administrativos que estavam programados para o ano:

Finalmente a partir de setembro, participamos ativamente do Processo descentralização da Assistência Social do Estado.

Portanto, mesmo tendo sido um ano atípico para a LBA concluímos que a equipe não evitou esforços para se adequar a operacionalização do sistema descentralizado da Assistência Social, procedeu ao processo de inventariança: e honrar todos os compromissos convenientes assumidos pela Instituição, garantindo assim até os últimos atos administrativos e programáticos o respeito e reconhecimento dos que dependeram das ações da Extinta LBA. (EX-FLBA, Relatório da Administração, 1995, n.p.).

Após o fim da LBA, uma notícia veiculada no *Jornal do Comércio* de 14 de abril de 1996, divulgava uma ampliação do número de vagas nas Creches municipais:

Sobe o número de vagas nas creches

A Prefeitura Municipal de Manaus ampliou de 700 para um mil e número de vagas oferecidas nas creches municipais que atendem a crianças de zero a seis anos de idade.

Essa ampliação foi possível através do investimento na reforma e melhoria das creches Maria do Céu Vaz de Oliveira no Conjunto Ajuricaba, Três Corações em Petrópolis, Graziela Ribeiro no bairro Alvorada, Coquinho no Coroado I, Dentinho de Leite no Japiim I e Antônio Raposo no bairro Parque Dez.

Além das reformas nas áreas externas e internas, essas creches receberam ajardinamento e parquinhos infantis para o divertimento das crianças que ali passam o dia. As crianças do regime de semi-internato recebem alimentação balanceada e orientada por nutricionistas, além de toda a assistência educacional e psico-pedagógica.

Faz parte também do programa da ampliação de oferta de vagas das creches a inauguração da creche Madre Elisea, antigo anseio dos moradores de São Raimundo.

Mas o crescimento não para por aí. Estão em processo de reforma e construção as creches Criança Feliz e Coração de Jesus. A primeira localizada no complexo da extinta L.B.A. no bairro da Cachoeirinha. E a segunda, no bairro Morro da Liberdade.

A creche Coração de Jesus está sendo construída levando-se em consideração todos os requisitos técnicos da moderna construção civil e as especificações pedagógicas necessárias a esse tipo de estabelecimento. Ela servirá de modelo para as próximas creches. (Jornal do Comércio, 14/04/96, p. 04).

Durante esse processo de municipalização, muitas Creches, no Estado do Amazonas, se transformaram em CMEIs ou em escolas de ensino fundamental, a exemplo da Creche Tancredo Neves, instituição filantrópica fundada em 1986 que:

funcionou até 1995 com convênio firmado com a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, Secretaria Estadual de Saúde – SESAU, Legião Brasileira de Assistência - LBA, colaboradores, cidadãos da cidade de Manaus, sendo administrada por profissionais indicados pelas Secretarias de Educação SEDUC e SEMED, passando a ser administrado pela SEMED a partir de 1996, existindo de 2002 até os dias de hoje como CMEI. (HISTÓRICO DO CMEI TANCREDO NEVES, 2022, p. 01).

No acervo doado pela ex-diretora da Creche Tancredo Neves Sebastiana Alves¹⁰⁰, que testemunhou essa alteração, há muitas imagens das atividades realizadas na instituição entre o período de 1996 a 1998. Em algumas delas, observamos aspectos da rotina que se mantiveram, mesmo após a extinção da LBA, como o momento das refeições, da higiene, das atividades na sala de aula e em áreas

¹⁰⁰ Sebastiana Assis continuou trabalhando na instituição até o ano de 2021, quando se aposentou.

externas, da exposição dos trabalhos das crianças expostos nas paredes nas salas, e do uso da televisão (FIGURA 90, p. 254).



Figura 90: Rotina da Creche Tancredo Neves- Manaus-AM. 1996-1998.
Fonte: Acervo de Sebastiana Alves de Assis. 1996-1998. (Acervo da Pesquisa). Elaboração própria (2023).

Também era muito forte a preocupação em fotografar os eventos para festejar as datas comemorativas: Dia das Mães, Páscoa, Festa Junina, Independência do Brasil e Natal. Importante observar a presença de um pai, abraçando seus dois filhos, representando a mãe, na festa de comemoração do Dia das Mães. O uniforme escolar, doado pela prefeitura, lembrava o utilizado pela LBA (blusa clara e bermudas escuras). Em outra imagem, verificamos a presença de uma mulher fantasiada de Noel na festa de Natal da instituição (FIGURA 91, p. 257).

As imagens revelam uma forte presença dos pais nas atividades da Creche, exercendo, inclusive, trabalho voluntário, auxiliando nos mutirões e na manutenção da instituição (FIGURA 92 A, p. 258). Ao mesmo tempo que isso poderia representar uma estreita relação entre a família e a escola, revelava uma posição política dos

sujeitos, de ambas as instituições, em assumir, mesmo que, paliativamente, uma responsabilidade que deveria e deve ser do poder público.

De acordo com a ex-diretora Sebastiana, isso não significava uma postura passiva por parte dos pais e funcionários frente às condições precárias nas quais a Instituição funcionava, pois foi devido a uma mobilização da comunidade, por iniciativa da gestora, que teria sido produzido um abaixo-assinado, entregue ao, então, prefeito Eduardo Braga, solicitando a construção de um novo prédio:

Eu visitava o que hoje é o terreno do CMEI Tancredo Neves, naquela época era de um político, então na frente ele criou uma área para adolescentes, para jogo de futebol, vôlei [...] e na parte de trás ele construiu um chapéu de palha, que era mais em forma de uma barraca, um terço dessa barraca era até atravessado na rua, era um depósito da merenda e a cozinha e a outra parte era aberta, metade era de ripinha e botava-se ali umas seis mesas [...] e o piso era feito de chão, mesmo assim, não era de lajota, nem nada. [...] Eu era coordenadora do estado, então tinha uma coordenadora de educação infantil da parte da prefeitura e tinha outra da parte do estado, que era eu. [...] Quando eu fui ser diretora lá eu descobri a história desse terreno, que era de um político, que tinha uma relação de professores lotados lá que nunca trabalharam lá, a cozinheira que fazia comida enrolava por lá, e essa construção era só um “H” porque não tinha nem quase base. [...] A gente começou a lutar pela construção de um prédio, não foi fácil, você não imagina a luta que eu tive, mas graças a Deus naquela época a gente contava com as famílias, tinha uma relação muito boa com a comunidade, eu reuni as mães, não era um clube de mães atuante como um clube de mães, era mais como escola. Ia nas casas, fiz um abaixo assinado [...] e elas conseguiram arrecadar acho que umas quinhentas assinaturas, e eu fui atrás do prefeito da época, o Eduardo Braga, lutei, consegui encontrar uma ex-aluna da noite, eu sei que ela conseguiu me colocar diante do prefeito [...] eu entreguei o abaixo-assinado, contei a história rápida, para ele e disse que a gente estava pronto para apoiá-lo se ele saísse candidato a governador, e saiu. Eu sei que ele mandou construir o prédio [...] está lá, a educação infantil. (ASSIS, 2002).

Antes disso, uma notícia de outra ex-diretora da Creche, Maria Ivanete, informava que a Creche Tancredo Neves, que atendia 126 crianças entre 2 e 6 anos de idade em regime de 10 horas por dia, poderia fechar se não passasse por uma reforma geral. A diretora denunciava as condições da instituição, existente há 13 anos, que era conveniada com o Governo do Estado, com a prefeitura e com a LBA. Critica a verba da LBA que, “mal dá para a alimentação de 110 crianças”. A diretora informava que “[...] os três chapéus de palha estão completamente destruídos e falta colchões para as crianças, que ficam expostas à chuva e são obrigadas, muitas vezes a

dormirem no chão.” Por isso, aguardava “esperançosa” que aquela situação fosse resolvida pelo, então, prefeito Amazonino Mendes. (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/03/1994, p. 4).

Em abril de 1997, o, então, prefeito Alfredo Nascimento, em visita ao bairro Colônia Antônio Aleixo, condenou as dependências da Creche e anunciou a construção do novo prédio:

Alfredo “condenou” as instalações da creche Tancredo Neves, que atende a 120 crianças da comunidade Nova Esperança: três salas de aula foram improvisadas e chapéus de palha, expondo as crianças a chuva e ao calor e determinou que seja construído um novo prédio, com maior número de salas, ampliando a capacidade de atendimento para 500 crianças, de até seis anos de idade. [...] Ele também pediu pressa na conclusão das obras da creche “Lili Benchimol”, na comunidade 11 de Maio, porque as crianças estão alijadas no Centro Comunitário do bairro. (JORNAL DO COMÉRCIO, 10 de abril de 1997, p. 6).

As antigas instalações de chapéu de palha (FIGURA 92 B, p. 258) deram lugar ao novo prédio, amplo, construído em alvenaria em um outro terreno, localizado na mesma rua (FIGURA 92 C, p. 258), inaugurado em 2001, sob a nomenclatura de CMEI Tancredo Neves, onde funciona até os dias de hoje (FIGURA 92 C, p. 258).

Assim, observamos que, na Colônia Antônio Aleixo, até a década de 90, havia 4 Creches Casulo conveniadas: a Creche Tancredo Neves, Creche Maria Emília Mestrinho, Creche Lili Benchimol (que, atualmente, são CMEIs) e a Creche Padre João D’vries, atualmente, escola de ensino fundamental, não existindo, hoje, nenhuma creche pública no Bairro.

Das creches conveniadas com a LBA, atualmente, apenas 4 instituições educacionais, ainda, possuem convênio com a SEMED/Manaus. Essas instituições, inauguradas entre os anos de 1948 e 1986 são: Creche Casa da Criança (existente desde 1948) Pré-Escolar Marília Barbosa (1953); Pré-Escolar Zezé Pio de Souza (1991), e Pré-escola Creche Infante Tiradentes- PCIT, criada em 1986 com o nome Creche Casulo Infante Tiradentes.

A atual quantidade de creches, em Manaus, é insuficiente para atender a demanda. Em 2022, de um total de 162 mil crianças com idades entre 0 a 3 anos, apenas 5.909 foram atendidas por creches da rede municipal de ensino, o que corresponde a uma porcentagem de 3,6%.



Figura 91: Festividades na Creche Tancredo Neves- Manaus-AM.

Fonte: Acervo de Sebastiana Alves de Assis. 1996-1998. (Acervo da Pesquisa). Elaboração própria (2023).

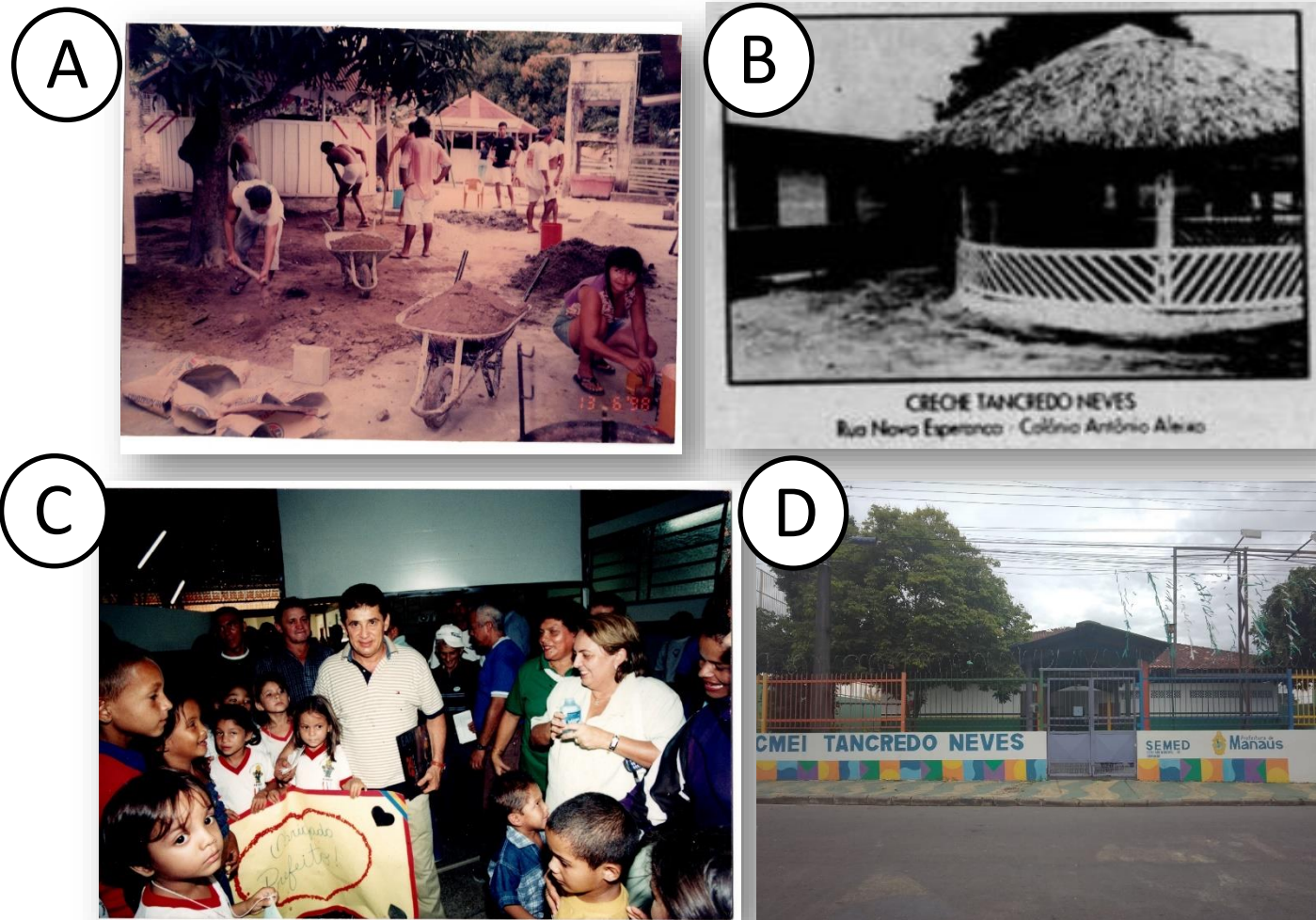


Figura 92: Sedes da Creche e do CMEI Tancredo Neves- Manaus-AM. 1996-1998.

Fonte: Acervo de Sebastiana Alves de Assis. 1996-1998. (Acervo da Pesquisa); Jornal do Comércio, 20/02/92, p. 6; Fernandes (2023).
Elaboração própria (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações, provocadas por este estudo, brotam, justamente, pelo alcance de uma amplitude de fontes que permitiram a compreensão de como foram operacionalizadas as ações para atendimento à educação infantil com o Projeto Casulo. Criado em 1977, como uma das estratégias políticas do Brasil, frente às tensões sociais nacionais: industrialização no país e trabalho das mulheres nas indústrias, a crise do capitalismo, com a Guerra Fria e a expansão socialista no continente americano, os organismos multilaterais, vinculados à ONU, criaram estratégias de apaziguamento das tensões sociais e subjugaram os países subalternos a empréstimos frente a medidas governamentais que deveriam ser cumpridas como política pública da época.

Entre as décadas de 80 e 90 os movimentos sociais intensificaram-se, reivindicando direitos sociais no Brasil e, a creche foi compreendida como importante equipamento social para liberar a mulher para o mercado de trabalho, combater a desnutrição, a mortalidade, a promiscuidade, a marginalidade e as ideias do comunismo, sem a preocupação do Governo Federal em garantir qualidade aos serviços oferecidos. Enquanto isso, o Estado brasileiro também se organiza, inclusive no arcabouço legal (CF/88, ECA/90 e LDB/96) fruto das tensões pós Ditadura Militar e o que caracteriza a Nova República. Projetos como o Casulo perdem sua força, pois o Estado encontra novas formas de organização da educação infantil (creches e pré-escola), dentro da estrutura da educação básica, por meio da descentralização e municipalização da educação.

Assim, este trabalho, dentro da História social e cultural, vem analisar como o Projeto Casulo foi estruturado no Estado do Amazonas, expondo as formas de reorganização do capital, sejam nas relações sociais, nas ideias veiculadas que são, ideologicamente, trabalhadas pelo Estado e seus agentes, nas ações que são construídas e nas medidas de implantação e implementação das Creches Casulo.

Por outro lado, vem também refletir as contradições dessa estratégia, pois as creches se configuram como uma carência das populações mais necessitadas e, ao que parece, atinge, também, a classe média amazonense, diante das diversas formas de veiculação das Creches e Pré-escolas com o Projeto Casulo, ou seja, os amazonenses usaram o Projeto Casulo para buscar subsídios de sobrevivência dessas instituições marginalizadas pela estrutura educacional brasileira (pois a

inclusão da educação infantil em creche e pré-escola, no ordenamento brasileiro, só aconteceu com a Constituição Federal de 1988), ou, ainda, do universo por onde essas instituições existiram no Estado do Amazonas. Isso repercutiu com o trabalho desenvolvido de forma voluntária pelos comunitários, e com os cuidados para a criança, e nas formas de organização do trabalho das professoras dessas instituições.

No Amazonas, a primeira Creche Casulo foi inaugurada em 1979, administrada pela LBA. As notícias sobre as Creches intensificaram-se, principalmente na década de 80, quando aumentou, consideravelmente, a quantidade de creches em Manaus e no Amazonas. A ampla divulgação das ações governamentais nos periódicos locais e nacionais, configuraram-se em propaganda não apenas para o governo federal, como para o estadual e municipal e, seus representantes.

Outras duas creches de execução direta, denominadas como Ipê, foram inauguradas na década de 80. Muitos convênios foram firmados e renovados entre os anos de 1980 e 1990. As professoras/recreadoras que trabalhavam nessas instituições, geralmente, possuíam formação em magistério e, participavam de treinamentos oferecidos pela própria LBA, tanto na sede como *in loco* nos momentos das visitas de supervisão.

Tais convênios eram realizados entre diversos órgãos e instituições públicas e privadas, bem como nos documentos analisados. A criança é descrita ora como “criança”, ora como “menor” e, ainda, como “cliente” e, no coletivo, como “clientela”; crianças que eram “beneficiadas” nas Creches Casulo com atendimento às suas necessidades alimentares, educacionais, recreativas, culturais e de saúde e lazer. Esse trabalho era organizado por meio de rotinas próprias e esquemas de conteúdos de inspiração construtivista, de acordo com o que propunha a educadora brasileira Heloísa Marinho e o psicólogo suíço Jean Piaget, que eram utilizados nas fundamentações nos encontros formativos, mas que pouco foram observados nos registros imagéticos, nas entrevistas e nos relatórios analisados.

A distância entre o que se observou nesses discursos construtivistas e as práticas percebidas nas imagens e em outros documentos configuram-se no que pode e deve ser objeto de estudos futuros, considerando que o foco deste trabalho é para as questões históricas e para as formas de organização e estruturação das instituições que se preocuparam com a criação de creches e de pré-escolas, para atender as crianças pequenas entre os anos de 1979 e 1999.

Outra dimensão importante de ser pontuada foi o esforço dos técnicos da LBA que, mesmo diante de inúmeras dificuldades enfrentadas, a exemplo da logística aos locais das formações, em um estado de dimensão continental como o Amazonas e, da escassez de materiais para desenvolver essas supervisões e formações, esses servidores buscaram realizar seus trabalhos da maneira que lhes foi possível, naquele contexto.

Verificamos, ainda, a existência de elementos da cultura material das Creches Casulo como os uniformes e, mobiliário como mesas, cadeiras, berços e redes, a existência de um civismo muito forte, ainda, bastante impregnado nas instituições educativas até hoje. As festividades do calendário escolar realizadas foram: Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina Dia das Crianças, Natal e Semana da Pátria, além dos aniversariantes, da Festa da Família, da Festa das Profissões e da Festa de Formatura, com ampla participação da comunidade.

Identificamos em torno de 224 Creches Casulo no Amazonas, mas apresentamos aqui aspectos relacionados às práticas educativas e formativas das 14 Creches: 6 localizadas em Manaus: Creches Casulo Ipê 1, 2 e 3, Padre Mário Giudici, Tancredo Neves e Maria Emília Mestrinho; e 8 em municípios do interior: Creche Genina Pinto Terco (São Sebastião do Uatumã), Creche Maria Lícia Farias de Oliveira (Ipixuna), uma Creche da Prefeitura (Maués), Creche Tereza dos Santos Marques (Itapiranga), Creche Menino Jesus (Boa vista do Ramos), Creche da Fundação Sebastiana Monteiro (Manaquiri), Creche São Francisco (Careiro Castanho), e Creche Maria do Carmo Pinheiro (Carauari). Percebemos, ainda, que esses espaços educativos e seus sujeitos produziram culturas específicas nos tempos e espaços que existiram, de acordo com a realidade material que vivenciaram. Mesmo permeada de dificuldades, escassez e desafios, buscavam se organizar e reorganizar para manter seus atendimentos aos sujeitos das comunidades as quais pertenciam.

Na década de 90, houve uma nova reorganização da educação para as crianças de 0 a 6 anos, que envolveu a descentralização e municipalização. Isso refletiu na desativação de 2 das 3 creches IPÊ existentes em Manaus, e na gradativa diminuição da quantidade de crianças atendidas, que de 37.460 em 1987, auge das Creches Casulo no Amazonas, despencou para 23.419 crianças atendidas em 1994, e 19.715 em 1995, ano da extinção da LBA.

O processo de descentralização e municipalização da educação infantil, no Amazonas, trouxe insegurança aos pais e servidores da Instituição, quanto à

manutenção de atendimento à criança de 0 a 6 anos, gerando manifestações contrárias à essa “desativação”. Das instituições que se mantiveram em funcionamento, por meio de convênios com outros órgãos, muitas passaram a atender a outras fases ou etapas da educação básica, transformando-se em CMEIs e em escolas de Ensino Fundamental, priorizando-se o atendimento para crianças em idade pré-escolar, entre 4 e 6 anos, ou ensino fundamental, a partir de 7 anos.

O Projeto Casulo, no Amazonas, atendeu a um conjunto de Creches, muitas conveniadas, que já existiam, outras que foram criadas durante a expansão do Projeto, oferecendo atendimento pré-escolar entre os anos de 1979 e 1995, às crianças pobres de 0 a 6 anos de idade, em Creches Casulo administradas pela LBA e, em instituições conveniadas. Ainda que o investimento não fosse o suficiente, não se pode desconsiderar o impacto que teve em relação ao atendimento às crianças amazonenses e suas famílias. Concluímos, ressaltando a necessidade de estudos sobre a educação infantil no Estado do Amazonas, frente à necessidade de ampliação de vagas para os bebês e crianças pequenas amazonenses, na esperança de que essas crianças recebam os cuidados e a educação a que têm direito.

FONTES

A CRÍTICA. Manaus. AM. 1979-1983.

AMAZONAS EM TEMPO, Manaus, 27 de outubro de 1995.

ACRÍTICA.COM. **Morre Ritta de Araújo Calderaro, aos 88 anos.** 2016. Disponível em: <https://www.acritica.com/morre-ritta-de-araujo-calderaro-aos-88-anos-1.111726>.

Acesso em: 20 de abril de 2022.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Quinta-feira, 17 de novembro de 1977, ano LXXXIV, número 23.900. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Sexta-feira, 22 de fevereiro de 1980, ano LXXXVI, número 24.461. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Terça-feira, 24 de junho de 1980, ano LXXXVI, número 24.543. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Sexta-feira, 26 de setembro de 1980, ano LXXXVI, número 24.609. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Segunda-feira, 06 de outubro de 1980, ano LXXXVI, número 24.615. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Segunda-feira, 29 de dezembro de 1980, ano LXXXVI, número 24.672. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Quinta-feira, 14 de maio de 1981, ano LXXXVII, número 24.765. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Quinta-feira, 22 de outubro de 1981, ano LXXXV, número 24.877. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Quarta-feira, 16 de junho de 1982, ano LXXXVIII, número 25032. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Sexta-feira, 20 de agosto de 1982, ano LXXXIX, número 25079. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Quinta-feira, 02 de outubro de 1984, ano XC, número 25598. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Quinta-feira, 07 de abril de 1982, ano LXXXV, número 24.877. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial.** Segunda-feira, 08 de abril de 1985, ano XCII, número 25.719. Estado do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Quinta-feira, 23 de outubro de 1986, ano XCIII, número 26.103. Estado do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 22 de dezembro de 1986, ano XCIII, número 26.143. Estado do Amazonas.

AMAZONAS. Conselho Estadual de Educação. Referencial Curricular Amazonense: Educação Infantil. Manaus: MEC: CONSED: UNDIME, 2019

AMAZONAS, Superintendência Estadual. Divisão de Serviço Social. **Relatório Anual**. 1982.

AMAZON SAT. **Documentos da Amazônia | Temp09 Ep02 | A História do O Jornal e O Diário da Tarde**. YouTube, 15 de out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gkaqj4tILS4>. Acesso em: 11 de jun. 2023.

ANDRADE, N. Caminhos de Rio. Márcia Siqueira. (2000). Disponível em: <https://www.letras.mus.br/marcia-siqueira/376706/>. Acesso em: 9 de ago. 2021.

ANJOS, J. C. Solicitação à superintendente da Legião Brasileira de Assistência vaga para monitora. 1981.

ASCOMunica, Manaus, nº 01, dez. 1993.

ASCOMunica, Manaus, nº 02, dez. 1993.

ASCOMunica, Manaus, nº 24, mai. 1994.

ASCOMunica, Manaus, nº 25, jun. 1994.

ASCOMunica, Manaus, nº 35, out. 1994.

ASCOMunica, Manaus, nº 40, 18/09/1995.

ASSIS, S. A. de. *Sebastiana Alves de Assis (depoimento, 2022)*. Manaus, PPGE/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2022.

BARBOZA, C. ÚNICO. Se você gosta de escrever, tem vaga pra repórter. 2019. Disponível em: <https://portalunico.com/se-voce-gosta-de-escrever-tem-vaga-para-reporter/>. Acesso em: 10 de mai. 2023.

BNC AMAZONAS. Grandes redes da imprensa no Amazonas demitem em massa. 2017. Disponível em: <https://bncamazonas.com.br/poder/grandes-redes-da-imprensa-no-amazonas-demitem-em-massa/>. Acesso em 10 de mai. 2023.

BRASIL. **Consolidação das Leis do trabalho**. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.867/1924, Institue o dia 12 de outubro para ter lugar em todo o território nacional o dia de festa da criança. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4867-5-novembro-1924-566474-publicacaooriginal-90038-pl.html>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.802, de 30 de junho de 1980, Declara Feriado Nacional o Dia 12 de outubro, Consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6802.htm. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Relatório Geral 1986**: Consolidação dos resultados da programação. 1986.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Relatório Geral/1987**. 1987.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Relatório da Ação da LBA-1987**. 1988.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Fundação Legião Brasileira de Assistência. **Relatório da Ação da LBA**. 1989.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 10 nov. 2021

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Programa “Primeiro, a criança”: orientações básicas para atendimento em creche. Brasília: 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 151.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Ensino Fundamental. Política de educação infantil (Proposta). Brasília, 1993.

BRASIL. Política de educação infantil. Brasília, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. Processos legislativos da Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Disponível em: www.senado.gov.br e www.camara.gov.br. Acesso em: 2 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017.

- BUIATI, R. de C. M. Comemoração dos aniversariantes na Creche Ipê II. 1980. 1 fotografia. 15 x 10.
- BUIATI, R. de C. M. *Rita de Cássia Monteiro Buiati (depoimento, 2022)*. Manaus, PPGE/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2022.
- BUIATI, R. de C. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [texto]. 15 mai. 2023. 08h45. 1 mensagem de WhatsApp.
- CARVALHO, F. A. **Jornal do Comercio**. Linha do tempo dos 118 anos do Jornal do Comercio. 2022. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/linha-do-tempo-jornal-do-comercio/>. Acesso em: 20 de abr. 2022.
- CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 20 de setembro de 1986.
- DIÁRIO DE NATAL. Natal, 24 de junho de 1983.
- DIÁRIO DE NATAL. Natal, 19 de maio de 1987.
- DISTÂNCIACIDADES.NET. Distância Entre Cidades. Distância entre São Sebastião do Uatumã e Manaus. 2023. Disponível em: <https://br.distanciaticidades.net/distancia-de-sao-sebastiao-do-uatuma-a-manaus>. Acesso em: 10 de mai. 2023.
- DISTÂNCIACIDADES.NET. Distância Entre Cidades. Distância entre São Sebastião do Uatumã e Manaus. 2023. Disponível em: <https://br.distanciaticidades.net/rota-como-ir-de-manaus-a-maues>. Acesso em: 10 de mai. 2023.
- DIRETORIA ESTADUAL DO AMAZONAS. Fundação Legião Brasileira de Assistência. Certificado. 18/01/1980.
- EX-FLBA. **Relatório de Administração**. Amazonas, 1995.
- FREIRE, A. B. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 28 jul. 2021a. 1:12. 10:46. 1 mensagem de WhatsApp.
- FREIRE, A. B. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 28 jul. 2021b. 0:28. 10:47. 1 mensagem de WhatsApp.
- FREIRE, A. B. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 19 mai. 2023. 0:22. 12:05. 1 mensagem de WhatsApp.
- FREIRES, Maria Sulamita Fernandes. *Maria Sulamita Fernandes Freires (depoimento, 2022)*. Manaus, PPGE/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2022.
- FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ricardo. **Planta Baixa Módulos 1-2-3 e 4 (Padrão)**. Creche IPÊ. 1980.
- FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Formulário para utilização de FAX**. 1991. p.1.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Fotos de Arquivo**. Visita da superintendente Elizabeth à creche. Dez.1993. p. 21.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **I Encontro Regional das Superintendências Estaduais da LBA**. 1993.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Pedido ao Fornecedor**.1988.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Creche Ipê I. Memorando. Reforma de 39 mesinhas, 87 cadeirinhas, e 03 estantes abertas de uso exclusivo das salas de aula. Nº 19. 1989.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Creche Ipê III. Memorando. Solicita reparos e consertos de materiais: arquivo em aço, cadeirinhas plásticas e mesinhas revestidas em fórmicas. Amazonas. Nº 20. 1989.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Memorando**. Solicitação de material para a creche casulo IPÊ. Modelo de uniforme.1991. Anexo.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Normas da Creche**. 1990.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Nota de Empenho**.1988.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Memorando**. Solicitação de aut. Para compra de materiais didáticos e pedagógicos. SESEG. 1991. Capa.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ministério do Interior. Superintendência Estadual do Amazonas. **Creche Casulo Ipê II: Relatório Anual de atividades**. 1989.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ministério do Interior. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório Anual da Creche Casulo Ipê I: Exercício - 1989**. 1990.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Proposta de Trabalho: Creche Manutenção IPÊ I**. 1988.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Proposta de Convênio**.1988. p.1.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Recibo de Edital de Licitação**. 1989. p.1.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório Anual de 1983**. 1983.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório das Atividades de 1984**. 1984.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório de Reunião 21/07/88**. 1988.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório Geral**. 1990.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ministério do Interior. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas da Creche IPÊ III**. 1990.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ministério do Interior. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório de Supervisão**. 1990.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório Anual da GEPRO**. 1993.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório de Atividades 1994**. ASCOM: 1994.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Relatório de viagem Manaus/Maués/Manaus**. 1991.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Relatório de Viagem de Supervisão**. 12 a 16/09/1994.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Relatório referente à capacitação para pessoa de creche realizado no município de Itapiranga/AM**. 1992.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Ministério do Bem-estar SOCIAL. **Relatório de Supervisão: Zona Norte**. Careiro Castanho. 1994.

FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. [Telegrama] 01 nov. 1988, Rio de Janeiro [para] SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS. Manaus, 1ª Circular que informa os preços a serem pagos sob a modalidade “per capita” a partir de setembro/88.

GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [texto]. 28 jul. 2021b. 16:59. 1 mensagem de WhatsApp.

GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 28 jul. 2021a. 13:06. 1 mensagem de WhatsApp.

GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 19 mai. 2023b. 15:46. 1 mensagem de WhatsApp.

GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 19 mai. 2023c. 15:49. 1 mensagem de WhatsApp.

- GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 19 mai. 2023d. 15:50, 16h21. 2 mensagens de WhatsApp.
- GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [texto]. 19 mai. 2023e. 14:41. 1 mensagens de WhatsApp.
- GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 21 mai. 2023f. 01:18, 08h05. 1 mensagem de WhatsApp.
- GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [transcrição de áudio]. 21 mai. 2023g. 00:44, 08h08. 1 mensagem de WhatsApp.
- GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [imagem]. 15 mai. 2023h. 15h56. 2 mensagens de WhatsApp.
- GOMES, T. J. M. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [áudio]. 13 mai. 2023i. 0:20, 12h26. 1 mensagem de WhatsApp.
- GOMES, T. J. M. Vista da fachada e lateral da Creche Casulo Genina Pinto Terco. 1983. 1 fotografia. 15 x 10.
- GOMES, T. J. M. Creche particular comunitária, Manaquiri-Amazonas. Set. 1994. 1 fotografia. 15 x 10.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. RJ. 1979, p. 2, caderno B. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_09/167375. Acesso em: 02 de mai. 2022.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus. AM. 1944-1984.
- LEGIÃO. Boletim Informativo da SUPER/AM. Março.1993. Nº. 4.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. ARTEPRO. **Planta Baixa – Cortes**. Unidade Pré-escolar integrada ao Centro Social nº 02. 1978.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **A LBA muda de casa....** [Manaus, 1987]. 1 folder.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **A LBA no Amazonas**. ASCOM: 1994. 10p.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Carta (rascunho). s.d. 5p.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. WALDIVIA. **Situação e Localização** [planta]. Unidade Pré-escolar integrada ao Centro Social nº 02. 1983.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Relatório Geral-1984**. 1984.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. ASCOM/AM. ALMEIDA, A. **Fotos de Arquivo**. Década de 1990.
- LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. ASCOM/DN. **Rumos para a Reorganização da LBA**. Brasília, out. 1993.
- MACIEL, R. R. **Carteira de Trabalho**. 1984, p. 11, 34-35.

- MACIEL, R. R. Festa da Família. Década de 1990. 1 fotografia. 15 x 10.
- MACIEL, R. R. Festa de Natal. Década de 1991. 1 fotografia. 15 x 10.
- MACIEL, R. R. *Raimunda Ripardo Maciel (depoimento, 2022)*. Manaus, PPGE/ UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2022.
- MACIEL, R. R. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [texto]. 13 mai. 2023. 15:45; 18:14; 18h20. 3 mensagens de WhatsApp.
- MENDONÇA, R. Blog do Coronel Roberto. O Jornal e o Diário da Tarde. 3 mai. 2012. Disponível em: <https://catadordepapeis.blogspot.com/search?q=ajuricaba+almeida>. Acesso em: 10 de mai. 2023.
- MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. Assessoria de Planejamento. **Relatório Anual**. 1991.
- MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. FUNDAÇÃO LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Superintendência Estadual do Amazonas. **Projeto: Capacitação para pessoal de Creche**. 1992.
- O FLUMINENSE. Niterói, 30 de janeiro de 1992.
- PINTO, L. F. da S. Luiz Fernando Pinto II (depoimento, 2001). Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002. disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista568.pdf>.
- PEREIRA, M. I C. Projeto Casulo. [Creches Casulo]. WhatsApp: [texto]. 6 mai. 2023. 12:34; 12:49; 12h50; 13h13. 4 mensagens de WhatsApp.
- PESSOA, M. No Amazonas É Assim. História do Bairro: Cachoeirinha. 13 de mar. 2014. Disponível em: <https://noamazonaseassim.com/historia-do-bairro-cachoeirinha/>. Acesso em: 10 de jun. 2023.
- PNUD. **IDH Municípios 2010**. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-munic%C3%ADpios-2010>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- ROME2RIO. **3 Maneiras de viajar de Manaus para Itapiranga**. 2023. Disponível em: <https://www.rome2rio.com/pt/map/Manaus/Itapiranga-Amazonas-Brasil>. Acesso em: 10 de mai. 2023.
- SEMED. Nossa História. 2023. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semmed/a-semmed/nossa-historia/>. Acesso em: 18 de mai. 2023.

SEMED. **Creches Municipais e Conveniadas**. Manaus. 2023.

SENADO FEDERAL. Manual de Comunicação da Secom. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/boneca-boneco>.

Acesso em: 06 de abr. 2022.

SERRÃO. M. D. E. Festa de Formatura “ABC” das crianças da Creche Conveniada Padre Mário Giudici. Década de 1980. 1 fotografia. 15 x 10.

SERRÃO. M. D. E. Crianças da creche Padre Mário Giudici em desfile cívico. Década de 1980. 1 fotografia. 15 x 10.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Regional. Amazonas. Ofício nº 1231/1987 – SUPER/DITEC. Manaus, AM: SESI, 03 dez. 1987. Assunto: Solicita renovação de convênio com a LBA (Casulo Institucional).

UNICEF. **Situação Mundial da Infância**. Brasília: UNICEF, 1993.

WIKIPÉDIA. **Ipixuna**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ipixuna>. Acesso em 20 de mai. 2023.

WIKIPÉDIA. **Itapiranga (AMAZONAS)**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Itapiranga_\(Amazonas\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Itapiranga_(Amazonas)). Acesso em 20 de mai. 2023.

WIKIPÉDIA. **Careiro**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Careiro>. Acesso em 20 de mai. 2023.

REFERÊNCIAS

- ADERNE, A. S. F. A Educação da Infância em Alagoas em fábricas e usinas antes da Constituição Federal de 1988. 2020. 207 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/7390?mode=full>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 3a. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.
- ALVES, J. A. L. **A década das conferências (1990-1999)**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.
- ASSIS, M.T. O. A política pública de creche em Manaus e a luta do movimento de mulheres por sua efetivação. 2013. 153 f. **Dissertação (Mestrado em Serviço Social)** - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
- BATISTA, E. S. Políticas Públicas de creches da SEMED em Manaus: organização do atendimento e da oferta no sistema ensino público do município. 2018. 168 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANT, P. R. S. de S. Do perfil desejado – A invenção da professora de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (1976 – 1980). 2013. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (1990 [1991]) “A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?”, Pesquisa e Planejamento Econômico 21(1) abril 1991: 3-23. Aula Magna no XVIII Congresso da ANPEC (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia), Brasília, 4 de dezembro 1990.
- BURKE, P. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2001. 134 p.
- Carteira de Trabalho de Raimunda Ripardo Maciel. 1984, p. 11

- CARVALHO, R. N. S. **A construção do currículo da e na creche: um olhar sobre o cotidiano**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM, 2011. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3233>.
- CAVAZOTTI, M. A. **O projeto republicano de educação nacional na versão de José Verissimo**. São Paulo; Curitiba: Annablume, 2003.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, 11(5), 1991.
- COELHO, M. O. **Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)**. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo. FEUSP, 2004.
- CONCEIÇÃO, C. M. C. Práticas e representações da institucionalização da infância: bebês e crianças bem pequenas na creche em Francisco Beltrão/PR (1980/1990). **Tese (Doutorado)** – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2014. 253 f.
- COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.
- CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. 2.ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2001.
- CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. C. Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p.253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- DARAHM, G. C. “Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das escolas municipais de educação infantil (EMEI)s”. 2011. 126 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Mestrado em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-21102013-140015/pt-br.php>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- DÍAZ, M. M. O.; MENDONZA, B. J. R. Influencia de los organismos internacionales en las reformas educativas de Latinoamérica. **Educación y Ciudad**, n. 34, p. 101-112, jan./jun. 2018.
- DINIZ JÚNIOR, C. A. D. Unesco e a jornada escolar: uma análise a partir do projeto principal de educação para a América Latina e o Caribe (PPE). **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, 2020.

- FIGUEIREDO, F. A. de. **Soldados não choram**: a vida de um casal homossexual no exército do Brasil. São Paulo: Globo, 2008, p. 96.
- FRANCO, M. A. C. **Da assistência educativa à educação assistencializada**: um estudo de caracterização e custos de atendimento a crianças pobres de zero a seis anos de idade. Brasília: INEP, 1988.
- FRANCO, M. A. C. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 51, p. 13-32, nov. 1984. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/cp/article/view/1457>.
- GINZBURG, C. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HEYWOOD, C. **Growing up in France**: from the Ancien Régime to the third Republic. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HSIUNG, P. **A Tender Voyage**: Children and Childhood in Late Imperial China. Califórnia: Stanford University; Chian Ching-kuo Foundation for International Scholarly Exchange, 2005.
- HOBBSAWM, E. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em: 24 mar. 2011.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p. 9-43, jan./jun.2001. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf. Acesso em 24/04/2023.
- KAUFMAN, P. B. Oral History in the Video Age. **The Oral History Review**. v. 40, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43863451>.
- KOSSOY, B. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.). **O fotógrafo**. São Paulo: HUATEC; CNPq, 1998.
- KOSSOY, B. Fotografia. In: ZANINI, Walter (coord.). **História geral da arte no Brasil**. Vol.II. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983.
- KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3.ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
- KRAMER, S. **A Política do Pré-escolar no Brasil: a Arte do Disfarce**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Achimé, 1984.

KUHLMANN JR., M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b. p. 469-496.

KUHLMANN JR., M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p.05-18, maio 2000a. Trimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/CNXbjFdfdk9DNwWT5JCHVsJ/abstract/?lang=pt>

KUHLMANN JR., M. A Educação Infantil no Século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEITE FILHO, A. G. Heloísa Marinho: Educadora de Educadoras na Educação Infantil no Rio de Janeiro. In: 23ª REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED, 23., 2000, Palmas. **Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd**. Caxambu: Anped, 2000. p. 1-22. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0209p.PDF>. Acesso em: 05 abr. 2023.

LEITE FILHO, A. G. Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960. 2008. 261 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp076282.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LIMA, M. F. E. M. LBA: tratamento pobre para o pobre. 1994. 193 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Mestrado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, C. B.; DE LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 29-60.

LUCA, T. R. História dos nós e por meio dos periódicos. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUFT, S. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia**: os desmatamentos nos jornais *O Liberal* do Pará e *A Crítica* do Amazonas. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

MACHADO, B. P. A música como instrumento de aprendizagem: dando sentido ao mundo e às escolhas profissionais. 2014. 36 f. **TCC (Graduação)** - Curso de Graduação em História, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014, p. 11. Disponível em:

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3371/1/PDF%20-%20Beatriz%20Pereira%20Machado.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2023.

- MAGALHÃES, J. P. D. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004.
- MANCINI, G.U.T. As creches como auxiliares da família. **Revista Serviço Social**. São Paulo, 4 (34): 84-109, set., 1944.
- MANTAGUTE, E. I. I. Estudo sobre as primeiras creches públicas da Rede Municipal de Educação de Curitiba (1977-1986). 2009. 134 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/20261>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.1, n° 2, dez. 1996.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MELO, J. C. O Projeto Casulo e a Assistência à Criança Pequena e seus reflexos na Educação Infantil contemporânea. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 32, p. 10-19, abr. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2061>.
- MIKI, P. da S. R. Aspectos da Educação Infantil no Estado do Amazonas: O curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância. **Tese de Doutorado**. Itatiba, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade São Francisco, 2014.
- MIKI; P. S. R., GUIMARÃES, M. de F., FREITAS, M. C. da S. Possibilidades metodológicas para a pesquisa em história da educação. In. BRITO, Rosa Mendonça de (org). **Caminhos metodológicos do processo de pesquisa e de construção de conhecimento**. Manaus: EDUA, 2016. p. 143-176.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MONTEIRO, M. C. A construção social de gênero para crianças através do YouTube. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 33, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/42394>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- MOREL, C. M. T. M. Creche: de lugar de abandono a espaço educativo. 1991. 206 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Mestrado em Psicologia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9079>. Acesso em: 23 ago. 2021.

- MOURÃO, A. R. B. A empresa na zona franca de Manaus: construção de processos qualificantes. In: MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006. Cap. 3. p. 119-140.
- NUNES, M. F. R.; CORSINO, P.; DIDONET, V. Contexto histórico da integração e da construção política do direito à educação infantil. In: **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. P. 17-28.
- OLIVEIRA, Carla de. Infância e educação no início do século XX: materialidades, práticas e representações. 2020. 258 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641235>. Acesso em: 22 abr. 2023.
- PELIANO, A. M. **II balanço das ações de governo no combate à fome e à miséria. Versão Preliminar para discussão na 11ª reunião do CONSEA**. Brasília: IPEA, 1994.
- PESSOA, A. B. Pequenos Construtores da Nação: disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945). **Tese de Doutorado em História**. UFGA: 2018
- PINTO, L. F. S. **O social inadiável**. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1984.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**. São Paulo (15) abr. 1997.
- QUINTANA, M. **Caderno H**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- RIBEIRO, D. Conservação em acervos fonográficos: preservar para não restaurar. 2016. 31 f. **TCC (Graduação)** - Curso de Arquivologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- RIBEIRO, I.; SILVA, V. L. G. da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 03, p. 575-588, 2012.
- RODRIGUES, M. S. **Civilização do Automóvel: a BR 319 e a opção rodoviária brasileira**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2013.
- RODRIGUES, G. T. de S. História do Clube de Mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974 - 1990). 2019. 172 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1132>. Acesso em: 23 ago. 2021.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a doutrina de segurança nacional. In: FREITAS, M. C. de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez, 2001, p. 141-161.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil: history repeats. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 25-63, mar. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/PJ9b3xz5MFWFgh6TFLz7Tzh/abstract/?lang=pt>.

SCAVONE, D. T. L. Marcas da história da creche na cidade de São Paulo: as lutas no cotidiano (1976-1984). Itatiba, 2011. **Dissertação (Mestrado)**. USF.

SCHWEICKARDT, J. C.; XEREZ, L. M. de. A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, [s.l.], v. 22, n. 4, p.1141-1156, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702015000400003>. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386142813003>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SCHUELER, A. F. M. de; DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. A participação das crianças nas festividades brasileiras. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 29, n. 15, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4451>. Acesso em: 24 abr. 2023.

SILVA, E. S. da. Estudo Socioambiental sobre a Bacia Hidrográfica do Mestre Chico: Manaus-Am. 2018. 123 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

SILVA, D. X. da. Políticas Públicas de Educação Infantil: Creches municipais da cidade de Manaus. 2021. 243f. **Tese (Doutorado Interestadual em Educação)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Manaus, 2021.

SILVA, L. M.; LIMA, E. G. de; OLIVEIRA, M. da C. M. de. A influência do modelo neoliberal na educação brasileira. **Revista Amazônica**, Manaus, v. 3, n. 1, p. 30-45, 2018.

SILVA, M. A. da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 255–264, 2006. DOI: 10.26512/lc.v11i21.3251. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251>. Acesso em: 25 maio. 2023.

SILVA, V. P. da. Mães manauaras e a educação das crianças pequenininhas: pluralidades históricas e resistências na cidade da floresta. 2021. 142f. **Tese (Doutorado)**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

- SILVA, V. P. da. Organização e gestão da Educação Infantil em Manaus – uma análise de seus marcos regulatórios. 2012. 221f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - CED – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- SOUZA, G. de. Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná Anotações de uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de História de Educação**, v. 7, n. 2, p. 37-68, 2007.
- STAMATTO, M. I. S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, J. M. V; STAMATTO, M. I. S. **História ensinada e a escrita da História**. Natal: EDUFRN, 2009.
- TAVEIRA, E. D. **A história do jornal de maior circulação no Amazonas [On-line]**. Disponível em: <http://www.uniabc.br/cadernos/comunicacao>.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- TORRES, I. C. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2005.
- VAINSENER, Semira Adler. Ipê (Árvore). In: **PESQUISA Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/ipe-arvore/>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- VASCONCELOS, K. R. de M. Parques infantis no Amazonas: 1940 a 1996. 2018. 233 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- VASCONCELOS, K. R. de M.; BISSOLI, M. de F.; KUHLMANN JÚNIOR, M. A formação de professores na história da educação infantil em Manaus de 1943 a 1995. In: 3ª REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED-NORTE, 3., 2021, Palmas. **Anais das Reuniões Regionais da ANPEd**. Palmas: ANPEd, 2021. p. 1-5. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/21/6827-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.
- VASCONCELOS, K. R. de M.; KUHLMANN JÚNIOR, M.; MIKI, P. da S. R. Creches Casulo, LBA- Jornal do Comércio: Manaus, 1970 e 1980. In: 40ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 40., 2021, Belém. **Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd**. Rio de Janeiro: Anped, 2021. p. 1-4. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_31_14. Acesso em: 24 jan. 2022.
- VASCONCELOS, K. R. de M.; MIKI, P. da S. R. Higienismo, Menorismo e Serviços de Parques Infantis em Manaus. In: XIX SEINPE/II EPAED, 192., 2021, Manaus. **XIX**

SEINPE/II EPAED. Manaus: Ufam, 2021. v. 1, p. 205-213. Disponível em: <https://93a4acf8-0cdd-424c-99ec>

66960d08bfb.filesusr.com/ugd/5dd4c1_1b1c978a9e594d68b2aa9a3dcf26f29c.pdf .

Acesso em: 20 ago. 2021.

VASCONCELOS, K. R. de M.; MIKI, P. da S. R. Parque Dez de Novembro e Parque Infantil Ribeiro Júnior: controle da criança manauara na década de 1940. In: 3ª REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED-NORTE, 3., 2021, Palmas. **Anais das Reuniões Regionais da ANPEd.** Palmas: Anped, 2021. p. 1-7. Disponível em: <http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/21/8608->

[TEXTO PROPOSTA COMPLETO.pdf](http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/21/8608-). Acesso em: 25 nov. 2021.

VASCONCELOS, K. R. de M.; KUHLMANN JÚNIOR, M. Educação infantil e mulheres no Jornal do Comércio: Manaus, década de 1970. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 21, n. Contínua, p. e131, 2022. DOI: 10.14393/che-v21-2022-131.

Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/66400>. Acesso em: 19 ago. 2022.

VASCONCELOS, K. R. de M.; MIKI, P. da S. R.; KUHLMANN Jr., M. Creches no Amazonas: infância, história e educação, 1979-1999. 2022. **Colóquio Internacional da AFIRSE e XI Colóquio Nacional da AFIRSE/Secção Brasileira.** No prelo.

VASCONCELOS, K. R. de M.; KUHLMANN JÚNIOR, M. MIKI, P. da S. R.; As creches Casulo no Amazonas, 1979-1990. **Educar em Revista.** 2023. No prelo.

VASCONCELOS, K. R. de M.; MIKI, P. da S. R.; KUHLMANN Jr., M. Fontes de Pesquisa no Amazonas: Periódicos e História da Educação. 2022, **XX SEINPE.** No prelo.

VASCONCELOS, K. R. de M.; SOUZA, D. P. de; MIKI, P. da S. R. História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, n. 1, p. e280, 4 jun. 2023.

VIEIRA, I. **O discurso operário e o espaço da fala da mulher.** Manaus: Valer, 2002.

VIEIRA, L. M. F. Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo. 1986. 364 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

VIEIRA, L. M. F. **Mal necessário: creches no departamento nacional da criança** (1940-1970). Cad. Pesqui. [online]. 1988, n.67, p. 3-16.

WILLIAMS. R. Com vistas a uma sociologia da cultura. In: **Cultura**. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992. p. 9-31.

APÊNDICES

**APÊNDICE A- ÍNDICE DO LEVANTAMENTO DOCUMENTAL NO JORNAL DO
COMÉRCIO ORGANIZADO POR DÉCADA**

DÉCADAS DE 1980 a 1990				
NATUREZA/ NOME (JC+ DATA)	PG .	ASSUNTO	DESCRITOR	ENDEREÇO
28.02.80	CA D. 3 P. 3	CCE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/499
05.09.80	CA D 1 P.3	INCENTIVO AO GRUPO CCE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/3427
08.09.80	CA D 1 P. 3	RUI LINS ENTREGA (CCE)	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/3455
12.09.80	CA D 1 P. 2	CCE ABRE CADERNETAS...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/3558
24.10.80	CA D 1 P.3	VISISITA DO EX PRESIDENTE GEISEL A CCE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/4303
18.03.80	CA D 1 P. 3	INAUGURAÇÃO NO LAGO...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/859
25.05.80	CA D 1 P. 3	FEBEM IMPLANTA CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/2099
25.09.80	CA D 1 P. 5	PROFESSORES PEDEM...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/3789
01.01.81	CA D 1 P. 6	SUCESSO A MARCA DA CCE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/4446
13.01.80	CA D 1 P.2	MERENDA DE FÉRIAS...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/4534
04.09.81	CA D 1 P.3	BOSCO AGRADECE HOMENAGEM ...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/5721
22.11.81	12	CRECHE NÃO É PRIVILÉGIO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/6584
06.01.84	5	SETRABES ATENDE...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/7183
07.01.84	5	FUNCOMIZ	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/7199

15.01.84	11	MUDANDO DE ASSUNTO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/7309
03.02.84	3	CONSELHO DA PM...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/7569
07.02.84	3	GOVERNADOR CONSTRUIRÁ....	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/7633
12.02.84	17	UMA ALAVANCA DA CULTURA	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/7727
3.3.84	4	LBA PROMOVE BAILE NA CHECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8020
27.03.84	3	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS CRECHES LOCAIS	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8327
31.03.84	3	PRONAV-AM DISTRIBUI...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8375
03.04.84	4	ENTIDADES FILANTRÓPICAS...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8416
05.04.84	4	CONVÊNIOS	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8452
08.04.84	5	CRECHE PARA 120 CRIANÇAS...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8505
08.04.84	21	LBV PRESTA CONTAS AO POVO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8521
06.07.84	11	ZUM-ZUM...VISITEI A CRECHE....	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/9775
03.08.84	5	ROTARY AJUDA CRIANÇAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10173
04.08.84	10	NA FOTO OS ROTARIANOS...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10194
25.07.84	4	JORNALISTAS FAZEM DOAÇÃO PARA CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10032
26.07.84	4	RIBEIRO INAUGUROU CRECHE NO ALVORADA	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10080
05.08.84	9	LADRÕES ARROMBARAM CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10209
29.10.84	2	ROTARIANOS ENTREGAM DONATIVOS AS CRIANÇAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/11365
08.08.84	4	VIGARISTAS ESTÃO ...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10240
06.05.84	5	MANOEL RIBEIRO É HOMENAGEADO...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/8901

12.08.84	3	CASA DA CRIANÇA...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10303
04.09.84	3	PROJETO "MEU FILHO" É A ATRAÇÃO AMANHÃ ...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/10627
03.10.84	2	LINHAS CRUZADAS: O LIONS CLUBE...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/11028
29.11.84	5	MULHER ENCONTRA BARREIRAS...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/11769
12.06.85	Cad 3 p. 2	LINDA TANURE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/12636
29.06.85	Cad 3 p. 1	GLÁUCIA MONTEIRO...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/12905
03.07.85	Cad . 3 p. 1	SEXTA-FEIRA, NO TUCUNARÉ...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/12973
19.06.85	Cad . 3 p. 1	NO PRÓXIMO DIA 05 DE JULHO...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/12715
28.04.85	4	VIDAS ALTERADAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/12424
05.06.85	Cad 3 p. 1	O ANO LEONÍSTICO...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/12527
27.08.85	Cad . 3 p. 2	PSICOLOGIA INFANTIL NAS CRECHES...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/13718
05.09.85	Cad . 3 p. 3	CRECHE ROSA DE SARON	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/13887
8.10.85	4	CRECHE DE CARENTES	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/14384
13.10.85	Cad . 2 p. 6	OU A GENTE AJUDA...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/14474
13.10.85	Cad 3 p. 2	ADMINISTRAÇÃO DO PORTO INAUGURA...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/14478
15.11.85	5	VEJA ONDE VOCÊ VAI VOTAR	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/15019
23.10.86	24	LIDERANÇA DESGASTADA	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/22241
06.03.86	12	REVOLTA	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/17152

03.10.86	1	CRECHE VAI SOBREVIVER COMO PODE	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/21672
25.01.86	3	SECRETÁRIOS UTILIZAM...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/16313
09.03.96	13	TODO DIA É DIA DA MULHER PARTICIPAR...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/17227
12.03.86	12	MULHERES FAZEM DENÚNCIAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/17279
12.03.86	1	ABUSOS SEXUAIS...	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/17268
23.03.86	12	ASSISTÊNCIA	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/17513
14.05.86	8	PROFESSORES FAZEM PASSEATAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/17915
21.05.86	8	BNDES CONDICIONA CRÉDITO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/18031
03.07.86	10	INAUGURAÇÃO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/19243
18.08.86	11	CRECHE GRAZIELA RIBEIRO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/20480
05.09.86	9	DOENÇAS AMEAÇAM CRIANÇAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/20948
25.08.86	10	PAZ: SONHA CHAMADO BAIRRO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/20673
20.09.86	11	MENOR DEIXADO NA CRECHE O IEBEM	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/21338
27.09.86	12	LBA E FUNABEM		http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/21523
28.09.86	29	HOCRE ADMITE AUX. DE CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/21564
25.01.86	3	DENÚNCIA	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/16313
14.08.86	25	RESUMO	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/20376
22.05.86	1	OCUPANTES RESISTEM NO ALEIXO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/18050
13.08.86	3	ASSEMBLÉIA	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/20328

05.10.86	9	CRECHES, ACORDO...	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/21730
11.10.86	9	CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/21897
30.10.86	10	CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/22417
05.11.86	10	MILITARES	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/22581
13.12.86	8	AVISO DE TOMADA DE PREÇOS	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/23635
11.11.86	8	SEMI INTERNATO CIEC	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/22759
03.09.87	2	LBA E CONVÊNIO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/29188
04.09.87	13	CHEQUE SOLIDÁRIO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/29219
22.01.87	10	CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/24699
08.02.87	10	ASSISTÊNCIA	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/25081
16.09.87	9	RESUMO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/29485
14.02.87	11	ABORTO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/25246
26.02.87	10	RAPTO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/25583
13-15.05.06	23	CRECHE ATENTE CRIANÇAS CARENTES (HISTÓRICO DE NELY FALCÃO)	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/117994
03.04.87	1	DENÚNCIA	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/25722
16.04.87	9	ASSINADOS ONTEM	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26076
01.05.87	3	LEI DA CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26406
05.05.87	8	HOJE NÃO É DIA DE FESTA...É DIA DE TRAB...	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26519
10.05.87	5	ISTO É TRABALHO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26636
06.05.87	17	AGENDA	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26552
09.05.87	9	CRIANÇAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26616
14.05.87	2	MARLY SARNEY EM MANAUS	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26755

17.05.87	11	RESUMO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26836
19.05.87	11	VISITA OFICIAL	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/26880
17.09.87	8	NA DARCY VARGAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/29504
14.08.87	8	VACINAÇÃO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/28778
20.09.87	9	IEBEM TENTA SUPERAR SEGREGAÇÃO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/29565
13.10.87	10	DIA DA CRIANÇA	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/30042
15.10.87	2	FISIOLOGISMO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/30082
18.10.87	Pg 6 sup.	AMAMENTAÇÃO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/30174
22.11.87	3	DEPUTADA RECLAMA DE CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/30889
02.12.87	12	CRECHES	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/31166
03.12.87	11	EDUCAÇÃO	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/31193
14.12.87	10	SEMEC	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/31220
11.12.87	9	GREVES	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/31415
15.12.87	16	MULHERES E CRIANÇAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/31526
22.12.87	10	AMAZONINO: NATAL...	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/31716
05.01.88	11	RECUPERAÇÃO DE RUAS	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/32023
12.01.88	10	PETRÓPOLIS GANHARÁ UMA CRECHE	CRECHE	http://memoria.bn.br/docreader/170054_02/32203
17/05/90	6	VISITA À CRECHE IPÊ I	CRECHE	http://memoria.bn.br/DocReader/170054_02/40393

APÊNDICE B- ÍNDICE DOS DIÁRIOS OFICIAIS DO AMAZONAS

Link de busca:

<https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/buscanova/#/p=1&q=Creche%20Casulo&di=19790606&df=19991231>

DATA	PG	ASSUNTO	ENDEREÇO
22/02/80	2	SETRASS quer construir 40 Centros Sociais (creche casulo para crianças de 3 a 6 anos).	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6509#/p:2/e:6509?find=Creche%20Casulo
25/02/80	2	Centro em Itacoatiara: notícia sobre inauguração de Centros Sociais em Itacoatiara, contará com creche casulo para crianças de 3 a 6 anos.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6510#/p:2/e:6510?find=Creche%20Casulo
24/06/80	4	Secretaria de Estado de Trabalho e Serviços Sociais Designação da assistente Social Maria Júlia Alves de Almeida como gestora do Projeto Creche Casulo. Therezinha de Britto Nunes- Secretária da SETRASS	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6591#/p:4/e:6591?find=Creche%20Casulo
16/07/80	7	Autorização da ida de Maria Júlia Alves de Almeida ao município de Eirunepé para providenciar material necessário ao Centro Social – Convênio SETRASS-LBA- Projeto Creche Casulo.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6606#/p:7/e:6606?find=Creche%20Casulo
11/09/80	3	Será repassado Cr\$ 630.000,00 para operacionalização do Projeto de Creche Casulo.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6646#/p:3/e:6646?find=Creche%20Casulo
26/09/80	2	“Torneio de futebol de salão, cantos, participação da creche casulo, corrida de sacos, ginastica rítmica e de resistência, além da apresentação de filmes, compõem a programação a" ser desenvolvida hoje pela coordenação da semana da comunidade, na Colônia Antônio Aleixo....”	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6657#/p:2/e:6657?find=Creche%20Casulo
06/10/80	5	Portaria de designação da Maria das Graças Lima Rodrigues para ser gestora do Convênio SETRASS/FLBA para operacionalização do Projeto Creche-Casulo.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6663#/p:5/e:6663?find=Creche%20Casulo
14/05/81	14	Estatuto das Obras Sociais da Comunidade Nossa Senhora das Graças- Antônio Aleixo [...]Serviços e instituições educacionais como jardim de infância, creche casulo, catequese, além de aulas para	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6812#/p:14/e:6812?find=Creche%20Casulo

		adultos) clubes comunitários como dos jovens e das senhoras (mães)	
22/10/81	3	Autorização da ida da técnica Dayse Albuquerque Amorim ao município de Eirunepé para realizar supervisão das atividades desenvolvidas no Centro Social e aplicação da verba/Creche Casulo.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6924#/p:3/e:6924?find=Creche%20Casulo
21/01/82	11	Extrato, dotação orçamentária. Equipamento e material permanente. Fonte 80 Convênio SETRASS/LBA Creche Casulo.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/6981#/p:11/e:6981?find=Creche%20Casulo
07/04/82	11	Autorização da ida da técnica Dayse Albuquerque Amorim ao município de Maués para regularizar a situação do Posto da SETRASS, supervisão das atividades desenvolvidas na Creche Casulo e efetuar a aplicação desses recursos.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7032#/p:11/e:7032?find=Creche%20Casulo
20/05/82	9	Extrato nº 057. Objeto- destinar recursos oriundos do convênio firmado em 10/08/81 entre a FLBA/SETRASS, a prefeitura municipal de Eirunepé para atender ao Programa de recreação infantil operacionalizado pela Creche Casulo.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7060#/p:9/e:7060?find=Creche%20Casulo
16/06/82	3	CR\$ 1.000.000,00 atendimento ao pré-escolar (creche-casulo).	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7078#/p:3/e:7078?find=Creche%20Casulo
20/08/82	1	CR\$ 2.245.000,00 15814871.023 atendimento ao pré-escolar (creche-casulo) ...	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7125#/p:1/e:7125?find=Creche%20Casulo
02/10/84	8	CR\$ 15.814.831.022 atendimento ao pré-escolar creche casulo	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7642#/p:8/e:7642?find=Creche%20Casulo
25/03/85	38	CR\$ 1.023.000 atendimento ao pré-escolar-creche casulo.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7754#/p:38/e:7754?find=Creche%20Casulo
08/04/85	19	DECRETA: Art. 1º- Fica criado, no Programa de Trabalho da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social o Projeto 15814831.166 – Atendimento à Creche Casulo Comunitário, no valor de Cr\$ 91.000 000.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7762#/p:19/e:7762?find=Creche%20Casulo
12/07/85	55	A Secretaria do Estado do Trabalho e Bem Estar Social [...] Resolve Designar as funcionárias Altina Conceição de Figueiredo Braga e Maria das Graças de Holanda Vital para	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/

		viajar aos municípios de Maués, Borba e Autazes, a fim de supervisionar as atividades de Ação Comunitária nos referidos Municípios, bem como proceder orientação àquelas comunidades para implantação de novas creches do Projeto Casulo [...]	7828#/p:55/e:7828?find=Creches%20Casulo
30/08/85	7	DECRETA: Art. 1º- Fica criado, no Programa de Trabalho da Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social – SETRABES o Projeto 15814831.202 – Atendimento à Creche Casulo Domiciliar, no valor de Cr\$ 91.000 000.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7863#/p:7/e:7863?find=Creche%20Casulo
09/10/85	9	15814861.034 Atendimento a Creche Casulo Domiciliar	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/7890#/p:9/e:7890?find=Creche%20Casulo
23/10/86	11	CZ\$ 200.000.00 mediante convenio LBA/IEBEM, - destinados aos projetos de creche "Casulo Elo Domiciliar"	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8146#/p:11/e:8146?find=Creche%20Casulo
22/12/86	17	Secretaria de Estado do Trabalho e Bem Estar Social [...] Resolve I- Dispensar do procedimento licitatório [...] a aquisição de Gêneros Alimentícios para abastecimento das creches do projeto Casulo Institucional no valor de ... Cz\$ 183.151,10.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8186#/p:17/e:8186?find=Creches%20Casulo
07/08/87	19	Assegurar a gratuidade do ensino público a maior parte da população escolar através de designação de três (03) professores com formação pedagógica e hum (01) orientador pedagógico para prestarem serviços na creche casulo "infante Tiradentes"	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8336#/p:19/e:8336?find=Creche%20Casulo
29/03/88	7	Termo de convenio firmado em 04.09.87, entre o estado do Amazonas através da SETRABES e o clube dos subtenentes e sargentos da PM/ creche casulo "infante Tiradentes", no valor de. Cz\$ 40.000,00 processo n.º 1.906/87 (anexo: 1.698/87)	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8490#/p:7/e:8490?find=Creche%20Casulo
13/06/88	16	Fundação Legião Brasileira de Assistência- ALBA Objetivo: cooperação técnico financeira no desenvolvimento dos seguintes programas: - Creche Casulo- atender crianças até 6 anos de idade em regime de 8 horas.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8539#/p:16/e:8539?find=Creche%20Casulo
15/03/89	5	Município de Lábrea Objeto: equipar a Creche Casulo Drª Julinha	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8724#/p:9/e:8724?find=Creche%20Casulo
07/06/89	20	000681483.2103 - FUNCIONAMENTO DA CRECHE CASULO TIRADENTES	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8778#

			/p:20/e:8778?find=Crec he%20Casulo
11/08/89	8	000681483.2103 - FUNCIONAMENTO DA CRECHE CASULO TIRADENTES	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8825#/p:8/e:8825?find=Creche%20Casulo
21/09/89	30	Estrato de convênio nº 39/89-SEDUC ESPÉCIE – Termo de Convênio firmado em 08.09.89. Partes Convenientes- O Estado do Amazonas através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e a Polícia Militar – Comando Geral/AM. Objeto – Assegurar a gratuidade do ensino público a maior parte da população escolar através de designação de três professores com formação pedagógica e um orientador pedagógico para prestarem serviços na Creche Casulo Infante Tiradentes. Prazo – Dois anos a contar da data da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado [...].	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8852#/p:30/e:8852?find=Crec he%20Casulo
19/08/90	17	4.198.200,00 MANUTENCAO DA CRECHE CASULO TIRADENTES	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8951#/p:17/e:8951?find=Crec he%20Casulo
06/04/90	46	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação/ SEPLAN [...]aquisição de equipamentos para atender creches “Maria Luiza de Menezes e Creche Casulo I”. [...] Reforma das creches “lírio do Vale e Joaquim Alberto de Paula”.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/8979#/p:46/e:8979?find=Crec he%20Casulo
05/07/90	9	Termo de Convênio nº 017/89, firmado em 05.05.89, entre o Estado do Amazonas, por intermédio da SEPLAN e o Município de Manacapuru, objetivando proporcionar ajuda financeira, na aquisição de equipamentos para atender as Creches “Maria Luiza de Menezes” e a Creche “Casulo I”, no valor de NCz\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos cruzados novos).	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9040#/p:9/e:9040?find=Creche%20Casulo
10/07/90	17	CR\$ 16.793.472,00 MANUTENCAO DA CRECHE CASULO TIRADENTES	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9043#/p:17/e:9043?find=Crec he%20Casulo
12/07/90	19	CR\$ 651.282,00 CRECHE CASULO TIRADENTES	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9045#/p:21/e:9045?find=Crec he%20Casulo
20/05/92	30	Extrato de convênio [...] Primeiro conveniente- O Estado do Amazonas através da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos. Segundo Conveniente- A Polícia Militar Comando Geral/ AM. Objeto – Assegurar a gratuidade do ensino público através da designação de cinco	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9493#/p:30/e:9493?find=Crec he%20Casulo

		professores com formação pedagógica e uma supervisora educacional, para prestarem serviços na Creche Casulo Infante Tiradentes, bem como fornecimento de merenda escolar [...].	
05.02.98	13	Sobre embargo de terceiros aforados pela Creche Casulo Infante Tiradentes.	https://diario.imprensaoficial.am.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/10833#/p:13/e:10833?find=Creche%20Casulo

APÊNDICE C – ÍNDICE DAS PRODUÇÕES SOBRE AS CRECHES CASULO

Nº	TIPO	TÍTULO	RESUMO/CONTEÚDO	AUTORIA	ANO
01	Livro	A Política do Pré-Escolar no Brasil: A Arte do Disfarce	O livro organiza-se em três capítulos: Infância e sociedade, História do atendimento à criança brasileira, e A política de educação pré-escolar no Brasil. Palavras-chaves: Educação de crianças- História- Brasil. Educação Pré-escolar – Brasil. Sociedade brasileira – Aspectos culturais. Política e educação -Brasil. Obs.1: 1ª edição data de 1982 Obs.2: livro físico	KRAMER, S.	1984
02	Livro	O Social Inadiável	Obs.: livro físico	PINTO, L. F. P.	1984
03	Artigo	Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças "carentes" de 0 a 6 anos de idade	“O trabalho teve por objetivo a apreciação de experiências alternativas quanto às características do atendimento à saúde, nutrição e educação de crianças sócio-economicamente carentes, de 0 a 6 anos de idade, e quanto aos custos econômicos desse atendimento. É um estudo de Casos. Três das experiências localizam-se em Brasília e são creches convencionais. As outras, duas são unidades do PROAPE em Recife, e uma, em Fortaleza, atende em sistema de creches lares a partir de uma creche base convencional. Para sua caracterização utilizamos os procedimentos usuais do trabalho etnográfico. Quanto ao quadro de referência teórica de custos, utilizamos a estrutura geral dos estudos de economia da educação. É importante enfatizar a não comparabilidade linear das experiências. Sua apreciação deve passar por um cuidadoso exame das Características do atendimento e dos custos das diferentes-rubricas.” (p. 13).	FRANCO, M. A. C.	1984
04	Livro	Da Assistência Educativa à Educação Assistencializada	Obs.: livro físico	FRANCO, M. A. C.	1988

05	Dissert.	Creches no Brasil: de mal necessário a lugar de compensar carências rumo à construção de um projeto educativo	A autora verificou que “a creche, na assistência patronal, num contexto de reduzida legislação social, foi concedida como benefício do empregador [...] Na conjuntura da crise econômica e emergência de movimentos sociais urbanos de meados da década de 70, sem abandonas atuação predominantemente indireta, o Estado, através da LBA, impulsiona a criação de creches como estratégias para compensar carências e oportunizar o trabalho feminino. Para isso, conta com a participação da ‘comunidade’: trabalho voluntário ‘dos pobres’ e ‘transferência de renda’ (dos ricos).” (p. i-iii).	VIEIRA, L. M. F. Orientadora: MIRANDA, G. V.	1986
06	Artigo	Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940 1970)*	RESUMO “O objetivo do artigo é apresentar as propostas e os preceitos do Departamento Nacional da Criança (a partir de 1940) a respeito da creche, difundidos até o final dos anos 60, como parte da política de assistência à maternidade e à infância no Brasil. Consultando publicações desse órgão e afins, editadas durante os seus 30 anos de existência, foi possível concluir que a creche era vista como um mal, porém indispensável na luta contra a mortalidade infantil. A creche era defendida como elemento da puericultura social, no combate ao comércio das criadeiras. No final da década de 60, o rigor higiênico exigido para o seu funcionamento vai pouco a pouco cedendo lugar a propostas de simplificação do atendimento, com a utilização dos espaços ociosos e pessoal voluntário, na perspectiva do desenvolvimento de comunidade.” (p. 3).	VIEIRA, L. M. F.	1988
07	Dissert.	Creche: de lugar de abandono a espaço educativo	Esta dissertação apresenta um estudo histórico da creche no Brasil, tendo por objetivo analisar como a mesma instituição que carrega o estigma de lugar de abandono é compreendida atualmente por alguns segmentos sociais como espaço educativo. A questão da creche particular é privilegiada. A partir de uma abordagem que reconhece a importância da influência do contexto sócio-econômico nas propostas educativas, inicialmente foi feito um acompanhamento da trajetória histórica da creche no Brasil,	MOREL, C. M. T. M. Orientadora: CAMPOS, A. V. de S.	1991

			<p>analisando à luz de alguns estudos sobre a problemática da mulher, as relações entre a demanda por creches e a situação feminina no que diz respeito ao trabalho e à família Em seguida destacaram-se as relações entre os objetivos que historicamente foram sendo definidos para as instituições destinadas à criança pequena, e o desenvolvimento dos conhecimentos sobre esta criança, privilegiando-se o estudo do movimento da Escola Nova. Posteriormente, realizou-se a análise das primeiras revistas que desde a década de 70 popularizam estes conhecimentos e que vêm criando determinada visão de creche. Finalmente, a entrada da classe média como clientela desta instituição, que vai dar ênfase ao seu aspecto educativo, é compreendida a partir do processo de modernização da sociedade, com o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho, e a difusão do conhecimento sobre a criança pequena.” (p. VIII).</p>		
08	Dissert.	LBA: Tratamento pobre para o pobre	<p>“Este trabalho tem por objetivo dar visibilidade ao programa de creches da LBA, analisando discursos e práticas emitidos pela LBA, assim como pelas instituições particulares sem fins lucrativos (ONGs) que prestam atendimento à criança pequena em convênio com a LBA em Campo Grande (MS).” (p. IV).</p>	LIMA, M. de F. M. E. Orientadora: ROSEMBERG, F.	1994
09	Cap. de Livro	Educando a infância brasileira	<p>O texto apresenta a história das primeiras iniciativas de creche, jardim de infância e escola maternal até à expansão recente.</p>	KUHLMANN JR., M.	2000
10	Artigo	Histórias da educação infantil brasileira	<p>“O artigo analisa aspectos da história das instituições de educação infantil brasileiras. Trata das distâncias e contigüidades entre as diferentes modalidades, como a creche e o jardim-de-infância. Enfoca as políticas discriminatórias para a educação das crianças pobres e os embates entre concepções educacionais, envolvendo família e instituição, educação e assistência, puericultura e higiene, jogos e brincadeiras, desenvolvimento, cognição e recreação.” (p. 192).</p>	KUHLMANN JR., M.	2000

11	Livro	Creches e pré-escolas no Brasil	Assistência a menores- Brasil. Creches – Brasil. Educação pré-escolar- Brasil.	CAMPOS. M. M.; ROSEMBERG. F.; FERREIRA. I.M.	2001
12	Cap. livro	A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional	A autora procura mostrar como se deu o infeliz casamento entre organismos intergovernamentais e o governo militar no Brasil no campo da educação infantil de massa nos anos 70. Obs.: primeira edição data de 1997.	ROSEMBERG, F.	2001
13	Artigo	Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil	“As políticas brasileiras de educação infantil (EI) nas últimas quatro décadas apresentam-se como resposta a várias tensões. Nos anos 70, o despertar dos novos movimentos sociais trouxe o tema para a agenda de suas reivindicações. Nos anos 80, pressões em diferentes sentidos provocaram, de um lado, a expansão da EI seguindo, de modo geral, um modelo “a baixo custo” e, de outro, a consciência social da EI como um direito das crianças pequenas à educação e um direito de assistência aos filhos de pais e mães trabalhadores (Constituição de 1988). O artigo descreve e analisa as tensões presentes, e suas conseqüências, em três momentos da história da EI brasileira contemporânea: a fase de expansão durante o governo militar; as inovações trazidas pela Constituição de 1988; o impacto das reformas educacionais contemporâneas sob a égide do “Consenso de Washington”. A descrição e análise desses momentos serão efetuadas no contexto dos modelos propugnados pelas organizações multilaterais. EDUCAÇÃO INFANTIL – POLÍTICAS PÚBLICAS – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS – POLÍTICAS EDUCACIONAIS”. (p. 25).	ROSEMBERG, F.	2002
14	Tese	Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960	Resumo “Esta tese tem como objetivo investigar o lugar da infância e da Educação Infantil nas políticas de educação e saúde elaboradas no período do desenvolvimentismo no Brasil (1950/1960). Trata-se de	LEITE FILHO, A. G. Orientadora:	

			<p>uma pesquisa histórica que recorre a aportes teóricos e metodológicos da história, sobretudo da história cultural. A partir dos documentos encontrados nos arquivos pesquisados, são tratadas questões atuais da época estudada: a creche como um mal necessário; as iniciativas públicas e privadas que originaram políticas de educação para as crianças pequenas; a educação infantil como direito da mulher trabalhadora; a educação das mães; o papel do Estado nas iniciativas (campanhas, programas e projetos) e a criação de órgãos públicos e propostas destinadas à educação das crianças no Brasil, no período estudado A pesquisa evidencia as tensões existentes nos anos 1950/1960 em relação à criança e a sua educação fora da família: liberação das mães para o trabalho versus o desenvolvimento da criança; educação pré-primária preparatória para o ensino primário versus educação pré-primária com objetivo em si mesma; educação das crianças pequenas como dever do Estado versus dever da família e da sociedade; voluntariado (boa vontade) das pessoas nos programas de assistência e proteção à infância versus formação de educadoras (profissionalismo); educadora mãe versus educadora formada; instituições de educação pré-primária como continuação do lar versus espaço para o desenvolvimento das crianças; a criança como centro do trabalho nas creches e jardins- de-infância versus a educadora, professora ou jardineira como centro do processo educativo.</p> <p>Palavras-chave: Educação Infantil; Políticas Públicas; Brasil; anos 1950/1960; Creche; Escola Maternal e Jardim-de-Infância.” (n.p.)</p>	MENDONÇA, A. W. P. C.	
15	Dissert.	Estudo sobre as primeiras creches públicas da Rede Municipal de Educação de Curitiba (1977-1986)	<p>“Esta dissertação trata da investigação sobre a constituição do sistema de atendimento público a crianças de 0 a 6 anos em rede de creches oficiais, no município de Curitiba, no período entre 1977 a 1986 Em 1977, inauguraram-se as quatro primeiras creches municipais em Curitiba Creche Vila Camargo, Creche Jardim Paranaense, Creche Vila Hauer e Creche Xaxim, as quais ofereciam atendimento as crianças com funcionários contratados pelo regime</p>	<p>MANTAGUTE, E. I. I.</p> <p>Orientadora: SOUZA, G. de.</p>	2009

		<p>CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), e somente em 1985 e que a Prefeitura Municipal de Curitiba realizou concurso público para os funcionários com atuação em creches O ano de 1986 e marcado pela primeira publicação oficial com relação as normas de atendimento, funcionamento e seleção de crianças para as vagas disponíveis nas creches de Curitiba Desse modo, justifica-se a periodização fixada para esse estudo, de 1977 a 1986 As fontes identificadas para a pesquisa foram consultadas nos seguintes espaços Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná, Acervo Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Geral da Secretaria Municipal de Educação, Arquivo da Fundação de Assistência Social, Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba e Casa da Memória de Curitiba As fontes utilizadas para o desenvolvimento do trabalho consistem em legislações educacionais (do âmbito federal, estadual e municipal) sobre creche, orientações oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba para as creches cadernos pedagógicos e planos municipais de educação, reportagens jornalísticas, fotografias e também fontes orais O proposito deste trabalho recaiu sobre a investigação da forma como ocorreu a constituição do atendimento público de educação da infância, nas primeiras creches no município de Curitiba, no período de 1977 a 1986, por meio dos vestígios deixados por adultos através de jornais, propostas pedagógicas, legislação, entre outros Objetiva-se neste trabalho examinar a organização histórica das primeiras creches públicas em Curitiba, visando depreender as razões histórico-sociais que levaram a esta constituição, percebendo de que forma os sujeitos envolvidos neste processo o poder público, o movimento popular e os funcionários das creches atuaram nesse processo de consolidação de propostas para a creche Pretende-se também analisar qual foi o atendimento proposto para estas crianças com relação ao espaço, ao mobiliário e aos educadores A hipótese que</p>		
--	--	--	--	--

			<p>orienta este trabalho e a de que a organização das primeiras creches públicas de Curitiba se deu no embate entre as pressões do movimento social, e nele o movimento de mulheres, para a reorganização do poder público na construção e manutenção das creches voltadas aos filhos dos trabalhadores e as ações de atendimento a creches realizadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba</p> <p>Palavras-chave Creche História da Infância Educação Infantil Prefeitura Municipal de Curitiba”. (n.p.)</p>		
16	Dissert.	<p>Marcas da história da creche na cidade de São paulo: As lutas no cotidiano (1976-1984)</p>	<p>“Este trabalho busca aprofundar o conhecimento sobre o processo de expansão das creches na cidade de São Paulo, privilegiando compreender que papel desempenharam os trabalhadores, os movimentos populares, a Igreja e o Estado. O estudo percorre o período entre 1976 e 1984. As datas marcam o surgimento da reivindicação por creches como anseio coletivo e público, e a instalação da Comissão Especial de Inquérito sobre Creches na Câmara Municipal. O período é marcado por uma radicalização dos movimentos sociais reivindicatórios, na esteira da redemocratização do país. É uma investigação histórica sobre os grupos sociais e pessoas que protagonizaram os fatos, tomando como referência Thompson (2001), Ginzburg (1987), Williams (1992), Le Goff (2003) e Hobsbawm (1998). A pesquisa, além da revisão bibliográfica, foi desenvolvida com a leitura de documentos oficiais e normativos, periódicos da grande imprensa, imprensa alternativa, em especial das feministas, e de folhetos postos em circulação pelos movimentos sociais. O trabalho está composto em duas partes. Na primeira parte estão os protagonistas principais, as mulheres e crianças da periferia, e os trabalhadores; em seguida os secundários, as feministas e a Igreja. Na segunda parte pesquisa-se a entrada da creche como política pública na Prefeitura de São Paulo, sua apropriação pelos movimentos sociais, até se inserir na agenda política, a ponto de motivar uma Comissão Especial de</p>	<p>SCAVONE, D. T. de L.</p> <p>Orientador: KUHLMANN JR., M.</p>	2011

			Inquérito. O estudo realizado aponta que foram muitas as dificuldades na consolidação da educação infantil na cidade de São Paulo, como uma política pública decorrente do direito básico da criança. Palavras-chave: Creche. Educação Infantil. História. Movimentos sociais. São Paulo (município)” (p. viii).		
17	Dissert.	“Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs)”	RESUMO “Tradicionalmente, o senso comum considera que creches e pré-escolas têm como função principal, abrigar crianças enquanto seus pais trabalham. No entanto, a maneira com que as crianças são tratadas em tais instituições tem recebido maior atenção recentemente, uma vez que há reconhecimento cada vez maior de que creches e pré-escolas influenciam de maneira crítica o desenvolvimento das crianças pequenas. Nesse sentido, creches e pré-escolas, isto é a Educação Infantil, constitui parte integrante do Ensino Básico de acordo com a legislação brasileira, que obriga o poder público a oferecer vagas a todas as famílias interessadas. No contexto da valorização crescente da Educação Infantil, é importante que se conheça sua história, de modo a compreendermos melhor por quê a Educação Infantil ainda recebe menor preocupação do que as demais etapas de ensino por parte do poder público e da sociedade. A presente pesquisa foi dedicada a essa história, com foco na cidade de Ribeirão Preto – SP. Para tanto, utilizamos a abordagem metodológica da história oral, reconhecida como história viva no tempo presente, e centralizada em entrevistas com áudio gravado e transcrito na íntegra. Os alvos das entrevistas foram professores e funcionários veteranos e/ou aposentados de creches e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), antigamente denominadas Parques Infantis (Pis). O período das décadas de 1950-60 foi nosso principal escopo, o que determinou a escolha das sete instituições mais antigas da cidade. Ao abarcarmos tal período, procuramos obter informações a respeito da transformação de Pis em EMEIs, que implicou em importantes	DARAHM, G. C. Orientadora: MASSIMI, M.	2011

			<p>mudanças na rotina escolar e na estrutura física das escolas. Dada certa dificuldade de encontrar entrevistados dispostos a contribuir com a pesquisa, a investigação foi complementada pela entrevista a pessoas de outras instituições, como associações de professores aposentados. Além disso, sempre que possível foram copiados documentos e fotografias coletadas nas próprias escolas. De modo geral, houve dificuldade para encontrar documentos nos arquivos das instituições, especialmente os correspondentes às décadas de 1950-60. Além disso, constatou-se que as escolas não têm estrutura adequada, tampouco sistematizada, para arquivamento de documentos. Aliás, fomos informados de que arquivos antigos são recolhidos pela Secretaria Municipal de Educação a cada cinco anos para incineração. É alarmante a falta de cuidado na preservação de documentos históricos, que pode prejudicar esforços pela reconstrução de nosso passado similares ao presente trabalho. Nesse contexto, os resultados de nossas entrevistas destacam o quanto a história oral pode contribuir na reconstrução da história mal documentada, uma vez que tal metodologia dá voz a pessoas que geralmente não são ouvidas na construção da história oficial. O conteúdo das entrevistas permitiu uma comparação da época em que as EMEIs ainda eram Pis com o momento atual. Foram discutidos temas como alimentação, rotinas escolares ao longo do tempo, as consequências da mudança de atendimento de tempo integral para meio período, as adaptações de espaços físicos, dentro outros. Os relatos dos funcionários e professoras participantes permitiram a elaboração de um retrato da educação oferecida nas EMEIs de Ribeirão Preto, que apresentamos no presente estudo.</p> <p>Palavras-chave: história oral; memória; educação infantil; Ribeirão Preto”. (n.p.).</p>		
18	Cap. De Livro	Contexto histórico da integração e da	“O presente estudo resgata os traços mais relevantes dessa história, na qual instituições e pessoas, numa construção progressiva, ao	NUNES, M.	2011

		Construção política do direito à educação infantil	<p>longo do tempo, aportaram ideias, criando programas, elaborando leis e decretos, instituindo órgãos públicos e privados, e desenvolvendo práticas sociais de cuidado e educação na primeira infância. Nesta história, constatamos como foi construído, passo a passo, um caminho para chegar à criança em sua realidade e concretude histórica, social, cultural, política, econômica, para atender às suas necessidades e, finalmente, chegar a uma política pública de educação infantil como direito da criança e dever do Estado, da sociedade e da família – direito este que deve ser atendido com prioridade absoluta.</p> <p>1. Educação Infantil 2. Educação Básica 3. Brasil I. Corsino, Patrícia II. Didonet, Vital III. UNESCO IV. Brasil. Ministério da Educação V. Fundação Orsa VI.”. (p. 9).</p>	F. R.; CORSINO, P.; DIDONET, V.	
19	Dissert.	Do perfil desejado – A invenção da professora de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (1976 – 1980)	<p>RESUMO</p> <p>“A presente pesquisa situa-se na área da História da Educação. Tem por objetivo precípua a análise do perfil desejado para as primeiras professoras de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, tendo como fio condutor o <i>Projeto Núcleos de Educação Infantil</i>. De 1976, deu origem ao <i>Programa Educação Pré-Escolar no Município de Florianópolis</i> no contexto da implantação do <i>Programa Nacional de Educação Pré-Escolar</i>, proposto pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1975. Trata-se de uma proposta curricular marcada pelo caráter preparatório, balizado pelas prescrições nacionais, ao mesmo tempo em que se caracteriza pela defesa do respeito ao ritmo e às fases de desenvolvimento da criança, inspirado em Heloísa Marinho, professora-pesquisadora da educação pré-escolar e, ainda, pela ênfase na contratação de profissionais habilitados para atuar na educação infantil, por influência do Colégio Coração de Jesus. A pesquisa foi desenvolvida pelo caminho metodológico da análise</p>	BRANT. P. R. S. de S. Orientadora: TEIVE. G. M. G.	2013

		<p>documental e da história oral. Como referencial teórico, optamos: a) pelos estudos sobre a análise crítica do discurso (ACD) de Norman Fairclough (2001), que propõe uma análise tridimensional do discurso: o discurso como texto, como prática discursiva e prática política; b) pelas teorizações de Tomaz Tadeu da Silva (1999), sobre o currículo, entendido como prática de significação e de produção de sentidos; c) pelo conceito de apropriação como produção inventiva de sentidos e como prática de ressignificação, tal como propõe Roger Chartier (1988); d) pelos <i>insights</i> de Alessandro Portelli (1997) e Verena Alberti (2004) sobre o trato com as fontes orais. A pesquisa possibilitou compreender que o perfil desejado para a professora de educação infantil da RME de Florianópolis – inventado a partir de uma síntese bastante particular entre as prescrições legais, as ideias de Heloísa Marinho e a experiência do Colégio Coração de Jesus – era o de uma mulher jovem, com formação específica, no nível de 2º grau. Vocacionada para o magistério deveria, antes de tudo, amar as crianças. Alegria, iniciativa, criatividade e dinamismo são algumas das principais características de sua personalidade, além de ter disposição para aprender e inovar em sua prática. No que se refere a conhecimentos, deveria dominar, para a sua tarefa, os básicos sobre psicologia infantil, em particular sobre o desenvolvimento infantil e, ainda, saberes relacionados às artes (música, artes plásticas e teatro/dramatização), contação de histórias, recreação e jogos. Não era alfabetizadora, mas deveria possibilitar às crianças conhecer as letras, mas sem lhes forçar a aprendizagem, respeitando seu ritmo e seus interesses. Seu perfil era, pois, em síntese, um misto de atitude “maternal” e “profissional”, uma mulher com vocação para o trabalho com crianças, mas com formação especializada na pré-escola.</p> <p>Palavras-chave: Educação infantil. Perfil docente. Rede pública.” (n.p.).</p>		
--	--	---	--	--

20	Tese	Práticas e representações da Institucionalização da Infância: Bebês e crianças bem pequenas na creche em Francisco Beltrão/PR (1980/1990)	<p>“O estudo investiga o processo de institucionalização de bebês e crianças bem pequenas nas décadas de 1980 e 1990, em Francisco Beltrão, município do sudoeste do Paraná. Tendo como foco práticas e representações envolvendo bebês e crianças bem pequenas na creche, articula história da educação infantil e história da infância, reforçando a escrita de uma história da infância nas creches. Recorrendo a aportes teórico-metodológicos da histórica cultura, faz também uso de recursos teóricos advindos da sociologia da infância. Tais referenciais oferecem uma matriz analítica que permite não só fiscalizar a dimensão cultural das práticas, como encarar crianças e infância como objeto de pesquisa, considerando a presença ativa desse grupo geracional na sociedade. A pesquisa implicou na recolha de memórias de sujeitos que viveram situações relacionadas ao contexto investigado (profissionais das creches e dos setores da assistência social -DAS/SAS. Associação de Proteção a Maternidade e à Infância de Francisco Beltrão. Identifica elementos que compõem uma cultura da creche: imagens de infância – a criança pobre, a criança carente, a criança submissa, o bebê biológico, o bebê brincante e o bebê membro do grupo social. Na mesma perspectiva, o estudo analisa: a presença de um grupo profissional marcado pela maternagem: a organização de tempos que se estruturam em rotinas, valorizando os cuidados corporais, diferenciados para cada subgrupo etário. Constata igualmente a estruturação de espaços assinalados pela ausência e pelo imprevisto, a presença de brincadeira e interações que se revelam como modos característicos de organização de crianças e adultos. Em seu conjunto, a investigação permite depreender que a creche é um lugar heterogêneo, que expressa uma política conformadora de corpos – sinalizada por uma representação de crianças pobre e, ao mesmo tempo, revela a expressão de uma cultura do encontro – onde crianças e adultos estruturam formas próprias de brincadeiras e ocupação dos espaços. Nas considerações finais, a argumentação</p>	<p>CONCEIÇÃO, B. M. C.</p> <p>Orientadora: FISCHER, B. T. D.</p>	2014
----	------	---	--	--	------

			reúne assertivas que acentuam a potencialidade de investigações que tenham como foco culturas de creche. Palavras-chave: Educação Infantil. História da educação infantil. Infância. Culturas. Políticas públicas.” (n.p.).		
21	Dissert.	História do clube de mães e as origens do atendimento à criança pequena em Naviraí/MS (1974 - 1990)	“Os chamados Clubes de Mães surgiram no Brasil por volta de 1952 por iniciativa da Legião Brasileira de Assistência – LBA e em parceria com órgãos intergovenamentais; visavam atender mulheres das camadas pobres da sociedade atuando em ações de orientação às famílias. Ofereciam serviços de assistência, cuidados higiênicos, assistência médico-farmacêutica, nutricional, serviços de creche, postos de puericultura e de saúde, além de cursos para as mães, favorecendo uma formação mínima para a mulher no lar e na orientação à educação dos filhos. Esta pesquisa, feita em Naviraí/MS, buscou investigar o Clube de Mães criado a partir da iniciativa das mulheres católicas das classes mais abastadas do município, implantado no ano de 1974 e em funcionamento até 2015. O recorte temporal da pesquisa contemplou o período de 1974 a 1990, pois se refere à data da criação do Clube de Mães e à fase final do atendimento à criança pequena na entidade. A pesquisa objetivou verificar e analisar a história do Clube de Mães, buscando compreender o trabalho social realizado com as mulheres e as famílias carentes, bem como entender a gênese do atendimento à infância no município a partir dessa entidade. Então este estudo buscou identificar as ações desenvolvidas com as crianças pequenas no período e os profissionais que atuavam com a infância na entidade. O trabalho foi realizado com a metodologia documental e com acesso ao acervo de arquivo privado pessoal/institucional da entidade. Desse modo foi possível dialogar com fontes escritas, visuais e orais. As análises foram subsidiadas pelo referencial teórico tentando aproximação com as teorias de Norbert Elias e se constatando que, pelos dados analisados no tocante à assistência do Clube de Mães, foi uma entidade significativa na formação das	RODRIGUES, G. T. de. Orientadora: SARAT, M.	2019

			<p>mulheres para o mercado informal de trabalho, ofertando cursos profissionalizantes (corte e costura, cabelereira, manicure, tricô, crochê, etc.). A instituição sobreviveu por 41 anos e esse trabalho assistencial e voluntário às mães acabou por oferecer atendimento às crianças pequenas mediante o Projeto Casulo entre os anos de 1979 a 1990. Tal ação, ainda que de caráter paliativo e com poucos recursos, pode ser considerada a primeira iniciativa que deu origem ao atendimento público para as crianças na gênese da história da educação infantil de Naviraí/MS. Essa iniciativa favoreceu demandas sociais, preventivas e educativas, de crianças atendidas por um período de 11 anos. Além disso, o Clube de Mães de Naviraí foi uma entidade na qual as mulheres passaram a construir uma <i>figuração</i> social de parceira, instituindo espaços de sociabilidade para além do ambiente doméstico, permitindo momentos agradáveis de troca de conhecimentos, de valorização pessoal e incentivo às suas potencialidades.</p> <p>Palavras-chave: História da educação; Clube de Mães. Educação infantil em MS; Infância e assistência.” (n.p.).</p>		
22	Tese	A educação da infância em Alagoas em fábricas e usinas antes da Constituição Federal de 1988	<p>“Esta tese se propõe a mapear e interpretar os principais tipos de atendimento à criança de zero a seis anos em Alagoas, antes da Constituição Federal de 1988. A pesquisa não pretende retomar a história da educação infantil no estado de Alagoas abrangendo todos os municípios e todo o período do surgimento das instituições voltadas ao cuidado e educação da criança de 0 a 6 anos até a aprovação da Constituição, pois uma única pesquisa não daria conta. No entanto, a ausência quase total de informações a respeito do que foi oferecido antes da Constituição de 1988 nos impele a lançar a iniciativa da identificação, localização e caracterização dessas instituições, cuja existência é mencionada nos relatos orais, mas não se tem acesso a documentos referentes a essas instituições. Esse rastreamento não seguiu um planejamento prévio ou uma sequência linear, foi concretizado a partir de um conjunto de ações</p>	<p>ADERNE, A. da S. F. Orientadora: HADDAD, L.</p>	2020

		<p>em busca de pistas que pudessem levar a documentos e/ou entrevistados potenciais. Da aproximação inicial ao campo foi identificado uma diversidade de lugares que foram agrupados em sete conjuntos: usinas de cana-de-açúcar; fábricas e indústrias; hospitais; instituições religiosas; universidade; escolas parque; grupos escolares. Dada a grande profusão de instituições localizadas, o foco voltou-se, num segundo momento, para as usinas de cana-de-açúcar e fábricas têxteis, sendo catorze ao todo (quatro fábricas e dez usinas). Os dados coletados, evidenciam que, embora as usinas e as fábricas tenham surgido na segunda metade do século XIX, o aparecimento de instituições vinculadas a fábricas têxteis e usinas de cana de açúcar se deu em duas épocas diferentes. As fábricas passaram a ofertar creches na década de 1930 e jardins de infância na década de 1940. As usinas de cana-de açúcar, por sua vez, passaram a se responsabilizar pela educação da infância por meio de turmas da pré-escola na década de 1960 e de creche na década de 1970. Nos dois casos essas instituições eram destinadas aos/as filhos/as dos/as seus/as funcionários/as, que na maioria das vezes eram moradores da região, e as famílias não precisavam arcar com qualquer despesa. No caso das instituições pertencentes as usinas, a maioria delas contou com presença da LBA, que oportunizou acompanhamento médico e oferta de cursos para os/as trabalhadores/as das usinas e a seus familiares. As informações apresentadas referentes às instituições vinculadas às fabricas de tecido e usinas de cana-de-açúcar carecem de uma pesquisa documental mais aprofundada que não foi possível aqui por não terem sido encontradas nos arquivos consultados. [...]</p> <p>Palavras-chave: Educação infantil. Alagoas. Fábricas de tecido. Usinas de cana-de-açúcar” (n.p.).</p>		
--	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria. 2022.

**APÊNDICE D – ÍNDICE DO LEVANTAMENTO DOCUMENTAL
ACERVO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA- AM**

NOME	ANO	Nº de Pág.	ASSUNTO	PASTA/ SUBPASTA
1982. Relatório Anual	1982	8	Divisão de Serviço Social - Am., elegeu como prioridade para o exercício de 1982, o atendimento ao Pré-Escolar através do Projeto Casulo variante 'Ipê.	1982-1995. Relatórios
1983. Relatório Anual	1983	82	Relatórios anual e geral; Proposta para Atendimento a Crianças Carentes de 0 a 6 anos de idade	1982-1995. Relatórios/ 1983. Relatórios
1983. Relatório Geral	1983	18	Informações sobre o projeto Casulo no Amazonas ainda não constam nesse relatório.	1982-1995. Relatórios/ 1983. Relatórios
1984. Relatório das Atividades	1984	6	Síntese das atividades desenvolvidas pelas unidades que compõem esta Regional.	1982-1995. Relatórios/ 1984. Relatórios
1984. Relatório Geral	1984	29	Contém dados do Projeto Casulo no Amazonas	1982-1995. Relatórios/ 1984. Relatórios
1986. Relatório Geral	1986	56	Segundo diretrizes, estratégias e prioridades definidas, a ação da LBA em 1986, no plano institucional, foi marcada por um compromisso inequívoco com a promoção social das populações de baixa renda.	1982-1995. Relatórios
1987. Relatório Geral	1987	42	A política de Assistência Social definida pelo MPAS para o período 1986-1989 expressa a adesão setorial ao compromisso do Governo Federal de promover uma ação simultaneamente reparadora e transformadora. Esse compromisso orientou as linhas de trabalho da LBA em 1987.	1982-1995. Relatórios
1987. Relatório Alimentar	1987	25	Sobre o Programa Primeiro a Criança	1982-1995. Relatórios

1988. Relatório	1988	3	Implantação de reformas administrativas (contendo datas)	1982-1995. Relatórios
1989. Relatório Geral da LBA	1989	50	Este relatório desdobra-se em duas partes: Relatório Anual de 1989 e Evolução do Desempenho no Período 1985-89.	1982-1995. Relatórios
1990. Relatório anual	1990	8	Informações sobre o desenvolvimento das atividades executadas	1982-1995. Relatórios
1990. Relatório de atividades	1990	2	Relatório das atividades administradas de 1988 a 1990	1982-1995. Relatórios
1990. Relatório Geral	1990	19	Relatórios das gerências	1982-1995. Relatórios
1991. Relatório Anual	1991	34	Apresenta como anexo os modelos de relatório para primeira visita de creches	1982-1995. Relatórios
1993. Relatório Anual	1993	25	Relatório da GEPRO	1982-1995. Relatórios
1994. Relatórios Embala Brasil	1994	44	Relatório Embala Brasil, Anexos: Resultados Globais Zona Leste. Manaus e interior, Entidades Conveniadas.	1982-1995. Relatórios
1995. Relatório Ex-FLBA	1995	3	Relatório da Administração	1982-1995. Relatórios
1983. Proposta para Atendimento a Crianças Carentes de 0 a 6 anos de idade	1983	60	Sobre Convênio com o UNICEF.	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos
1987. Plano de ação. Ação da LBA na faixa de fronteira	1987	18	Com a pretensão de alcançar junto as áreas de fronteira, pela ação interministerial coordenada pelo Conselho de Segurança Nacional, o grande objetivo de garantir às populações situadas nas localidades da Faixa de Fronteira um mínimo de infraestrutura socioeconômica básica que lhes assegure, em curto prazo, condições indispensáveis ao progresso e ao bem-estar, foi implantado, em 1987, o <u>PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (PAG) / PROGRAMA DE FAIXA DE FRONTEIRA (PFF)</u> .	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos

1990. Plano de Ação	1990	11	Plano de trabalho orçamentário	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos
1990. Projeto Nova Criança	1990	28	Informações sobre “Projeto Creche”	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos
1991. Plano de Trabalho	1991	15	Linhas de ações propostas para 1991	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos
1991. Projeto de Interiorização	1991	10	Modelo de Relatório de Supervisão anexo	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos
1992. Pacto da Criança	1992	8	Ações LBA 50 anos	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos
1992. Proposta de Reformulação	1992	21	Proposta de Reformulação e Reorganização Institucional e Organizacional	1983-1992. Propostas, Planos e Projetos
1986. Marly Sarney	1986	13	A prioridade social é a vida humana	Discursos 1986 - 1989
1989. A integridade da LBA	1989	4	A integridade da LBA e as populações carentes do país	Discursos 1986 - 1989
1989. LBA mais presente	1989	6	A LBA é a entidade social mais presente em todos os níveis do país	Discursos 1986 - 1989
1989. Marly Sarnei	1989	4	“A prioridade social é a vida humana”	Discursos 1986 - 1989
1990. Rosane Collor	1990	16	Brasil novo acaba de nascer	Discursos 1986 - 1989
198x Programa Nacional de Apoio Nutricional	198?	13	Conjunto de ações que visão reduzir a morbimortalidade infantil	Livretos, panfletos, revistas
Relatório do Conselho Comunitário Feminino	1986	16	o Conselho Comunitário Feminino é uma Entidade Filantrópica, sem fins lucrativos, dirigido pela primeira-dama do Município Sra. MARÍLIA RIBEIRO, prestando assessoramento direto ao Gabinete do Prefeito Municipal de Manaus.	Livretos, panfletos, revistas
A LBA e suas representações comunitárias	1987	5	A SAI/LBA no desenvolvimento de suas atividades tem procurado fortalecer propostas que ampliem o diálogo, a interlocução entre as ações institucionais e as representações comunitárias.	Livretos, panfletos, revistas
LBA na era da informática	1987	11	Computadores e microfilmagem modernizam os trabalhos	Livretos, panfletos, revistas

Presença Municipal da LBA	1988	8	Informações quantitativas sobre creches- região norte	Livretos, revistas	panfletos,
Relatos de experiências	1988	24	Experiências de creches no Brasil e na Zona Industrial de Manaus - Hocre	Livretos, revistas	panfletos,
Balanço Geral	1989	6	Demonstrativo das contas de bens móveis e imóveis.	Livretos, revistas	panfletos,
Manual do agente de saúde	1990	8	Projeto Apoio Nutricional/ Ações básicas de saúde	Livretos, revistas	panfletos,
A comunidade contra a cólera	1992	14	Bases contra a cólera em Tabatinga, Tefé e Manaus.	Livretos, revistas	panfletos,
A situação da criança no Amazonas	1992	45	Acordo de Cooperação para a realização do Programa “Populações Carentes e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”	Livretos, revistas	panfletos,
Criança	1992	25	Publicação do MEC	Livretos, revistas	panfletos,
Encontro Regional	1993	12	I Encontro Regional das Superintendências Estaduais da LBA	Livretos, revistas	panfletos,
Política de Educação Infantil	1993	17	Proposta do MEC	Livretos, revistas	panfletos,
Rumos para a Reorganização da LBA	1993	12	Pressupostos, diretrizes e políticas	Livretos, revistas	panfletos,
Situação Mundial da Infância	1993	57	Documento do UNICEF	Livretos, revistas	panfletos,
PRONAICA	1994	40	Subprogramas e Ações	Livretos, revistas	panfletos,
Amazonas Regiões e Municípios	s/d	3	Dados quantitativos	Livretos, revistas	panfletos,
Como preparar o soro caseiro	s/d	2	Não deixe seu filho ficar desidratado (Instruções de como preparar soro).	Livretos, revistas	panfletos,
Clube de Mães	s/d	17	Cartilha comunitária, prefeito Manuel Ribeiro	Livretos, revistas	panfletos,

Orientações sobre programas e convênios	s/d	13	Administração de Leonor Barreto Franco	Livretos, revistas	panfletos,
Primeiro a Criança	s/d	3	Administração Marcos Vilaça	Livretos, revistas	panfletos,
Sinalização Externa LBA	s/d	9	Orientações	Livretos, revistas	panfletos,
A LBA em parceria com a comunidade	1985	9	A comunidade através de suas lideranças legítimas poderá procurar um profissional da LBA que trabalhe junto ao bairro ou em serviços da própria LBA. A forma de atendimento às comunidades será possível através de seus próprios projetos.	Livretos, revistas	panfletos,
LBA informa	1989	19	Irapoan: LBA atendeu 60 milhões de pessoas em quatro anos. É a entidade social mais presente em todo o país.	Livretos, revistas	panfletos,
Criança	1993	28	MEC propõe política de educação infantil	Livretos, revistas	panfletos,
Educação Infantil no Brasil	1994	24	Educação Infantil no Brasil: situação atual	Livretos, revistas	panfletos,
Memória da LBA	1994	38	Folders e relatórios sobre a história da LBA	Livretos, revistas	panfletos,
Aluguel de carro para supervisão das creches	1987	2	Aluguel de carro por um mês para supervisionar as creches na capital.	Despesas	
Viagem de supervisão	1988	4	Viagens de supervisão a Coari, Codajás e Anori.	Despesas	
Demonstrativo de notas	1992	3	Demonstrativos de notas fiscais- creche manutenção	Despesas	
Assinatura	1988	3	Assinaturas dos Jornais Amazonas em Tempo, A Crítica e Jornal do Comércio	Despesas	
Limpeza de aparelhos de ar-condicionado	1992	3	Centro Social 1 e 2 e creche.	Despesas	
Valores per capita	1988	1	Valores per capita dos programas da LBA	Despesas	
Lei orçamentária	1991	21	Lei orçamentária	Outros documentos	
Recortes de jornais sobre a LBA	1995-1995	5	Recortes de jornais	Jornal da LBA e recortes de jornal	

Boletins para projeção	1993	8	Negativos de boletins sobre convênios e ações da LBA.	Jornal da LBA e recortes de jornal
Jornal da LBA	1993	8	Boletim Informativo da SUPER/AM, março.1993	Jornal da LBA e recortes de jornal
1993-1995. Boletins Creches LBA	1993-1995	72	Imagens de creches no Amazonas e Boletins informativos da SUPER/AM	Jornal da LBA e recortes de jornal
1993-1995. Notas publicadas na imprensa	1993-1995	19	Notas da ASCOM publicadas na imprensa amazonense	Jornal da LBA e recortes de jornal
1994. FAX. Equipe	1994	6	Demonstrativo de composição de equipes e relação nominal de servidores	FAXES
1994. FAX. Semana da Criança	1994	3	Atividades desenvolvidas na Semana da Criança e programação prevista para dar continuidade	FAXES
Endereço gerências regionais	s/d	2	Endereço gerências regionais	Endereços das gerências regionais
Álbum LBA	s/d	54	Fotografias a LBA sem data	Imagens
Posto Médico Araújo Lima Fotos	s/d	2	Fotografias da faixa	Imagens
Treinamento para pessoal de creche	1992-1993	30	Sobre treinamento de servidores para atuarem em CRECHE	Treinamento para pessoal de creche
Candidata à recreadora de creche	1987	2	Manifestação de interesse pela vaga de recreadora de creche.	Treinamento para pessoal de creche
Solicitação de treinamento de servidores	1992	3	Solicita autorização e liberação de recurso para 10 servidores participarem de treinamento a ser realizado pela Associação Brasileira de Creche	Treinamento para pessoal de creche
VI Encontro OMEP	1993	2	Objetivo: reciclar...pessoas envolvidas com a Educação Infantil	Treinamento para pessoal de creche
IPÊ I	1989	8	Relatório	Creches de Manaus
IPÊ II	1989	9	Relatório	Creches de Manaus
IPÊ III	1989	4	Relatório	Creches de Manaus
Proposta de trabalho	1992	17	Casulo Ipê I	Creches Ipê
Relatório	1994	2	Atividades de maio a dezembro de 94 da creche Ipê	Creches Ipê
Compra de material didático, fardamento e brinquedos	1991	25	Compra de material para o ano letivo de 1992	Creches Ipê

Compra de material para creches	1989;1990; 1992	51	Materiais e fantoches	Creches Ipê
Produtos de higiene	1992	03	Produtos de higiene	Creches Ipê
Fotos Embala Brasil	1992-1995	28	Fotos Embala Brasil	Creches Ipê
Ipê II	1988-1989	14	Manutenções	Creches Ipê
Mesinhas	1989	5	Informações sobre mesinhas e cadeirinhas	Creches Ipê
Notas de empenho	1989-1990	20	Informações sobre compras	Creches Ipê
Plano Anual de trabalho	1992	49	Plano anual de trabalho de 1992	Creches Ipê
Plantas	1966-1990	57	Plantas das creches	Creches Ipê
Proposta de trabalho 1988	1988	38	Proposta de trabalho das creches. 1988	Creches Ipê
Reforma	1991-1992	32	Reformas das creches	Creches Ipê
Relatório trimestral 1994	1994	3	Relatório trimestral 1994	Creches Ipê
Uniforme e sandália	1988;1992	7	Compra de sandália em 1988, uniforme em 1992 e logotipo do uniforme das crianças	Creches Ipê
Brinquedos IPÊ	1988	1	Compra de brinquedos para as creches	Creches Ipê
Creche Ipê. Denúncia.	1988	2	Denúncia de um pai a uma professora por “espancamento” em creche.	Creches Ipê
Fotos de arquivo	1992-1995	37	Fotos de atividades diversas, lembrança da Creche e cartão	Creches Ipê
Creche Casulo. Formação e Reciclagem	1988-1989	5	Solicita renovação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas/ADCAM
Solicita Programa de Alimentação	1990-1992	5	Solicita inclusão no Programa de Alimentação	Creches de Manaus/ conveniadas/ADCAM
Relatório de Supervisão	1990	2	Relatório da Creche Lar Linda Tunare	Creches de Manaus/ conveniadas/ADCAM
Creche Manutenção	1993	7	Solicita renovação de convênio do Projeto Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas/ADCAM
Creche Manutenção	1995	26	Solicita renovação de convênio do Projeto Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas/ADCAM
Creche Manutenção	1994-1995	1	Capa de processo Convênio Creche Manutenção	
Renovação	1993-1994	1	Capa de processo solicitação de renovação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas/ADCAM

ARQUIDIOCESE	1991	2	Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
ASJOBH	1995	2	Associação de Obras Sociais de São José de Belo Horizonte	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação Comunitária do bairro São José Operário	1987;1994	45	Firmatura (<i>sic</i>) de contrato	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação das Donas de Casa	1988	5	Convênio-contrato Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação de Voluntários Santa Luzia	1988-1995	30	Convênios	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação dos Agricultores da Colônia Antônio Aleixo	1987-1992	36	Convênios e planta	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação dos Servidores Municipais de Manaus	1988-1989	9	Solicitação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação Espírita e Cultural São Sebastião	1989-1990	6	Solicita convênio creche-manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação Jesus da Galileia	1988-1989	13	Solicita convênio/contrato- creche manutenção; formação e reciclagem profissional e lazer e esporte	Creches de Manaus/ conveniadas
Associação Maria Matias	1988-1993	19	Convênio- creche manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Balbina Mestrinho	1991	2	Relatório de visita	Creches de Manaus/ conveniadas
Betânia	1987-1988	8	Solicita implantação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
C. E. Imaculada Conceição	1990	4	Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
C. Esp. Galileu	1990	1	Supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Caminho Suave	1990	2	Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Casa da Criança	1989;1991	11	Convênio; renovação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas

Casa Dr. Fajardo	1991	2	Relatório/visita. Sala de recreação	Creches de Manaus/ conveniadas
CEC Campos Sales	1994	19	Solicita convênio do projeto Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Centro de Formação Vida Alegre	1988-1995	20	Convênio creche manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Centro Social do Conj. Guilherme Alexandre	1987-1991	10	Convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Centro Social N. S. das Graças	1993-1994	7	Solicita renovação de convênio- creche manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Circulista Menino Jesus	1987-1992	17	Convênio, Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Clube de Mães do Aterro do 40	1988	2	Solicita implantação de Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Clube de Mães Izabel Nogueira	1994-1995	29	Solicita convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Clube de Mães Maria de Nazaré	1989	6	Proposta de convênio. Formação/reciclagem profissional	Creches de Manaus/ conveniadas
Clube de Mães Santa Etelvina	1992	4	Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Clube de Mães Santana Prado. Creche Nova Vida	1987-1995	2	Solicita implantação de Projeto Casulo	Creches de Manaus/ conveniadas
CMA	1988;1990	17	Visita de supervisão; autorização de pagamento; solicitação de assinatura de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Compensa	1988	38	Solicita renovação de convênio; relatório de supervisão;	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Cirandinha	1994	1	Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Colibri	1991	1	Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Dentinho de Leite	1991	1	Relatório de Supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas

Creche Escola São Francisco	1991	2	Relatório de visita	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Jardim dos Barés	1990	2	Relatório de Supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Lar Mimosa	1994	1	Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Mundo da Criança	1994	7	Solicitação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Municipal Coração de Jesus	1991	1	Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Princesa Izabel	1988	5	Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Santa Menezes	1989-1991	11	Convênio Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Creche Zezé Pio	1993-1994	6	Solicita renovação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Cristo Rei	1987-1989	24	Solicita renovação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Dom Bosco	1990-1993	40	Boletim Salesiano; Proposta de ação conjunta; Renovação de convênio; Relatório de supervisão;	Creches de Manaus/ conveniadas
Escola Evangélica Educandos	1990-1991	8	Relatório de supervisão;	Creches de Manaus/ conveniadas
Escola Filomena Bandeira	1988	6	Solicita renovação e ampliação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Estatuto da Igreja Pentecostal	1989-1991	45	Solicita implantação do convênio Creche Casulo	Creches de Manaus/ conveniadas
Filhas de Sant'Ana	1991	1	Relatório de visita	Creches de Manaus/ conveniadas
Firme na Fé	1991	11	Renovação de convênio; certificado de matrícula; Relatório;	Creches de Manaus/ conveniadas
Franciscanos	1982	2	Recibo, projeto Casulo. (T.O.R)	Creches de Manaus/ conveniadas

Governo do Amazonas	1989-1995	52	Programa Educação Social, solicita convênio projeto Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
I.B. Ida Nelson	1988-1991	11	Renovação de convênio Projeto Casulo; Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Igreja Assembleia de Deus	1988-1990	7	Solicita convênio; denúncia.	Creches de Manaus/ conveniadas
Igreja Batista	1988-1994	31	Solicita convênio- Creche Manutenção; autorização de pagamento	Creches de Manaus/ conveniadas
Igreja Tenrikyo	1991-1994	4	Convênio Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
INPA	1988-1992	8	Solicita renovar convênio com projeto Primeiro a Criança	Creches de Manaus/ conveniadas
Inspetoria Missionária Laura Vicuna	1992-1995	16	Renovação de convênio creche manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Jésus Gonçalves	1990-1993	7	Implantação de creche; renovação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Lar de Maria	1984;1992	54	Primeira parcela de pagamento de convênio; Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Lar Lili Benchimol	1990;1991	4	Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Liga Feminina	1991-1995	9	Relatório; Renovação de convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Lions Clube	1990-1994	13	Renovação de convênio- Creche Manutenção; Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Loja Maçônica	1992-1995	9	Convênio- equipamento para creches	Creches de Manaus/ conveniadas
Mundo Mágico	1990-1992	14	Creche Manutenção; Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
N. S. de Nazaré	1985;1991-1995	56	Recibo; solicita convênio Creche Expansão; Creche Manutenção; Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
Padre Mário Giudici	1988-1992	73	Renovação de convênio Projeto Primeiro A Criança; Projeto Creche Manutenção; Relatório de Supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas

Padres Redentoristas	1988	4	Prestação de Contas do Convênio	Creches de Manaus/ conveniadas
Paróquia S. José Operário	1990-1995	99	Renovação do Projeto Creche Manutenção; Treinamento não realizado devido à extinção da LBA; Reforma-Projeto Primeiro A Criança; Relatório de Supervisão; Questionário; Autorização de pagamento	Creches de Manaus/ conveniadas
Paróquia Santa Tereza	1992	28	Renovação de Convênio Casulo	Creches de Manaus/ conveniadas
Paróquia Santo Antônio	1991-1993	38	Convênio com creches em Tefé, Japurá e Manaus, Lista com valor por criança e assinatura do responsável	Creches de Manaus/ conveniadas
Petrópolis	1988-1989	5	Convênio- Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Polícia Militar. Creche Casulo Infante Tiradentes	1988-1995	41	Convênio Creche Casulo; despacho; planta	Creches de Manaus/ conveniadas
Pré-escolar Sementinha	1990	8	Relatório de supervisão; creche manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Prefeitura de Manaus	1993-1995	25	Convênio Creche Manutenção; creches domiciliares	Creches de Manaus/ conveniadas
Rei Jesus	1990	2	Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Rosa de Saron	1990	4	Relatório de supervisão	Creches de Manaus/ conveniadas
Sagrado Coração de Jesus	1990	1	Relatório	Creches de Manaus/ conveniadas
São Jorge	1987-1989	8	“Apela” implantação do Projeto Casulo	Creches de Manaus/ conveniadas
Secretaria do Bem Estar do Menor	1991-1992	16	Solicita implantação do Projeto Casulo	Creches de Manaus/ conveniadas
Serviço Missionário da Amazônia	1995	10	Renovação de convênio Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
SESI	1991-1995	38	Convênio Creche Manutenção; Relatório, Regulamento do Serviço Social do SESI	Creches de Manaus/ conveniadas

SETRABES	1983	1	Recibo	Creches de Manaus/ conveniadas
SETRAC	1991;1992; 1995	80	Firma de convênio Projeto Creche Manutenção, Creche Maria Emília, Padre Mário Giudici etc.; Lar Lili Benchimol etc. Unidades em Manaus e no Interior	Creches de Manaus/ conveniadas
Sociedade Eunice Weaver	1992;1994	66	Convênio Creche Casulo, Creche Manutenção	Creches de Manaus/ conveniadas
Sociedade Madre Tereza de Calcutá	1991	1	Relatório de Visita	
Sociedade Pio Lanteri	1988; 1993- 1994	65	Convênio- Creche Manutenção; Parecer técnico; Fatura mensal para os contratos -relação com nome dos clientes (crianças).	Creches de Manaus/ conveniadas
União das Mães Espíritas Marília Barbosa	1993-1995	30	Convênio- Creche Manutenção; Relatório;	Creches de Manaus/ conveniadas
Amaturá	1992	05	Convênio- Creche Manutenção	Municípios
Anamã	1993	12	Relatório de Supervisão	Municípios
Apuí	1993-1995	11	Creche Manutenção, Olano de Atendimento, Parecer Técnico; Renovação de Convênio;	Municípios
Autazes e Careiro	1987-1994	40	Fotos: creches Autazes; Convênio Creche Manutenção (1993); Relatório de Viagem (1989); solicita renovação de convênio do Projeto Casulo (1987); Solicita renovação de convênio (1993); Solicitação de convênio Creche Manutenção (1994); Autazes e CAREIRO: Relatório de Viagem (1988).	Municípios
Barcelos	1987-1995	25	Convênio Creche Manutenção (1993-1995); Reforma de uma creche (1987); Renovação de Creche (1987)	Municípios
Barreirinha	1989	07	Convênio Creche Manutenção	Municípios
Benjamin Constant		21	Solicita convênio Creche Manutenção (1993); Assentamento Crajari (1989); Autorização de pagamento (1988); Relatório de Supervisão com fotos (1993); solicita implantação do Projeto Casulo e Recriações (1989)	Municípios
Beruri	1991-1995	20	Convênios: creche/formação e creche manutenção	Municípios

Boa Vista do Ramos	1990-1995	41	Convênios Creche Casulo. 1995; Convênio Creche Manutenção. 1995; Relatório de Viagem de Supervisão. 1994; Renovação de convênio Creche-Manutenção. 1993; Renovação de Convênio. 1990-1992; Supervisão de Creche. 1988	Municípios
Boca do Acre e Pauini; Boca do Acre; Pauini; Vila Mapiá	1988-1994	54	Boa do Acre e Pauini. Relatório. 1988; Boca do Acre.1988-1994: Convênio Creche Manutenção. 1993-1994; Relatório de Viagem. 1990; Relatório de Viagem.1994; Relatório de Viagem.1994. Relatório de Viagem.1994: Convênio Creche Manutenção. 1994; Vila Mapiá.1989	Municípios
Borba	1993-1994	23	Convênio Creche Manutenção. 1993; Solicitação de convênio.1994 (foto de creche em construção).	Municípios
Caapiranga	1993-1995	9	Capa de processo. Solicitação de convênio. 1993-1995; Doação de bens móveis à creche. 1993; Solicita convênio Creche Manutenção. 1995.	Municípios
Carauari. Itamarati. Eirunepé. Envira	1984-1995	43	Carauari: Relatório de Viagem. 1991; Relatórios de supervisão. 1992; Foto de Creches Municipais em Carauari. 1994; Relatório. 1994. Carauari. Itamarati. Eirunepé. Carauari. Eirunepé. Envira. Relatório de Viagem. 1994 (fotos de creches em Carauari- Fotos embala Brasil); Carauari. Itamarati. Relatório de Viagem. 1994; Recibo. 1984; Recibo. 1984; Envira. Construção de uma creche alternativa. 1988-1995	Municípios
Coari	1988; 1994	10	Projeto Primeiro a Criança. 1988; Relatório. 1994	Municípios
Convênio com vários municípios	1990-1991	26	Convênio entre a FLBA/Governo do Amazonas e prefeituras de: Japurá, Boca do Acre e Envira com interveniência da SADEM/ São Gabriel da Cachoeira, Maués e Amaturá/Parintins/Manaus	Municípios
Eirunepé	1987-1993	41	Planta de creche. 1987; Creche Manutenção 1992-1993; solicita convênio Programa Primeiro a Criança. 1987	Municípios

Fonte Boa e Foz do Jutai	1992-1995	53	Relatório 1992; solicita convênio Projeto Creche Manutenção. 1994-1995; solicita convênio Projeto Creche Manutenção. 1995	Municípios
Humaitá. Lábrea. Pauini. Tapauá	1987-1993	93	Planta de creche. Humaitá e Lábrea. Relatório de Viagem. 1988; Humaitá. Projeto Primeiro a Criança. 1987; Lábrea. 1992-1994; Creche Manutenção. 1992-1993;	Municípios
Ipixuna	1988-1994	34	Creche Manutenção. 192-1995; Ipixuna e Guajará. Relatório de Viagem. 1994 (fotos); Projeto Casulo e Projeto <i>Recriações</i> . 1988-1991	Municípios
Irاندuba	1988-1995	27	Creche Manutenção. 1995; Projeto Casulo. 1988; Renovação de convênio do Projeto Casulo. 1991; Visita de supervisão. 1989	Municípios
Itacoatiara	1993-1995	39	Creche Manutenção. 1993-1995	Municípios
Itamarati	1991;1994-1995	11	Creche Manutenção. 1994-1995; Projeto Primeiro a Criança. 1991	Municípios
Itapiranga	1988-1994	25	Convênio Creche Manutenção. 1992-1993; Recibo de depósito. 1988; Relatório de capacitação para pessoas de creche. 1992 (com fotos); Convênio de creche. 1994	Municípios
Japurá	1988-1995	51	Fotos; planta; Convênio Creche Manutenção. 1991; Convênio Creche Manutenção. 1992-1993; Convênio para reforma e ampliação de creche. 1988-1995; Convênio. 1992; Relatório de viagem. 1991 (fotos); Relatório Trimestral. 1992	Municípios
Juruá	1991-1993	8	Creche Casulo. Projeto Primeiro a Criança. 1991-1992; Creche Manutenção. 1993	Municípios
Jutai	1991-1995	38	Creche Manutenção. 1995; Programa Creche Manutenção. 1991; Projeto Casulo. 1991; Projeto Creche Manutenção. 1993-1995; Manutenção da creche Casulo. 1994	Municípios
Manacapuru e Irاندuba	1988-1994	94	Relatórios, processos; Fotos desfile cívico e Embala Brasil	Municípios
Manaquiri	1988;1994-1995	27	Relatório de Viagem, Convênio Creche Manutenção; Projeto Primeiro a Criança; Imagens da rotina da creche (imagens de berçário)	Municípios

Manicoré	1984;1992; 1994	5	Informação sobre convênio. 1994; Projeto Casulo. 1992; Recibo. 1984	Municípios
Maués	1987-1994	43	Creche Manutenção. 1993-1994; Igreja Batista. Programa Primeiro a Criança. 1987; Igreja Batista. Programa Primeiro a Criança. 1987; Relatório Treinamento de recreadoras de creches. 1991 Maués (Fotos)	Municípios
Nhamundá	1989-1995	18	Projeto Casulo. 1989-1995; Creche Manutenção. 1993-1994	Municípios
Nova Olinda do Norte	1989-1994	28	Creche Manutenção. 1992-1993; Creche Manutenção. 1993-1994; Projeto Casulo. 1992; Relatório de supervisão. 1989	Municípios
Novo Airão	1988-1991	32	Creche Casulo. 1989; Creche Manutenção. 1991-1993; Creche Manutenção. 1988-1990	Municípios
Novo Aripuanã	1994-1995	27	Creche Manutenção. 1995; Relatório de Supervisão. 1994; Fotos Creche de Novo Aripuanã.1994	Municípios
Parintins	1988-1994	111	Creche e Pré-escola. 1991-1992; Creche Expansão. 1993-1995; Creche Manutenção. 1989-1994; Projeto Casulo. 1989; Relatório de Viagem. 1988, 1989, s.d.;	Municípios
Presidente Figueiredo	1992	6	Creche Manutenção. 1992	Municípios
Rio Preto da Eva	1988;1995	38	Creche Manutenção. 1995; Relatório. 1988	Municípios
Santa Izabel do Rio Negro	1987;1992- 1994	35	Projeto Casulo e <i>Reciança</i> . 1987; capa de processo. Convênio Creche Manutenção. 1992-1994. Creche Manutenção. Santa Isabel do Rio Negro. 1991	Municípios
Santo Antônio do Içá	1987;1990; 1993	12	Creche Manutenção. 1993; Projeto Casulo e Programa <i>Reciança</i> . 1987-1990; Projeto Casulo. 1987-1990	Municípios
São Gabriel da Cachoeira	1988-1994	64	Informações e imagens da Creche. Sd; Creche Manutenção. São Gabriel da Cachoeira.1992-1993	Municípios
São Sebastião do Uatumã	1988-1994	22	Creche Casulo. 1989-1991; Creche Manutenção. 1991-1992; Creche Manutenção. 1992-1993; Creche Manutenção. 1993-1994; Autorização de pagamento. Projeto Creche Manutenção.1988	Municípios

Silves	1988	5	Autorização de pagamento. 1988; Renovação de convênio. 1988	Municípios
Tabatinga	1991	23	Creche Manutenção. 1991; Projeto <i>Recriança</i> . 1991	Municípios
Tapauá	1988-1994	16	Creche Casulo. 1991-1992; Visita de supervisão. 1992; Autorização de pagamento. 1988; Creche Manutenção. 1994; Nota de empenho. 1988	Municípios
Tefé e Alvarães	1988-1993	73	Creche, paredes de palha, planta. Alvarães. Projeto Primeiro a Criança. 1993 (fotos). Tefé: PARÓQUIA SANTA TEREZA; Relatório de Viagem. 1991 (com imagens); solicitação de rescisão de convênio. 1992; Tefé. Construção e equipamento de uma creche (com planta); Tefé e Alvarães: Relatório de Viagem. 1988; SUPERVISÃO DE CRECHE. 1988	Municípios
Tonantins	1989	2	Casulo e <i>Recriança</i> . 1989	Municípios
Uarini	1988-1993	16	Creche Manutenção. 1992-1993; Programa Primeiro a Criança. 1988; Relatório de supervisão. 1988	Municípios
Urucará	1988-1992	26	Creche expansão. 1988; Creche Expansão. 1990; Creche Manutenção. 1993; Relatório de Supervisão. 1992	Municípios
Urucurituba	1990;1993	13	Creche Manutenção. 1990; Creche Manutenção. 1993; Creche. 1990	Municípios

ANEXO A- RELATÓRIO DE SUPERVISÃO - CRECHES

MINISTERIO DA AÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

RELATORIO DE SUPERVISAO - CRECHES

Atividade : 1a Visita de Supervisao

ORGAO/ENTIDADES : _____
GERENCIA : _____
MUNICIPIO : _____
CENTRO SOCIAL : _____

MANAUS - AM 1992

DEVE SER LIDO

MINISTERIO DA ACOAO SOCIAL
 FUNDAÇÃO LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA
 SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO AMAZONAS
 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

RELATORIO DE SUPERVISAO 1a. Visita - CRECHES

1. IDENTIFICACAO :

- 1.1 ORGAO/ENTIDADE _____
- 1.2 ENDEREÇO _____
 BAIRRO _____ FONE _____
 MUNICIPIO _____ CEP _____
- 1.3 DIRECAO _____
- 1.4 RESPONSÁVEL PELA CRECHE _____
 GRADUACAO/FORMACAO PROFISSIONAL _____ TREINADOS P/FUNCAO SIM NAO
- 1.5 UNIDADE(S) OPERACIONAL(ES) SUBORDINADA(S) AO ORGAO/ENTIDADE: _____

- 1.6 PROJETO
 IMPLANTACAO RENOVACAO MANUTENCAO EXPANSAO (REFORMA/AMPLIACAO)

2. NATUREZA :

- 2.1 ORGAO/ENTIDADE PARTICULAR
- 2.2 ORGAO/ENTIDADE GOVERNAMENTAL :
 FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL

3. OUTROS ORGAOS MANTENEDORES:

- 3.1 ORGAO : _____
 VALOR DO REPASSE MENSAL : _____
 FORMA DE COLABORACAO : _____
 (CONVENIO, ACORDO, AJUSTE, ASSESSORIA TECNICA, OUTROS)
- 3.2 ORGAO : _____
 VALOR DO REPASSE MENSAL : _____
 FORMA DE COLABORACAO : _____
 (CONVENIO, ACORDO, AJUSTE, ASSESSORIA TECNICA, OUTROS)
- 3.3 ORGAO : _____
 VALOR DO REPASSE MENSAL : _____
 FORMA DE COLABORACAO : _____
 (CONVENIO, ACORDO, AJUSTE, ASSESSORIA TECNICA, OUTROS)

RELATORIO DE SUPERVISAO 1a. Visita - CRECHES

4. CARACTERISTICAS DO ATENDIMENTO :

4.1 CARGA HORARIA/METAS: 4 hs : _____ /CRIANCAS

8 hs : _____ /CRIANCAS

4.2 FAIXA ETARIA : DE _____ a _____ ANOS

4.3 SEXO MASCULINO FEMININO

4.4 HORARIO DE FUNCIONAMENTO : DE _____ a _____ HORAS

4.5 CAPACIDADE DE ATENDIMENTO : _____ CRIANCAS

4.6 NUMERO DE CRIANCAS MATRICULADAS : _____

4.7 NUMERO DE CRIANCAS EM CADA SALA : _____

4.8 NUMERO DE CRIANCAS PRESENTES NO MOMENTO DA SUPERVISAO : _____

4.9 MEDIA DE COMPARECIMENTO NOS ULTIMOS TRES MESES : MES _____ FREQUENCIA _____

MES _____ FREQUENCIA _____

MES _____ FREQUENCIA _____

4.10 NUMERO DE EVASOES NOS ULTIMOS TRES MESES _____

4.11 PRINCIPAIS CAUSAS DAS EVASOES _____

5. RECURSOS HUMANOS :

5.1 PESSOAL TECNICO :

PROFISSIONAIS	SIH/MNO	QUANTOS	N. TREINADOS *	CEDEDOS	ORIGEM(S)
PSICOLOGO					
PEDAGOGO					
ASSISTENTE SOCIAL					
NUTRICIONISTA					
PEDIATRA					
ODONTOLOGO					
ENFERMEIRA					
OUTROS					

* TREINADOS/CAPACITADOS PARA EXERCEREM SUAS ATRIBUICOES QUANTO AO ATENDIMENTO A CRIANCA, CONFORME OS PRECEITOS DA POLITICA DE CRECHE :

RELATORIO DE SUPERVISAO fa. Visita - CRECHES

5.2 PESSOAL DOCENTE :

PROFISSIONAIS	SIM/NAO	QUANTOS	N. TREINADOS*	CEDIDOS	ORGAO(S)
PROFESSOR/ PRE-ESCOLAR					
RECREADORES					
AUXILIAR DE RECREACAO					
PROF. EDUCACAO FISICA					
" NATACAO					
PROFA. BANCAS					
OUTROS					

5.5 PESSOAL DE APOIO:

PROFISSIONAIS	SIM/NAO	QUANTOS	N. TREINADOS*	CEDIDOS	ORGAO(S)
SECRETARIA					
AUXILIAR ADMINISTRATIVO					
AUXILIAR DE ENFERMAGEM					
MERENDEIRA					
COZINHEIRA					
AUXILIAR DE COZINHA					
SERVENTE DE LIMPEZA					
VIGIA					
JARDINEIRO					
OUTROS					

6. INSTALACOES :6.1 PREDIO PROPRIO ALUGADO VALOR DO ALUGUEL CRS _____CEDIDO POR QUEM _____6.2 TIPO DE CONSTRUCAO : ALVENARIA MADEIRA
MISTA OUTROS (especificar) 6.3 CONSTRUCAO : TERREA 02 PAVIMENTOS
MODULADA CONVENCIONAL

* TREINADOS/CAPACITADOS PARA EXERCEREM SUAS ATRIBUICOES QUANTO AO ATENDIMENTO A CRIANCA, CONFORME OS PRECEITOS DA POLITICA DE CRECHES :

RELATÓRIO DE SUPERVISÃO 1ª Visita - CRECHES

6.7 INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA : (indicar o estado de funcionamento dos banheiros, sanitários, fossas, esgotos, o destino do lixo, etc).

6.8 ÁREA EXTERNA PARA RECREAÇÃO :

EXISTE ? SIM NÃO

EM CASO POSITIVO:

- ÁREA CERCADA SIM NÃO

- ÁREA ARBORIZADA SIM NÃO

- ÁREA LIMPA SIM NÃO

OUTRAS OBSERVAÇÕES :

7. ARREDORES :

7.1 CONDIÇÕES DE ACESSO A CRECHE (descrever) _____

7.2 CONDIÇÕES SANITÁRIAS DOS ARREDORES (águas, servidas, igarapes, lixo, etc.)

7.3 CONDIÇÕES DA VIZINHANÇA (prédios, bares, feiras, bilharitos, etc.)

8. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS :

8.1 A PARTIR DO MOMENTO DE ENTRADA ATÉ A SAÍDA DAS CRIANÇAS :

ASSINATURA DO SUPERVISOR

RELATÓRIO DE SUPERVISÃO Ta. Visita - CRECHES

9.2 PRINCIPAIS DOENÇAS (indicar)

9.3 ATENDIMENTO PRESTADO PELA CRECHE AS CRIANÇAS :

. ATENDIMENTO MÉDICO : SIM NÃO

EM CASO POSITIVO DESCREVER A FORMA DE ATENDIMENTO, HORÁRIO, EQUIPAMENTO E MATERIAL UTILIZADO, ETC.

. ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO : SIM NÃO

EM CASO POSITIVO DESCREVER A FORMA DE ATENDIMENTO, HORÁRIO, EQUIPAMENTO E MATERIAL UTILIZADO, ETC.

9.4 RECURSOS DE SAÚDE DISPONÍVEIS NA COMUNIDADE :

. A CRECHE UTILIZA ESSES RECURSOS : SIM NÃO

EM CASO POSITIVO COMO UTILIZA ?

10. NUTRIÇÃO :

10.1 A ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS É PREPARADA OBEDECENDO CARDÁPIO PRÉ-ESTABELECIDO ?

SIM NÃO

EM CASO POSITIVO :

. QUEM PLANEJA O CARDÁPIO E QUE CRITÉRIOS UTILIZA?

EM CASO NEGATIVO:

. QUEM PLANEJA A ALIMENTAÇÃO E QUE CRITÉRIOS UTILIZA?

RELATÓRIO DE SUPERVISÃO 1a. Visita - CRECHES

OBJETIVO DO TRABALHO :

11.2 A FAMÍLIA COLABORA DE ALGUM MODO COM A MANUTENÇÃO DA CRECHE ?

SIM NÃO

EM CASO POSITIVO, INDICAR A FORMA DE COLABORAÇÃO :

- . AUXÍLIO MATERIAL _____
- . PARTICIPAÇÃO ATRAVÉS TRABALHO VOLUNTÁRIO _____
- . OUTRAS CONTRIBUIÇÕES _____

12. ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE :

12.1 A CRECHE DESENVOLVE ALGUM TRABALHO JUNTO A COMUNIDADE ?

SIM NÃO

EM CASO NEGATIVO, EXPLICAR PORQUE :

EM CASO POSITIVO INDICA-LOS DESCRIVENDO CADA UM DELES :

12.2 A CRECHE PARTICIPA DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA COMUNIDADE ? SIM NÃO

EM CASO NEGATIVO, EXPLICAR PORQUE:

EM CASO POSITIVO, INDICAR AS ATIVIDADES E A FORMA DE PARTICIPAÇÃO :

13. SOLICITAR AO ENTREVISTADO QUE APRESENTE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES E RESPECTIVAS INDICAÇÕES DE SOLUÇÃO, (alternativas) :

RELATÓRIO DE SUPERVISÃO 1a. Visita - CRECIES

14. ENUMERAR AS PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS E RESPECTIVAS INDICAÇÕES DE SOLUÇÃO, OBSERVADAS PELO ENTREVISTADOR :

ASSINATURA DO ENTREVISTADOR :	DATA :
_____	_____
CARGO/FUNÇÃO	

GEPRO/EM

RECEBIDO EM _____ / _____ / _____

CARGO/FUNÇÃO - LBA

ENCAMINHADO PARA :

DATA _____ / _____ / _____

RECEBIDO EM _____

ANEXO B- RELATÓRIO DE SUPERVISÃO DE CRECHES

MINISTERIO DA AÇÃO SOCIAL
FUNDAÇÃO LEGIAO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO AMAZONAS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

RELATORIO DE SUPERVISAO DE CRECHES
Atividade: Visitas de Acompanhamento

● ORGAO/ENTIDADE : _____
GERENCIA : _____
MUNICIPIO : _____
CENTRO SOCIAL : _____

MANAUS - AM 1

RIO DA AÇÃO SOCIAL
 AÇÃO LEGÍTIMA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
 SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAZONAS
 ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

RELATORIO DE SUPERVISÃO/ACOMPANHAMENTO - CRECHES

1. IDENTIFICAÇÃO :

- 1.1 ORGAO/ENTIDADE _____
- 1.2 ENDEREÇO _____
 BARRIO _____ FONE _____
 MUNICIPIO _____ CEP _____
- 1.3 DIREÇÃO _____
- 1.4 RESPONSÁVEL PELA CRECHE _____
- 1.5 PROJETO:
 IMPLANTACAO RENOVAÇÃO MANUTENÇÃO EXPANSÃO (REFORMA E AMPLIACAO)
- 1.6 ORGAO/ENTIDADE : PARTICULAR MUNICIPAL ESTADUAL FEDERAL

2. CARACTERÍSTICAS DO ATENDIMENTO :

- 2.1 CARGA HORÁRIA/METAS: 04 hs _____ 08 hs _____
- 2.2 FAIXA ETÁRIA: DE _____ A _____
- 2.3 N. CRIANÇAS MATRICULADAS _____ N. PRESENTE NO MOMENTO DA SUPERVISÃO _____
- 2.4 MÉDIA DE COMPARECIMENTO NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES :
 - MES _____ FREQUÊNCIA _____
 MES _____ FREQUÊNCIA _____
 MES _____ FREQUÊNCIA _____
- 2.5 NÚMERO DE EVASÕES NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES _____
- 2.6 PRINCIPAIS CAUSAS DAS EVASÕES _____

3. RECURSOS FINANCEIROS :

- 3.1 ÚLTIMA PARCELA RECEBIDA/LBA CR\$ _____
 REFERENTE AO(S) MES (es) _____
- 3.2 A INFORMAÇÃO QUANTO AO DEPOSITO DO REPASSE NA CONTA BANCÁRIA DA ENTIDADE ESTA SENDO RÁPIDO OU A ENTIDADE DESCONHECE SIM NÃO
 HA DEMORA NA INFORMAÇÃO DOS RECURSOS ALOCADOS SIM NÃO
- 3.3 O REPASSE FINANCEIRO ESTA ATUALIZADO ? SIM NÃO
 . EM CASO NEGATIVO, INDICAR OS MESES EM ATRASO _____

RELATORIO DE SUPERVISAO/ACOMPANHAMENTO - CRECHES

4. CONDICOES DE FUNCIONAMENTO DO PREDIO :

4.1 PAREDES LIMPAS ? SIM NAO PAREDES PINTADAS ? SIM NAO
 PISO LIMPO ? SIM NAO LAVADO ? SIM NAO
 TELHADO PERFEITO ? SIM NAO JANELAS EM ORDEM ? SIM NAO
 ILUMINACAO SUFICIENTE ? SIM NAO FALTAM LAMPADAS ? SIM NAO
 O IMOVEL OFERECE SEGURANCA ? SIM NAO

ABASTECIMENTO DE AGUA DA COSAMA ? _____

ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELETRICA ? _____

TELEFONE EM FUNCIONAMENTO ? _____

4.2 HOUE ALGUMA MELHORIA NAS INSTALACOES FISICAS, EQUIPAMENTOS, MOVEIS/UTENSILIOS ?

HOUE ALGUMA, AQUISICAO ?

5. INFRA ESTRUTURA SANITARIA :

5.1 COM REFERENCIA A ULTIMA VISITA REALIZADA, INDICAR O ESTADO DE FUNCIONAMENTO DOS BANHEIROS, SANITARIOS, FOSSAS, ESGOTOS, DESTINO DE LIXO, AGUAS SERVIDAS, POLUICAO SONORA/AMBIENTAL ETC.

6. RECURSOS HUMANOS :

COM BASE NA VISITA ANTERIOR A EQUIPE TECNICA, DOCENTE E DE APOIO FOI DESFALCADA, AMPLIADA OU CONTINUA COM O MESMO NUMERO DE MEMBROS.

RELATORIO DE SUPERVISAO/ACOMPANHAMENTO - CRECHES

ATIVIDADES EM EXECUCAO NO MOMENTO DA VISITA:8. ATIVIDADES REALIZADAS ENTRE A ULTIMA SUPERVISAO E A ATUAL:8.1 ATIVIDADES REALIZADAS COM A PARTICIPACAO DA FAMILIA DAS CRIANCAS (REUNIOES, DEBATES, PALESTRAS, CURSOS, E CONTROS, SEMINARIOS, ETC)8.2 ATIVIDADES REALIZADAS JUNTO A COMUNIDADE/ATIVIDADES EXTRAS: (PARTICIPACAO EM MOMENTOS PASTORAIS, COMISSOES DA CRIANCIA, CLUBES DE MAES, ETC.)8.3 A CRECHE ESTA EXECUTANDO PROGRAMAS DE ESTIMULACAO ESSENCIAL E ATIVIDADES LUDICO-EDUCATIVAS?8.4 MATERIAL DIDATICO UTILIZADO :

RELATORIO DE SUPERVISAO/ACOMPANHAMENTO - CRECHES

OCORRENCIAS VERIFICADAS QUANTO A SAUDE DAS CRIANCAS :

(VIROSES, CAMPANHAS DE VACINACAO, EXAMES LABORATORIAIS, EMERGENCIAS, PALESTRAS, REUNIOES COM AS MAES, ETC)

8. ATENDIMENTO A CRIANCA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

10.1 FOI IDENTIFICADA ALGUMA CRIANCA COM NECESSIDADES ESPECIAIS/PORTADORA DE DEFICIENCIA? PROVIDENCIAS:

10.2 AS ATIVIDADES DIARIAS SAO DESENVOLVIDAS PELAS RECREADORAS, AUXILIARES DE RECREACAO, INCLUSIVE PARA CRIANCAS COM DIFICULDADES ESPECIAIS ?

9. NUTRICAO :

11.1 HOUVE ALGUMA ALTERACAO QUANTO A ELABORACAO DO CARDAPIO DAS REFEICOES, ABASTECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS E ARMAZENAGEM, ALIMENTACAO DO DIA, CONDICOES DE HIGIENE E CORRETA PREPARACAO DOS ALIMENTOS ?

11.2 O MOMENTO DAS REFEICOES DAS CRIANCAS ESTA SENDO APROVEITADO PARA OBSERVAR A ACEITACAO DOS ALIMENTOS E PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATITUDES E BONS HABITOS A MESA ?

07.4/2011

RELATORIO DE SUPERVISAO/ACOMPANHAMENTO - CRECHES

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS :

12.1 HOUVE PROGRESSO NO ATENDIMENTO DA CRECHE QUANTO A QUESTOES OBSERVADAS ANTERIORMENTE ? ESPECIFIQUE.

12.2 ALGUMAS PROVIDENCIAS PROPOSTAS POR OCASIAO DA ULTIMA SUPERVISAO FORAM CUMPRIDAS ?

12.3 NO DECORRER DESTA SUPERVISAO PRESTOU ACESSORAMENTO TECNICO QUANTO A:

12.3.1 PRESTACAO DE CONTAS DO CONVENIO LBA _____

12.3.2 REALIZACAO DE EVENTOS: PALESTRAS _____

RECICLAGENS _____

REUNIOES _____

ELABORACAO DE DOCUMENTOS _____

12.3.3 OUTROS : _____

13. ENCAMINHAMENTOS/QUESTOES PARA SEREM OBSERVADAS NA PROXIMA VISITA DE SUPERVISAO :

ASSINATURA :

CARGO/FUNCAO - LBA

DATA :

SEPRO/AM

RECEBIDO EM :

ENCAMINHADO PARA : _____

EM :